



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

RÚBIA WANESSA DOS REIS CRUZ

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM SECRETARIADO EXECUTIVO NO
BRASIL: configurações de um campo científico em construção**

Recife
2023

RÚBIA WANESSA DOS REIS CRUZ

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM SECRETARIADO EXECUTIVO NO
BRASIL: configurações de um campo científico em construção**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação. Área de Concentração: Informação Memória e Tecnologia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia

Recife
2023

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lílian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

C957i Cruz, Rúbia Wanessa dos Reis
Institucionalização da pesquisa em secretariado executivo no
BRASIL: configurações de um campo científico em construção / Rúbia
Wanessa dos Reis Cruz. – Recife, 2023.
222f.: il., tab.

Sob orientação de Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Informação, 2023.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Institucionalização da ciência. 2. Bibliometria. 3. Cientometria. 4.
Secretariado Executivo. I. Correia, Anna Elizabeth Galvão Coutinho
(Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023-157)

RÚBIA WANESSA DOS REIS CRUZ

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA EM SECRETARIADO EXECUTIVO NO
BRASIL: Configurações de um campo científico em construção**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutora em Ciência da Informação. Área de Concentração: Informação, Memória e Tecnologia.

Aprovada em: 17/04/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^o. Raimundo Nonato Macedo dos Santos (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^o. Fábio Mascarenhas e Silva (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^o. Murilo Arthur Araújo da Silveira (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr^o. Rodrigo Müller (Examinador Externo)
Universidade Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a. Fernanda Landolfi Maia (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, pela capacidade concedida para percorrer o difícil, estreito e desvalorizado caminho de se fazer pesquisa científica no Brasil. Nesta difícil trajetória, os resultados são mais simbólicos que concretos, regados mais pela satisfação pessoal que pelas recompensas profissionais aparentes.

Ao meu pai, Rubens Cruz, por sempre me deixar com a sensação de ter um porto seguro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, cujos professores me ensinaram e me ensinam a fazer pesquisa, utilizando não só o método científico, mas a reflexão e a humanidade necessárias. Vocês me proporcionaram a oportunidade de (re)nascido intelectualmente. Serei eternamente grata por todo apoio que recebi, como uma egressa do Curso de Secretariado Executivo, procurando, na Ciência da informação, tanto o aporte teórico-metodológico para investigar este objeto tão peculiar, como também o sentido para uma carreira profissional. Encontrei ambos, com generosidade e carinho.

Especialmente, agradeço à Professora Anna Elizabeth, que me conduziu durante seis anos (ou talvez sete), com sabedoria, paciência (sobretudo nos momentos finais), apoio e exemplo. Você me apresentou as teorias e os métodos de maneira encantadora e clara. Contaremos muitas histórias que ocorreram na academia e fora dela. Espero ter correspondido às suas expectativas, Anna. Carregarei comigo todo o seu legado.

Ao Professor Raimundo Nonato Macêdo dos Santos: nenhum adjetivo seria suficiente para representar minha admiração, respeito, carinho e gratidão. Você me ensinou a fazer pesquisa de maneira justa, ética e social. Seus ensinamentos e exemplos são parte de toda a minha construção. Onde eu estiver, seu nome também estará.

Ao professor Murilo Arthur Silveira, que sempre me fez refletir e pensar o mundo sob diferentes perspectivas. Tirou de mim o senso de certeza que não condiz com o espírito científico.

Ao Professor Fábio Mascarenhas e Silva, por todos os momentos de apoio e “socorro”. Junto com Anna, foi minha primeira referência sobre informação científica. Devo a vocês este resultado tão frutífero.

À Fernanda Landolfi e ao Rodrigo Müller, não apenas pelas contribuições na banca de defesa, que foram fundamentais. Mas pelo carinho e respeito cultivados ao longo dos congressos e conversas que todo este contexto nos proporcionou. Vocês são grandes exemplos para mim.

À Suzana, Secretária do Programa, por cuidar de toda a parte burocrática com muito critério e dinamismo.

Ao Alberto Arruda, que chegou na metade do caminho, oferecendo um novo fôlego, me ajudando a deixar tudo o mais leve quanto possível. Obrigada pelo apoio, carinho, companheirismo, compreensão, respeito aos momentos e por me fazer sentir especial.

Aos meus amigos Rinaldo, Karen, Ismael e Elanna. Estiveram presentes durante todo o caminho, pois trilhamos juntos. Vivemos altos e baixos, mas nunca deixamos de nos apoiar. Teremos muitas histórias para contar deste tempo e dos tempos que virão.

À Fernanda Sanches-Canevesi, Carla Schmidt, Juliana Hortelã, Kátia Moreira, Elaine Silva, Luci Mari Rodrigues e ao Eduardo Souza. Pessoas que, mais que uma citação na minha tese, tornaram-se amigos que o Secretariado me presenteou ao longo dos caminhos científicos. Ainda teremos uma longa jornada.

Por fim, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento a esta pesquisa.

RESUMO

Admitindo que o conhecimento é socialmente construído, reconhece-se que, em um campo científico, ele adquire os reflexos da sua estrutura social. Como consequência, uma estrutura de conhecimento bem demarcada apoiada em uma estrutura social bem organizada dotam o campo científico de capacidade de serem reconhecidos por aqueles que, atualmente, definem o que é ciência e o que não é, de acordo com padrões utilitários e meritocráticos. A demanda emergente do Secretariado Executivo no Brasil é a sua institucionalização pelos órgãos brasileiros de fomento à pesquisa. As lacunas da sua demarcação conceitual, reflexo da sua organização social pode se configurar como um fator obstativo. Em processo de constituição, internamente, a comunidade reflete as idiossincrasias da sua organização social. Externamente, o campo sofre as consequências do paradigma científico prioritário e meritocrático, que o deixa de fora do sistema de recompensa e inibe o seu desenvolvimento. Apesar disso, o campo segue promovendo ações de resistência que o faz produzir conhecimento e investir em melhorias estruturais. Diante desse cenário, este trabalho visou responder o seguinte problema: quais as configurações processuais e atuais da institucionalização científica do campo do Secretariado Executivo no Brasil? Por conseguinte, para responder tal problema, o objetivo deste trabalho é descrever o processo e as configurações atuais da institucionalização científica do Secretariado Executivo no Brasil. Os objetivos específicos foram delineados de forma a abarcar aspectos sociais e cognitivos desta configuração, sendo, assim, traçados: a) demonstrar a influência de componentes científicos sociais na constituição de uma estrutura cognitiva do Secretariado Executivo no Brasil; b) investigar a existência de um núcleo duro que possa representar uma elite intelectual que sustente as bases do conhecimento; c) examinar como estão sendo delimitados, pela elite intelectual, os domínios científicos em uma perspectiva autônoma; e d) caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo. Realizou-se por meio de uma pesquisa básica, de abordagem mista, predominantemente exploratória quanto aos objetivos, que se utilizou da bibliometria e cientometria como métodos de análise. Como *corpus* de análise, foram selecionados os docentes doutores dos cursos de Secretariado das universidades públicas e a produção científica formal até o ano de 2021. Como principais resultados, foi possível observar que o Secretariado Executivo está de acordo com o pressuposto teórico adotado: as configurações diversificadas na sua estrutura social conferem a mesma diversificação à estrutura cognitiva. Percebeu-se que há um núcleo de pesquisadores que está estruturando frentes de pesquisas que atendem às demandas urgentes e emergentes da área em busca de uma sedimentação científica, não havendo apontamentos sobre a formação de domínios sólidos neste momento. Os padrões de citação identificados demonstram uma busca pelas bases conceituais de outras ciências para sustentação das frentes de pesquisas, com tímida expressão de formação de conceitos sólidos. Concluiu-se que existe um considerável grau de dependência do Secretariado em relação a outras áreas, tanto para uma sustentação social quanto cognitiva e que os achados destes trabalhos devem ser periodicamente atualizados, intentando haver acompanhamentos sobre os estágios de evolução da área nos próximos anos.

Palavras-chave: institucionalização da ciência; bibliometria; cientometria; Secretariado Executivo.

ABSTRACT

Admitting that knowledge is socially constructed, it is recognized that, in a scientific field, it acquires the reflections of its social structure. Consequently, a well-demarcated knowledge structure, supported by a well-organized social structure, allows the scientific field to be recognized by those who currently define what is and is not a science according to utilitarian and meritocratic standards. The emerging demand for the Executive Secretariat in Brazil is its institutionalization by Brazilian research funding agencies. The gaps in its conceptual demarcation, a reflection of its social organization, can be configured as an obstacle factor. In the process of constitution, internally, the community reflects the idiosyncrasies of its social organization. Externally, the field suffers the consequences of the priority and meritocratic scientific paradigm, which leaves it out of the reward system and inhibits its development. Despite this, the field continues to promote resistance actions that make it produce knowledge and invest in structural improvements. Given this scenario, this work aimed to answer the following problem: What are the procedural and current configurations of the scientific institutionalization of the field of Executive Secretary in Brazil? Therefore, to answer this problem, this work objective is to describe the process and the current configurations of the scientific institutionalization of the Executive Secretariat in Brazil. The specific objectives were outlined to encompass social and cognitive aspects of this configuration, being thus traced: a) to demonstrate the influence of social scientific components in the constitution of a cognitive structure of the Executive Secretariat in Brazil; b) investigate the existence of a *hard core* that may represent an intellectual elite that sustains the bases of knowledge; c) examine how scientific domains are being delimited by the intellectual elite from an autonomous perspective; and d) characterize the theoretical-conceptual bases that are structuring the production of knowledge in the Executive Secretariat. This is a basic research with a mixed approach and is predominantly exploratory as to its objectives. Bibliometrics, scientometrics, and content analysis were used as methods of analysis. As an analysis corpus, the Ph.D. professors of the Secretarial courses in public universities and the formal scientific production until 2021 were selected. As the main results, it was possible to observe that Executive Secretariat is in accordance with the theoretical assumption adopted: the diversified configurations in its social structure confer the same diversification to the cognitive structure. It was observed that there is a core of researchers that is structuring research fronts that meet the urgent and emerging demands of the area in search of scientific sedimentation, with no notes on the formation of solid domains at this time. The citation patterns identified show a search for conceptual bases from other sciences to support the research fronts, with a timid expression of the formation of solid concepts. It was concluded that there is a considerable degree of dependence of the Secretariat on other areas, both for social and cognitive support and that the results of this work should be updated periodically, with a view to monitoring the stages of evolution of the area over the years ahead.

Keywords: institutionalization of science; bibliometrics; scientometrics; Executive Secretariat.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Estrutura da ciência e dos campos científicos inspirada nos pilares ensino, pesquisa, divulgação e aplicação do conhecimento	23
Figura 2 –	Modelo Linear de Ciência e Tecnologia	38
Figura 3 –	Processo de apoio à institucionalização da Pós-Graduação no Brasil	41
Figura 4 –	Objeto de estudo das Ciências da Assessoria	84
Figura 5 –	Tipologia da pesquisa	109
Figura 6 –	Distribuição geográfica dos cursos de Secretariado Executivo no Brasil	139
Figura 7 –	Processo de constituição cognitiva do Secretariado (2004-2008)	152
Figura 8 –	Processo de constituição cognitiva do Secretariado (2009-2013)	153
Figura 9 –	Processo de constituição cognitiva do Secretariado (2014-2018)	154
Figura 10 –	Processo de constituição cognitiva do Secretariado (2019-2021)	155
Figura 11 –	Frentes de pesquisa e agentes estruturantes do Secretariado Executivo	166

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Componentes do Sistema Conceitual da Química e da Sociologia	26
Quadro 2 –	Áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico: Livro Verde	43
Quadro 3 –	Áreas prioritárias para o financiamento à pesquisa e inovação no Brasil	46
Quadro 4 –	Principais eventos acadêmicos do Secretariado	74
Quadro 5 –	Periódicos Científicos do Secretariado	77
Quadro 6 –	Demarcações epistemológicas das Ciências da Assessoria	83
Quadro 7 –	Teoria Geral do Secretariado	85
Quadro 8 –	Leis fundamentais da Bibliometria	92
Quadro 9 –	Bibliometria X Cientometria	96
Quadro 10 –	Métodos bibliométricos	97
Quadro 11 –	Categoria de indicadores	99
Quadro 12 –	Categorias de indicadores	99
Quadro 13 –	Estudos sobre institucionalização da Ciência subsidiados pela Bibliometria (2012-2021)	103
Quadro 14 –	Contextualização da pesquisa com base nos objetivos	111
Quadro 15 –	Eixos e <i>corpus</i> da pesquisa	112
Quadro 16 –	Procedimentos de coleta e análise de dados	115
Quadro 17 –	Etapas da pesquisa	116
Quadro 18 –	Crítérios para análise categorial em análise de conteúdo	121
Quadro 19 –	Grupos de trabalho (base categorial)	124
Quadro 20 –	Matriz epistemológica dos estudos das razões de citação	132
Quadro 21 –	Esquemas de categorias para razões de citação	133
Quadro 22 –	Síntese metodológica	137
Quadro 23 –	Cursos Superiores de Secretariado no Brasil	140

Quadro 24 –	Resumo final: configurações científicas atuais do Secretariado Executivo no Brasil
-------------	---

188

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Centralidade de investimentos por temática	47
Gráfico 2 –	Distribuição do financiamento à pesquisa científica no Brasil (2011-2014) – CNPq	48
Gráfico 3 –	Distribuição de financiamento por área – CAPES	49
Gráfico 4 –	Distribuição de financiamento por área – CNPq	49
Gráfico 5 –	Evolução da inserção docente em relação ao tempo de doutoramento	143
Gráfico 6 –	Comportamento temporal da produção científica	147
Gráfico 7 –	Resultado da análise temática	161
Gráfico 8 –	Distribuição de referências por número de citação	169
Gráfico 9 –	Distribuição de autores por número de citação	169
Gráfico 10 –	Distribuição das dimensões de citação com base nos textos citados	170
Gráfico 11 –	Distribuição das dimensões de citação com base nos autores citados	170
Gráfico 12 –	Distribuição das razões de citação: categoria 1	180
Gráfico 13 –	Distribuição das razões de citação: categoria 2	180
Gráfico 14 –	Distribuição das razões de citação para fins teórico-conceituais por área	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Previsão de investimento em pesquisas em áreas estratégicas	45
Tabela 2 –	Distribuição das Instituições que ofertam o Curso de Secretariado	141
Tabela 3 –	Distribuição da formação <i>Sticto-Sensu</i> dos pesquisadores	145
Tabela 4 –	Dados da análise de coocorrência de palavras-chave	151
Tabela 5 –	<i>Ranking</i> de produtividade dos pesquisadores selecionados	159
Tabela 6 –	<i>Ranking</i> de participação na autoria dos artigos	163
Tabela 7 –	Textos mais citados	171
Tabela 8 –	Ranking de autores mais citados	176
Tabela 9 –	Distribuição das citações por área	182

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	INSTITUINDO A CIÊNCIA: DA ORGANIZAÇÃO COGNITIVA E SOCIAL INTERNA AOS AGENTES PROMOTORES DE RECONHECIMENTO	21
3	FATORES INFLUENCIADORES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA NO BRASIL	33
3.1	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA SOBRE OS FATORES INFLUENCIADORES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA NA CIÊNCIA ATUAL	34
3.2	A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO À PESQUISA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA BRASILEIRA	40
3.3	PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO FORMAL E A MERITOCRACIA PRODUTIVISTA	52
4	O OBJETO DE ESTUDO: CONFIGURAÇÕES DOS COMPONENTES INSTITUCIONALIZADORES DA PESQUISA EM SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL	62
4.1	CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA ESTRUTURA SOCIAL/CONCRETA DO SECRETARIADO	65
4.2	O ATUAL DEBATE SOBRE A CONSTITUIÇÃO COGNITIVA/CONCEITUAL DO SECRETARIADO	79
5	MENSURAÇÃO DA PESQUISA E SEUS USOS EM ESTUDOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA	90
5.1	BIBLIOMETRIA, CIENTOMETRIA: UM PANORAMA CONCEITUAL-EVOLUTIVO E A CONSTRUÇÃO DE INDICADORES	91
5.2	INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS E CIENTOMÉTRICOS E O CONTRIBUTO PARA OS ESTUDOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	101
6	METODOLOGIA	109
6.1	CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	109
6.2	COLETA E ANÁLISE DE DADOS (FONTES, MÉTODOS E INSTRUMENTOS)	114

6.3	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	116
7	RESULTADOS	138
7.1	CONFIGURAÇÕES PRELIMINARES E CONTEXTUAIS DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL E COGNITIVA DO SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL	137
7.2	FORMAÇÃO DE UM NÚCLEO INTELECTUAL E ESTRUTURAÇÃO DE FRENTES DE PESQUISA	157
7.3	BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS QUE SUSTENTAM A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO	168
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	191
	REFERÊNCIAS	196

1 INTRODUÇÃO

Discorrer sobre institucionalização ciência é uma tarefa complexa, pretensiosa em seus caminhos, infindável em suas concepções e, para Ziman (1979), intimidadora. Requer perpassar pelas raízes históricas que moldaram os pressupostos epistemológicos responsáveis por conduzir o processo de estruturação e desestruturação do pensamento científico, desde a racionalidade antiga até ampliar as discussões para o pensamento complexo atual que estabelece as relações entre a ciência e os demais componentes de uma engrenagem que, para Butterfield (1949), transformou todo o diagrama do universo material e toda a tecitura da vida humana. Este traçado histórico não é o objeto explorado neste construto, mas configura o pano de fundo da discussão que visa compreender o processo de formação dos componentes de um campo científico (ou que persegue tal status) em uma perspectiva estrutural.

Para tanto, duas concepções sobre ciência que coexistem nos espaços acadêmicos serão o alicerce dos argumentos que compõem este trabalho, conforme explicitado por McGuire e Tuchanska (2013). A primeira, mais epistemológica, preocupa-se em responder “o que é ciência?”, sob um ponto de vista puro, descontextualizado e desarticulado em seus significados, que prioriza a formação e organização interna da ciência e das ciências, em uma perspectiva objetivista e sincrônica, representada por um empirismo lógico e pré-concebido encontrado na Filosofia da Ciência tradicionalista – “seja lá o que a ciência for, assim o é por si mesma” (p.152).

A segunda, encontrada, principalmente, na Nova Sociologia da Ciência, considera a ciência como um artefato globalista e holístico, que a estuda e a descreve a partir de um contexto psíquico, social e histórico, no qual esta se desenvolve considerando não apenas o produto, mas as práticas dos cientistas, os valores que as regulam, e as forças que as afetam.

Pragmaticamente, a ciência ocidental atual assiste tanto à adequação de disciplinas tradicionais quanto à formação de novas disciplinas científicas em um movimento transicional da primeira concepção para a segunda: de uma lógica mertoniana baseada em um *ethos* desinteressado, desarticulado e regido por comunidades científicas independentes a um contexto utilitarista regido pela concepção de formação de Campos Científicos governados por forças e jogos institucionais de poder que regulam e aculturam as atividades científicas por meio de incentivos. A atuação dessas forças sobre o Campo e a adequação deste às regras do jogo é o fator decisório, tanto para o desenvolvimento, quanto para estagnação ou atrofiamento das disciplinas científicas. No paradigma científico atual, esses fatores estão relacionados à lógica da meritocracia produtivista e às políticas locais de financiamento à pesquisa.

Pensar o processo de constituição e institucionalização do Secretariado Executivo como um Campo de Pesquisa, a partir da estrutura social e do conjunto de conhecimento produzido por esta comunidade, implica conhecer e refletir sobre as duas concepções de ciência aqui citadas: um campo científico em formação, que, como outros campos científicos emergentes, nasceu e se desenvolve sobre o palco de disputas que caracteriza a Ciência Atual em um país cujas políticas científicas são desenvolvimentistas e regem o que é ciência a partir de uma ótica utilitária. Mas que ainda continua sendo regido pela dominação dos paradigmas que priorizam as áreas nucleares a partir de um estatuto rígido da Ciência Moderna.

É sob a égide do paradigma científico emergente que esta pesquisa encontra espaço, sobretudo defendendo a importância de estudos que visem investigar campos científicos fora do núcleo da Ciência Moderna e fora do conjunto prioritário/estratégico da Ciência Pós-Moderna. Por receberem mais atenção e investimento, estes campos são fortes candidatos para a realização desse tipo de análise, pois contam com um desenvolvimento “bastante uniforme, bem documentado e relativamente autônomo” (ZIMAN, 1979, p. 13). Por isso, pretende-se auxiliar nas discussões sobre campos considerados periféricos, ou em fase de sedimentação dos seus componentes científicos. Para Ferraz, Alfonso-Goldfarb e Waisse (2013), estes campos produzem um conjunto de conhecimentos que, devido à maneira com a qual a história da ciência foi escrita, podem ser negligenciados, esquecidos ou mesmo deformados, mas que, no contexto pós-moderno, passa a ter relevância (FERRAZ; ALFONSO-GOLDFARB; WAISSE, 2013).

Dois pressupostos teóricos são considerados nessa construção. O primeiro é o reconhecimento de que o conhecimento produzido por uma comunidade carrega consigo os efeitos da sua organização social, como a cultura, as idiosincrasias e as limitações impostas pelo meio (SILVA, 2002). Nas palavras de Bachelard (1971), é o objeto do conhecimento sendo construído pela comunidade científica e, nas de Fourez (1995), é a ação humana construindo o objeto de uma disciplina.

O segundo admite que, em uma perspectiva estrutural, a institucionalização da ciência resulta, fundamentalmente, da sua organização interna, mas passa pelo crivo de agentes externos. Isso significa que, embora a Comunidade Científica tenha autonomia para constituir os componentes que visem garantir o seu funcionamento, a institucionalização destes depende dos agentes autorizados a definir o que é ciência e o que não o é, a partir da avaliação da sua estrutura e finalidade (WHITLEY, 1974; 2000).

Dessa forma, assume-se a necessidade de se compreender os aspectos da constituição social do campo aqui investigado, sua dinâmica e evolução em torno da produção do conhecimento e a maneira com a qual a comunidade demonstra capacidade de ser aceita como

científica. Além disso, é importante perceber como os seus aspectos estruturais são evidenciados desde o as suas primeiras manifestações como campo profissional, visto que a observação do contexto profissional do seu surgimento é necessária para justificar o seu posicionamento científico atual.

Conforme fundamentado ao longo deste trabalho, O Secretariado Executivo é uma área que teve o início da sua atuação marcado pelas finalidades puramente tecnicista. Seu contexto profissional foi desenvolvido e sedimentado a partir de marcos institucionais necessários para o estabelecimento de uma profissão, como discutido ao longo deste trabalho. No trilha dos argumentos, o que também é discutido ao longo deste trabalho são os acontecimentos que levaram esta área a adquirir e perseguir características de cientificidade, tendo o início deste movimento assinalado pelo surgimento dos cursos superiores nas universidades públicas, há mais de cinco décadas.

Assim, ao longo do tempo, seguindo o movimento de demandas específicas e pressões institucionais, também narradas no desenvolver deste constructo, outros componentes que atribuíram características de cientificidade ao Campo foram surgindo, como novos pesquisadores, veículos próprios de comunicação científica, Grupos de Pesquisa certificados, resultante do crescente interesse desta comunidade pela produção de conhecimento e uma Associação de pesquisa que impulsionou tais componentes. Tudo isso em paralelo ao resultante crescimento quantitativo e qualitativo da produção científica formal.

Como entraves, menciona-se o não reconhecimento institucional do Secretariado Executivo pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, órgão que autoriza o funcionamento de um dos maiores dispositivos de atribuição da cientificidade de um campo – a Pós-Graduação *Stricto-Sensu* –, além do seu recente (re)enquadramento pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq na Categoria “Outros”, que fragiliza a sua identidade e seus contextos de atuação, bem como obstaculiza participação nas disputas pela sobrevivência. Tais elementos são os que tornam o debate sobre o estado atual de institucionalização científica do Secretariado Executivo relevante e urgente, além de constituir a problemática que atribui à referida área o caráter de objeto passível de investigação.

Por outro lado, e somando-se aos elementos que atribuem relevância e urgência a este debate, reconhece-se os esforços desta comunidade em torno da estruturação social e cognitiva do campo, visando sua permanência e desenvolvimento, impulsionado, sobretudo, pelo questionamento da Secretaria de Educação Superior (SESU) do Ministério da Educação (MEC), no ano de 2009, que conjecturou o encerramento das atividades dos Cursos de

Bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil, em virtude da fragilidade dos seus aspectos teórico-acadêmicos.

Tal problemática, os aspectos motivadores para um reconhecimento científico, bem como o contexto geral de se fazer ciência, conduz à pergunta que constitui o problema desta pesquisa: **quais as configurações atuais da institucionalização científica do campo do Secretariado Executivo no Brasil?** Por conseguinte, para responder tal problema, o objetivo deste trabalho é **descrever as configurações atuais da institucionalização científica do Secretariado Executivo no Brasil**. Os objetivos específicos foram delineados de forma a abarcar aspectos sociais e cognitivos desta configuração, sendo, assim, traçados: a) **demonstrar a influência de componentes científicos sociais na constituição de uma estrutura cognitiva do Secretariado Executivo no Brasil**; b) **investigar o núcleo duro que possa representar uma elite intelectual que sustente as bases do conhecimento**; c) **examinar como estão sendo delimitados os domínios científicos em uma perspectiva autônoma**; e c) **caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo**.

A hipótese baseia-se, primeiramente, nos pressupostos adotados na pesquisa e nos marcos históricos descritos ao longo deste trabalho: internamente, a Comunidade vive as consequências inerentes ao contexto que o originou. Ou seja, as características de um paradigma exclusivamente técnico-profissional, que não despertou, imediatamente, o interesse dos seus atores pela cultura científica. Da mesma forma, devido às fragilidades sociais aqui apontadas (e pormenorizadas ao longo deste trabalho), pode ainda não haver apontamentos definitivos sobre o estado do conhecimento que consolidam as bases conceituais que fundaram/fundam o Secretariado Executivo em um contexto identitário. Mas que, considerando o estado evolutivo de produção científica e da formação de pesquisadores, há indicativos para a realização dos primeiros apontamentos sobre os domínios científicos nucleares, sobre um conjunto social responsável por estabelecer tais domínios e os primeiros indicativos sobre as bases teóricas fundantes que. Supõe-se, também, que tais componentes apresentem a mesma característica diversificada como reflexo da sua formação social

O trabalho foi realizado a partir de uma pesquisa de natureza aplicada, de abordagem mista, predominantemente exploratória em seus objetivos, operacionalizada por meio de uma pesquisa de campo. Para coleta e análise de dados, o trabalho foi realizado com base na construção de indicadores bibliométricos e cientométricos, tendo como técnica de apoio a análise de conteúdo. Como objetos de análise, foram investigados um conjunto de atores sociais criteriosamente escolhidos, bem como a produção científica formal proveniente destes atores,

conforme argumentos presentes na seção 6: docentes doutores atuantes no curso de Secretariado Executivo das Instituições Públicas e os artigos publicados em periódicos até o ano de 2021.

Sobre a relevância social, defende-se, aqui, a sociedade científica como um grupo social que se relaciona com as demais esferas da sociedade (BOURDIEU, 2001, 2004; SCHELER, 2003, *apud* MATHEUS, 2002), em um ambiente complexo (BUNGE, 1980), e que, por isso, necessita de estudos que garantam a própria manutenção.

Ancora-se na Ciência da Informação que, refletindo a sua natureza e evolução interdisciplinares (BORKO, 1968; SARACEVC, 1995; CAPURRO; HJORLAND, 2007; LE COADIC, 2004), é “[...] resultante do seu próprio objeto de estudo: a informação, presente em todas as áreas do conhecimento” (TARGINO, 1995, p. 12). A Ciência da Informação, figurando o principal domínio que alicerça esta pesquisa, está representada pelo aporte metodológico proporcionado pelos Estudos Métricos da Informação Científica e pelas suas possibilidades de abordagem presentes, principalmente, na Cientometria, como unidade chave, e na Bibliometria, como método de análise. Ressalta-se que este trabalho reforça a dimensão social da Ciência da Informação, como demonstração da utilização dos seus domínios em serviço da resolução de problemas reais de outras comunidades científicas para além de uma perspectiva idealista (EVEDOVE; FUJITA, 2009; ARAÚJO, 2003).

Para o Secretariado Executivo, esse trabalho contribui para a urgente necessidade de ampliar os debates em torno da sedimentação do Campo como uma disciplina científica. A investigação da sua constituição social e cognitiva, por meio de uma apresentação de um panorama atual do estado de desenvolvimento deixa um legado que fomentará material de apoio para possibilitar acompanhamentos periódicos institucionais dos estágios de evolução da área. Apontar suas perspectivas, possibilidades e limitações é um ponto de partida para subsidiar respostas às principais demandas do Campo: a identificação/fortalecimento dos seus aspectos teóricos e identitários e o reconhecimento como área de conhecimento pelos órgãos de fomento à pesquisa.

Além desta seção, este trabalho é constituído por mais sete. A segunda discute a formação das ciências e dos campos científicos sob a ótica estrutural, discutindo os elementos demarcadores e diferenciadores que estabelecem a ciência e os campos científicos, do ponto de vista cognitivo e social.

A terceira Seção apresenta os fatores influenciadores da institucionalização da ciência no contexto da Ciência Atual. O discurso é conduzido pela articulação entre a produção formal de conhecimento e às políticas de financiamento à pesquisa, como fatores impulsionadores ou limitadores do desenvolvimento dos campos científicos no Brasil.

A quarta seção apresenta e descreve o contexto de estruturação científica do Secretariado Executivo no Brasil, com o objetivo de caracterizar o objeto de estudo dessa pesquisa, discutindo os fatores motivadores e as problemáticas que levam a área a perseguir o estatuto científico. A seção divide-se em duas partes: a primeira apresenta a estrutura social em formação e a segunda discute os escritos que realizam apontamentos sobre a formação cognitiva da área.

A quinta seção caracteriza os estudos métricos da informação, o uso dos indicadores bibliométricos e cientométricos para os estudos sobre institucionalização das ciências, além de levantar a discussão sobre a necessidade de se haver uma bibliometria contextualizada, sobretudo para estudos de áreas emergentes.

A sexta seção descreve o percurso metodológico que foi utilizado para o alcance dos objetivos deste trabalho. A sétima de exibe os achados que constituem os resultados deste trabalho, seguida, por fim, da oitava seção, que apresenta as últimas considerações da autora em relação a este constructo.

2 INSTITUINDO A CIÊNCIA: DA ORGANIZAÇÃO COGNITIVA E SOCIAL INTERNA AOS AGENTES PROMOTORES DE RECONHECIMENTO

Discorrer sobre os critérios que atribuem a qualidade de científico a um Campo é uma tarefa precedida de reflexões sobre a concepção estrutural de Ciência, com base em seu processo de organização e constituição em dado momento da história. Face ao exposto, adotou-se aqui, por conveniência e adequação, definições de ciência que, embora estejam apoiadas sobre um discurso amplo ou limitador, denotam a intenção de demarcar características estruturais, atribuir marcas de identificação e diferenciação, além de demonstrar os critérios para sua aceitabilidade, considerando os traços imputados pelos pressupostos epistemológicos dominantes¹ no processo de estruturação da ciência e das ciências.

Apesar da flexibilização anunciada pela ciência pós-moderna, em uma tentativa de incluir as *Soft Science*² no conjunto de disciplinas científicas, Bunge (1980) afirma que os pré-requisitos para a aceitabilidade ainda são rígidos e estão presentes desde a organização interna pela comunidade científica até processo de aceitação desta comunidade, tanto pelos agentes reguladores e financiadores da pesquisa científica, quanto pelos membros de comunidades científicas dominantes que constituem tais instituições.

Inicialmente, é imperativo que uma comunidade científica se estruture e se organize em torno de leis, modelos, métodos, teorias, técnicas e instrumentos, todos bem definidos e correspondentes aos pensamentos científicos dominantes em uma determinada época, denominados paradigmas, a partir dos quais ela passa a ser aceita como o que Khun (1998) denominou de Ciência Normal.

Nesta perspectiva, Ziman (1979, p.81) afirma que “o cartão de admissão convencional de uma nova ciência implica a existência prévia de uma **matéria substancial** sobre a qual se chegou a um consenso”. Fourez (1995), também ressalta que, para uma disciplina seja

¹ Considerando as influências dos pressupostos epistemológicos que norteiam o pensamento científico na atualidade na dinâmica da Ciência e dos Campos Científicos, Santos (2008) afirma que ambos estão apoiados em duas vertentes estruturais: uma tradicionalmente orientada pelos ideais clássicos e modernos, pautada epistemologicamente pelas correntes positivistas das ciências naturais, observadas sob a ótica da simplicidade, estabilidade e objetividade. E outra orientada por uma filosofia fenomenológica, interacionista, mito-simbólica, hermenêutica, existencialista e pragmática, observada sob a ótica da complexidade, instabilidade e intersubjetividade, características presentes, sobretudo, nas ciências humanas e sociais.

² Diante das dificuldades de as ciências humanas e sociais se desenvolverem sob os modelos de cientificidade disponíveis, e os seus cientistas não querendo abrir mão do *status* de ciência para os seus campos, Wilheme Dilthey (1833-1911) propôs que fosse feito um corte epistemológico que classificasse a ciência em dois grandes grupos: de um lado as ciências da natureza que, devido à rigidez dos seus pressupostos passaram a ser conhecidas como *hard sciences*. Do outro, as ciências humanas e sociais, que deveriam adotar um estatuto científico próprio e, por não conseguirem cumprir o modelo rígido e inflexível vigente, passaram a ser conhecidas como *soft Science*. (VASCONCELLOS, 2009)

considerada científica, é necessário haver, minimamente, uma organização mental, uma matriz disciplinar ou um paradigma que orientem a realização de pesquisas e definam o que faz parte do seu escopo e o que não faz – “o corte que separa e que proíbe confundir”³ (FOUREZ, 1995 p. 107).

Mais objetivamente, Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002), apresentam quatro atividades fundamentais para o funcionamento de uma disciplina científica: **ensino, pesquisa, divulgação e aplicação** do conhecimento. Reflete-se que, para que tais atividades sejam promovidas, é demandada a formação de estruturas completas e complexas, representadas pela Figura 1, compostas por componentes internos (docentes, pesquisadores, instituições, Cursos de Graduação, Programas de Pós-Graduação, sistemas de comunicação científica), externos (sociedade, governo, indústria de bens e serviços, agências de fomento) e de mediação entre a ciência e a sociedade (mídias de divulgação, informação científica e tecnológica), que sustentam o Campo, promovem sua manutenção e desenvolvimento e articulam inter-relações com ambientes, considerados por Bunge (1980) como subsistemas sociais, políticos, econômicos e culturais em que a Ciência está inserida como parte de um todo.

Nesse contexto, o ensino é sustentado por uma estrutura composta por atores sociais (docentes e pesquisadores) e instituições com Cursos de Graduação, representadas, sobretudo, pelas universidades que, para Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002), constituíram as primeiras bases do processo de institucionalização da Ciência no Brasil, sendo o ambiente em que a pesquisa nasce e se desenvolve. Elas são responsáveis por promover componentes fundamentais que, atualmente, estruturam e desenvolvem a Ciência e os Campos Científicos. Atuam como espaços institucionais para a formação de atores sociais capazes de serem úteis para sociedades a partir da atuação em diferentes frentes. Além disso, promovem ambientes para a produção e aplicação do conhecimento, que, por sua vez, demandam instrumentos necessários para garantir a comunicação, atualização e divulgação destes.

³ O autor apresenta os seguintes exemplos daquilo que “separa” e “proíbe” confundir como objeto que faz parte do escopo de uma disciplina: “para a biologia, é o que estabelece a diferença entre o vivo e o não vivo; para física, o que coloca a noção de “matéria”, independentemente dos projetos humanos ou de todo o seu conteúdo; para a psicologia, é o que distingue o indivíduo de sociedade e de seu meio e assim por diante” (FOUREZ, p. 107).

Figura 1 – Estrutura da ciência e dos campos científicos inspirada nos pilares ensino, pesquisa, divulgação e aplicação de conhecimento



Fonte: A autora (2023).

A pesquisa representa o mais importante pilar nesse processo, visto que, de acordo com Bunge (1980, p.35), “O processo de pesquisa é que constitui os Campos de pesquisa ou científicos”. Pragmaticamente, ela é sustentada por uma estrutura composta por Instituições com cursos de Pós-Graduação, Pesquisadores e Agências de Fomento e sistema de comunicação científica.

A pesquisa é responsável por produzir insumo para o ensino, formação de novos pesquisadores e produção de novos conhecimentos, garantindo novas descobertas que, por sua vez, alcançarão a sociedade, conduzindo aos terceiro e quarto pilares: divulgação científica e aplicação do conhecimento, que representam o elo entre a ciência e a sociedade e efetivam a responsabilidade social do pesquisador (ZIMAN, 1979) na perspectiva da ciência atual. Ela é responsável por sustentar o ensino básico e superior; a indústria de bens e serviços por meio das inovações; as demandas governamentais, como insumo para formulação de políticas públicas por meio da criação de indicadores em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) e pela popularização da ciência (CALLON, 1933 apud SANTOS, 2003).

A sociedade, o Governo, e a indústria de bens e serviços, também representadas na Figura 1, mantêm uma relação de mútua influência com a ciência e com os campos científicos. Nessa dinâmica, o Governo e os setores privados da economia cedem subsídios para o

desenvolvimento de pesquisas científicas. Por sua vez, a ciência retorna os resultados das pesquisas ao governo e às indústrias por meio de informações científicas e tecnológicas.

Nessa perspectiva estrutural, cabe destacar algumas definições de ciência. Wihltley (1974, p.70, tradução nossa) a definiu como “uma variedade de estruturas cognitivas de diferentes graus de fechamento (*closure*), coerência e articulação”. Já Ziman, (1979) considera ciência como:

um **produto** consciente da atividade humana, com suas **origens históricas** bem **documentadas**, um **escopo** e um **conteúdo** bem definidos e **praticantes** expoentes, [...] um conjunto de **ideias** mais ou menos coerente; em sua própria **linguagem técnica específica**, [...] uma **metódica** acadêmica, lógica e prática. (ZIMAN, 1979, p. XX, grifo nosso)

Percebe-se que o autor sugere estarem presentes componentes como teorias com bases ontológicas, um conjunto de objetos investigáveis, traços identitários, demarcação de domínios e fronteiras, métodos de abordagem dos problemas, meios para registros formais das comunicações, espaço de atuação e atores sociais que promovam os demais componentes.

Como uma das principais definições que norteiam esta seção, Bunge (1980) define ciência como um sistema de **ideias** e **ações** que se formam por processo. Tal definição denota a precisão de dois sistemas, anunciados pelo autor, que promovem a formação e manutenção das comunidades científicas: o **sistema conceitual/cognitivo** e o **sistema concreto/material**, ambos se articulando em torno do processo de pesquisa.

Bunge (1980) explica que o sistema conceitual consiste na **razão de ser** de toda disciplina científica, visto que “Toda pesquisa científica, seja ela básica ou aplicada, é um processo que consiste na investigação de alguma coisa: átomos ou nuvens, células ou ecossistemas, sociedades ou ideias, etc.” (p. 35). O autor o define como um conjunto de ideias ao redor das quais o campo científico se estrutura, composto por um propósito filosófico que justifique a sua formação e demarcação, como conceitos e teorias orientados por objetos e objetivos, todos ligados a uma base ontológica e epistemológica. Além disso, é importante que haja a demarcação do contexto de atuação que defina o seu objeto autônomo, suas relações disciplinares, suas fronteiras e outros marcadores conceituais que atribuem identidade própria a uma disciplina científica.

Na concepção do autor, há oito componentes que compõem o sistema conceitual de uma disciplina científica. No centro do sistema está a **problemática** (P) estabelecendo relações com os demais componentes, configurando-se como o conjunto de problemas relativos aos

domínios (D) e que são abordados por uma **metódica** (M), apoiados em uma **base filosófica** (G), **uma base formal** (F), **uma base específica** (E), e um **fundo de conhecimento** (K), e da qual decorre o seu **objetivo** (O). Tal esquema pode ser representado pela seguinte equação: $C_P = (G_P, F_P, E_P, K_P, D_P, P_P, O_P, M_P)$.

Embora o autor considere a problemática (P) como ponto de partida para formação dos demais componentes do sistema conceitual, nota-se que nenhum deles é individualmente dinamizado, mas, tanto a formação quanto a articulação deles no processo de produção de conhecimento decorrem de um movimento inter-relacional.

De acordo com a teoria do autor, a **base filosófica** é “constituída por uma visão geral acerca do mundo, do conhecimento e da boa conduta” (BUNGE, 1980, p.35). É o cenário que origina à problemática que, por sua vez, demandará a estruturação dos demais componentes. Deve ser composta por uma ontologia mutável, de acordo com o ambiente em que está inserida. Deve, também, estar apoiada em uma perspectiva crítica e realista do conhecimento, evitando padrões e idealismos, como ontologias permanentes e objetos de investigação ilusórios. Da mesma forma, a **base formal** corresponde ao conjunto de teorias cujas características devem ser lógicas, atuais e utilizáveis e não vazias de sentidos e significados reais, nem corresponder a um formalismo obsoleto, sem aplicações ou em desacordo com a realidade.

A **Base específica** corresponde ao conjunto de conhecimento originados de outros campos de pesquisa que demonstram relevância e contribuem para a construção de uma base formal e autônoma; todos enunciados que a constituem devem apresentar caráter de atualidade e serem confirmados, embora não definitivos. Diferente do **Fundo de Conhecimento**, que além de corresponderem ao conjunto de conhecimento obtidos no próprio campo, referem-se a teorias, hipóteses e dados também confirmados, mas adquiridos em épocas passadas.

Os **Domínios** correspondem ao conjunto dos objetos decorrentes da base específica e do fundo de conhecimento, sendo a base constitutiva do objeto de estudo de uma ciência. É imperativo que seja composto unicamente por coisas do universo real ou supostamente real.

A **Problemática** corresponde à totalidade dos problemas descendentes diretamente dos domínios e abordados pela metódica, orientados pelas bases filosófica, específica, formal e pelo fundo de conhecimento, ou por outros componentes da mesma natureza. É composta, exclusivamente, por problemas cognoscíveis e passíveis de serem abordados e estão sujeitos a um conjunto de métodos que viabilize a sua abordagem.

O **objetivo** corresponde ao conjunto de metas das pesquisas de uma ciência que intencione fornecer respostas às problemáticas, devendo ele consistir no descobrimento de

necessidades ou leis dos domínios, na sistematização destes em hipóteses passíveis de serem verificadas como verdadeiras ou falsas.

Por fim, a **metódica** consiste em um conjunto de métodos aceitáveis, ainda que não sejam comprovadamente eficientes, utilizados para abordar os problemas à luz das bases filosóficas, formal, específica e do fundo de conhecimento. Tais métodos devem ser passíveis de análises, críticas e adequações que viabilizem comparações entre eles e diferentes métodos, bem como entre diferentes resultados alcançados por meio deles.

Para fins de exemplificação acerca da organização conceitual de uma disciplina científica, o autor considera a dinâmica da Química e da Sociologia. Para ele, ambas estão em movimento, não se ocupam da investigação de objetos sobrenaturais e as suas bases formais estão sempre em processo de atualização. Uma análise mais detalhada sobre as bases conceituais das Química e da Sociologia apresentada pelo autor baseada na proposta dos oito componentes sugeridos por ele está disposta no Quadro 1.

Quadro 1 – Componentes do Sistema Conceitual da Química e da Sociologia

COMPONENTES DO SISTEMA CONCEITUAL	QUÍMICA	SOCIOLOGIA
Base Formal	Matemática.	A Sociologia Matemática está se desenvolvendo rapidamente.
Base Específica	Física.	Psicologia e Biologia.
Fundo de Conhecimento	É extenso, referindo-se a uns cinco milhões de espécies químicas.	É restrito, mas cresce tanto em volume quanto em profundidade.
Domínio	Conjunto dos Sistemas Químicos.	Classe dos sistemas sociais
Problemática	Conjunto de questões cognoscitivas relativas à estrutura e à dinâmica molecular.	Conjunto de problemas referentes à natureza, emergência, desenvolvimento e de sistemas sociais.
Objetivo	Descobrimto e sistematização das leis dos processos químicos.	Descobrimto e sistematização das leis dos processos sociais.
Metódica	Método científico geral e outros métodos específicos físicos e químicos.	Método científico geral e outros métodos específicos, tais como o método de observação de pequenos grupos e pesquisa de opinião.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Bunge (1980).

Vale ressaltar duas percepções na narrativa de Bunge (1980) sobre a constituição desses componentes cognitivos: eles são inter-relacionados e mutáveis, à medida em que se desenvolvem as pesquisas no campo e em outros campos. É importante resgatar que esse aspecto da mutabilidade também faz parte da narrativa de Kunh (1998). Ao propor a teoria da estrutura das revoluções científicas, o autor defende o ajustamento dos paradigmas que regem

as pesquisas científicas às descobertas da ciência e dos campos científicos no tempo e no espaço, conforme a mudança de entendimento de problemáticas atuais ou surgimento de novas.

Também compõe a interpretação de Whitley (1974), ao afirmar que as centralidades cognitivas de um Campo Científico são fluidas, o que faz com que a formação social em torno do seu conjunto de conhecimento também seja fluída. Nesse sentido, ele afirma que uma nova estrutura cognitiva pode surgir até mesmo a partir de uma estrutura social já posta, mas cujo modo de compreensão sobre o conjunto de conhecimento sofreu mudanças e que tais mudanças podem ser influenciadas pelo entendimento de cada sociedade no tempo.

Contribuindo com tal perspectiva e influenciado pelos escritos sobre a teoria do capital de Bourdieu, Thomson (2018) afirma que:

Apesar de um campo poder ser visto estaticamente (sincronicamente), em qualquer ponto particular do tempo, em termos de sua estrutura e das posições das relações dentro dele, a característica mais importante de um Campo é que ele é dinâmico – ele existe no tempo e através dele (diacronicamente), nas trajetórias de tomadas de posição e estratégias. (THOMSON, 2018, P. 141).

Apesar da necessidade dos componentes constitutivos propostos por Bunge (1980), uma ressalva feita pelo autor, ao final das discussões, é salutar para a compreensão do aspecto evolutivo de formação das ciências: um campo de pesquisa que não conte com tal estrutura, ou que não apresente tais componentes bem definidos, será considerado como não-científico. Contudo, não significa que eles não possam se desenvolver a ponto de alcançar as condições para apresentar um estatuto científico completo. Ferraz, Alfonso-Goldfarb e Waisse (2013), refletem que, no contexto da Nova Ciência, as áreas de conhecimento cujo estatuto ainda não tenha sido aceito como científico devem ser alvo de investigação, visto que também produzem um conjunto de conhecimentos cujas propriedades são importantes para o funcionamento do todo em uma dinâmica científica complexa. Price (1976) já afirmava que a Ciência pós-moderna não se acha tão fragmentada em disciplinas herméticas – Física, Química, Botânica, etc.

Para compreensão da formação do sistema social da ciência, vale destacar a afirmação feita por Whitley (1974, P. 76): “é improvável que uma vez que um ‘dogma central’ tenha emergido – mesmo que fortuitamente – uma estrutura social para assegurar a sua continuidade e aplicação não surja”. Assim, ainda de acordo com Bunge (1980), em consonância com o sistema conceitual aqui apresentado, forma-se um segundo sistema, composto por um conjunto de componentes estruturais responsáveis pelo estabelecimento, funcionamento, desenvolvimento e manutenção do primeiro, denominado sistema **concreto/material**.

Ele é estabelecido por um dos mais importantes componentes científicos: a comunidade científica, que tem o papel de instituir as condições estruturais para que os componentes do sistema conceitual sejam produzidos, comunicados, difundidos, aplicados, discutidos e atualizados. Além de serem responsáveis por regulamentar o funcionamento do campo. Este sistema é composto por pessoas, instituições e instrumentos que promovem o compartilhamento, integração, circulação e uso das ideias e métodos presentes no Sistema Conceitual.

Para que tais ações sejam possíveis, são necessários componentes como Cursos de Graduação e Pós-Graduação, Entidades Profissionais, Entidades acadêmicas, Agências de Fomento; veículos de comunicação científica; e frentes de pesquisa (BAZI; SILVEIRA, 2007), grupos formais e informais de pesquisa; produção científica primária, como dissertações, e teses, publicações científicas (PARLEMITI; POLITY, 2002), entre outros componentes que possam contribuir para a constituição de espaços e instrumentos para construção, validação, compartilhamento e atualização do conhecimento; para formação de novos pesquisadores e aplicação metodológica; para planejamento, regulamentação, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pela comunidade científica e canal de comunicação entre a comunidade científica e a sociedade. Ou seja, qualquer componente, independente da sua dimensão e âmbito de atuação que faça parte da engrenagem que movimenta o processo de pesquisa pode ser considerado parte do sistema **concreto/material**.

Contudo, destaca-se que: para que uma disciplina seja reconhecida como científica, contar com uma estrutura composta pelos componentes aqui apresentados não é suficiente, sobretudo diante da dinâmica da ciência pós-moderna, cuja formação dos campos científicos sofre influências do modo complexo e utilitário de se fazer ciência.

Por isso, apesar de as comunidades científicas contarem com autonomia de constituição, a sua institucionalização acontece a partir do reconhecimento e legitimação conferidos pelas instituições reguladoras, que possuem autoridade para atestar que o objeto a ser institucionalizado atende aos critérios consensualmente estabelecidos. De acordo com Lyotard (2009), tais instituições representam o papel de um legislador autorizado a estabelecer condições que determinam se um discurso faz parte de uma comunidade e se a comunidade pode ser inserida no conjunto de disciplinas consideradas científicas (LYOTARD, 2009).

Dessa forma, assim como Bunge (1980) atribui a constituição de um campo no sentido concreto/material e conceitual, Whitley (1974) sugere que o reconhecimento institucional e aceitação de tais estruturas também ocorrem em dois sentidos: **cognitivo** e **social**, ambos padronizados em graus, inter-relacionados e interdependentes.

O grau de desenvolvimento diz respeito à cinco aspectos básicos explorados de maneira pouco explícita, pouco explicativa e pouco ordenada por Whitley (1974), que devem sustentar o sistema cognitivo ao redor do qual a comunidade científica se constitui: **definição**, **consenso**, **clareza**, **relevância** e **aceitação**, todos demonstrados por meio da produção formal de conhecimento. O autor explica que uma boa **definição** do objeto de investigação de uma área de pesquisa resultará também em uma boa definição da metódica utilizada para abordá-lo; o **consenso** apresentará o grau de concordância dos membros da comunidade científica específica quanto ao significado, à adequação e à aplicação dos componentes que constituem o conjunto de conhecimento, à **clareza** dos aspectos teóricos e epistemológicos, à legitimação da pertinência e **relevância** dos problemas e das problemáticas, à **aceitação** das soluções encontradas e de que os métodos, técnicas e instrumentos são adequados para tratar os fenômenos em torno do seu objeto de estudo (WHITLEY, 2000).

Outros cinco fatores também são considerados por Whitley (2000) para a contribuição do grau de reconhecimento de uma organização conceitual: *i)* a clareza do limite entre o corpo de conhecimento produzidos e o conhecimento comum; *ii)* capacidade de estabelecer limites identitários com disciplinas correlatas; *iii)* grau de novidade e clareza das descobertas em relação à estrutura de conhecimento e expectativas em um dado contexto; *iv)* capacidade de adequação e relação da descoberta com o corpo de conhecimento já existente; e *v)* grau de independência e autonomia demonstrado pelo seu conjunto teórico, como a construção e utilização próprios de componentes, a exemplos de linguagem, conceitos e métodos;

Este último é considerado, por Whitley (2000), como um dos mais importantes, pois demonstra até que ponto os cientistas e os campos científicos precisam utilizar os resultados, ideias e procedimentos de outros campos para construir afirmações que podem ser consideradas úteis para a ciência e a sociedade. Neste sentido, o autor considera natural e importante o estabelecimento de certo grau de dependência mútua entre os cientistas, o que faz as ciências se manterem interligadas, tanto em sua construção quanto na solução dos problemas complexos e coletivos que a sociedade demanda.

Para Bunge (1980), é salutar estabelecer traços demarcadores entre o escopo dos campos de pesquisa, mas não desprezar a influência de um no funcionamento do outro. A título de exemplo, o autor cita que os projetos de engenharias devem contar com a participação de pesquisadores de outras áreas, como economistas, sociólogos, educadores, higienistas sociais e outros especialistas, com intuito de dirimirem os efeitos negativos causados pela desconsideração de fatores importantes (BUNGE, 1980).

Por outro lado, Whitley (2000) argumenta que a (inter)dependência das ciências está além das ações de contribuições especializadas para fins comuns, incorporadas em projetos de pesquisa interdisciplinares, mas configura-se como uma atividade política que define a agenda de pesquisa, determina a alocação de recursos e afeta a organização de um campo científico. Para o autor, o entrave provocado por um alto grau de dependência é que a produção de conhecimento do campo dependente precisa demonstrar clara aderência ao escopo do conhecimento do campo científico de apoio e ser comprovadamente útil para o desenvolvimento deste, sob a hipótese de não serem publicados e legitimados como conhecimento relevante, sobretudo se o campo dependente for constituído por canais limitados de distribuição das informações produzidas.

Assim, de acordo com Whitley (2000), o grau de dependência pode ser considerado alto e produzir baixa institucionalização cognitiva quando: os membros de uma comunidade científica aderem aos valores básicos e ao modo de ação geral dos cientistas, mas o próprio trabalho intelectual é desconectado e desarticulado em termos de teorias, conceitos e aplicações; há pouca previsibilidade do trabalho individual, ou seja, pouca compreensão dos objetivos da pesquisa de um membro da comunidade; há pouca percepção da articulação do objeto e objetivos das pesquisas com o conjunto de conhecimento da área e pouca distinção entre estes e o conjunto de conhecimento de outras áreas (grau de identidade cognitiva).

Já a institucionalização social, assim como em seus aspectos de constituição, também se processa em torno de “alguma coisa” substancial representada pelos seus componentes cognitivos. Esta pode ser traduzida como a comprovação da capacidade organizacional de produzir conhecimento, se comunicar com outros campos, promover a comunicação entre seus membros, atualizar seus saberes, demarcar suas frentes de atuação e, sobretudo, de garantir a sua manutenção.

Para Pinheiro (2008), a institucionalização social é resultado da capacidade de formar os próprios pesquisadores, constituir e promover os próprios meios de comunicação científica, possuir os próprios espaços de atuação e regulamentação e, sobretudo, condições de acesso à fomento à pesquisa. Tudo isso com autonomia e autossuficiência: é preciso que um campo não dependa, majoritariamente, da utilização de atores, meios, espaços e instrumentos de outros campos para funcionar, o que demonstraria um alto grau de dependência unilateral para adquirir reputação, prestígio e acumular capital científico para ter acesso a recompensas materiais (WHITLEY, 2000).

Para Whitley (1974), a Institucionalização social se refere à criação e manutenção de estruturas concretas e formais sobre as quais os membros da comunidade científica atuam, o

que engloba desde a formação de comunidades científicas em torno de especialidades, apoiadas em instituições e instrumentos que refletem uma identidade⁴, até a sedimentação de toda uma sociedade científica que se articula em torno de interesses comuns e regidos por normas que regulam, comumente, as atividades de todos os cientistas.

Whitley (1974) afirma ainda que a institucionalização social também inclui o grau de integração das estruturas e como essas estruturas contam com a capacidade de participar da disputa pela alocação de recursos para o financiamento das suas pesquisas, o que depende, intrinsecamente, do grau de articulação, coesão, coerência e, principalmente, autonomia dos componentes cognitivos.

Percebe-se que, o protagonismo de uma estrutura social bem definida e organizada em torno da produção de conhecimento é basilar para o estabelecimento de uma estrutura conceitual sólida (WHITLEY, 1974). Isso produz o que constitui um dos principais argumentos que sustenta esse constructo: a forma com a qual o sistema conceitual de um Campo se estrutura e se desenvolve é reflexo da sua organização social, e, para Whitley (1974) é improvável que um alto grau de institucionalização cognitiva se desenvolva sob um baixo grau de institucionalização social. Por outro lado, o autor argumenta que o contrário pode ser verdadeiro, visto que o mínimo de consenso, clareza, relevância e aceitação já é suficiente para agregar membros de uma comunidade científica em torno de um sistema social bem-organizado e com uma base padronizada.

O reconhecimento cognitivo de uma área de pesquisa está amplamente apoiado na organização de trabalho dos seus cientistas representadas pela divisão de trabalho, cooperação e competição dentro do que compõe o seu escopo cognitivo, tudo isso permeado pela capacidade que a comunidade científica tem de gerenciar os mecanismos informais de controle para o desenvolvimento: “se os cientistas que trabalham em um conjunto comum de problemas

⁴ A identidade dos membros da comunidade está amparada, primeiramente, na especialidade científica, o que decidirá a sua atuação na estrutura concreta. Para Whitley (1974) a dinâmica do sistema cognitivo deixará claro “quais as sociedades profissionais um cientista participará, quais reuniões ele frequentará, deixará claro quais periódicos ele examinará, em qual unidade organizacional estará localizado e com quais terá mais contato. Ele será capaz de definir o seu ciclo social profissional e distinguir sua base social de outras. Em contraste, as áreas socialmente não institucionalizadas não terão uma estrutura clara de periódicos, reuniões profissionais e níveis organizacionais e a demarcação social será correspondentemente difícil. No lugar de elaborados meios de comunicação formais e reuniões que servem como dispositivos demarcadores e bases para a identidade social, um conjunto frouxo de arranjos sobrepostos surgirá sem uma estrutura óbvia. Nessa situação, os cientistas podem formar agrupamentos sociais relativamente pequenos e bastante coesos, baseados em um problema comum ou modo de compreensão como meio de lidar com a falta de estrutura externa. Os contatos pessoais serão mais importantes como meio de obter informações e legitimar o trabalho de alguém e as pesquisas de terceiros. Enquanto as áreas altamente institucionalizadas socialmente têm um alto grau de consenso cognitivo, os revisores de periódicos serão capazes de aplicar padrões consciente e coerentes e, em situações em que há baixo consenso cognitivo, os critérios de avaliação serão diferentes e mecanismos adicionais de filtragem tornam-se necessários” (P. 75-76).

não se reconhecem como colegas, o grau de institucionalização social é zero” (WHITLEY, 1974, p. 82).

Para além desse enunciado estrutural acerca da constituição e institucionalização da ciência, encerra-se esta seção com uma reflexão de Souza (2012), que estabelece as relações com a seção posterior. Para ele, a constituição e institucionalização de um campo de pesquisa está imbuída em um complexo contexto que “resulta de uma série de circunstâncias gerais e específicas que a condiciona em seus diversos matizes práticos, científicos, epistemológicos, sociais, políticos, econômicos, culturais e ideológicos” (p.50). É sobre estas circunstâncias, aqui denominadas de fatores influenciadores, que versará a continuação deste constructo, sobretudo os políticos, práticos, sociais e científicos imbuídos nas políticas de financiamento à pesquisa no Brasil e nos aspectos sociológicos que regulam a produção de conhecimento.

Nesse sentido, para além da formação estrutural e atesto de capacidade de funcionamento, o reconhecimento científico está sob o imperativo de instituições que, para Lenoir (2004), guiam, habilitam, controlam e constroem os cientistas à adequação de práticas “imbricadas em uma rede sem costuras com outras formas de práticas sociais, políticas, inclusive estéticas” (p. 14).

Assim, recorre-se, aqui, às noções de *habitus* e capital discutidas por Bourdieu (2007; 2009), nas quais o autor sugere que, em todas as práticas sociais há diferentes níveis de aceitação que, por sua vez, é proporcional ao nível de formação do *habitus*, de forma que, campos sociais que apresentam um *habitus* “bem-formado” recebem mais capital simbólico, são mais facilmente reconhecidos e o seu valor sobrepõe o de outros campos.

3 FATORES INFLUENCIADORES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

Comecemos lembrando que a razão funcional básica pela qual a avaliação de pesquisas sempre existiu e simplesmente não pode desaparecer é que ela serve como um mecanismo de seleção necessário em um sistema finito com recursos finitos confrontados com uma oferta potencialmente infinita.

(Yves Gingras)

Uma citação de Lyortad (2009) exprime a necessidade de se traçar um comparativo temporal da concepção científica que contextualiza a importância do entendimento da mudança paradigmática do fazer científico atual, que, embora mantenha uma rigidez pragmática, em nada se compara às finalidades sociopolíticas da ciência tradicional:

a ciência para o filósofo moderno, herdeiro do iluminismo, era vista como algo auto-referente, ou seja, existia e se renovava incessantemente com base em si mesma. Em outras palavras, era vista como atividade ‘nobre’, ‘desinteressada’, sem finalidade preestabelecida, sendo que sua função primordial era romper com o mundo das trevas, mundo do senso comum e das crenças tradicionais contribuindo assim para o desenvolvimento moral e espiritual da nação.

Porém, as noções sobre as práticas científicas atuais baseadas nas forças que caracterizam a forma não-tradicional do fazer científico, discutidas por Bourdieu (1996), traduzem a passagem de uma filosofia científica analisada à luz de uma concepção estrutural, como visto na subseção anterior, para uma perspectiva relacional, tratada nas próximas páginas, quando o autor estabelece o conceito de Campo. Para ele, Campo é:

[...] um espaço social estruturado, um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um no interior desse universo empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que define sua posição no Campo e, em consequência, suas estratégias. (p. XX)

Face ao exposto, esta seção discorre sobre a mudança paradigmática que alterou as formas de produção e avaliação da ciência. O discurso é conduzido pela articulação entre a produção formal de conhecimento e às políticas de financiamento à pesquisa, como fatores impulsionadores ou limitadores do desenvolvimento dos campos científicos no Brasil.

3.1 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICO-HISTÓRICA SOBRE OS FATORES INFLUENCIADORES DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE UM CAMPO DE PESQUISA NA CIÊNCIA ATUAL

O final do século XX é marcado por uma mudança de concepção sobre o estatuto científico provocada pelas transformações tecnológicas, informacionais e, sobretudo, econômicas intensificadas pós Segunda Guerra e pós Revolução Industrial que afetaram as regras do jogo da ciência (LYOTARD, 2009) e originaram uma crise paradigmática jamais antevista (PRICE, 1976), assinalada pela intensificação das relações entre a ciência, a indústria, os interesses econômicos privados e o poder político. Isto alterou o modo de se produzir conhecimento científico, o modo de ação das instituições de pesquisa e as conexões destes com o mundo social e natural, o que, para Lenoir (2004), esfacelou a fronteira entre a produção científica e a produção industrial.

Tais características impulsionaram a formação de um novo *ethos* científico (GARCIA; MARTINS, 2009). É sob este novo *ethos* que as disciplinas científicas tradicionais se adequam e novas disciplinas científicas nascem: “como uma nova maneira de considerar o mundo e essa nova maneira se estrutura em consonância com as condições culturais, econômicas e sociais de uma época (FOUREZ, 1995, p. 106), tendo o papel de maximizar o desempenho dos sistemas para o desenvolvimento (LYOTARD, 2009).

Ainda de acordo com Garcia e Martins (2009), esse novo *ethos* está apoiado em duas bases que regulam as atividades intelectuais e as fazem funcionar: uma de cunho ideológico, na qual a maturidade científica é atribuída de acordo com os níveis de aplicação de uma pesquisa às necessidades e interesses industriais; e outra, de cunho pragmático, que condiciona a necessidade de a Ciência e dos Campos Científicos estabelecerem e sustentarem relações com a indústria como critério de acesso à recursos financeiros e garantirem manutenção e desenvolvimento. Assim, “mais do que estar a serviço da tecnologia e da indústria, a ciência encontra-se hoje determinada por elas” (GARCIA; MARTINS, 2009, p.83).

Esse novo padrão de racionalidade adiciona fatores externos aos aspectos estruturais e

organizacionais discutidos na seção anterior. Nele, as atividades dos cientistas estão alicerçadas em um conjunto de práticas que visa estreitar os laços entre a agenda da ciência – conjunto de interesses relativamente articulados da comunidade de pesquisa – e as agendas da sociedade, que envolvem uma pluralidade de atores e interesses, o que define o conjunto de leis, regras, práticas e orientações pelas quais a pesquisa científica é conduzida.

Nesse mesmo contexto, Velho (1989, p.12) afirma que “a ciência deixou de ser valorizada simplesmente por avançar o conhecimento e passou a ter sentido por seus resultados em termos de impacto na sociedade e na produção”. Dessa forma, as atividades científicas “antes ancoradas na genialidade do pesquisador, passam a ser entendidas como socialmente orientadas e voltadas para atender aos interesses da classe econômica dominante” (HESSEN, 1931 apud GOMES, 2014, p. 41).

Essa nova dinâmica interfere diretamente no processo de reconhecimento dos componentes sociais e cognitivos dos campos científicos. Para Whitley (2000), passam a serem vistos como uma categoria particular de trabalho organizado cuja estrutura funciona para produzir conhecimento que contribuam para os fins coletivos, de forma que a reputação de seus atores e instituições dependem do grau de contribuição com interesses especializados, atestada, principalmente, por meio da produção formal de conhecimento. Por sua vez, o sistema de vigilância, controle e avaliação de tal produção torna-se cada vez mais rígidos, a fim de garantir o cumprimento de padrões estruturais e de critérios práticos socialmente orientados.

Ainda de acordo com Whitley (2000), um dos aspectos intrínsecos ao processo de institucionalização da ciência é a maneira com a qual cada Estado orienta a organização e o controle da produção formal de conhecimento e de como os pesquisadores, coletivamente, são capazes de controlar os padrões que governam as prioridades de pesquisa por meio de avaliação de desempenho, em concordância com os fornecedores de fundos para pesquisa, ambos atrelados à confiança da avaliação por pares, autorizada a atestar os méritos das pesquisas sólidas publicadas, principalmente, em periódicos científicos, o que decidirá o valor dos resultados da pesquisa e a qualidade dos candidatos a pesquisadores.

O autor reconhece que, embora os cientistas compitam por diferentes tipos de reconhecimento, concedidos por meio das contribuições para diferentes objetivos, cujos produtos são avaliados por diferentes grupos de pessoas, as circunstâncias acerca das políticas científicas e tecnológicas se tornam mais relevantes do que aquelas teoricamente orientadas. De acordo com Speay (1972), este cenário faz com que a Ciência seja cada vez mais introduzida em esferas centrais da sociedade, fomentando as políticas científicas para o progresso.

Para melhor compreensão, é importante contextualizar (conceitualmente) que a política científica e tecnológica

representa o conjunto de medidas governamentais que visam simultaneamente apoiar as atividades de pesquisa científicas e tecnológicas e explorar seus resultados de acordo com objetivos políticos gerais [...], determinada pela ideia de uma integração deliberada entre atividades científicas e tecnológicas, de um lado, e de decisões de caráter social, político, econômico e militar, de outro (DIAS, 2011, p. 326 apud, SALOMON, 1970).

O próprio processo de industrialização e de avanços tecnológicos que influenciaram as revoluções científicas e a reforma no pensamento dos pesquisadores, são as que, hoje, colocam a ciência de volta a um contexto que despreza as áreas não nucleares, não prioritárias e as ciências sociais, voltando a hierarquizar as disciplinas científicas sob novos moldes. Neles, cria-se uma elite de disciplinas científicas que monopolizam os repasses financeiros para o desenvolvimento de uma ciência aplicada ao desenvolvimento de uma elite econômica (WHITLEY, 2000).

Como afirma Santos (2008),

No domínio da organização do trabalho científico, a industrialização da ciência produziu dois efeitos principais. Por um lado, a comunidade científica estratificou-se, as relações de poder entre cientistas tornaram-se mais autoritárias e desiguais e a esmagadora maioria dos cientistas foi submetida a um processo de proletarianização no interior dos laboratórios e dos centros de investigação. Por outro lado, a investigação capital-intensiva (assente em instrumentos caros e raros) tornou impossível o livre acesso ao equipamento, o que contribuiu para o aprofundamento do fosso, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, entre os países centrais e os países periféricos (SANTOS, 2008, p. 58).

Complementando a citação acima, vale ressaltar que essa nova organização aumenta também o fosso entre disciplinas tradicionalmente reconhecidas como nucleares, consideradas úteis em um contexto local e as disciplinas de meio (e não de fim), cuja contribuição social ainda é questionável (pensamento culturalmente fomentado), e entre as disciplinas que estão em processo de formação.

Em outras palavras, a hierarquização da ciência, antes ancorada nos paradigmas dominantes, foi substituída pela hierarquização de acordo com a posição no sistema de recompensa que define quais ciências podem contribuir mais ou contribuir menos com o desenvolvimento econômico local de acordo com as suas necessidades particulares. Também passou a fazer parte dessa organização hierárquica novos atores que passam a exercer o papel

de decisores de tais necessidades, e, conseqüentemente de fornecedores de recursos e avaliadores.

Nesse sentido, percebe-se que as políticas científicas funcionam como agentes de reconhecimento, visto que deixam de ser mais do que a ação de alocar recursos para o desenvolvimento de atividades de pesquisa, mas passam a ser a modelagem do que e de quem é realmente importante para o desenvolvimento do conhecimento científico (DIAS, 2012).

Kneller (1980, p. 279) afirma que “A ciência se tornou o núcleo de uma indústria do conhecimento, convertendo os *inputs* programados de recursos humanos e dinheiro nos *outputs* programados de descobertas explicáveis”. Por isso, o governo e a indústria passam a definir quais são os problemas relevantes e os critérios de seleção e avaliação de projetos; a orientar as atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D); as políticas de financiamento às atividades à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), fazendo com que o produto científico adquira o caráter de mercadoria e passam a concorrer com aqueles econômicos dentro da dinâmica de produção científico-tecnológica (MOREIRA JÚNIOR; ANDRADE, 2014).

Como narram Schwartzman (1989)⁵, Whitley (2000) e Martins (2009), dois acontecimentos marcaram as principais mudanças no cenário político-econômico mundial (ocidente) que reverberaram no modo de se fazer ciência: a Segunda Guerra mundial e o fim da Guerra Fria.

De acordo com Schwartzman (1989), no período anterior à Segunda Guerra, as atividades científicas mantinham poucas relações com a tecnologia, de modo que a informação tecnológica era produzida por um tipo distinto de conhecimento, que não o científico. Este estava reservado aos espaços acadêmicos, com exceção de algumas áreas em que havia sobreposição devido ao caráter aplicado, como a indústria da Química e as Ciências da Saúde.

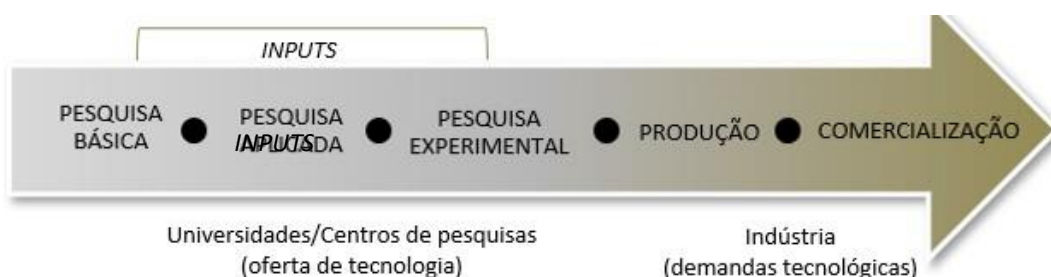
Com a segunda Guerra mundial, a ciência passou a fazer parte de um dos principais apoios da política e da economia (MARTINS, 2009), sobretudo quando orientadas às estratégias

⁵ Palestra proferida por ocasião do "II Módulo do Programa de Política e Administração em Ciência e Tecnologia" 1989. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/posguerr.htm>

de guerra dos países mais envolvidos, com destaque para a União Soviética⁶, a Alemanha⁷, e os Estados Unidos⁸.

O fim da Segunda Guerra encorajou grande parte dos Estados ocidentais a reduzir a quantidade de financiamento para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) militar, reorientando-o às pesquisas fundamentais – conforme proposto no Relatório *Science: the endless frontier* preparado por Vannevar Bush, enquanto Diretor da *Office of Scientific Research and Development* –, que apresentou o modelo linear de Ciência e Tecnologia (DIAS, 2011), representado pela Figura 2.

Figura 2 – Modelo linear de Ciência e Tecnologia



Fonte: elaborado pela autora com base em Viotti e Macêdo (2003).

Nesse modelo, há uma relação direta entre a quantidade e qualidade dos recursos financeiros empregados nas pesquisas e os resultados destes em forma de inovação tecnológica

⁶ Mesmo antes da segunda Guerra, começa a ser difundida, na União Soviética, a ideia de ciência como parte das atividades produtivas (SHCWARTZMAN, 1989), sobretudo com a publicação do *The Social Function Of Science* por John Desmond Bernal (1901-1971), que defendia que o objetivo central da ciência era o utilitarismo pelas esferas da sociedade e a promoção do bem estar social para isso, deveria receber apoio estatal, lançando bases para discussões para políticas científicas utilizadas até os dias de hoje (OLIVEIRA 2017).

⁷ Na Alemanha, a Ciência foi colocada à serviço dos militares e a serviço da nação, o que representava uma orientação utilitária a serviço da doutrina antisemita (SHCWARTZMAN, 1989). Os conteúdos para produção de conhecimento e ensino das ciências, por muito tempo, foram pautados em quatro pilares definidos por ordem de importância: i) tendências hereditárias; quadro geral de raças; ii) o caráter; iii) constituição física ou “corpo”; iv) conhecimento. Contudo, o último pilar era modulado pelos fundamentos do que era denominado como “Ciências da Defesa”, e não ao conhecimento científico como um todo (MANN, 1938 apud LOPEZ; ORTEGA; MATTOS, 2020). E um aspecto utilitário moldado ao contexto do momento promoveu a militarização da ciência e os conteúdos das Ciências Naturais deveriam ser orientados à temáticas militares, como manipulação de armamentos, logística e estratégias de batalha (LOPEZ; ORTEGA; MATTOS, 2020). Os conteúdos tradicionais do Campo da Física, como mecânica, termodinâmica, óptica e eletricidade deveriam ser contextualizados nas situações de guerra. (LENARD, 1936 apud LOPEZ; ORTEGA; MATTOS, 2020). Os conteúdos do Campo da Química deveriam se referir a gases venenosos e aos compostos explosivos. Já no Campo da Biologia, os conteúdos deveriam ser orientados às questões de hereditariedade das características físicas, mentais e espirituais e às teorias de seleção envolvendo os judeus e os alemães (LOPEZ; ORTEGA; MATTOS, 2020).

⁸ Durante a Guerra, havia, nos Estados Unidos, a crença em que a Ciência poderia resolver todos os problemas inerentes à participação do País no evento, desde que fossem empregados recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades científicas precisas e orientadas às estratégias, e que fosse suficiente para fornecer liberdade aos cientistas para que eles explorassem todos os limites do conhecimento necessário para alcançar os objetivos (SHWARTIZMAN, 1989). A título de exemplo emblemático dos reflexos dessa nova forma de organização científica nos Estados Unidos, pode-se citar o projeto Manhattan de 1942 que visava a construção da bomba atômica antes que os cientistas alemães o fizessem, o que contou com a participação de mais de 100.000 cientistas sendo financiados por mais de US\$ 2 bi (MARTINS, 2009).

e desempenho (VIOTTI; MACÊDO, 2003). Neste fundamento, quanto mais recursos financeiros concedidos aos incrementos humano e material são alocados no processo de pesquisa e desenvolvimento, maior será a produção de tecnologias e inovações visando o desenvolvimento econômico e o bem estar social, um cenário comum em países subdesenvolvidos.

A proposta de Vanevar Bush foi tão bem aceita que, segundo Dias (2011), o investimento do governo norte americano em pesquisas científicas aumentou de US\$ 6,2 bilhões em 1955 para US\$ 35,9 bilhões em 1970. A título de exemplo consequente, Martins (2009) apresenta um estudo de Sheldon Krimsky, pesquisador da Universidade de Tufts (EUA), que revela que, entre os anos de 1983 e 1988, aproximadamente 35% pesquisadores do campo a biologia e da biomedicina vinculados à *National Academy Of Sciences* mantinha relações profissionais sob o título de consultores, conselheiros, diretores ou gestores com a indústria da biotecnologia.

Tais características foram intensificadas com o fim da Guerra Fria, que provocou: o declínio das economias políticas baseadas na combinação de produção em massa com marketing em massa e o estado de bem estar social; o crescimento das indústrias intensivas de pesquisa e da produção de conhecimento formal, incluindo a expansão e diferenciação das organizações formais de produção de conhecimento; e o desenvolvimento de políticas estatais mais diretivas e sistemáticas para Ciência e Tecnologia em favor da economia e da inovação orientado ao bem estar social (WHITLEY, 2000).

Um exemplo destas intensificações é apresentado em um estudo realizado por Krimsky (1996 apud MARTINS, 2009), que revela que um terço dos artigos publicados pelos pesquisadores da Universidade de Massachusetts, já no ano de 1992, eram assinados por autores principais que tinham interesses financeiros nos resultados.

No âmbito dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, Speay (1972) afirma que os governos fazem uso da ciência para resolver problemas cujas soluções não foram encontradas pelos demais setores, como economia e política, ou para articular as ações das atividades científicas com as destes setores.

Em uma perspectiva mais ampla, para além da comercialização como ponta do processo linear de ciência e tecnologia, Bunge (1980) complementa que a função da política científica em países subdesenvolvidos é analisar sistematicamente o macroambiente e informar às autoridades sobre as áreas que precisam de desenvolvimento.

3.2 A INFLUÊNCIA DAS POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO À PESQUISA NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA BRASILEIRA

De acordo com Ferreira (2007), os reflexos desse novo padrão de racionalidade no Brasil redirecionaram aos arranjos institucionais ligados à produção de conhecimento científico ao papel de reorganizar a sociedade brasileira. Para ele, o entendimento local sobre a ciência não se limitou a distinguir ciência básica de ciência aplicada, mas de uma reforma institucional estrutural que adequasse as instituições científicas à proposta de uma destinação social do conhecimento científico no processo de renovação do país, de forma que a produção formal de conhecimento deixaria de ser um simulacro de teorias filiadas às correntes do pensamento científico europeu, para se tornar uma unidade interventora de ações políticas e sociais.

Para isso, o complexo institucional de pesquisa deveria ser orientado pela missão de

conhecer objetivamente a realidade social e o mundo natural brasileiro, revelar seus problemas e potencialidades e, finalmente, encaminhar soluções práticas que se materializassem em realizações, tais como o controle das epidemias, a construção de estradas de ferro, a elaboração de levantamentos geológicos e hidrográficos, a implantação de linhas telegráficas ou a descrição detalhada da flora e da fauna (FERREIRA, 2007, p. 4)

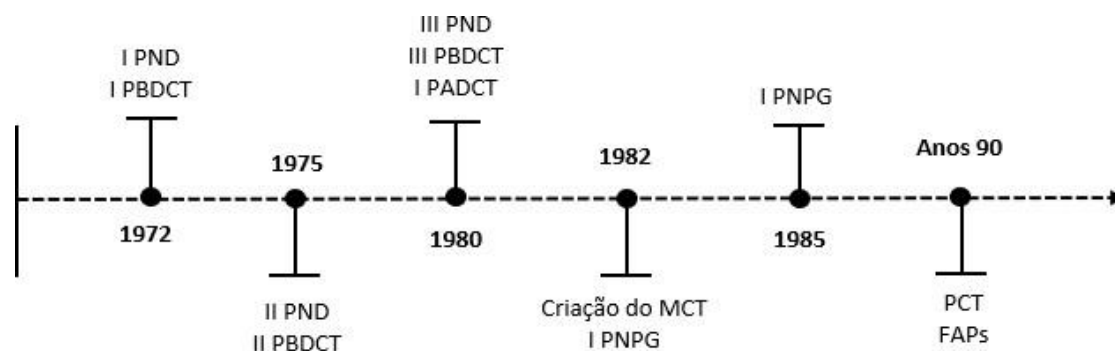
Por sua vez, as instituições responsáveis e interessadas, sobretudo o poder estatal, utilizam tais informações como critérios para a distribuição de recursos para a produção de conhecimento e formação de recursos humanos para o desenvolvimento de pesquisa básica, aplicada e desenvolvimento experimental que objetivassem desenvolver a economia da nação, cerne do desenvolvimento dos aspectos naturais, biológicos, políticos e culturais da sociedade.

Em sua totalidade, atualmente, as políticas científicas ocupam o *locus* central da construção de diferentes políticas públicas que visam apoiar as esferas – indústria, saúde, agricultura, educação, inclusão social, etc. É sobre estes aspectos de interesse que os dominantes do jogo de poder estabelecem as regras nos âmbitos dos programas de pesquisa, dos instrumentos de financiamento, das Instituições e da dinâmica de produção de conhecimento (DIAS, 2012).

Sob o prisma cronológico, os Planos Nacionais para o Desenvolvimento (PNDs) e os Planos Brasileiros para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCTs) iniciaram um processo estratégico de desenvolvimento econômico atrelado a políticas científicas, que culminou no investimento em Pós-Graduação como parte dessa estratégia, da criação dos Planos Nacionais da Pós-Graduação (PNPG) e do Plano de Capacitação Tecnológica (PCT).

No desenvolver destas ações, foram criados o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT), atual ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) e as Agências de Amparo à Pesquisa (FAPs), como mostra a linha do tempo representada pela Figura 3.

Figura 3 – Processo de apoio à institucionalização da Pós-Graduação no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com base em Morosini (2009).

De acordo com a narrativa de Morosini (2009), o I PND (1972/1974) propunha o desenvolvimento econômico a partir do investimento de capital público, privado e estrangeiro. Em consonância, o I PBDCT (1972/1974) direcionou os recursos orçamentários da Ciência e Tecnologia (C&T) para o desenvolvimento de tecnologia, para o setor industrial, de pesquisa básica e na formação de recursos humanos de alto nível.

O II PND (1975/1979) visou diminuir o desequilíbrio econômico e Social entre o Brasil e os demais países. Concomitante a ele, o II PBDCT (1975/1979) investiu em tecnologia local, priorizando os setores de energia, transporte, comunicação, urbanismo e ambiente, além de continuar investindo em pesquisa básica por meio da consolidação da formação universitária de pesquisadores, o que contribuiu para o fortalecimento do vínculo entre a Pós-Graduação e a pesquisa.

Influenciados pelos PNDs e PBDCTs, também em 1975, foi publicado o I PNPG, com o objetivo de institucionalizar a Pós-Graduação como responsável pela formação de mestres e doutores, pela capacitação de docentes, além da concessão de recursos para o seu funcionamento, sendo o MEC, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), a CAPES e O CNPq responsáveis por esse financiamento.

Já o III PND (1980/1985) contou uma menor influência do governo Federal e diminuiu a dependência do crescimento econômico das atividades de C&T. Direcionou seus recursos

para os setores de agricultura e abastecimento; de energia e de exportações. Em contrapartida priorizou a transferência de C&T visando maior investimento na ampliação do conhecimento científico por meio da continuidade do investimento em pesquisa básica. Devido a isso, o III PBDCT (1980/1985) direcionou apoio orçamentário à capacitação tecnológica e formação de recursos humanos orientados à área de energia, agricultura e desenvolvimento social.

Dando continuidade às ações de pesquisa atreladas ao desenvolvimento econômico, o PNPG reorganizou o cenário da Pós-Graduação com vista ao desenvolvimento econômico: investiu na capacitação de um corpo docente especializado nas atividades de pesquisa, fortalecendo ainda mais esse papel nas universidades; alinhou os objetivos dos Programas de Pós-Graduação às necessidades do país, desenvolvendo uma política prioritária e utilitarista das pesquisas desenvolvidas por eles; e reforçou o sistema de avaliação das pós-graduações e das universidades, a partir da criação de critérios de avaliação mais definidos. Estes critérios foram aprimorados a partir do III PNPG em 1985, nos quais foram incluídos critérios qualitativos e quantitativos de avaliação dos aspectos internos e externos às universidades e aos Programas e, das pesquisas, passou-se a exigir atendimento das necessidades do mercado de trabalho, do sistema educacional, da capacitação dos docentes universitários, além da interação com a graduação.

Com a ampliação do envolvimento entre as pesquisas e as demais atividades, surge a necessidade de se estabelecer um ministério para administrar seus interesses, regulamentar e fiscalizar as suas ações. Assim, ainda em 1985 é reconhecido o Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT) que fortalece o debate sobre a definição das prioridades de investimentos e garante a ampliação dos recursos para tal. Em complemento ao MCT, as FAPs surgiram, em 1990, com o intuito de descentralizar as linhas de financiamento e garantir o atendimento das necessidades locais do desenvolvimento de pesquisa e de pesquisadores.

O início do século XXI representou um marco para a intensificação das políticas científicas para o progresso no Brasil, considerado pelo próprio MCTIC como o século da CT&I, no qual seria preciso consolidar uma sociedade “onde o conhecimento seja propulsor de conquistas sociais, culturais e econômicas” (BRASIL, p.13), de modo que inserir a ciência como promotora de tecnologia e inovação na agenda política do país seria uma “alavanca para a criação de uma sociedade rica e equitativa” (BRASIL, p.19).

Uma das primeiras ações do então MCT orientadas à atribuição da ciência como parte da estratégia para o desenvolvimento econômico foi o desenvolvimento e consolidação do Livro Verde, lançado em setembro de 2001 na 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, organizada pela Academia Brasileira de Ciência e pelo MCT. O evento teve como

objetivo discutir o papel do conhecimento científico e da inovação (oriunda deste conhecimento) no desenvolvimento social e econômico do país. Oliveira (2003) afirma que esse documento está apoiado no contexto pós Guerra Fria, que ampliou a abertura da economia brasileira e, conseqüentemente, evidenciou a disparidade do seu nível de desenvolvimento em termos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em relação aos demais países, sobretudo os norte-americanos e europeus.

Tal disparidade estava presente desde os níveis de investimentos financeiros até a formação de recursos humanos de alto nível para conceber e gerir as atividades de P&D. Oliveira (2003) ainda afirma que um dos principais argumentos do livro verde reside no fato de que, naquele momento, países subdesenvolvidos não eram dotados de recursos financeiros para investir em P&D tanto quanto os países desenvolvidos, o que ocasionava as anomalias no mercado e acentuava a desigualdade competitiva. Além disso, os países subdesenvolvidos não contavam com estratégias para solucionar este problema, que era tratado por meio da transferência de tecnologia, o que não favorecia o estabelecimento de um ambiente que solucionasse seus problemas a partir de recursos próprios, sejam humanos, técnicos, tecnológicos, financeiros, etc., tornando impossível alcançar tal equidade.

Dessa forma, considerou-se instituir um novo padrão de financiamento, definindo áreas prioritárias para o desenvolvimento (Quadro 2), reconhecendo as deficiências antecedentes, a fim de melhorar a estrutura que suportasse o novo cenário de investimento e utilizando os Fundos Setoriais específicos para promover pesquisas em áreas estratégicas que representavam as tendências econômicas em nível mundial, cujas necessidades de aprofundamento estavam explícitas em nível nacional.

Quadro 2 – Áreas estratégicas para o desenvolvimento econômico: Livro Verde

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO	DESCRIÇÃO
Avanço do conhecimento	Reconhece a importância central de recursos humanos qualificados como antecedente para o avanço do conhecimento científico e tecnológico. Para tanto, são priorizados a educação para ciência e tecnologia, a relevância continuada da pesquisa científica, as respostas do País às demandas das sociedades do conhecimento, a difusão do conhecimento como sustentador de uma economia competitiva, o papel das ciências básicas e sociais.
Qualidade de vida	Preocupa-se com o impacto científico e tecnológico sobre as problemáticas do ambiente, saúde, alimentação, trabalho, lazer e segurança como intrínsecos a qualquer proposta de desenvolvimento científico e tecnológico.
Desenvolvimento econômico	Atribui o papel da Ciência e Tecnologia no crescimento e sustentabilidade do econômico. Congrega a pesquisa científica

	como parte da produção de bens e serviços inovadores, com a diminuição das desigualdades regionais e sociais.
Desafios estratégicos	Visou identificar as problemáticas nacionais durante os 10 anos seguintes. Inclui explorar espaços inexplorados, como os patrimônios naturais e espaços virtuais relacionados à sociedade da informação, além de identificar e investir em setores emergentes, como biotecnologia, nuclear, energias renováveis e limpas.
Desafios institucionais	Visou alinhar os objetivos das instituições e dos dispositivos legais para o alcance dos objetivos estabelecidos, no âmbito das políticas para CT&I.

Fonte: Elaborado pela autora com base no Livro Verde da Ciência Tecnologia e Inovação (2003).

Os desafios estratégicos descritos no Livro verde foram orientados ao investimento em pesquisas e desenvolvimento de inovação nas áreas de Gestão do Patrimônio Nacional (Território; Meteorologia e Climatologia; Meio Ambiente; Biodiversidade; Recursos do Mar; Recursos Hídricos e Recursos Minerais); Fármacos; Energia; Tecnologia da Informação; Telecomunicações; Biotecnologia; Tecnologia Espacial; Tecnologia Aeronáutica; e Tecnologia Nuclear.

Em continuidade ao projeto do investimento em políticas científicas e tecnológicas para o desenvolvimento do País, o Livro Azul foi lançado em maio de 2010, na 4ª Conferência de Ciência Tecnologia e Inovação, e inclui as áreas de Agricultura, Bioenergia, Tecnologias da Informação e Comunicação; Saúde; e Pré-Sal como desafios estratégicos (BRASIL, 2010).

Atualmente, as prioridades para investimento em políticas científicas orientadas ao desenvolvimento do País, de acordo com o cenário mundial atual, estão descritas no documento denominado **Estratégia Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação**, elaborado pelo MCTIC, que revisou e atualizou as estratégias de CT&I para o período de 2016-2022.

De acordo com o documento, é consenso entre os membros da sociedade científica, do governo e da sociedade que a promoção do crescimento econômico no país é dependente das ações que visem o fortalecimento, a expansão e a consolidação do Sistema Nacional de Tecnologia e Inovação, o que é confirmado pela dinâmica de outros países, incluindo os considerados de Primeiro Mundo (BRASIL, 2012). Ele faz referência ao documento *Science, Technology and Industry Outlook*, publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE. Este documento afirma que a crise econômica mundial ocorrida entre os anos de 2008 e 2012, fizeram com que as nações reorientassem suas políticas científicas para solucionar problemas sociais, econômicos e ambientais, o que fez com que os temas segurança alimentar, energética e hídrica se tornassem prioritários.

Particularmente, considerando os desafios nacionais para o desenvolvimento de CT&I,

as assimetrias regionais e as suas relações com as tendências mundiais estabelecidas pela OCDE, atualmente, o Brasil tem incentivado as suas atividades de CT&I em torno de 11 temas estratégicos: aeroespacial e defesa; água; alimentos; biomas e bioeconomia; ciências e tecnologias sociais; clima; economia e sociedade digital; energia; minerais estratégicos; nuclear; e saúde. Assim, os planos de ação em Ciência Tecnologia e inovação, que atendem tanto os interesses estratégicos do país quanto com a Agenda 2030 visam orientar a produção e aplicação de conhecimento científico e tecnológicos no escopo das áreas estratégicas citadas, provendo a infraestrutura necessária para o desenvolvimento de pesquisas.

Para isso, cada plano prevê o aporte financeiro que deve ser direcionado para tais ações até o ano de 2022, como disposto na Tabela 1. Os recursos descritos são oriundos do MCTIC em parceria com diferentes fontes de financiamento atuantes no Sistema Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação – SNCTI, ligados ao CNPq, à CAPES, ao Banco Nacional do Desenvolvimento – BNDES, ao Fundo Nacional de Financiamento de Estudos e Projetos – FINEP, e as FAPs, além de fontes de parceiros externos.

Tabela 1 – Previsão de investimento em pesquisas em áreas estratégicas

ÁREAS	RECURSOS/ANO (R\$ Milhões)					TOTAL
	2018	2019	2020	2021	2022	
Oceanos	14,23	14,23	14,23	14,23	14,23	71,15
Biotecnologia	23,5	16	17	14	10	80,5
Agropecuária sustentável	15,5	12,5	9,5	12,5	0	50
Antártica	3,393	5,3495	5,5315	1,3325	4,934	20,5405
Bioeconomia	15,1	15,2	15,2	15,4	15,6	76,5
Biomas	15,85	37	35	39,5	31	158,35
Inovação para Ciências Humanas e Sociais	21,74	29,47	37,2	44,93	50,86	184,2
Clima	102,1	90,6	264,7	217,1	239,3	967,8
Poção e Divulgação da Ciência e Tecnologia	29,79	18,4	18,44	16,4	18,89	101,92
Segurança Alimentar e Nutricional	27	25,5	22,5	25,5	22,5	123
Saúde	35	34	50	10	54	183
TOTAL	303,203	298,2495	489,3015	410,8925	515,054	2.018,7605

Fonte: Elaborado pela autora com base nos Planos de ação (2018, 2019, 2020, 2021, 2022).

Outro exemplo atual que completa o ciclo da aplicação de políticas de financiamento a pesquisas em áreas estratégicas pode ser representado pela portaria 1.222 de 19 de março de 2020 do MCTIC, publicada no Diário Oficial da União – DOU em 23 de março de 2020, que define as prioridades de investimento em pesquisa científica no país até o ano de 2023. Seus objetivos são:

I - contribuir para a alavancagem em setores com maiores potencialidades para a aceleração do desenvolvimento econômico e social do país; II - promover o alinhamento institucional de todos os órgãos que integram a estrutura organizacional do MCTIC, com intuito de obter sinergia entre eles para melhorar a alocação de recursos orçamentários e financeiros, humanos, de logística e de infraestrutura; e III - racionalizar o uso dos recursos orçamentários e financeiros, conforme a programação inicial do PPA 2020-2023. (BRASIL, 2020, p.19)

Nesses termos, o MCTIC evidencia que a observância da Portaria e a construção de estratégias de investimento são de responsabilidade dos “órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, órgãos específicos singulares, unidades de pesquisa, órgãos colegiados, entidades vinculadas e unidades descentralizadas, previstos no art. 2º do Anexo I do Decreto nº 9.677, de 2 de janeiro de 2019⁹” (BRASIL, 2020), os quais devem priorizar o investimento em pesquisa científicas e desenvolvimento de inovações em quatro eixos, conforme descrito no Quadro 3.

Quadro 3 – Áreas prioritárias para o financiamento à pesquisa e inovação no Brasil

EIXOS	ÁREAS
TECNOLOGIAS ESTRATÉGICAS	Espacial; Nuclear; Cibernética; Segurança Pública e de Fronteira
TECNOLOGIAS HABILITADORAS	Inteligência artificial; Internet das Coisas; Materiais Avançados; Biotecnologia; Nanotecnologia
TECNOLOGIAS DE PRODUÇÃO	Indústria; Agronegócio; Infraestrutura; Serviços
TECNOLOGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	Cidades Inteligentes; Energias Renováveis; Bioeconomia; Tratamento e Reciclagem e Resíduos Sólidos; Tratamento de Poluição; Tratamento, prevenção e recuperação de desastres naturais e ambientais; Preservação Ambiental.
TECNOLOGIAS PARA QUALIDADE DE VIDA	Saúde; Saneamento Básico; Segurança Hídrica; Tecnologias Assistivas

Fonte: Elaborado pela Autora (2023) com base na Portaria 1.222 de 19 de março de 2020 – MCTIC (2020).

Esse alicioamento de interesses em torno de temas específicos movimenta um complicado sistema de pessoas, instituições e instrumentos que constituem a ciência (LENOIR, 2004) e que estão descritos na seção anterior.

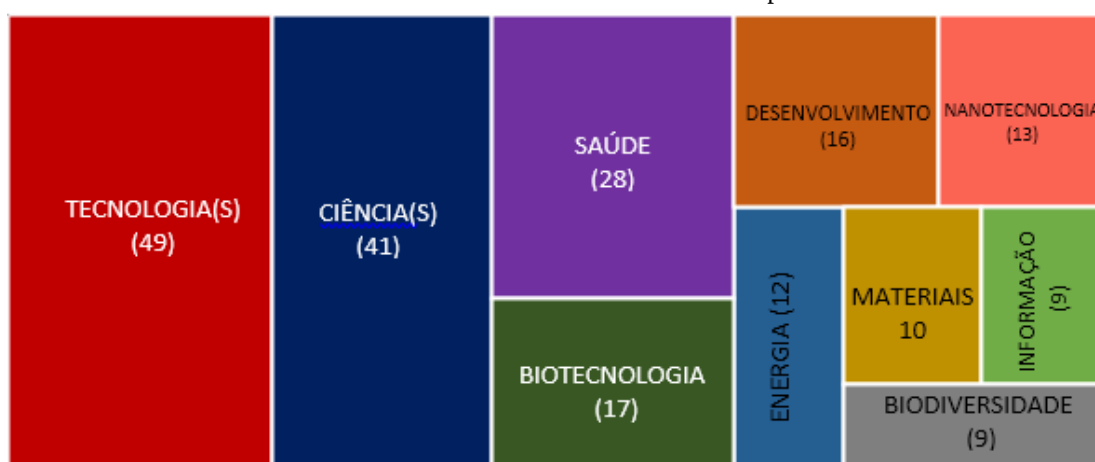
Um estudo realizado por Ribeiro, Oliveira, Denadai e Garcia (2020) revelou o cenário do financiamento à pesquisa científica no Brasil de acordo com a sua distribuição por grandes áreas do conhecimento baseado nos temas dos projetos de pesquisas financiados pelo CNPq, órgão ligado ao MCTC. As autoras analisaram um total de 130 editais de apoio a projetos de pesquisa aos quais 90.342 propostas foram submetidas, sendo 24.660 aprovadas e financiadas.

⁹ Revogado pelo Decreto 10.253 de 20 de fevereiro de 2020.

Dos 130 editais analisados, 121 (93,1%) apresentavam áreas induzidas, ou seja, eram orientados por um escopo específico de temática. As autoras da investigação consideram que isso é um forte indicador da diminuição da autonomia universitária e científica em virtude das políticas prioritárias de financiamento.

Uma análise de frequência de palavras nas seções temáticas dos editais permitiu que as autoras identificassem a centralidade temática apontando o seu alinhamento com as prioridades do Governo Federal a partir das 10 palavras mais frequentes, como aponta o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Centralidade de investimentos por temáticas



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Ribeiro, Oliveira, Denadai e Garcia (2020).

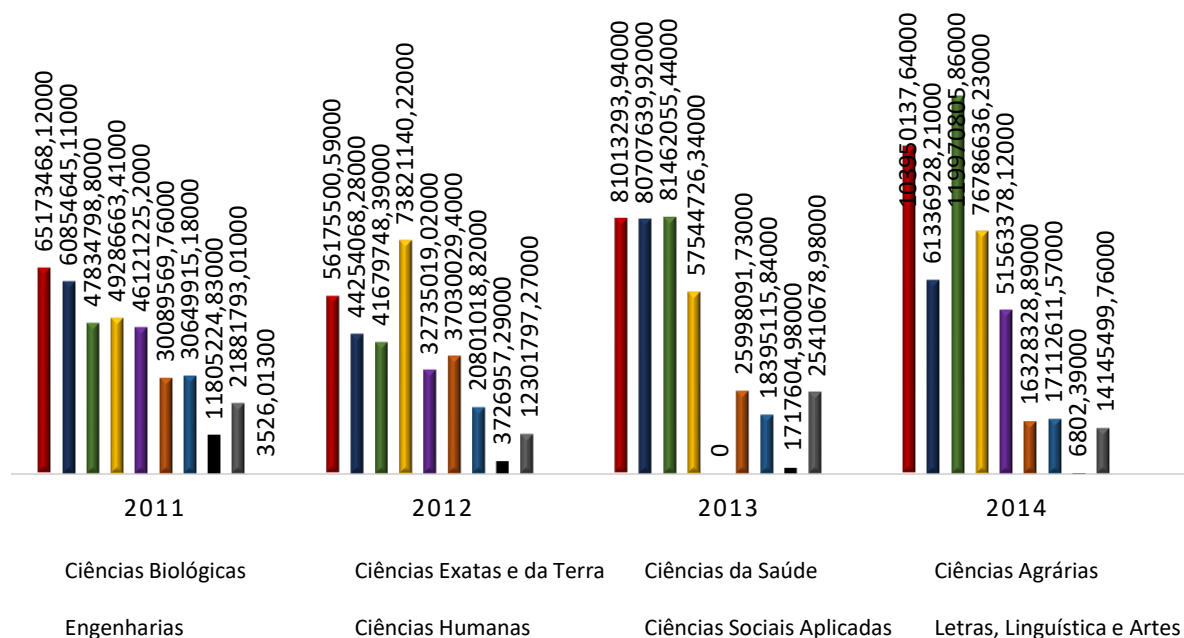
As autoras apontam que há supervalorização da tecnologia nesses editais. Elas afirmam que a predominância do tema “ciência”, em segundo lugar, se deve a sua utilização como um instrumento associado à criação de produtos tecnológicos e de inovação. Argumentam ainda que o financiamento à produção de conhecimento está relacionado às prioridades definidas no Livro Azul de Ciência Tecnologia e Inovação, anteriormente citado neste construto.

Outra reflexão que pode ser feita a partir destes resultados é em como as políticas de financiamento orientadas ao critério utilitário de racionalidade impactam diretamente na formação dos campos científicos que nasceram sob este cenário ou foram frutos dele, e, assim como reorientam os critérios de manutenção dos campos já existentes.

Destarte, um dos resultados apontados pelas autoras diz respeito à distribuição dos recursos para financiamento à pesquisa científica de acordo com as Grandes Áreas de conhecimento, conforme Gráfico 2. O resultado revelou que as áreas que mais receberam recursos no recorte temporal analisado foram as Ciências Biológicas (30%), as Ciências Exatas e da Terra (27%), Ciências da Saúde (13%), Ciências Agrárias (11%), Engenharias (9%) sendo

um menor índice aportado para as Ciências Humanas (2%) e menos de 1% às Ciências Sociais Aplicadas.

Gráfico 2 – Distribuição do financiamento à pesquisa científica no Brasil (2011-2014) - CNPq

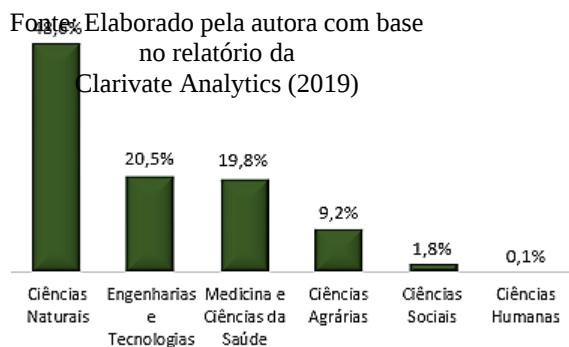


Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Ribeiro, Oliveira, Denadai e Garcia (2020).

Corroborando com os resultados da pesquisa de Ribeiro, Oliveira, Denadai e Garcia (2020) analisaram os dados do último relatório produzido pela Clarivate Analytics (2019). Estes revelaram que, entre os anos de 2011-2018, as áreas que mais receberam financiamento do CNPQ e da CAPES, considerando os artigos publicados em periódicos indexados na Web Of Science (245.185 documentos), foram as relacionadas às Ciências Naturais, Engenharia, Tecnologias e Ciências da Saúde, havendo uma parcela ínfima de investimento nas Ciências Sociais e Humanas, conforme demonstram os Gráficos 3 e 4.

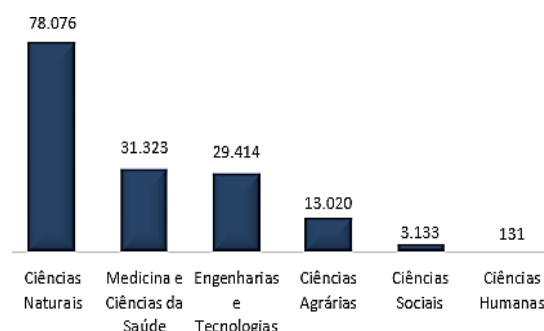
Neste discurso, é importante perceber que, como afirma Dias (2012), embora o investimento em pesquisa científica ainda esteja amparado em um entendimento majoritariamente orientado à inovação e tecnologia, convém ressaltar que tal entendimento é mutável de acordo com cenários políticos, econômicos e sociais historicamente construídos, fazendo com que a dinâmica central da produção de conhecimento formal seja, de acordo com Rosa (2008, p. 108) “resultado de práticas intersubjetivas, negociadas e atualizadas no cotidiano”.

Gráfico 3 – Distribuição de financiamento por área - CAPES



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base no relatório da Clarivate Analytics (2019).

Gráfico 4 – Distribuição de financiamento por área - CNPq



Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base no relatório da Clarivate Analytics (2019).

A título de exemplo, foi notório o esforço da comunidade científica mundial, com base no caráter utilitário da ciência, em busca de respostas à complexa problemática que emergiu em virtude da pandemia do Novo Coronavírus SARS-Cov-2. No Brasil, o cenário mobilizou as entidades de fomento à pesquisa e estas intensificaram aportes financeiros para o desenvolvimento de pesquisa em Saúde.

Um estudo de Silva et al. revelou que 20 instituições, entre públicas e privadas, mobilizaram R\$ 337.460.612,00 por meio de editais e chamadas públicas para o desenvolvimento de pesquisas sobre oito temas: i) insumos para enfrentamento (testes diagnósticos; equipamentos e dispositivos médicos; medicamentos; vacinas e produtos imunobiológicos; outros insumos e novos materiais); ii) prevenção e segurança sanitária (prevenção e redução de contágio); iii) Tecnologia da Informação e Comunicação (aplicação das TICs; telemedicina); iv) sistemas de saúde (infraestrutura; políticas, sistemas de rede e serviços de saúde); v) conhecimento epidemiológico da doença (desenvolvimento de cenários e modelagens; epidemiologia) vi) caracterização da doença e sua história natural (virologia; imunidade e inflamação; modelos experimentais; aspectos clínicos); vii) impactos socioeconômicos (Ciências Sociais; pesquisas econômicas e de comportamento) e outras áreas de pesquisas com aplicação na saúde. A CAPES e o CNPq foram os responsáveis por fornecer maior parte do aporte (47.5%)

Para Whitley (2000) países e estados que cujos padrões de financiamento à pesquisa são mais descentralizados e não dependem majoritariamente de fontes públicas e que a alocação de recursos financeiros é baseada na qualificação e reputação intelectual do pesquisador, a

diversidade das comunidades científicas bem institucionalizadas varia consideravelmente. Isso ocorre em virtude do pluralismo de tomada de decisão e de critérios aplicados à alocação distribuição dos recursos, favorecendo uma variedade de universidades/centros de pesquisa, cientistas e objetos de pesquisa sendo financiados sob diferentes critérios de relevância e impacto, por diferentes tipos de instituições de fomento à pesquisa. Todo esse cenário torna mais difícil a formação de grupos de monopólios dos padrões sociais e intelectuais das agendas de pesquisa.

Por outro lado, ainda segundo o autor, quanto mais os cientistas dependem de decisões de superiores centrais, menos incentivos e autonomia eles têm para dar seguimento às questões consideradas importantes no interior das suas comunidades, o que os desencoraja a formação de objetivos de pesquisa diferentes daqueles já delineados pelas elites dominantes.

Cenários com as características aqui discutidas, com alto grau de centralização das fontes de financiamento, sobretudo quando a centralidade está sob o domínio do poder público, como no Brasil¹⁰, favorece a consciente formação do que Whitley (2000) chamou de uma elite disciplinar acadêmica composta por um núcleo de áreas do conhecimento que se tornam mais capazes de formar recursos humanos de alto nível, construir uma estrutura material sólida (instituições e instrumentos) disputar espaço nos principais periódicos, e, conseqüentemente, manter uma estrutura conceitual/cognitiva sólida e relevante.

Revisitando o discurso de Whitley para o encerramento dessa subseção, uma importante reflexão a ser feita no contexto desse trabalho é que as áreas que apresentam mais dificuldade de se adaptar a um cenário de pesquisa prioritariamente conduzido por políticas públicas centralizadas são as áreas orientadas à administração/gestão, pois além de estarem baseadas em conceitos das ciências sociais, podem ser consideradas “áreas meio”, cuja aplicação direta ao desenvolvimento social econômico pode ser visto como não aparente.

Em termos práticos, duas sínteses de todo esse discurso são: 1) a ciência atual é representada para solucionar problemas que refletem a realidade social, de forma que ela (a ciência) não é mais capaz de ditar as tendências, mas é reflexo de uma dinâmica que está fora dela; 2) esse padrão de racionalidade prioritário faz com que retrato da ciência brasileira seja representado por áreas mais consolidadas, que demonstrem maior capacidade de impacto social e econômico de acordo com os temas considerados relevantes por aqueles que são

¹⁰ Segundo os dados da Clarivate Analytics, 75,39% dos artigos brasileiros publicado em periódicos indexados na Web Of Science foram frutos de pesquisas financiadas por 3 órgãos públicos: o CNPq (37,13%); a CAPES (21,15%) e a FAPESP (17,11%).

autorizados a defini-los. Tais áreas estarão cada vez mais em crescimento, pois são as que continuarão recebendo recursos, em um ciclo retroalimentador de produtividade-investimento.

Assim, tal dinâmica decide, por consequência, quais campos científicos desenvolverão e sustentarão uma organização social definida, capaz de gerar produtos científicos suficientemente definidos para serem aceitos e, por conseguinte, o desenvolvimento e manutenção de alguns Campos Científicos em detrimento à estagnação e atrofiamento de outros.

Para Bourdieu (2004), considerando o Campo Científico como primariamente social, o terreno sobre o qual os cientistas estão apoiados apresenta diferentes níveis e padrões de qualidade. Isso significa que os cientistas (jogadores) que começam a sua atuação recebendo capital estão em vantagem sobre os outros e, assim permanecerão, pois, o Campo precisa de capital para produzir mais capital e continuar avançando.

Além disso, dois consequentes da formação desse novo *ethos* científico no ocidente interferem diretamente na formação dos Campos Científicos e na estrutura da ciência, sobretudo em como alguns Campos Científicos são percebidos, entendidos e (des)valorizados. Nesse sentido, Dias (2011, P. 325) afirma que a política científica “envolve também a moldagem das formas com que as pessoas interpretam socialmente quem são e o que é real e importante, por meio do conhecimento científico e tecnológico”.

Sociologicamente, tal cenário favorece a criação de terreno para altos níveis de competição por reputação e prestígio, espaços de disputas, estabelecimento de relações de poder e jogos de interesse, ações de lutas e resistência visando à conservação de valor (BOURDIEU, 2004).

É fato que houve o estabelecimento de um elitismo acadêmico e universitário, sobretudo no contexto da atual crise política que intensificou os déficits orçamentários para fomento à pesquisa científica e para a manutenção das universidades públicas, responsáveis por mais de 60% da produção científica no País, de acordo com o relatório da Clarivate Analytics (2019), além da crescente retirada da autonomia da ciência e das comunidades científicas frente à produção de conhecimento.

Dessa forma, Kneller (1980), afirma que a ciência pode durar enquanto durarem as civilizações humanas, mas certos governos podem provocar o encerramento de determinados campos do conhecimento conforme conveniência, de acordo com as políticas científicas atuais.

3.3 PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO FORMAL E A MERITOCRACIA PRODUTIVISTA

A forma com a qual os atores das ciências se organizam em torno dos componentes conceituais/cognitivos e a dinâmica destes com os componentes do sistema concreto/material se materializa em forma de produtos científicos/tecnológicos. Dessa forma, os fundamentos dessa seção foram os mesmos que fizeram Lenoir (2004), em seu livro *Instituindo a Ciência: a produção cultural das disciplinas científicas*, repensar o processo de institucionalização da ciência apoiada na sua principal fonte de estruturação e avaliação: os produtos intelectuais. Para ele, as questões de reconhecimento e luta por recursos financeiros associados a tais produtos tem se tornado cada vez mais indissociáveis da produção do conhecimento científico desde a virada para o século XX, fazendo com que as investigações sobre o cognitivo e o social da ciência (ligados ao conceito de Campo - relações entre a ciência e a sociedade -, e não de Comunidade – organização interna) estejam imbricados.

Apoia-se, também, na reflexão de Richard Whitley sobre o que ele considera um forte influenciador no processo de institucionalização de uma ciência: “é frutífero analisar as diferenças na extensão da coerência e coesão entre os produtos intelectuais, seu modo de produção e as características sociais que cercam sua produção, avaliação e revisão” (WHITLEY, 1974, P. 71, tradução nossa).

Vale a pena destacar o apoio sociológico fundamentado em Pierre de Bourdieu, que argumenta a favor de uma atenção para além da preocupação com o produto do conhecimento de determinada disciplina ou com o objeto investigado em um contexto específico ou histórico. Para o autor, é necessário preocupar-se com os modos de geração desse conhecimento e quais problemáticas originaram a sua produção (BOURDIEU, 1983)

Assim, entende-se que é a partir do processo de produção e, principalmente, do compartilhamento das informações provenientes dos resultados de pesquisas, que a ciência pode ser estabelecida, mensurada, avaliada e mantida em um contexto macro. Em um contexto micro (interior das comunidades) é por meio do mesmo processo que são desenvolvidos e apresentados os aspectos teóricos, práticos e epistemológicos (FERREIRA; MARCHIORI; CRISTOFOLI, 2010), formadores do seu sistema conceitual. Também, é por meio do citado processo que os membros da comunidade se conectam e estabelecem o que foi anteriormente discutido e denominado de sistema concreto material.

Neste interim, inclui-se, como fator influenciador da institucionalização da ciência, pautado nos produtos científicos, o cumprimento de um conjunto de regras e padrões de

controle, que incluem a validade e a confiabilidade das fontes de informação atestadas pelos veículos formais de comunicação científica e pelo o impacto destes produtos nas diferentes esferas dominantes da sociedade. São estes aspectos que processam a legitimação desses produtos e fundamenta um dos principais argumentos de avaliação da ciência e, conseqüentemente, da aceitação ou da não aceitação dos Campos Científicos.

Por sua vez, aceitação e avaliação são constituídos por aspectos quantitativos e qualitativos dessa produção como estabelecadores de critérios para a legitimação da pesquisa científica, a partir dos quais se processa uma dinâmica de aculturação dos atores envolvidos nas atividades científicas, a qual pode ser analogada ao que Bourdieu (2007; 2009) chamou de *habitus*: uma estrutura (ordenada sistematicamente, obedecendo a padrões), estruturante (capaz de moldar as práticas de indivíduos, grupos ou instituições) e estruturada (pelas circunstâncias).

Os aspectos quantitativos dessa estrutura estão, também, relacionados às políticas de financiamento, de avaliação e aos índices adotados em escala mundial, que são estabelecidos pelos órgãos reguladores. Ao passo que os aspectos qualitativos se relacionam com o cumprimento do rigor científico estabelecidos pelas áreas de conhecimento, que é atestado, sobretudo pelo processo de avaliação por pares.

Juntos, esses fatores podem representar parte das regras do que Lyotard (2009) considera como um jogo de xadrez e, como tal, define tanto a propriedade das peças quanto a forma de deslocamento destas, de forma que, um “lance” que não esteja de acordo com as regras estabelecidas, não pertence ao jogo. E, para Bourdieu (1989; 1990), do ponto de vista sociológico, todo jogo social (conjunto de pessoas partícipes de uma atividade) é regrado, além de ser lugar de regularidades incorporadas no *habitus*, que só pode exercer poder estruturante porque é estruturado.

Dada a importância do processo de comunicação científica e observando a ciência como um Campo que coexiste com outros Campos e dentro deles, é sobre os produtos intelectuais, objetos dessa comunicação que são exercidas as forças que promovem e controlam o saber científico.

Em seu livro *Campo Intelectual e projeto criador*, Bourdieu (1968) afirma que o a dinâmica pela qual percorre o produto intelectual derivada dos Campos Científicos não é reduzida a um simples agregado de agentes isolados, mas é afetada por um sistema de relações sociais pelo qual se realiza a comunicação, no qual um dos principais aspectos é a posição do criador na estrutura do Campo. O autor compara essas relações a um campo magnético, constituídos por um sistema de força que podem se dispor, se opor ou se compor, constituindo uma estrutura específica que pode ser ou não aceita e legitimada.

Mais tarde, Bourdieu (2004) corroborou com essa lógica ao afirmar que os campos científicos se constituem como um campo de força, nos quais as lutas visam conservação do seu estado valorativo ou a sua transformação. As forças que originam essas lutas são constituídas por elementos como leis de consumo e produtividade, relações de poder, monopólios em seus segmentos, luta pela visibilidade, interferências políticas e jogos de interesses, todos embricados em um fator comum, que dita as regras desde que a ciência utilitarista começou a ser instituída: busca por investimento.

E é este sistema que faz com que a ciência esteja inserida em uma dinâmica social que Bourdieu (2004) chamou de “independência dependente”: É independente por representar uma estrutura social autônoma – “[...] um sistema regido por suas próprias leis” (BOURDIEU, 1968, p. 106). Por outro lado, é dependente, devido às relações de necessidades com certas estruturas, principalmente as políticas e econômicas.

Assim, diante da concepção produtivista e meritocrática que fundamenta a avaliação da ciência brasileira nos últimos anos, Castiel, Sans-Valero e Mel-Cyted (2007) afirmam que a produção e a comunicação científica podem ser uma das principais fontes de geração e acúmulo de capital científico, pois a demonstração de produtividade e comunicação de melhor reputação e melhor classificação nos sistemas avaliativos é um dos principais requisitos para ter acesso aos financiamentos. Dessa forma,

quanto maior o número de produção intelectual relevante publicada em veículos de comunicação com altos prestígio e reputação, maior será o investimento governamental e, por vezes, da esfera privada para o desenvolvimento de CT&I, o que garantirá um ciclo retroalimentador de produtividade e investimento. Ao passo que o baixo engajamento em produção intelectual resulta na baixa visibilidade, o que não atrai o interesse de investidores para a manutenção de pesquisas em andamento e desenvolvimento de novas pesquisas (CRUZ, 2018, P. 33)

Nesse contexto, um influente nas questões de legitimação do conhecimento que atingiu visivelmente a produção de conhecimento na sociedade pós-moderna, e que estão imbuídas no processo de institucionalização da ciência por meio da validação da produção científica, se relaciona com as questões de poder decorrentes da inclusão da ciência na engrenagem da sociedade capitalista: é o momento em que a utilidade concorre com a verdade pelos espaços editoriais, ou, por vezes, sobrepõe-se a ela. Isso é resumido pelo que Lyortad (2009) chamou de legitimação pelo desempenho, em que:

O Estado e/ou a empresa abandona o relato de legitimação idealista ou humanista para justificar a nova disputa: no discurso dos financiadores de hoje, a única disputa confiável é o poder. [...] Os setores da pesquisa que não podem pleitear sua contribuição, mesmo indireta, à otimização das performances do sistema, são abandonados pelos fluxos de créditos e fadados à obsolescência. O critério de bom desempenho é explicitamente invocado pelas administrações para justificar a recusa de apoiar este ou aquele centro de pesquisas (LYOTARD, 2009, p. 83-84).

Neste sentido cabe destacar uma reflexão provocada por Barbosa (1996), em seu texto *Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?*, no qual a autora assume que o modelo meritocrático de recompensa no Brasil, sobretudo no que tange aos contextos de investimento públicos, é desenvolvido por uma metodologia de mensuração e avaliação de desempenho constituídas por questões de desempenho pautadas na produtividade (na perspectiva da Administração Científica) somadas a dimensões políticas e econômicas socialmente legitimadas, e que perpassam por diferentes fluxos das esferas que compõe a sociedade.

Essa lógica cumulativa de capital-recompensa é aplicada a diferentes atores da ciência, desde o pesquisador individual, a exemplo dos critérios de concessão e manutenção de Bolsas de Produtividade em Pesquisa do CNPQ, no Brasil, até conjuntos maiores e mais complexos, como instituições, centros de pesquisas, áreas de conhecimento, regiões geográficas, histórico e socialmente mais instrumentalizadas, etc., estabelecendo uma espécie de hierarquia em diferentes níveis. Para Barbosa (2016) essa lógica tem sido responsável por estabelecer e fortalecer uma elite dominante detentora de privilégio que garante o seu contínuo desenvolvimento, em detrimento de grupos de minorias que poderão permanecer na invisibilidade.

Assim, no contexto utilitarista e meritocrático de se fazer pesquisa no Brasil, nota-se a simbiose entre os Campos Científicos e os Campos Político e Econômico. Nesse esquema, a recompensa para os Campos Científicos é uma melhor posição nas políticas de financiamento para o desenvolvimento de novas pesquisas, o que conferirá a manutenção do Campo. Ao passo que a punição é a ausência deste, que favorece um cenário de esquecimento e, consequentemente, baixo grau de institucionalização.

Isso faz com que os campos que ainda não estão estabelecidos sobre cultura da produtividade tendam a ter um lento processo de reconhecimento, visto que as entidades de fomento à pesquisa e de formação de pessoal de nível superior têm exigido cada vez mais engajamento em produção intelectual, a exemplo das exigências do CNPq e da CAPES, que, no contexto brasileiro, são os principais responsáveis por reconhecer um campo científico por

meio dos seus componentes estruturais. Eles desempenham o papel que Lyortad (2009) chamou de legislador, que é autorizado a estabelecer as condições internas que determinam se um discurso (resultado de pesquisa) faz parte de uma determinada comunidade e se a comunidade pode ser inserida no conjunto de disciplinas científicas.

A frase “Quem não é capaz de seguir o movimento deve ser retirado de cena”, escrita por Rosa (2008), resume e articula os fundamentos apresentados na subseção anterior com os que são apresentados nesta subseção, ao mesmo tempo em que representa o modelo de avaliação que impacta na forma com a qual as áreas de pesquisa se institucionalizam mais ou menos. Unindo os conceitos da lógica industrial à lógica da produtividade na pesquisa e como isso leva à manutenção de um Campo Científico, o autor destaca:

[...] pensar na aceleração como um desdobramento da Revolução Industrial e do cronômetro taylorista nos leva a traçar um paralelo entre o espaço de produção fabril e o espaço de produção científica, ambos voltados à maximização da produção, devidamente mensurados por indicadores (como o BSC¹¹, por exemplo) que ajudam a controlar o fluxo, seja punindo os que não contribuem com os índices, seja recompensando os que adotam **tempos e movimentos** que alcancem a ‘melhor’ forma de ampliar esses índices. (ROSA, 2008, P. 109, grifo nosso).

Analogando também à perspectiva relacional de Bourdieu (1990), o poder entre eles não está nivelado. Dessa forma, há os campos dominantes e os subordinados, e, na maioria das vezes, os segundos dependem das atividades dos primeiros para funcionar. Como afirma Grenfell (2018), estes Campos são constituídos de agentes e instituições, cujos poderes são capazes de determinar o que acontece com os demais campos com eles relacionados.

Isso significa que, essa elite dominante anteriormente citada, além de ser detentora de privilégios e poder, também se torna distribuidora, visto que, devido ao acúmulo de capital científico político/institucional, é responsável por tomar as decisões sobre o rumo da ciência local, pois são os partícipes dessa elite que ocupam os cargos de avaliação e decisão nos órgãos de fomento à pesquisa e decidem como os recursos devem ser destinados. Conforme explica Bourdieu (2004), esse tipo de capital

está ligado a ocupação de posições importantes nas instituições científicas, direção de laboratórios e departamentos, pertencimento a comissões, comitês de avaliação, etc., e ao poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos, etc.) e de reprodução (poder de nomear e fazer as carreiras que ela assegura) (BOURDIEU, 2004, p. 35)

Assim, eles são detentores de poder para agir sobre aspectos como

¹¹ Balanced Score Card.

[...] definição de problemas relevantes, em critérios de seleção e avaliação de projetos, no prestígio e no reconhecimento dos pesquisadores, no direcionamento das atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D), nas políticas de fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) etc. (MOREIRA JÚNIOR; ANDRADE, 2014, p. 171).

Considerando a visão de Bourdieu (1983, 2004), para quem a produção intelectual publicada em veículos de comunicações formalizados pelos sistemas de avaliação se tornou objetificada e tem sido um dos principais acumuladores de Capital Científico, Castiel, Sans-Valero e Mel-Cyted, (2007) afirmam que um dos requisitos para ter acesso aos financiamentos é mensuração da produtividade dos pesquisadores e que o crescimento exponencial do número de produção científica e de periódicos científicos ao longo dos anos e a diminuição de recursos para financiamento de pesquisas, fomentou o estabelecimento de critérios cada vez mais rígidos para a definição de produção científica de qualidade, que justificasse o financiamento da pesquisa e do pesquisador. Pois, “assim como cresceu a comunidade científica, também cresce a necessidade de garantir que somente se publique material aceitável” (PRICE, 1963). “Assim, a competição se estende à luta ferrenha entre artigos que buscam a ocupação de espaços editoriais – o escoadouro almejado para os resultados dos esforços investigativos, mas também da necessidade de manutenção das esferas de prestígios e influência.” (CASTIEL; SANS-VALERO; MEL-CYTED, 2007, p. 3042)

Sobre o que é considerado aceitável, ressalta-se, além do cumprimento do rigor, há a resolução de problemáticas previamente definidas. Em contextos locais, Bourdieu (1968) explicita a necessidade de os produtos intelectuais terem a sua qualidade definida pelo atendimento às demandas sociais (entendendo-se, por sociedade, o complexo composto por comunidades, política, economia, ciência e cultura). Para o autor, o projeto criador deve ser reconhecido pela verdade que é dada pela recepção social da obra resultante.

A forma com que a avaliação da produção científica tem sido realizada colocou o periódico científico como o principal veículo de comunicação e, portanto, é a partir dele que se originam os demais critérios. Ele se tornou protagonista em um sistema de avaliação complexo permeado por regras (MEADOWS, 1999), exercendo seu papel dentro do processo de legitimação da produção e, como consequência, de influência no processo de reconhecimento de um campo. Ele permite a ascensão, reconhecimento e conquista de poder pelo cientista, no meio em que ele atua (ZIMAN, 1979).

Avaliação dos periódicos, índices de citação, rigor científico e avaliação pelos pares são as principais formas de avaliar e legitimar essa produção, fazendo com que eles atuem como

instrumentos de vigilância e controle institucionais e institucionalizados, com base em um conjunto normativo de autoridade que regula moralmente o cientista (MERTON, 1970).

No Brasil, se a ciência é avaliada pelo seu impacto de acordo com o contexto prioritarista anteriormente discutido, os produtos científicos são avaliados pela reputação e pelo prestígio atribuído aos seus veículos, tendo como principal instrumento o Qualis Periódicos, estabelecido pela CAPES, definido como “conjunto de procedimentos de classificação de periódicos a partir de fatores de impacto relacionados à produção intelectual dos programas de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, com a finalidade exclusiva de fornecer subsídios para sua avaliação” (BRASIL, 2021).

Segundo a CAPES, tal avaliação é feita por um sistema de estratificação, com finalidades deontológicas, observadas por meio de protocolos internacionais consensuais, que, qualitativamente, deve obedecer os critérios de boas práticas, tomando-se por referência os critérios estabelecidos pelo Código de Conduta publicados pelo *Committee on Publication Ethics* (COPE), além do cumprimento de práticas de boa conduta dispostas na Portaria 145 da CAPES, publicada em 10 de setembro de 2021: requisitos mínimos de editoração; critérios mínimos de exogenia; adoção de sistema auditável de avaliação às cegas; práticas de publicações cruzadas envolvendo diferentes programas de Pós-Graduação; controle das práticas de citação; e clara política de preservação digital. (BRASIL, 2021)

Os índices bibliométricos baseados em número de citação utilizados pelas principais bases de dados mundiais também fazem parte dos critérios de avaliação dos periódicos científicos. Atualmente, o conjunto de critérios para a estratificação dos periódicos pelo sistema Qualis/CAPES, está fundamentada em três indicadores baseados em números de citação: Fator de Impacto (*Journal Citation Reports*), *CiteScore* (Scopus) e Índice H (Google Scholar) (CAPES, 2021).

O modelo de avaliação da produção científica que por muitos anos fundamentou a avaliação dos pesquisadores e dos programas de Pós-Graduação, berço da produção de conhecimento certificado, causa opiniões controversas entre os cientistas nacionais quanto ao cumprimento do seu papel de garantir o progresso da ciência brasileira. Afirma-se que, embora seja considerado referência mundial, tal modelo leva em consideração os aspectos predominantemente quantitativos, em detrimento do qualitativo (CASTIEL; SANS-VALERO; MEL-CYTED, 2007, ROSA, 2008), sendo capaz de acentuar o fosso entre as disciplinas periféricas e dominantes anunciado por Santos (2008), além de gerar a obrigatoriedade de adequação aos padrões dos países centrais, (ROSA, 2008).

O mais preocupante nestes critérios de avaliação: é a partir deles que é feita a distribuição do financiamento à pesquisa, tendo como principal instrumento de avaliação o sistema de vigilância exercida sobre os currículos cadastrados na Plataforma *Lattes*¹² que subsidia a seleção e manutenção de campos de pesquisa e dos pesquisadores inseridos neles.

Como consequência, pode-se enfatizar que é no contexto da produção científica que os atores da ciência adotam práticas estratégicas para melhorar a sua posição no jogo em troca de melhores recompensas, segundo afirma Bourdieu (1983).

As áreas bem consolidadas historicamente, internacionalmente reconhecidas, com universalidade de conceitos e bases científicas bem estabelecidas, sistemas de comunicação científica bem alinhados, com veículos de comunicação bem avaliados, dificilmente poderão ser analisadas sob os mesmos critérios utilizados para analisar áreas pouco estabelecidas e reconhecidas, com conceitos mais especializados, com poucos veículos de comunicação científica, pesquisadores pouco adaptados à cultura da produtividade, cujos processos de inserção na cultura científica é recente e o seu emergir está acontecendo no contexto da Nova Ciência. Esse cenário reforça cenário percebido por Bourdieu (1983): para ele, o Campo Científico atual é permeado por regras já estabelecidas, de forma que novos jogadores precisam aprender as regras e desenvolver as habilidades que os tornem aptos a jogar e competir pelas recompensas que garantam o seu espaço para desenvolvimento e sobrevivência.

Outras consequências desse sistema de avaliação que, embora não sejam objetos dessa pesquisa, merecem uma menção que fomente uma reflexão profunda e complexa dos aspectos envolvidos na luta pela sobrevivência dos Campos Científicos por meio da produção intelectual formal, são aquelas que colocam em xeque o real desenvolvimento científico a partir do número de produção científica entrelaçadas à aspectos éticos.

Nesse sentido, é possível citar a noção estrategista anunciada por Bourdieu (2007; 2009) na qual o *habitus* extrapola as concepções originais de estruturação e ações realizadas no

¹² Plataforma Lattes representa a experiência do CNPq na integração de bases de dados de Currículos, de Grupos de pesquisa e de Instituições em um único Sistema de Informações. Sua dimensão atual se estende não só às ações de planejamento, gestão e operacionalização do fomento do CNPq, mas também de outras agências de fomento federais e estaduais, das fundações estaduais de apoio à ciência e tecnologia, das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa. Além disso, se tornou estratégica não só para as atividades de planejamento e gestão, mas também para a formulação das políticas do Ministério de Ciência e Tecnologia e de outros órgãos governamentais da área de ciência, tecnologia e inovação. Por sua vez, o Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País. Por sua riqueza de informações e sua crescente confiabilidade e abrangência, se tornou elemento indispensável e compulsório à análise de mérito e competência dos pleitos de financiamentos na área de ciência e tecnologia. (CNPq, 2021)

interior dessa estrutura. O autor afirma que, como qualquer Campo pode ser compreendido como um campo de lutas e competições, para manterem-se nas regras do jogo, os seus agentes podem improvisar estratégias para melhorar suas posições no Campo.

O que se observa, na prática, é que tais estratégias podem ser refletidas em uma *práxis* antiética e que pouco contribui para o avanço da ciência: o produtivismo científico, refletido em práticas como ciência salame, plágio, autoplágio, citacionismo, escambo autoral, autoria fantasma e outras que favorecem a corrida pelo “publicar ou perecer”, todas na tentativa de obedecer aos critérios quantitativos utilizados para se atribuir qualidade à ciência (LUZ, 2005; RODRIGUES; CRESPO; MIRANDA, 2006; SANS-VALERO; MEL-CYTED, 2007; SILVA, 2007; ROSA, 2008; CAFÉ; RIBEIRO; PONCZEK, 2017; ANDRADE; CASSUNDÉ; BARBOSA, 2019).

Os aspectos qualitativos estão presentes na perspectiva concreta que influenciam a produção científica em seu processo de avaliação e, também, fazem parte do processo de reconhecimento de um campo científico sob ponto de vista cognitivo. Esse reconhecimento acontece quando a produção passa pelo crivo dos legisladores, considerados autoridades não apenas para estabelecer as regras, mas para conferir o seu cumprimento.

Lyotard (2009 p. 13) elucida esse aspecto a partir do seguinte enunciado:

Considere-se um enunciado científico; ele está submetido à regra: um enunciado deve apresentar determinado conjunto de condições para ser reconhecido como científico. Aqui, a legitimação é o processo pelo qual um ‘legislador’ ao tratar do discurso científico é autorizado a prescrever as condições estabelecidas (em geral, condições de consistência interna e de verificação experimental) para que um enunciado faça parte deste discurso e possa ser levado em consideração pela comunidade científica.

Tais regras tem, como um dos papéis, o de definir as características substanciais dessa produção, levando em consideração os resultados da pesquisa propriamente ditos e a garantia do rigor científico utilizado para alcançá-los, o que é verificado, principalmente, pela avaliação pelos pares. Estes são constituídos por outros cientistas legitimamente competentes e imparciais, capazes de diferenciar o conhecimento popular do conhecimento científico (MUELLER, 2006). Para Kneller (1980, p. 188), “[...] cada nova alegação de conhecimento científico deve ser apresentada a tal modo que seja aceitável pelos especialistas que trabalham numa tradição de pesquisa estabelecida”.

Ziman afirma que, durante esse processo de legitimação, os produtos intelectuais

[...] passam por um crivo, por uma fase de análises críticas e de provas, realizadas por outros indivíduos competentes e desinteressados, os quais deverão determinar se eles são bastantes convincentes para que possam ser universalmente aceitos. O objetivo da ciência não é apenas adquirir informação, mas anunciar postulados indiscutíveis. (ZIMAN, 1979, p. 24).

As ações de aferição de qualidade das comunicações entre cientistas, de modo a garantir a sua aceitação como produto científico, bem como a manutenção dos padrões e características de ciência em relação aos demais tipos de conhecimento produzidos, tem sido, como afirmam Ferreira e Targino (2010) um esforço organizacional mundialmente empregado, que tem como finalidade a uniformização dos padrões e a garantia de intercomunicabilidade. As autoras reiteram, ainda, as iniciativas da CAPES e do CNPq, principais agentes reguladores e mantenedores da pesquisa científica no Brasil, para manter esse padrão de reconhecimento, o que ampara os critérios para a distribuição de recursos para produção de conhecimento.

Todavia, a análise criteriosa de um grupo de pesquisadores certificados para tal, não garante a certificação do conhecimento e a aceitação das hipóteses e resultados de uma pesquisa. Segundo Ziman (1979, p.78), “esse é um critério que parece sempre escapar. Fazer com que a verdade dependa do número de cabeças que acenem afirmativamente seria tão perigoso quanto fazer com que a justiça dependa da vontade da maioria”.

O próximo capítulo apresenta o objeto de estudo desta pesquisa: a constituição do Campo do Secretariado Executivo no Brasil. Apresenta como os seus elementos constitutivos estão sendo historicamente estabelecido e quais são as suas influências na composição do conhecimento científico produzido pelo Campo.

4 O OBJETO DO ESTUDO: CONFIGURAÇÕES DOS COMPONENTES INSTITUCIONALIZADORES DA PESQUISA CIENTÍFICA DO SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

Reduzir a potência do Secretariado às técnicas de trabalho, confinando-o em um campo de praticismo, seria negar toda a evolução intelectual pela qual este conhecimento passou nas últimas décadas. O fato de uma ciência ter seu objeto de estudo de natureza aplicada não a destitui do estatuto de ciência.

Nonato Júnior (2009)

Embora esse trabalho tenha como pauta os aspectos científicos do Secretariado Executivo, os efeitos das ações na esfera profissional não podem deixar de serem mencionados, mesmo que de maneira simbólica. Silva, Barros e Santos (2016) destacam que, assim como em outros campos do conhecimento, a trajetória acadêmico-científica do Secretariado no Brasil está imbricada com o seu processo de formação profissional. Considera-se que tal processo precedeu a constituição e a busca pela institucionalização do campo como disciplina científica, visto que, como defendem Nascimento e Fialho (2015) o estado atual do conhecimento em Secretariado Executivo é fruto da sua práxis.

Por outro lado, Bíscoli e Bilert (2013) também defendem o pressuposto de que a evolução do Secretariado Executivo como profissão e o desenvolvimento dos seus profissionais, assim como em outras áreas do conhecimento, também tangenciam o desenvolvimento de pesquisas científicas, em um ciclo de retroalimentação.

Contudo, não se pretende, aqui, resgatar os fundamentos das atividades Secretariais e os marcos históricos construídos a partir do surgimento de dispositivos legais e ações coletivas que culminaram no estabelecimento e reconhecimento da área como profissão. Tais aspectos já foram amplamente discutidos por Brandão (2010), Cavalcante (2010), Carvalho (2017), Sabino (2017), Tarzia (2018), Guimarães (2019) e Silva (2021), em sólidos trabalhos defendidos em Programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu*. Outras produções formais apresentam a trajetória e configurações da institucionalização profissional do Secretariado Executivo no Brasil, a exemplo dos trabalhos de Nonato Júnior (2009), Almeida, Rogel e Shimoura (2010), Vaz e Laimer (2010), Nogueira e Oliveira (2013), Camargo, Nascimento e Bühner, Martinelli e Bahls

(2015), Vieira e Zuin (2015), Moreira, Souza, Vale e Rodrigues (2020) e Müller (2021), publicados nos periódicos científicos da área.

Portanto, a presente seção discute as configurações científicas do Campo do Secretariado Executivo no Brasil a partir dos componentes que são capazes de caracterizá-lo como Campo de pesquisa, anunciados na Seção 2 deste trabalho. Divide-se em duas tópicos principais: o primeiro apresenta reflexões sobre os componentes já estabelecidos que configuram a sua estrutura concreta/material (universidades, pesquisadores e suas relações, veículos de comunicação científica e associação de pesquisa); o segundo consiste em um conjunto de apontamentos sobre a necessidade de uma demarcação cognitiva/conceitual, apresentando, também, as propostas teóricas presentes na literatura até o momento. A discussão foi feita a partir de uma revisão de literatura em torno de material já publicado e que exprimem o posicionamento da comunidade científica estudada sobre o tema.

É salutar ressaltar que estudos preocupados com a sedimentação científica do campo do Secretariado Executivo no Brasil não são recentes e não mais possam ser considerados escassos, dada as particularidades da área relacionada e à recente inserção na cultura científica e o seu incompleto processo de institucionalização. Já há uma diversidade investigações, entre estudos que visam entender as tendências e direcionamentos das pesquisas realizadas com vistas a fazer apontamentos sobre o comportamento científico dos componentes sociais da área, bem como sobre a investigação da formação de tendências de pesquisa (SANCHES; MULLER; LIMA, 2011; SANCHES; SCHIMIDT, 2013; MAÇANEIRO; KUHL, 2013; MULLER; SANCHES, 2014; DURANTE et al., 2015; MARTINS, 2014; DURANTE; PONTES, 2015; SILVA, BARROS, NASCIMENTO, 2016; CRUZ, 2018; CRUZ; CORREIA, 2020); estudos que façam uma discussão sobre as perspectivas filosóficas do campo (HOELLER, 2006; NONATO JÚNIOR, 2009; SABINO; MARCHELLI, 2009; ARRUDA; 2013; LEAL; SANTOS; MORAES, 2018; NASCIMENTO; FIALHO, 2020; MAIA; VALLE, 2020) estudos que discutem os gargalos e possibilidades sobre o reconhecimento do Secretariado frente aos órgãos de fomento à pesquisa (BÍSCOLLI; BILERT, 2011; MAÇANEIRO, 2011; MARTINS; TODOROV; SILVA; MACCARI, 2013; BÍSCOLLI; BILERT, 2013; CIELO; BOAS, SANCHES, 2017; CRUZ; CORREIA, 2018; CRUZ; CORREIA, 2020), e, por fim, estudos que investigam a caracterização dos componentes que atribuem cientificidade à área (MAÇANEIRO, 2011; SILVA; BARROS, SANTOS, 2016; LOCKS; MILBRATZ; SIEWERT JÚNIOR; DOMINGUES, 2017; DURANTE; FREITAS, 2021; SCHMIDT; CIELO; SANCHES-CANEVESI; CRUZ, 2018; GUIMARÃES; ANDRADE. OLIVEIRA; GARCIA, 2019; CIELO; SANCHES-CANEVESI; VILA BOAS, 2020; CRUZ; CORREIA, 2020; 2021;

SCHMIDT; SANCHES-CANEVESI; CIELO, JUNGES, 2020; MORAES; HORTELÃ; CANTAROTTI, 2020; CRUZ, SILVA, MOREIRA; RODRIGUES, 2022)

É importante ressaltar que Maçaneiro (2011) já apontava que o estabelecimento e reconhecimento do Secretariado Executivo como campo de pesquisa depende do fortalecimento destas estruturas, que envolvem ensino, pesquisa e aplicação do conhecimento. Silva, Siqueira e Barros (2019) corroboram com a existência destes pilares, tanto para sustentabilidade do Secretariado Executivo como campo profissional quanto para o seu reconhecimento frente aos órgãos de fomento à pesquisa.

Também Bíscoli e Bilert (2013) e Leal, Santos e Moraes (2018) já reconheciam a necessidade de uma melhor organização das estruturas que dinamizam a pesquisa Secretariado Executivo e que, para isso, é imperativa a análise dos instrumentos que as compõem, como periódicos e eventos científicos, os pesquisadores e suas qualificações e a produção científica.

Leal, Santos e Moraes (2018) apregoam que houve tem havido um significativo movimento da área em torno de uma estruturação que demarca o campo cada vez mais como científico, fruto de conquistas materializadas como manutenção dos cursos superiores;

realização de concursos públicos em universidades públicas para a contratação de professores graduados na área; a realização de eventos científicos de alcance nacional e internacional; a criação de periódicos científicos especializados; o reconhecimento de grupos de pesquisa pelo CNPq; e a fundação da ABPSEC. Também convém mencionar a recente inserção da área, no ano de 2020, na tabela de áreas do conhecimento do CNPq¹³, como fruto de articulações políticas entre a ABPSEC e o CNPq.

Complementando as reflexões, Cruz e Correia (2021) corroboraram que já há uma estrutura científica em formação no Campo do Secretariado Executivo, composta por instituições de ensino, veículos próprios de comunicação científica, entidade de pesquisa, pesquisadores formados e em formação e uma produção científica cujos índices crescem em quantidade, qualidade e direcionamento, capazes de, quando devidamente analisada, apontar caminhos de uma constituição teórico conceitual. As autoras consideram também que tanto o fortalecimento dos componentes existentes quanto o estabelecimento dos componentes ainda ausentes, dependem da continuidade dos incentivos promovidos pela boa articulação e organização interna.

No tocante a estruturação cognitiva da área, os estudos que colaboram com a formação de uma epistemologia, para além dos estudos bibliométricos que investigam as abrangências de

¹³ <https://prograd.ufsc.br/files/2013/10/Tabela-Areas-Conhecimento-CNPq.pdf>

temáticas na área ainda são tímidos. São explorados, nesta seção, o trabalhos de Nonato Júnior (2009), percebido como o mais completo em termos de demarcação filosófica do Secretariado Executivo; o trabalho de Sabino e Marchelli que propõe uma formação conceitual essencialmente interdisciplinar para o Secretariado; o trabalho de Leal, Santos e Moraes (2018), que analisam os paradigmas científicos presentes no campo estudado e propondo que um posicionamento funcionalista tem orientado a produção de conhecimento; o trabalho de Cruz (2018) que tem como um dos objetivos identificar características identitárias do campo que possam elucidar a formação de domínios científicos e, por fim, o trabalho de Nascimento e Fialho (2020) que, baseados em uma perspectiva construtivista, à luz da Teoria dos Campos Conceituais buscam elucidar a formação de conceitos em Secretariado a partir das suas práticas.

4.1 CONSIDERAÇÕES SOBRE UMA ESTRUTURA SOCIAL/CONCRETA EM FORMAÇÃO

Assim como Alfonso-Goldfarb e Ferraz (2002) consideram que as universidades configuraram um marco da institucionalização da pesquisa científica no País, Bíscoli e Bilert (2013) concordam que foi o ensino universitário que deu início ao processo de constituição científica do campo do Secretariado Executivo no Brasil e que a formação acadêmica é o primeiro passo para que tanto o profissional quanto a profissão, bem como o pesquisador e as pesquisas sejam reconhecidos pela sociedade.

O histórico da implantação dos Cursos de Secretariado Executivo no Brasil e os fatores que impulsionaram estes acontecimentos podem ser encontrados nos trabalhos de Sabino (2017) e Guimarães, Oliveira, Andrade e Garcia (2019). Em suma, os autores relacionam o surgimento e desenvolvimento do Curso de Secretariado Executivo como um resultado da Reforma Universitária de 1968, que promoveu a articulação entre o ensino superior e a escola média, fazendo com que os saberes técnicos fossem estendidos às universidades.

Souza (2017) afirma que a criação do Curso Superior em Secretariado surgiu da confluência entre as citadas políticas públicas para a educação superior e a necessidade do atendimento às demandas multinacionais instaladas no Pólo Petroquímico de Camaçari/BA, que culminou na criação do primeiro curso de Bacharelado em Secretariado Executivo no Brasil, na Universidade Federal da Bahia, em 1969 e continuou a se desenvolver “[...] em uma evidente reação em cadeia, propelida pela dinâmica que ocorria na nação” (p. 3).

Estes são fatores importantes para compreender como as novas áreas de conhecimento já nascem sob um cenário utilitário de aplicação do conhecimento, associadas a agentes externos, obedecendo ao fluxo social, político e econômico. Sobre isso, Bíscoli e Bilert (2013)

concordam que o Secretariado Executivo, em sua essência, tem orientado suas atividades à demanda da sociedade, adequando-se ao papel das Universidades, que são cobradas pelos seus diversos públicos.

Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) ressaltam que o Secretariado Executivo começou a se estabelecer nas Instituições Públicas e Privadas de Ensino Superior, acompanhando o movimento vivido pela educação superior no Brasil, sobretudo a partir dos anos 2000. Entre estas, as autoras citam a criação do Programa Universidade para Todos (ProUni), em 2005; o estabelecimento de diretrizes para a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em 2007 e, principalmente, criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a partir de 2004.

Neste sentido, Durante e Freitas (2021) afirmam que entre o ano de 1970 e 2019 o MEC concedeu abertura a 212 cursos de Graduação em Secretariado Executivo. Um estudo de Cruz e Correia revelou que, até ao ano de 2021 havia 60 Cursos de Secretariado em atividade no Brasil, entre Bacharelado e Tecnólogo, distribuídos entre instituições públicas e privadas. No contexto das Universidades Públicas, atualmente, de acordo com dados coletados no sistema e-MEC, há 24 cursos de Graduação em Secretariado na modalidade presencial conforme descrito na seção 7 deste trabalho.

Destaca-se o funcionamento dos cursos em Instituições Públicas de ensino, sobretudo os que estão estabelecidos sob a modalidade Bacharelado e a sua importância para o Campo do Secretariado Executivo no Brasil. Cruz e Correia (2021) defendem que estes Cursos são, em relação às demais modalidades e aos cursos que funcionam nas instituições privadas de ensino, os mais instrumentalizados para constituir a estrutura científica de um Campo, por serem responsáveis por formar recursos humanos capazes de servir à sociedade e à economia em suas diferentes demandas: técnico-profissionais, acadêmico-científicas e culturais.

Dando início ao processo de institucionalização da pesquisa na área, Guimarães, Oliveira, Andrade e Garcia (2019) defendem que a implantação do ensino universitário e Secretariado Executivo no Brasil traçou os caminhos para o seu desenvolvimento científico e Social. Sabino (2013) afirma que a implantação do ensino superior em Secretariado Executivo demandou o desenvolvimento de um conjunto de conhecimento articulados com aplicações práticas que estão sujeitos a uma série de condições estabelecidas por colegiados universitários, responsáveis por construir, sistematizar e veicular este corpo conceitual e a sua práxis.

Complementando, Cruz e Correia (2020) afirmam que, “Em uma lógica evolutiva, foi a partir deles que os demais componentes estruturais passaram a ser demandados para garantir o

funcionamento e desenvolvimento do Campo, seja profissional ou científico” (p. 104). Para as autoras, implantação dos cursos universitários em Secretariado Executivo no Brasil, sobretudo em instituições públicas deu início ao processo de criação de outros componentes necessários para o seu funcionamento e que, hoje, configuram as suas estruturas científicas, como espaços de atuação social e conceitual; organização dos atores e dos saberes; produção e aplicação de conhecimento e metodologias; regulamentação e controle das atividades envolvendo, principalmente, ensino, pesquisa, divulgação e aplicação do conhecimento (CRUZ; CORREIA, 2021) componentes considerados chaves, na visão de Alfonso-Golbard e Ferraz (2002), para que um Campo se estabeleça como científico e se desenvolva.

Vale ressaltar um estudo anterior de Cielo Schmidt e Wenningkap (2014) que, a partir de uma análise do surgimento e evolução dos cursos de Graduação em Secretariado Executivo no Brasil, já apontava que um dos resultados deste desenvolvimento é a criação posterior dos componentes que suscitam uma estrutura científica, como formação de docentes/pesquisadores, encontros científicos, periódicos científicos e uma Associação de Pesquisa.

Silva e Barros (2015) concordam que o ensino superior em Secretariado é o principal agente promotor de desenvolvimento do Secretariado Executivo. Elas o consideram como um método capaz de constituir dois dos principais componentes para o desenvolvimento da cientificidade: a pesquisa e a atuação docente. As atividades de ensino praticadas, sobretudo nas universidades públicas, estimula à formação de novos docentes capazes de sustentar o tripé ensino, pesquisa e extensão.

É justamente a formação de docentes/pesquisadores em Secretariado um dos principais antecedentes para que o campo se estabeleça e impulse pesquisas sólidas e direcionadas (MAÇANEIRO, 2011¹⁴; CRUZ; CORREIA, 2001). Durante e Pontes (2015) afirmam que, para minimizar as lacunas na estrutura social e cognitiva, é preciso inserir os profissionais da área nos espaços da Pós-Graduação *Stricto-Sensu*, com vistas a promover o desenvolvimento de teorias e métodos orientados à área de Secretariado, possibilitando a distinção entre estes e os demais conhecimento dos quais recebem contribuição.

Um aspecto que pode caracterizar os entraves da atuação docente e da formação de profissionais de Secretariado na Pós-Graduação *Stricto-Sensu* está relacionado com outros

¹⁴ Maçaneiro (2011) levanta quatro antecedentes que precedem a cientificidade do Campo do Secretariado Executivo no Brasil. A autora defende que é preciso fechar essas lacunas para que a área alcance tal *status*. O primeiro é a falta de incentivo à pesquisa e à produção de conhecimento aos alunos do curso; o segundo é o baixo número de pesquisadores com a formação na área; o terceiro é a baixa produção de conhecimento específico na área pelos pesquisadores atuantes, tendo em vista a ausência de programas de Pós-Graduação; o quarto é a ausência de veículos e comunicação especializados de alta qualidade.

componentes do campo e com a maneira e o contexto em que ele está sendo constituído. São as características técnicas que compõem o principal paradigma dos campos nascido no auge da crise científica pós-moderna. Até a formação do próprio docente pesquisador pode ser influenciada por esse paradigma. Sobre isso, Barros e Sousa (2010) e Sousa e Galvão (2016) ressaltam a importância da interação entre a experiência profissional e a formação de pesquisa para que o docente em Secretariado consiga suprir a demanda dominante e a demanda vigente do campo, articulando os dois saberes em uma construção empírica do conhecimento. (SILVA; BARROS; SOUZA, 2010; SOUSA; GALVÃO, 2016).

Silva, Barros e Souza (2010), citando Libâneo (1994)¹⁵, e Pazeto (2005)¹⁶ e Piletti (2008)¹⁷ afirmam que, principalmente em campos cujos objetivos de formação são majoritariamente para o mercado de trabalho, o domínio das disciplinas lecionadas decorre do entendimento das práticas desenvolvidas em ambientes extraclasse e do acompanhamento das tendências que ditam que tipo de profissional o mercado de trabalho deseja.

Também Bíscoli e Bilert (2013) ressaltaram que, para que os profissionais de uma área sejam impelidos a buscar os espaços para formação em pesquisa, é preciso que a área esteja tradicionalmente inserida na cultura de produção do conhecimento, o que não é a realidade original do Secretariado Executivo, cujos debates sobre a temática foram iniciados na segunda metade dos anos 2000.

Contudo, há que se considerar os avanços na área em relação à formação de pesquisadores, o que pode ser revelado por uma análise cronológica nos estudos desenvolvidos sobre esta temática ao longo dos anos, como se segue.

Françoze e Jonas (2011) revelaram que a quantidade de docentes doutores formados em Secretariado atuando nos cursos de Graduação ainda era insuficiente para promover autonomia de funcionamento e para auxiliar na demarcação de um objeto de estudo também autônomo, a exemplo do Curso da Universidade Federal do Maringá, objeto de estudo das autoras. Elas afirmaram que havia a dependência de professores/pesquisadores de outros Campos para ministrar as disciplinas específicas do curso, e atribuíram o fato à escassez de mestres e doutores com formação em Secretariado para atuarem como docentes.

Outra pesquisa, realizada na plataforma Lattes, por Nóbrega e Adelino (2013), revelou que, até o ano de 2011, havia cinco profissionais de Secretariado no Brasil com o título de

¹⁵ LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

¹⁶ PAZETO, E. A. Universidade, formação e mundo do trabalho: superando a visão corporativa. Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas para Educação, Rio de Janeiro, v.13, n.49, p. 487-496, out./dez. 2005.

¹⁷ PILETTI, Claudino. Didática geral. São Paulo: Ática, 2008.

Doutorado atuando nas universidades públicas como docente. Maçaneiro e Kulh (2013) e Souza, Galindo e Martins (2015) repetiram o estudo dois anos depois e revelaram que, até o ano investigado (2013), havia, respectivamente, seis e 10 profissionais de Secretariado que haviam concluído o doutorado.

Em uma pesquisa mais recente, Cruz e Correia (2020) revelaram um crescimento considerável do número de Doutores com formação inicial em Secretariado atuando no Magistério Superior. Ao verificarem a formação dos docentes que atuam nos Cursos de Bacharelado em Secretariado Executivo, utilizando, também, a Plataforma Lattes como fonte de coleta de dados, as autoras identificaram 32 pesquisadores Doutores com Formação inicial em Secretariado. Esse dado pode representar uma movimentação da área em resposta à demanda de reconhecimento científico, como o cumprimento de um dos antecedentes anunciados por Maçaneiro (2011).

Percebe-se que há um movimento para que a área forme seus pesquisadores e reconheça-se que são ações como estas que podem solucionar uma das principais problemáticas do campo: a falta de autonomia para a criação e manutenção de Programas de Pós-Graduação Especializados. Sobre isto, Cruz (2018) sugeriu, a partir de uma análise sistemática envolvendo docentes, grupos de pesquisa e produção científica, e considerando a área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo como área de enquadramento no CNPq e de Avaliação na Capes, que nenhuma Instituição que conta com o Curso de Secretariado Executivo contava, à ocasião, com um corpo docente suficiente para sustentar áreas de concentração e as linhas de pesquisa de uma Pós-Graduação *Stricto-Sensu* em Secretariado Executivo. Por outro lado, a autora aponta três instituições de ensino que, em virtude do número de docentes doutores atuantes e da adequação à cultura de produção científica formal, estão mais propícias à abertura de um Programa de Pós-Graduação especializado, a partir de incentivos e articulações estratégicas.

Entretanto, embora se reconheça o aumento de número de docentes e da formação destes em nível de *Stricto Sensu*, dada a ausência de Programas de Pós-Graduação em Secretariado Executivo, é importante observar a diversidade de áreas de conhecimento que os pesquisadores têm se inserido para a obtenção do título de mestres e doutores e como isso influencia na demarcação científica do Campo. A busca por essas respostas foram um dos objetivos dos trabalhos de Nóbrega e Adelino (2012) Maçaneiro e Kulh (2013), Barros, Silva e Lopes (2014) e Cruz e Correia (2020).

Nóbrega e Adelino (2012) analisaram 419 currículos de profissionais de Secretariado Executivos cadastrados na Plataforma Lattes e identificaram que, até o ano de 2011, 54 tinham registros de formação em nível de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, sendo 49 nove em mestrados

e cinco em doutorados. As áreas que representaram maior procura por tais profissionais foram a de Administração (24%), Educação (22%), Engenharia de produção (7,2%), Ciência da informação (7,2%), Estudos Linguísticos (3,7%), Linguística Aplicada (3,7%) e em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior (3,7%).

Maçaneiro e Kulh (2013) analisaram os currículos cadastrados na Plataforma Lattes de 219 profissionais de Secretariado Executivo. Entre eles, 85 registraram formação em nível *Stricto Sensu*, sendo 79 mestres de 6 doutores. As áreas com maior ocorrência de procura, em nível de mestrado foram Administração (10,5%), Educação (10%), Letras (4,1%), Economia (3,7%) e Engenharia de Produção (1,8%). Ao passo que, dos seis doutores registrados, 4 possuem esse título em Administração, um em Letras, e um em Educação (MAÇANEIRO; KULH, 2013)

Barros, Silva e Lopes (2014) analisaram a produção científica dos Secretários Executivos mestres e doutores vinculados às instituições públicas. As autoras limitaram a sua análise aos docentes que publicaram artigos em periódicos entre os anos de 2014 e 2015. Entre os 50 docentes analisados, 27 atenderam a esse requisito. Analisando as suas áreas de formação *Stricto Sensu* mais representativas, foram identificados sete que possuíam mestrado em Administração, três em Desenvolvimento Social e Urbano, três em Letras. Quanto ao nível de doutorado, das 12 titulações encontradas, as mais representativas foram nas áreas de Administração (n=4), Educação (n=3) e Letras (n=2).

Por fim, Cruz e Correia (2020) analisaram as áreas de formação *Stricto Sensu* dos docentes mestres e doutores vinculados aos cursos de Secretariado Executivo das Universidades públicas e com formação na área. Elas identificaram que as áreas de formação com maior ocorrência em nível de mestrado foram: Administração (29,5%), Educação (5,9) e Desenvolvimento Regional e Agronegócio (5,9%). Já em nível de doutorado, as áreas de formação mais representativas foram: Administração (46,1%) e Educação (16,6%), além de outras 23 áreas em nível de mestrado e As demais são representadas por uma diversidade de formação composta por 23 áreas de mestrado e 10 em nível de doutorado.

Estudos apontam que o principal reflexo dessa diversidade é na produção científica. Não se pode deixar de apontar a maneira com a qual a organização dos atores sociais em busca de uma melhor qualificação influencia na constituição do campo, sobretudo sob o ponto de vista conceitual. Uma das hipóteses é que, enquanto houver vínculo institucional com os Programas de Pós-Graduação, é exigido que a produção científica dos pesquisadores atenda as respectivas áreas de concentração e linhas de pesquisa, de maneira que não há espaço para o

desenvolvimento de pesquisa em Secretariado (MAÇANEIRO; KUHL, 2013; CRUZ; CORREIA, 2018; CRUZ, 2018).

Mesmo diante deste cenário, não se pode negar a importância e a influência que estas diferentes áreas de conhecimento exercem na constituição científica do Secretariado ao cederem seus espaços institucionais e seus recursos para a formação de pesquisadores em Secretariado Executivo. Bíscoli e Bilert (2013) argumentam que, ainda que este fato resulte na descaracterização da produção científica da área, acredita-se que, após formados, tais pesquisadores utilizarão os conhecimentos para contribuir com o desenvolvimento das pesquisas em Secretariado.

Considerando a importância do ensino superior nas universidades públicas para o desenvolvimento de um campo científico, destaca-se que um dos maiores impulsionadores da estruturação científica do Secretariado Executivo foi, ironicamente, decorrente da ameaça de encerramento destes cursos, momento considerado como o principal marco da história do Secretariado Executivo no Brasil.

Ocorrida em 2009, uma consulta pública convocada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC propôs a extinção dos seus cursos de Bacharelado tendo em vista a fragilidade dos seus aspectos teórico-acadêmicos, o que o caracterizava como um campo de competências técnicas e, por isso, apenas os cursos de Graduação da modalidade Tecnológicos deveriam ser mantidos. Durante a consulta, a SESu propôs que, diante do encerramento dessa modalidade, os alunos ainda matriculados nestes cursos seriam titulados com o diploma do curso de Bacharelado em Administração de Empresas.

Diante da mobilização de profissionais, professores, coordenadores de cursos e entidades representativas de classe, a SESu/MEC concedeu uma audiência a uma comissão composta por eles. Na ocasião, foram apresentados argumentos que sustentavam a manutenção dos cursos de Secretariado nas instituições de ensino superior brasileiras. Como resultado, foi garantida a continuidade dos cursos. Contudo, a área foi questionada quanto ao baixo número das produções científicas. Diante deste questionamento, a comissão se comprometeu com a articulação de esforços para incentivo e promoção de pesquisas e divulgação do conhecimento na área. A partir de então, iniciaram-se as discussões sobre como se organizar para que as produções fossem, de fato, divulgadas não somente no meio acadêmico, mas também para toda a sociedade (ABPSEC, 2013).

Ocorreram duas ações imediatas de resistência e luta do Campo. A primeira foi a criação, no ano de 2010, do primeiro evento orientado, prioritariamente, à discussão da pesquisa científica em Secretariado Executivo, o Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado

(ENASEC). Em sua primeira edição, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), na cidade de Toledo, o evento teve o objetivo de

reunir professores, acadêmicos, pesquisadores e coordenadores de curso para debates técnico-científicos nos quais os focos eram a instituição de uma Linha de Pesquisa em Secretariado Executivo e a ampliação dos meios de divulgação importantes para a graduação em Secretariado Executivo, tais como Revistas Científicas e Anais de Eventos. (ABPSEC, 2013).

A segunda ação foi a criação de uma Entidade de Pesquisa, necessária para estabelecer objetivos e estratégias para o Campo nesse novo contexto. Ainda na ocasião do I ENASEC, foi anunciada a criação da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Secretariado (SBPSEC). Em 10 de outubro de 2013, na assembleia do III ENASEC, na Universidade Federal da Paraíba, a SBPSEC se estabeleceu como Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado e, no dia 10 de dezembro do mesmo ano, foi registrada em cartório, com o Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ), localizada no Estado de São Paulo “cuja atividade econômica é a pesquisa e o desenvolvimento experimental em ciências sociais humanas” (ABPSEC, 2015). De acordo com o seu Estatuto, a ABPSEC “é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica na área de Secretariado, dentro dos princípios da participação democrática, da liberdade e da justiça social” (ABPSEC, 2015).

Ainda de acordo com o seu Estatuto, a ABPSEC tem o objetivo de:

- I - Promover o desenvolvimento do ensino de pós-graduação e da pesquisa em Secretariado, contribuindo para sua consolidação e aperfeiçoamento, bem como estimular experiências novas na área;
- II - Promover o intercâmbio e a cooperação entre cursos de graduação, programas de pós-graduação, professores, estudantes e demais pesquisadores da área;
- III. Difundir a produção de trabalhos científicos e acadêmicos na área secretarial;
- IV - Estimular as atividades de pós-graduação e pesquisa em Secretariado para responder às necessidades concretas das instituições de ensino superior, do mercado de trabalho, bem como das comunidades locais e regionais, valorizando a cultura nacional e as culturas locais;
- V - Identificar temas prioritários de pesquisa em Secretariado no país, promovendo o seu desenvolvimento;
- VI - Agir junto às agências de coordenação e de financiamento da pós-graduação e da pesquisa no país, procurando garantir a participação democrática das bases nas decisões;
- VII - Contribuir para o aperfeiçoamento profissional, particularmente no nível acadêmico e científico;
- VIII - Promover o intercâmbio e a cooperação com associações e entidades congêneres. (ABPSEC, 2015)

Leal, Santos e Moraes (2018) defendem a importância destas ações para a manutenção do campo do Secretariado, afirmando que foi devido a tais iniciativas que a área conseguiu não só converter a quase extinção dos cursos, mas de iniciar estruturação científica de uma área essencialmente caracterizada por um viés prático. Os autores ainda reforçam que, entre os resultados mais positivos destas ações, está o crescente diálogo sobre a pesquisa no campo e a consequente emergência de um contexto que abre possibilidades para que os pesquisadores sejam reflexivos em relação às suas práticas científicas.

Pode-se compreender que tanto a consulta pública de 2009 quanto à criação da ABPSEC representou uma virada de página para o Campo do Secretariado, que começou a presenciar a emergência de um novo paradigma, representado pela criação de novos elementos estruturais que possibilitasse o novo pensamento. Para Wenningkamp *et al.* (2017), a criação da ABPSEC promoveu benefícios de cunho científico, social/psicológico, cultural, político e externos para a constituição do campo do Secretariado Executivo, conforme descrito a seguir:

- **Científico:** pesquisadores em qualificação (mestrado e doutorado) passaram a utilizar o Secretariado como objeto de estudo; criação de um repositório de pesquisas estruturado e disponível; melhoria na qualidade da pesquisa na área; aumento do número de pesquisas; aumento do número de grupos de pesquisas; realização de eventos científicos de qualidade; criação de intercâmbio e redes de pesquisadores; maior interdisciplinaridade; corpo científico consolidado; maior qualificação de docentes.
- **Social/Psicológico:** status por participar da associação que representa o Secretariado em âmbito científico; criação de uma identidade para a área; motivação para o trabalho coletivo; sensação de pertencimento a um grupo; motivação para a qualificação em níveis de mestrado e doutorado.
- **Cultural:** troca e compartilhamento de ideias e informações por meio da integração; intercâmbio de pessoas, promovendo aprendizado trocas culturais, a partir de contatos com universidades e pesquisadores de cidades, estados e países diferentes.
- **Político:** representação da instituição em eventos; - posição coletiva diante da academia, da sociedade e do MEC.
- **Externalidade:** discussão sobre mudanças na grade curricular; reflexo no fortalecimento da pesquisa na qualidade do ensino e da formação profissional; promoção da credibilidade e visibilidade; contribuição com outras áreas do conhecimento.

Por fim, a comunicação científica do campo também é um dos componentes que o auxiliam no processo de constituição, feita, principalmente, por meio de periódicos,

considerado protagonista quando se trata de qualidade, certificação e avaliação de um campo científico diante do cenário utilitarista e prioritário que a ciência pós-moderna está se desenvolvendo. Acompanhando às respostas as novas demandas do campo, também no início dos anos 2000 foram criados os primeiros veículos de comunicação científica formais e especializados em Secretariado Executivo. Vale ressaltar que, do ponto de vista da informalidade, não foi nesse momento que surgiram os primeiros eventos da área. Eles já estavam presentes na rotina do campo desde as reuniões realizadas pelas associações de classe locais na década de 1960.

Atualmente, um levantamento feito por Cruz e Correia (2021) revelou 23 eventos científicos na área de Secretariado acontecendo no Brasil, entre encontros nacionais, internacionais, regionais, estaduais e locais. Considerando a abrangência nacional e o número de publicações, a autora destacou o Encontro Nacional de Pesquisa em Secretariado (ENASEC), o Encontro Nacional dos Estudantes de Secretariado (ENESEC) e o Congresso Nacional de Secretariado (CONSEC). Estes são os eventos mais frequentados e que receberam o maior número de trabalhos científicos considerando a totalidade de suas edições. O Quadro 04 apresenta as informações sobre os respectivos eventos.

Quadro 4 – Principais eventos acadêmicos do Secretariado

EVENTO	OBJETIVO	EDIÇÕES
Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado – ENASEC	Discutir a pesquisa científica em Secretariado, em todo o Brasil, e contribuir para o desenvolvimento do meio acadêmico, discutindo temas relacionados ao fazer pedagógico, científico e profissional (ABPSEC, 2021)	7
Encontro Nacional de Estudantes de Secretariado – ENESEC	Reunir estudantes, profissionais e professores da área de Secretariado para discutir temas que perpassam a vida acadêmica e profissional, realizar debates técnico-científicos, com a apresentação de trabalho que são elaborados pelos estudantes em parceria com os professores e profissionais de secretariado e outras áreas do conhecimento (ENESEC, 2019).	13
Congresso Nacional de Secretariado - CONSEC	O evento temo objetivo criar um ambiente de debate e diálogo, entre profissionais e estudantes de secretariado, sobre o exercício da profissão, os desafios e nichos de atuação. (CONSEC, 2020).	21

Fonte: A autora (2023).

Maçaneiro e Kuhl (2013) e Cruz e Correia (2021), a partir de estudos exaustivos, afirmam que, dada a recente inserção da área na cultura de produtividade, os eventos científicos têm se configurado como o principal canal de comunicação da área. Recentemente, Cruz, Silva, Moreira e Rodrigues (2022) consideraram que, embora haja a necessidade de fortalecimento do

sistema de comunicação científica formal da área, em virtude da influência deste no processo de reconhecimento científico, os eventos científicos têm suprido a necessidade do Secretariado Executivo até o presente momento e que essa é uma característica particular da área que deve ser levada em consideração.

Para ilustrar essa importância, neste mesmo estudo Cruz, Silva, Moreira e Rodrigues (2022) revelaram que é por meio do Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado que: *i)* a área tem conseguido levantar debates para tomadas de decisão sobre as demandas urgentes; *ii)* as comunicações ocorridas no interior deste evento têm favorecido a formação de estruturas cognitivas da área via consenso; *iii)* a área tem delimitado as tendências e agendas de pesquisa; e *iv)* tem-se conseguido perceber a formação de núcleos intelectuais estruturantes.

Em razão da sua história marcada pela resistência da comunidade acadêmica do Secretariado Executivo, Bíscoli e Bilert (2013) já afirmavam que, embora a forma de comunicar pesquisas científica no Secretariado precise se adequar aos critérios de reconhecimento pelos órgãos de fomento à pesquisa, os eventos científicos, principalmente o ENASEC, têm sido fundamentais para o crescimento e fortalecimento da pesquisa em Secretariado, em virtude da apresentação de trabalhos, do alcance e adesão nacional, e pelo espaço de agregação que ele oferece para que a comunidade científica se harmonize em torno dos seus interesses.

Sob ponto de vista da comunicação formal, no início dos anos 2000 foram criados os primeiros periódicos especializados e reconhecidos pela CAPES. Atualmente, a área conta com cinco periódicos ativos e avaliados pelo sistema Qualis/CAPES, quantidade que, para Martins, Maccari, Silva e Todorov (2014) pode ser considerada restrita em relação à quantidade de periódicos em outras mais consolidadas. Eles estão apresentados no Quadro 5, de acordo com as suas classificações no Qualis/Capes, ano de criação e instituição mantenedora.

Quadro 5 – Periódicos Científicos do Secretariado

PERIÓDICO	ANO	INSTITUIÇÃO MANTENEDORA	ÁREAS DE AVALIAÇÃO	ESTRATO
Revista Expectativa	2001	Colegiado do Curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	B3
			Ciências Ambientais	
			Ciência Política e Relações Internacionais	
			Economia	
			Educação	
			Geografia	
			Interdisciplinar	
			Linguística/Literatura	
			Planejamento Urbano e Regional/Demografia	
			Saúde Coletiva	
			Sociologia	
Capital científico	2004	Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual do Centro-Oeste do paraná	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	B1
			Interdisciplinar	
Revista de Gestão em Secretariado	2010	Sindicato de Secretárias e Secretários do Estado de São Paulo	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	A4
			Ciência da Computação	
			Ciência Política e Relat��es Internacionais	
			Ciências Agrárias	
			Direito	
			Engenharias I	
			Engenharias II	
			Engenharias III	
			Ensino	
			Interdisciplinar	
			Linguística/Literatura	
			Ciências Ambientais	
			Educação	
			Planejamento Regional/Demografia	
			Psicologia	
			Saúde Coletiva	
			Sociologia	
Connection Scientific Journal	2018	Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado	Administração, Ciências Contábeis e Turismo	B3
			Ciência Política e Relat��es Internacionais	
			Ensino	
			Interdisciplinar	
			Ciência Política e Relat��es Internacionais	
SCRIBES - Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies	2020	Colegiado do Curso de Secretariado Executivo Trilíngue da Universidade Federal de Viçosa	Planejamento Regional/Demografia	B4
			Ciência Política e Relat��es Internacionais	
			Linguística/Literatura	

Fonte: elaborado pela autora (2023) com base nas informações da Plataforma Sucupira e dos sites dos periódicos.

Sobre as informações apresentadas no Quadro 5, os periódicos especializados no campo do Secretariado Executivo são avaliados por diversas áreas de conhecimento, considerando a classificação Qualis/Capes ainda vigente, cuja menor classificação no estrato Qualis/CAPES é B4 e a maior é A4, considerando o evento de avaliação 2017-2020. Levando em consideração as crescentes demandas de publicação do Secretariado, principalmente devido aos incentivos à produção científica como condição para a sua manutenção, a quantidade de periódicos especializados pode indicar falta de autonomia do Campo para garantir a comunicação entre os membros da comunidade.

Diante de tal escassez, um levantamento feito por Cruz e Correia (2021) identificou que há uma tendência de dispersão da produção científica da área em periódicos de outras áreas do conhecimento. De acordo com os dados das autoras, entre os anos de 1997 e 2019, os 32 docentes doutores e atuantes nos cursos de Bacharelado em Secretariado das universidades públicas recorreram a um total de 181 periódicos. Elas concluíram que a fragilidade dos seus periódicos e a cultura de publicação dos seus pesquisadores indicam entraves básicos que dificultam o processo de sedimentação do Secretariado do ponto de vista científico, deixando-os fora do sistema de recompensa da Ciência, estabelecido, no Brasil, pelo CNPq e pela CAPES.

Apesar das fragilidades aqui apontadas, uma conclusão sobre o estado atual Campo do Secretariado Executivo no Brasil: não se pode desprezar que, diante do contexto e período em que ele surgiu, houve evolução nos seus componentes. Considerando-se o ano de início do Bacharelado em Secretariado Executivo, o movimento de evolução da pós-graduação no Brasil, o período de massificação do ensino universitário, o aumento de oferta nas universidades públicas, e o caráter extremamente profissional dos objetivos do campo, era de se esperar que o interesse desses profissionais pela carreira acadêmica, pela produção científica e pela criação de instrumentos para tal, pela busca pela natureza do seu conhecimento e por uma identidade autônoma se intensificassem apenas após as discussões em busca da sua cientificidade, sobretudo fruto da consulta pública que ameaçou o encerramento dos seus Bacharelados. Ao longo do tempo, o campo continuou vivendo as características e os resultados do paradigma que o originou, até que esse passou a ser questionado por agentes internos e externos.

Foram apresentados os componentes que a constituem e a institucionalizam do ponto de: cursos de graduação; entidades profissionais e acadêmicas; periódicos científicos especializados; eventos profissionais e acadêmicos; profissionais, docentes e pesquisadores. O próximo item discute as ideias que foram, até então, produzidas sobre a estruturação de um corpo conceitual de conhecimento na área.

4.2 O ATUAL DEBATE SOBRE A CONSTITUIÇÃO CONCEITUAL DO SECRETARIADO EXECUTIVO

Como visto na seção anterior, quanto aos aspectos sociais, o campo de Secretariado Executivo no Brasil vem se constituindo, ao longo do tempo, sob um cenário de luta pelo desenvolvimento e resistência. Contudo, ainda há uma expressiva lacuna no que tange à demarcação do seu campo de atuação conceitual que configure a variedade de estruturas cognitivas descritas por Wihltley (1974), a “razão de ser” explicada por Bunge (1989) e o corte epistemológico explicado por Fourez (1989)

Com os desdobramentos dos acontecimentos pós-consulta pública e a perseguição de um estatuto científico como compromisso pela manutenção e sobrevivência da área, o debate epistemológico se tornou urgente. Maçaneiro e Kuhl (2013), citando as concepções de Bachelard (1996) sobre o início de movimento de inserção de um campo de conhecimento na cultura científica, consideraram que

a área de Secretariado está iniciando esse processo de catarse e mobilização para a criação de um corpo de conhecimento científico. Observamos uma mobilização da categoria em busca de um espaço científico respeitado e, para isso, eventos científicos estão sendo criados, ampliados e aprofundados em qualidade de pesquisa; periódicos científicos estão sendo criados e melhor qualificados; há maior número de formados em *stricto sensu*; e também vimos a recente criação da Sociedade Brasileira de Secretariado (SBSEC), que tem por finalidade o desenvolvimento da pesquisa científica na área; dentre outras frentes de mobilização. Mas, ainda deverá construir seus horizontes intelectuais em busca de uma formação epistemológica mais densa, com um caminho reflexivo e crítico do seu papel intelectual [...] (MAÇANEIRO; KUHL, 2013, p. 164).

Nonato Júnior (2009) afirmou que, naquele momento, pensar em uma teoria do Secretariado Executivo era desafiador e intrigante, visto que a concepção sobre o secretariado como uma área de conhecimento não era alvo de discussões na literatura. O que havia eram estudos iniciais que visavam elucidar as características do fazer secretarial.

Nonato Júnior (2009) apresentou uma série de indagações acerca do conhecimento em Secretariado, baseadas em pressupostos filosóficos de estudiosos como Kant (1781) e Bachelard (1982) e defendeu que a falta de resposta a tais questionamentos representava um silêncio epistemológico do Secretariado. Ele afirma que tais questionamentos sobre a natureza e as configurações do conhecimento secretarial está frequentemente presente na mente daqueles que estão engajados com o desenvolvimento da área e ressalta que todos eles, intuitivamente,

[...] concordam que há uma ciência que rege o fazer e o saber das pesquisas secretariais, entretanto, ela não se encontra escrita até o presente momento, deixando uma lacuna expressiva nas relações de identidade e legitimidade do conhecimento produzido pelo Secretariado Executivo nas universidades.

Para o autor, isso acontece porque, para que se constitua uma teoria do Secretariado, é preciso investigar o conhecimento que está sendo produzido pelos atores da área. Contudo, embora haja um crescimento vertiginoso da produção científica na área, há uma escassez tanto de teorização a partir de estudos com perspectivas filosóficas e ontológicas, quanto da organização da produção científica já disponível para a proposição de prováveis caminhos conceituais.

Nonato Júnior (2009), em seus achados, percebeu que a maior parte dos trabalhos tinham como preocupação explicar as práticas secretariais a partir de “como fazer”, havendo quase a inexistência de discussões sobre “o que se faz”, abordando os conceitos que envolvem tais práticas. Ele apresenta duas problemáticas sobre este cenário. A primeira, fruto de um dos obstáculos epistemológicos que a área enfrenta – o obstáculo do equívoco sobre a natureza do conhecimento em Secretariado – presente no imaginário dos profissionais, das profissões e da sociedade de que o Secretariado é uma área puramente técnica, orientada às práticas, como defendido por Patrícia Hoeller, em seu artigo *A natureza do conhecimento em Secretariado*, publicado na Revista Expectativa em 2006.

A este artigo, Nonato Júnior responde que a afirmação de Hoeller (2006) não representa o crescimento e as características intelectuais nem do Secretariado nem das Ciências Sociais Aplicadas, defendendo que “[...] a ciência e a prática não se excluem mutuamente, pois o domínio científico é composto de epistemologia, teoria e prática. Há ainda de se compreender que a prática apenas efetua-se como tal quando está plena de fundamentação, senão, torna-se apenas uma ação interventiva.” (p. 136).

O segundo diz respeito à necessidade urgente de estudos que estabeleçam os conceitos do Secretariado Executivo. Ele reforça o crescimento da produção intelectual em torno do fazer secretarial e do perfil profissional. Contudo, considerou como raras as publicações em que os autores respondam “o que é o Secretariado Executivo”, em uma proposição conceitual e que, sem conceitos filosóficos, o Secretariado tende a ser compreendido como um núcleo de conhecimento técnico.

Nove anos depois das constatações de Nonato Júnior, um olhar de Cruz (2018) para a produção científica e para as atividades dos Grupos de Pesquisa certificados da área, na intenção de investigar características identitárias, tendências de pesquisa e apontamentos para o que

poderia assinalar caminhos para o domínio científico do Secretariado Executivo, apontou que a maior parte das investigações dos pesquisadores ainda confere uma identidade prática e tecnicista ao Secretariado Executivo. Contudo, diferente do cenário descrito por Nonato Júnior (2009), a autora identificou um índice significativo de publicações orientadas a investigar as práticas de pesquisa, em busca de um delineamento conceitual e de trabalhos envolvendo a construção teórico-acadêmica do campo, além de estudos interdisciplinares que podem apontar outros possíveis campos de conhecimento que influenciam a construção cognitiva do Secretariado Executivo.

A partir deste resultado, Cruz (2018) sugeriu que este cenário pode indicar uma mudança de perspectiva da área de Secretariado, que passa a tentar se construir cientificamente, tanto a partir do seu paradigma técnico-profissional, quanto de um paradigma teórico científico que, em conjunto, incentivem os estudos sobre a natureza do conhecimento em Secretariado. A autora ainda concorda com Nonato Júnior (2009), ao afirmar que a integração entre as perspectivas profissionais e epistêmicas permitirá que a área avance em suas discussões teóricas e alcance outros patamares de reconhecimento e visibilidade.

Para preencher esta lacuna conceitual, Nonato Júnior (2009) afirma que é imperativo e urgente que o Secretariado passe a ser discutido sob proposições filosóficas, fomentando discursos que, mesmo que não sejam completos e não respondam a todos (ou nenhum) dos questionamentos, conduzam a área a um cenário de discussões cujos resultados irão sendo paulatinamente refinados. É preciso quebrar o silêncio e iniciar e iniciar discussões filosoficamente orientadas a revelar o Secretariado como área de conhecimento apresentando “[...] suas características, suas peculiaridades, suas filiações históricas e teóricas, seus limites, suas potências e desafios cognitivos, seus processos de subjetivação e relação entre o conhecimento formal prática profissional” (NONATO JÚNIOR, 2009, p. 128)

Ao longo dos anos, embora de maneira tímida, o silêncio epistemológico do campo do Secretariado Executivo mencionado por Nonato Júnior (2009) foi quebrado e já existem propostas de prováveis caminhos teóricos que a área possa percorrer, a partir de análises de diferentes objetos e sob diferentes teorias.

Ao se realizar uma leitura destas propostas, nota-se que a área está se dividindo em duas perspectivas de pressupostos teóricos sobre as bases do conhecimento Secretarial, que tanto se diferem quanto se fundem em seus modos de apresentação. A primeira defende um saber que receba influências de outras áreas, com o grau de dependência natural que faz as ciências se manterem interligadas, mas que não deixam de possuir traços demarcadores que estabelecem limites em seu corpo de conhecimento próprio. Esta corrente tem como percussor e principal

expoente Raimundo Nonato Júnior, que iniciou as discussões a partir do seu livro *Epistemologia e Teoria do Conhecimento em Secretariado Executivo: a fundação das Ciências das Assessorias*, publicado no ano de 2009.

A segunda corrente propõe que o conhecimento em Secretariado seja constituído, em sua totalidade, por saberes de outras áreas, em uma perspectiva interdisciplinar indissociável, e que teorias que propõem a construção de um objeto autônomo, por sua natureza, não conferem cientificidade ao Secretariado. As discussões sobre estas perspectivas surgiram a partir da publicação do artigo de Rosimeri Ferraz Sabino e Paulo Sérgio Marchelli, intitulado *O debate teórico-metodológico no campo do Secretariado: pluralismos e singularidades*, publicado no periódico *Cadernos EBAPE.BR*, também em 2009.

Neste construto de Nonato Júnior (2009), o pressuposto do autor é relacionado a formação de conceitos que orientem a área a uma autonomia de conhecimento de fundação das Ciências das Assessorias. Para isso, autor defende que é necessário o delineamento de conceitos em duas perspectivas processuais: a) é basilar que os pesquisadores da área compreendam os principais conceitos que estão filosoficamente instituídos e que se relacionam com o conhecimento em geral, para, em seguida: b) propor os principais conceitos que orientam a pesquisa em Secretariado por meio do seu objeto de estudo e, assim, delinear a estrutura epistemológica da área.

Dessa forma, citando de pressupostos filosóficos de Blanché (1972), Bachelard (2001), Foucault (1997) e tomando como exemplo a construção de outras áreas do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, Nonato Júnior (2009) propôs o delineamento do conhecimento do que ele chamou de Ciência das Assessorias. Ele define Ciência das Assessorias como campo científico “que estuda as relações, teorias e práticas que envolvem o conhecimento produzido em situação de assessoria, seja esta de ordem profissional, intelectual ou interdisciplinar (p. 152). O autor estabelece a demarcação teórica das Ciências das Assessorias, apresentando: o objeto de estudo das ciências das assessorias; as bases de produção do conhecimento, os conceitos norteadores das ciências das assessorias e, por fim; a Teoria Geral do Secretariado (TGS).

Sobre a demarcação teórica, apoiado em Bachelard (2001), Nonato Júnior (2009) afirma que, para que um campo de pesquisa surja e se estabeleça, é preciso ter em pauta a abrangências e os limites, e, para isso, é necessário “limar” as demarcações por todos os lados: como os conhecimentos são estabelecidos que tipo de conhecimento tal disciplina pode apresentar e quais são as suas fronteiras. A demarcação teórica das Ciências das Assessorias por Nonato Júnior está disposta no Quadro 6.

Quadro 6 – Demarcação epistemológica das Ciências da Assessoria

QUESTÕES DEMARCADORAS	DEMARCAÇÕES
Como se estabelecem estes conhecimentos?	Os saberes são produzidos em dois momentos básicos: 1) no fazer cotidiano das práticas dos assessores, a partir da realização de análises científicas sobre diversas problemáticas empíricas que surgem no trabalho das assessorias, suas relações linguísticas, interpessoais e gerenciais e; 2) no saber acadêmico das teorias das assessoria, por intermédio de análises científicas de como se estabelecem os conhecimentos em Secretariado, seus conceitos, suas áreas, seus caminhos na educação, na ética, na cultura, na ciência e na sociedade.
O que se pode conhecer em Ciências das Assessorias?	Relações técnicas, epistemológicas e pedagógicas que permeiam a atividade do secretário nas mais diversas situações, seja em âmbito executivo ou acadêmico; o significado das ações dos assessores dentro do cenário organizacional, humano e simbólico. Permite compreender o Secretariado de maneira holística e em consonância com os paradigmas contemporâneos.
Quais são suas fronteiras?	A demarcação das fronteiras acontece a partir da delimitação do objeto de estudo: a Assessoria e suas múltiplas relações interdisciplinares. Assim, a Ciência das Assessorias abrange as teorias práticas de pesquisa, gestão, organização, direção, controle, consultoria, tecnologia. Interessa-se, ainda, pelas problemáticas da educação, da informação, da cultura e da interdisciplinaridade que envolvem a elaboração de conceitos e ações em Secretariado
Como este conhecimento se articula com outras áreas?	O Secretariado enquanto campo de ampla e variada atuação mantém relações práticas e conceituais com áreas de domínios técnicos, táticos, executivos, estratégicos e investigativos, principalmente com a Administração, as Ciências da Informação e da Comunicação; Linguística; Filosofia; e demais Ciências Humanas, Sociais e Tecnológicas.

Fonte: elaborado pela autora (2023) com base em Nonato Júnior (2009).

Continuando sobre as demarcações teóricas das Ciências das Assessorias, o autor ainda inclui um outro traço demarcador para definir, dentro do corte epistemológico, o que não faz parte do escopo das Ciências das Assessorias, ou seja, o que as Ciências das Assessorias não são: **subárea de outras ciências; simples compêndio de estudos e pesquisas de base técnica; lócus de práticas domésticas e serviços; mera instrução técnico-operacional; área de trabalho que possa ser desempenhada sem formação específica; e domínio não relacionado das práticas secretariais.**

Sobre o objeto de estudo, Nonato Júnior (2009) justifica a importância dessa delimitação na área de Secretariado, visto que esta é a principal marca de uma ciência, sobretudo das Ciências em ascensão, pois acredita que o objeto é capaz de indicar o caminho para o qual a área está sendo orientada. Após estudos investigativos na produção científica da área, o autor afirma haver percebido que o conhecimento produzido pelo Secretariado de organiza a partir de um centro, a Assessoria, que remete ao foco empírico do trabalho secretarial. Assim, “os estudos em Secretariado Executivo devem refletir conhecimentos que estejam associados às práticas, teorias e relações de Assessoria. Seus desdobramentos culminam em quatro eixos básicos de investigação: 1) Assessoramento; 2) Assessoria; 3) Assessorística e; 4) Assessorab. Conforme figura 4 explicativa:

Figura 4 – Objeto de estudo das Ciências da Assessoria



Fonte: elaborado pela autora (2023) com base em Nonato Júnior (2009).

Sobre os conceitos norteadores, outro ponto que estabelece a demarcação epistemológica, Nonato Júnior (2009) afirma que estes exercem o papel de orientar tudo o que está relacionado com as Ciências da Assessoria e fazem parte do seu escopo. Como um ponto de partida, o autor propõe nove conceitos norteadores, que, em virtude da complexidade e extensão dos seus alcances, não serão aqui pormenorizados, mas cujas explicações detalhadas podem ser encontradas na publicação aqui referenciada. São eles:

- Ciências da Assessoria
- Ciências do Secretariado
- Cientistas da Assessoria
- Intelectual do Secretariado
- Especialista em Secretariado
- Secretariado Executivo
- Secretário Executivo
- Tecnologia em Secretariado
- Tecnólogo em Secretariado

- Técnicas Secretariais
- Técnico em Secretariado

Por fim, como forma de articular toda essa demarcação epistemológica ao fazer secretarial prático, intelectual, bem como descrevê-las nos conteúdos curriculares nos cursos de graduação em Secretariado Executivo, Nonato Júnior (2009) propôs a Teoria Geral do Secretariado (TGS). Ele explica que a TGS, assim como as teorias gerais de outras áreas das Ciências Sociais Aplicadas, como Administração, Economia, Turismo, etc., proporcionam articulação entre as dimensões científicas de uma área com as possibilidades de estudos provenientes das práticas. E, principalmente, uma teoria geral demonstra

[...] como o objeto de estudo de determinada ciência encontra-se disseminado por meio de todas suas produções intelectuais e profissionais. É por meio da teoria geral que a epistemologia pode interferir mais intensamente, proporcionando um núcleo filosófico consistente para cada ciência. (NONATO JÚNIOR, p. 184)

Assim, o autor reforça que, sobretudo neste momento inicial sobre debates epistemológicos e reconhecimento da identidade secretarial, a TGS foi proposta para articular microteorias que embasem o Secretariado Executivo e as correntes profissionais investigativas em núcleos, cujas formações são resultantes do seu objeto de estudo. Neste sentido, Nonato Júnior (2009) propõe uma TGS estruturada em quatro núcleos centrais, porém integrados, cada um articulado com um dos quatro eixos que compõem o objeto de estudo das Ciências das Assessorias, conforme anteriormente descrito. O Quadro 7 apresenta os núcleos teóricos que configuram a TGS a partir dos eixos que compõem o objeto de estudo.

Quadro 7 – Teoria Geral do Secretariado

TEORIA GERAL DO SECRETARIADO		
EIXOS DO OBJETO DE ESTUDO	NÚCLEO DA TGS	MICROTEORIAS
ASSESSORAMENTO (Assessoria Operacional)	TEORIAS PROFISSIONAIS	✓ Técnicas do Trabalho Secretarial ✓ Tecnologia Secretarial ✓ Documentação, Correspondência e Registro ✓ Arquivística, Classificação e Catalogação ✓ Organização e Métodos Secretariais ✓ Secretariado em setores públicos ✓ Política, Organização e Sindicalização Secretarial ✓ Línguas Estrangeiras no Trabalho Secretarial ✓ Outros
ASSESSOREXE (Assessoria Executiva)	TEORIAS ORGANIZACIONAIS	✓ Gestão Secretarial

		✓ Sistemas Gerenciais de Informação e Computação ✓ Gestão de Recursos da Informação nas Assessorias ✓ Assessoria de Recursos Humanos ✓ Gestão de Eventos, Cerimonial e Protocolo ✓ Desenvolvimento Gerencial em Secretariado ✓ Assessoria de Marketing ✓ Assessoria Estratégica ✓ Empreendedorismo Secretarial ✓ Assessoria em Gestão Internacional ✓ Assessoria Financeira e Contábil ✓ Gestão de Qualidade em Assessoria Executiva ✓ Outros
ASSESSORÍSTICA (Assessoria intelectual)	TEORIAS CONCEITUAIS	✓ Formação Intelectual do Assessor ✓ Educação em Secretariado ✓ Assessoria científica ✓ Teorias de Pesquisa e Publicação nas Assessorias ✓ Metodologia Científica para Estudos Secretariais ✓ História do Secretariado ✓ Ética e responsabilidade social do Secretariado ✓ Direito e Legislação em Secretariado ✓ Identidade Cultural e Profissional ✓ Teorias de Extensão Acadêmica nas Assessorias ✓ Paradigmas Científicos e Secretariado ✓ Secretariado e Filosofia ✓ Outros
ASSESSORIA ABERTA (ASSESSORAB)	TEORIAS INTERDISCIPLINARES	✓ Dimensões psíquicas e emocionais do Secretariado ✓ Processos interpessoais e intrapessoais no trabalho dos Assessores ✓ Assessoria em outras ciências e profissões ✓ Ciências da Informação e Secretariado ✓ Consultoria e Assessoria ✓ Sociologia e Assessoria ✓ Economia e Assessoria ✓ Linguística e Assessoria ✓ Assessoria Holística ✓ Assessoria em Gestão de Saúde ✓ Assessoria Jurídica ✓ Assessoria em Comunicação Social ✓ Atividades do Assessor em trabalhos de campo ✓ Assessoria em Gestão Ambiental ✓ Assessoria em áreas correlatas ✓ Outros

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Nonato Júnior (2009).

Uma das principais contribuições da proposta de Nonato Júnior (2009), além de propor um objeto de estudo autônomo para o Campo do Secretariado Executivo, para além da construção interdisciplinar dos seus saberes, foi a tentativa de afastar as concepções sobre a área secretarial de um perspectiva puramente técnica, valorizando seus avanços ao longo de um pouco mais de cinco décadas, momento em que foi iniciada a educação superior em Secretariado, ponto de partida para o que a área começasse a perseguir um estatuto científico.

Este pensamento fica claro quando, ao final de sua publicação, o autor reforça que, mesmo ao desenvolver seu exercício profissional, o Secretário Executivo não pode assumir uma postura puramente técnica e afirma que um dos legados da proposta epistemológica feita no estudo aqui referenciado é que

[...] as Ciência das Assessorias podem contribuir significativamente com o avanço das técnicas, das práticas operacionais, da docência, da divulgação e da pesquisa na profissão secretarial, funcionando como um veículo de valorização das diversas formas do saber e do fazer profissional e acadêmico em Secretariado (Nonato Júnior, p. 243).

Ele conclui este raciocínio afirmando que a epistemologia do Secretariado deve ser utilizada tanto por profissionais quanto por acadêmico, defendendo que o Secretário Executivo que atua no campo profissional deve ser “capaz de se colocar como intelectual em seu campo de trabalho, lendo-o, interpretando-o, analisando-o, criticando-o e teorizando-o” (p. 243). Da mesma forma, afirma que os docentes e pesquisadores da área devem estar comprometido com “[...] formulação de conceitos, encaminhamentos, teorias e filosofias que sustentem cientificamente o campo do Secretariado (p. 243).

A segunda perspectiva de pressuposto epistemológico mencionada aqui, surgiu em resposta dissonante ao que foi proposto por Nonato Júnior (2009), no mesmo ano em que o autor publicou o livro sobre o qual foi tratado aqui. Ao iniciarem seus argumentos, Sabino e Marchelli (2009) anunciam: “Uma teoria deve ter o compromisso de utilidade científica e verificabilidade, sob pena de ser refutada desde o princípio” (p. 608). Os autores, embora não apresentem, uma proposta equivalente à proposta de Nonato Júnior (2009) em termos de profundidade e delimitações filosóficas, e propostas teóricas, começam o construto afirmando que estudos que defendem a construção de um objeto autônomo para o Secretariado Executivo negam os múltiplos pressupostos teóricos tradicionais que fundaram o campo. Além disso, os autores discordam da tentativa de desenvolvimento e sustentação das Ciências das Assessorias, defendendo que a área já encontra suporte para as suas práticas nas Ciências Administrativas, já estabelecidas.

Um outro ponto dissonante apresentado por Sabino e Marchelli (2009) remete à sugestão de um objeto de estudo baseado nos quatro eixos da assessoria que Nonato Júnior (2009) apresentou. Diferente de Nonato Júnior (2009), que propõe que tanto as práticas quanto as pesquisas em secretariado estão (ou devem estar) alicerçadas nas assessorias operacional, executiva, intelectual e aberta, Sabino e Marchelli (2009) postulam uma essência epistemológica mais simples. Eles defendem que a discussão epistemológica da área deva levar

em consideração quatro eixos de investigação, que mais se aproximam do contexto da construção do Secretariado Executivo como campo profissional: formação, gênero, condutas legais e cultura organizacional. Contudo, os autores reforçam que debates sobre o Secretariado baseados nestes eixos [...] não o colocam à margem da cientificidade, tampouco o resume à mera prática” (p. 608).

Outra importante contribuição quanto aos aspectos conceituais de produção do conhecimento em Secretariado é a discussão levantada por Leal, Santos e Moraes (2018), em que os autores analisam os paradigmas que conduzem as pesquisas em Secretariado no Brasil, a partir da análise das propostas metodológicas encontradas em trabalhos científicos produzidos por autores da área. Assim como Nonato Júnior (2009), Leal, Santos e Moraes (2018) estabelecem diálogo com o campo da filosofia para subsidiar à discussão, sobretudo com os autores que propuseram modelos paradigmáticos para a ciência.

A partir dos resultados, defenderam que foram encontrados padrões paradigmáticos que conduzem a pesquisa em Secretariado. Segundo os autores, embora haja traços dos paradigmas interpretativista, humanista radical e estruturalista radical, todos típicos das ciências sociais, o conhecimento em Secretariado está, majoritariamente, apoiado em concepções funcionalistas, articuladas pela coexistência de interesses práticos-comunicativos e técnicos presentes na produção de conhecimento, o que leva a crer que a área vem se estruturando, cognitivamente, como um campo teórico-empírico, em que as práticas profissionais e sociais refletem e configuram as práticas científicas.

Por fim, em um trabalho mais recente, Nascimento e Fialho (2020), reconhecendo a necessidade dialogada entre Nonato Júnior (2009), Maçaneiro e Kuhl (2013), Cruz (2018) e Leal, Santos e Moraes (2018) de que é preciso traçar discussões sobre o estabelecimento conceitual do Secretariado para que a área possa avançar como campo de pesquisa, objetivaram construir uma discussão teórica para propor caminhos para pesquisas conceituais na área de Secretariado Executivo e também conduziram o estudo sob a luz da Filosofia e sob uma perspectiva paradigmática de construção do conhecimento.

Assim, conduzidos pelo paradigma construtivista, baseados na Teoria dos Campos conceituais, os autores sugerem que o Secretariado tem desenvolvido uma organização pragmática do conhecimento, na qual os produtores têm como principal objeto de estudo o “fazer secretarial” e que esta ação também produz a formação de conceitos na área, cuja produção se dá a partir do uso de diferentes ferramentas metodológicas, utilizadas para investigar diferentes situações problemas frutos da práxis da profissão.

Percebe-se que há um ponto em comum nas discussões iniciadas pelos autores citados: a influência das práticas profissionais na produção de conhecimento Secretarial, que pode ser resultado de uma área de conhecimento que nasceu sobre um forte paradigma profissional e que, por isso, naturalmente, tenha seu conhecimento influenciado por ele.

Ponderando o cenário descrito nesta seção, é importante considerar que, ainda que Maçaneiro (2011; 2012) e outros que com ela concordam considerem que as discussões em torno de uma identidade científica do Secretariado seja um esforço de poucos e tardio, há que se assumir que os fatores que delinearam esse cenário não produziam incentivos para que essas lacunas fossem rapidamente fechadas. Foi o tempo necessário para que o Campo desenvolvesse profissionais que se adequassem às necessidades que emergiram e para que as discussões em torno da necessidade de apresentar o campo como uma disciplina científica surgissem e ganhassem maiores proporções. A posição do campo no cenário por disputa e sobrevivência faz com os pesquisadores da área tenham que superar os desafios e atender à dupla demanda – profissional e epistêmica -, como caminho para o alcance de outras patamares de reconhecimento e visibilidade.

A próxima seção discorre sobre um dos principais aspectos que coloca este trabalho no domínio da Ciência da Informação: o uso de ferramentas de investigação da informação científica, com base no uso da bibliometria e cientometria como principal subsidiadora dos estudos de institucionalização da ciência.

5 A MENSURAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA E SEUS USOS EM ESTUDOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CIÊNCIA

A avaliação, dentro de um determinado ramo do conhecimento, permite dignificar o saber quando métodos confiáveis e sistemáticos são utilizados para mostrar à sociedade como tal saber vem-se desenvolvendo e de que forma tem contribuído para resolver os problemas que se apresentam dentro de sua área de abrangência.

(Nádia Aurora Peres Vanti)

Entender o processo de institucionalização de qualquer campo científico implica pensar na adequação dos métodos que permitam entender o processo pelo qual a ciência se materializa: o processo de pesquisa, contemplado pelo compartilhamento de informações entre os cientistas e pelas práticas, atores, instrumentos e relações que se configuram nesse movimento. A cientometria, subsidiada por técnicas bibliométricas de mensuração de produtos, produtores e atividades de pesquisa tem se mostrado eficiente para a averiguação de constituição da ciência, passando, atualmente, a considerar as inter-relações entre esta e a sociedade.

Esta seção apresenta a importância dos estudos métricos aplicados à informação científica como subsidiários dos estudos da avaliação e formação dos campos científicos. Para tanto, apresenta, em primeiro momento, o surgimento, conceitos e definições e aplicações da Bibliometria e a sua transição que a amplia para uma perspectiva histórico-sociológica a partir das análises e reflexões propiciadas por tais mensurações que fazem a Cientometria despontar como campo de pesquisa. Em seguida, discute-se sobre a aplicação dos indicadores bibliométricos e cientométricos, definidos na primeira parte do percurso, nos estudos cujos objetivos são a investigação de institucionalização da ciência, sobretudo desenvolvidos no Campo da Ciência da Informação, tendo como principal fundamento o levantamento do estado da arte em torno de tais investigações.

5.1 BIBLIOMETRIA, CIENTOMETRIA: UM PANORAMA CONCEITUAL, EVOLUTIVO E CONSTRUÇÃO DE INDICADORES CIENTÍFICOS

Além de haver larga aplicação dos estudos métricos da informação e sua importância para a avaliação da ciência na atualidade, em diferentes contextos e diferentes *lócus* de produção e comunicação de informação científica (desde os livros às redes sociais digitais – da Bibliometria à Altmatria), sua prática não é recente, nem foi iniciada concomitante à institucionalização da Bibliometria como método quantitativo para estudo da informação científica, tampouco com a sua constituição como campo de pesquisa.

Contudo, apesar da prática comum e não recente, considerando o ambiente complexo e mutável em que a ciência reside, sua aplicação é sempre inovadora. Nesta perspectiva, Viotti e Macedo (2003, p. 71) afirmam que “o conhecimento científico, a tecnologia e a inovação, assim como a sua relação entre si e com a sociedade, a economia e o meio ambiente, são fenômenos extremamente complexos, diversificados e em constante evolução”. Consequentemente, mensurar estes fenômenos, suas relações e seus impactos é uma atividade que cresce proporcionalmente, garantindo seu caráter de inovação e relevância para o avanço da ciência

Rostaing (1996) narra sobre os primeiros registros de estudos realizados sob uma abordagem quantitativa nas publicações científicas, ainda que sem as definições atualmente conhecidas. O primeiro foi o de Francis Joseph Coles (1952-1959) e Nellie Barbara Eales (1889-1989), publicado em 1917, intitulado *The history of comparative Anatomy. Part I: a statistical analysis of the literature*, publicada na revista *Science Progress*, cujo objetivo foi listar a literatura sobre Anatomia publicada entre os anos de 1850-1860. Dez anos depois, ao publicarem o artigo *College Libraries and Chemical Education* na revista *Science*, Elizabeth Gross e Peter Gross foram os primeiros a realizar contagem de citação em periódicos do campo da Química, organizando os periódicos citados em ordem decrescente do número de citações recebidas.

A partir de 1934, o matemático e documentalista inglês Samuel Bradford (1878-1948) publicou, na revista *Enginnering* o artigo *Sources of information on specific subjects* (Fontes de informação para assuntos específicos), que inaugurou, em termos de Leis, as bases que influenciaram a formação do campo atual das metrias da informação científica na Ciência da Informação, seguido pelo filósofo e linguista americano George Zipf (1902-1950) e pelo matemático americano Alfred Lotka (1949-1980). Eles foram responsáveis pela descoberta e aplicação das consideradas leis fundamentais da Bibliometria, cujas menções, de acordo com Santos e Kobashi (2009), são obrigatórias diante da realização de qualquer estudo

bibliométrico: a Lei de Bradford ou Lei da dispersão, Lei de Zipf¹⁸ e Lei do quadrado inverso ou Lei de Lotka¹⁹, conforme descrição no Quadro 8.

Quadro 8 - Leis fundamentais da Bibliometria

LEI	ANO	OBJETO	DESCRIÇÃO
Lei de Bradford ou Lei da dispersão	1934	Distribuição dos artigos nos periódicos	Em uma série de estudos em uma coleção de periódicos do Campo da Geofísica, por meio de variáveis de proximidade e afastamento, Bradford analisou 326 periódicos, ele descobriu que nove periódicos continham 429 artigos sobre o tema, 59 continham 499 e 258 continham 404 artigos. O que lhe interessava, à época, era determinar o núcleo dos periódicos que concentrassem a maior quantidade de artigos sobre determinado tema, para fins de gerenciamento de bibliotecas.
Lei de Zipf	1949	Frequência de palavras	A partir da análise de <i>Ulisses</i> de James Joyce, Zipf percebeu uma correlação entre o número de palavras diferentes e a frequência de seu uso e concluiu que um pequeno número de palavras é usado muito mais frequentemente. Assim, ele fundamentou a Lei do “esforço mínimo”. Ou seja, uma palavra de menor custo de utilização ou que demande menor esforço para a sua transmissão são mais frequentemente usadas.
Lei de Lotka	1926	Produtividade dos autores	A partir de um estudo realizado na <i>Chemical Abstracts</i> , entre os anos de 1909 e 1916, Lotka percebeu que a maior quantidade da literatura científica foi produzida por um pequeno número de autores, enquanto havia uma grande quantidade de autores produzindo em menor escala. A hipótese do autor é o apontamento de um padrão na ciência: em todo campo científico há um núcleo composto por um pequeno número de autores responsável pela maior parte da produção na área e muitos autores pouco produtivos.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Araújo (2006) e Santos e Kobashi (2009).

Contextualizando a origem e sem a intenção de estabelecer os marcos da primeira menção, algo ainda controverso entre parte dos epistemólogos da Ciência da Informação, a abordagem quantitativa das atividades científicas é originária da Bibliometria. Entende-se que o termo já é utilizado há mais de 80 anos (tendo por base a menção de Paul Outlet em seu livro *Traité de Domentation: lelivre e sur le livre*, em 1934).

Independente do marco histórico, de acordo com Araújo (2006), a bibliometria surgiu de um processo evolutivo do termo Bibliografia Estatística cunhado por Wyndham Hulme em 1922. Nesse sentido, a origem da Bibliometria pode ser atribuída a duas correntes fundantes. A corrente francesa, que tem Paul Outlet como principal expoente, a definiu como o campo de estudo que se preocupa com questões de medidas e quantidades orientadas a livros (BOUSTANY, 1997 apud SANTOS; KOBASHI, 2009). Já a corrente anglo-saxônica, que tem

¹⁸ ZIPF, G. k., **Human Behaviour and the Principle of Least Effort**, Editions Addison Wesley, 1949

¹⁹ LOTKA, A. J. The Frequency Distribution of Scientific Productivity", **Journal of the Washington Academy of Sciences**, Vol 16, Nº 12, p. 317-323, 1926

Alan Pritchard como principal expoente, de acordo com Santos (2003, p. 134), a definiu como a “aplicação de métodos matemáticos e estatísticos a livros, artigos e outras mídias de comunicação”.

Atualmente, considerando a Bibliometria e sua evolução como parte da epistemologia da Ciência da Informação, Araújo (2006), a define como “técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico” (p. 10).

Citando os estudos de Spinak (1996, 1998), Hayashi (2012) apresenta um compilado de definições de Bibliometria que demonstra diferentes olhares sobre a informação científica:

aplicação de análises estatísticas para estudar as características do uso e criação de documentos; estudo quantitativo da produção de documentos como se reflete nas bibliografias; aplicação de métodos matemáticos e estatísticos ao estudo do uso que se faz dos livros e outros meios dentro e nos sistemas de bibliotecas; estudo quantitativo das unidades físicas publicadas, ou das unidades bibliográficas ou de seus substitutos (SPINAK, 1996, 1998 APUD HAYASHI, 2012)

De maneira mais concisa, Araújo (2006) afirma que a Bibliometria, atualmente, se encontra representada por duas facetas: uma orientada à gestão de acervos e coleções em unidades de informação – quantidade de edições e exemplares, quantidade de palavras contidas nos livros, espaço ocupado pelos livros nas bibliotecas, estatísticas relativas à indústria do livro) – e outra orientada ao estudo da dinâmica da ciência, que, a partir da investigação de dados contidos na informação científica, passa a se dedicar, principalmente, à produtividade dos autores e estudos de citação.

Esta última sinaliza o início da transformação para Bibliometria atual, que inclui o entendimento da ampliação dos objetos científicos investigados, dos dados coletados a partir deles e da proposta promissora de respostas às problemáticas da ciência que tal técnica/método é capaz de proporcionar a partir da exploração dos indicadores produzidos.

Para Santos e Kobashi (2009), os objetos de estudo da Bibliometria “passaram, gradativamente, da contagem de livros e revistas, para fins de gestão, para a interpretação da atividade científica e para orientar políticas de ciência” (p. 169). Do foco na contagem de documentos, para o entendimento da ciência, a Bibliometria ampliou o seu objeto de estudo como um campo de pesquisa, e o estudo da informação científica compartilhada passou a ser subsidiário de políticas científicas micro e macro contextualizadas.

Com expansão da produção científica e tecnológica, é cada vez mais evidente a necessidade de se identificar, comprovar e visualizar os avanços e o desenvolvimento alcançados por uma temática, disciplina ou área do conhecimento (VANTI, 2002).

Essa necessidade de um aspecto amplo de aplicação das técnicas bibliométricas para compreender a ciência já foi anteriormente assinalada por Rostaing (1996), sobretudo diante da forma complexa de se fazer ciência nos dias atuais: a ciência e a tecnologia estão passando por modificações cada vez mais rápidas e profundas; as especialidades científicas estão se multiplicando e ficou cada vez mais difícil tomar consciência da existência desses novos domínios, assim como ficou cada vez mais difícil de se compreender suas atividades; a sociedade científica percebeu que, devido ao já citado crescimento exponencial da literatura científica, não pode mais controlar todo o conhecimento e se atualizar sobre as descobertas científicas; dessa forma, o uso das ferramentas e técnicas bibliométricas foram direcionadas para a compreensão dessa nova realidade.

Nesse sentido, ainda no tocante às leis fundantes e norteadoras da Bibliometria, outro expoente a ser considerado é o físico e cientista da informação Derek Solla Price (1922-1983), cujo contributo para o Campo das metrias da informação científica é resultado da conjunção das leis anteriormente citadas, que fincaram as bases da Cientometria, por uma perspectiva ampliada de utilização dos processos estatísticos de Lotka, Bradford e Zipf, levando em consideração o complexo de componentes que constituem o ambiente no qual a informação científica é produzida.

A perspectiva empregada por Price ampliou a aplicação da Bibliometria, sinalizando o emergir de uma “ciência da ciência”, que passa a considerar “tanto o produto quanto os produtores da ciência” (SANTOS; KOBASHI, 2009, p. 158). Assim sendo, à Cientometria foi delegado o papel de analisar o ambiente científico como um todo, incluindo as relações entre os cientistas e destes com a política, a economia e a sociedade. Hayashi, Maroldi e Hayashi (2021), defendem a necessidade de um amplo conhecimento teórico das metaciências para a realização de estudos bibliométricos e cientométricos, sobretudo a Sociologia da Ciência, a História da Ciência, a Filosofia da Ciência, e áreas atreladas ao domínio da Ciência da Informação, como a Comunicação Científica.

A afirmação destes autores endossa o já escrito por Santos e Kobashi (2009) ao apontarem conclusões sobre uma densa apresentação histórico conceitual sobre as metrias da informação científica: “Os estudos métricos se aproximam, cada vez mais, das ciências ditas “moles” (CHS) porque estas últimas oferecem teorias e modelos que permitem interpretar os dados em contextos culturais, políticos, ideológicos e econômicos distintos” (p. 169).

Braga (1974) apresentou alguns tópicos que indicam essa abordagem sociológica ampliada a partir de propostas desenvolvidas por Price, como a Lei do crescimento exponencial dos produtos e dos produtores da ciência; a informação científica como parâmetro para a representação da ciência; elitismo científico a partir da produtividade em pesquisa; relação entre a citação e a formação de frentes de pesquisa; comunicação formal e informal e formação de comunidades científicas e colégios invisíveis; informação científica e políticas científicas, entre outras abordagens intrínsecas.

Sobre a perspectiva sociológica de Price, Rostaing (1996) também apresenta o contributo do autor afirmando que “Ele se dissociou do movimento anglo-saxão da época. Ele desistiu de o uso da ferramenta estatística de acordo com o rigor matemático exigido, mas implementado a serviço da ideia de que a atividade científica é regida por regras sociológicas” (p. 14). Mais que um método quantitativo para a informação científica, a Cientometria é epistemológica, e a quantificação da informação tornou-se o meio, não o fim.

Concernente aos aspectos de definição do termo e do uso da Cientometria, de maneira generalista, ela é considerada “as pesquisas quantitativas de todas as coisas que dizem respeito à ciência e as quais podem ser atribuídos números”, (PRICE, 1969 apud SANTOS, 2003, p. 134).

Para contribuir com o entendimento do termo e do uso da Cientometria, Vanti (2002) apresenta um compilado de definições explicativas derivadas de outros estudiosos do Campo: “A cienciometria é um segmento da sociologia da ciência, sendo aplicada no desenvolvimento de políticas científicas. Envolve estudos quantitativos das atividades científicas, incluindo a publicação e, portanto, sobrepondo-se à bibliometria”. (TAGUE-SUTCKIFFE, 1992, apud VANTI, 2002, p. 154). Pela segunda definição, baseada em Van Raan (1997), a autora discorre que

[...] a cienciometria se dedica a realizar estudos quantitativos em ciência e tecnologia e a descobrir os laços existentes entre ambas, visando ao avanço do conhecimento e buscando relacionar este com questões sociais e de políticas públicas. A cienciometria teria, portanto, um caráter multidisciplinar no que diz respeito aos métodos que utiliza. Tais métodos provêm tanto das ciências naturais quanto das ciências sociais e comportamentais (estatística e outros métodos matemáticos, modelos sociológicos, pesquisas e métodos psicológicos de entrevista, informática, filosofia da ciência, lingüística etc.). (VAN RAAN, 1997 apud VANTI, 2002)

Ainda no tocante à definição e sem a intenção de estabelecer limites entre a Bibliometria e a Cientometria, mas corroborando com uma perspectiva do aporte da primeira para a segunda,

alguns apontamentos serão feitos aqui. Bufrem e Prates (2005, p. 13) afirmam que, sob a perspectiva técnica, ambas são subsídios para “estudar as atividades científicas ou técnicas, do ponto de vista de sua produção ou comunicação”. Mas que, sob a perspectiva complementar, enquanto a primeira visa compreender as atividades que envolvem a comunicação científica por meio de documentos que asseguram o registro do conhecimento científico, a segunda assume uma perspectiva macro de analisar a ciência como uma construção social da pesquisa científica. Para tanto, os estudos cientométricos podem fazer uso dos documentos analisados face à bibliometria para compreender o comportamento dos campos científicos, como áreas de abrangência e os mecanismos de criação de difusão da informação entre eles (BROOKES, 1987 apud SANTOS, 2003).

Ainda citando Brookes (1987), Rostang (1996) também traça um paralelo entre as diferenças de amplitude da Bibliometria e da Cientometria:

Enquanto o objeto da bibliometria é estudar livros ou revistas científicas e com o propósito de compreender as atividades de comunicação da informação, o objeto da cientimetria é o estudo dos aspectos quantitativos da criação, disseminação e uso da informação científica e tecnológica e visa compreender os mecanismos de pesquisa como uma atividade social (ROSTANG, 1987 apud BROOKES, 1987, tradução nossa).

Também apresentando um paralelo entre ambas, a comparação de Spinak (1996) descrita por Vanti (2012) corrobora com a perspectiva de aporte técnico que a Bibliometria oferece à Cientometria, como defendido neste trabalho:

A cientimetria aplica técnicas bibliométricas à ciência [...] mas vai além das técnicas bibliométricas, pois também examina o desenvolvimento científico e a política. [...] a cientimetria pode estabelecer comparações entre políticas de pesquisa entre países analisando seus aspectos econômicos e sociais.

De maneira didática, ainda sem a intenção de estabelecer limites, mas de demonstrar as dimensões das investigações possibilitadas pela Bibliometria e Cientometria, Macias-Chapula (1998) estabelece as principais diferenças entre ambas, por meio da apresentação dos seus objetos de estudos, as variáveis que devem ser levadas em consideração, os métodos utilizados e os objetivos pretendidos, conforme adaptados no Quadro 9.

Quadro 9 – Bibliometria X Cientometria

FATORES	BIBLIOMETRIA	CIENTOMETRIA
OBJETO	Livros, documentos, artigos, revistas, autores, usuários	Disciplinas, assuntos, áreas e campos científicos e tecnológicos, etc.

VARIÁVEIS	Número de empréstimos (circulação) e de citações, frequência de extensão e frases, etc.	Fatores que diferenciam as subdisciplinas, revistas, autores, documentos. Como os cientistas se comunicam
MÉTODOS	Ranking, frequência, distribuição	Análise de conjunto e de correspondência, coocorrência de termos, expressões, palavras-chave, etc.
OBJETIVOS	Alocar recursos, pessoas, tempo, dinheiro, etc.	Identificar domínios de interesse, onde os assuntos estão concentrados, compreender como e quanto os cientistas se comunicam.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Macias-Chapula (1998).

Os aspectos pormenorizados por Macias-Chapula (1998) deixam claro o caráter primário da Bibliometria em relação à amplitude de alcance da proposta das análises cientométricas que, utilizando os mesmos objetos da Bibliometria, demonstra o potencial de avaliação da ciência que o estudo da informação científica pode prover. A bibliometria exprime, em números todos os fatores que envolvem os produtos científicos. Por sua vez, a Cientometria amplia a leitura desses números visando atribuir relações entre eles a o comportamento da ciência, dos cientistas, causas e efeitos que possam ser “indicados” pelos resultados.

Para fins de entendimento prático, Rostaing (1996) aponta os métodos Bibliométricos mais utilizados e que podem ser subsidiários dos estudos cientométricos, como apresentados no Quadro 10.

Quadro 10 – Métodos bibliométricos

MÉTODOS	BREVE DESCRIÇÃO
Modelagem das distribuições	Distribuição de elementos bibliométricos: do tipo núcleo-dispersão; Lei de Bradford; Lei de Lotka; Lei de Zipf e unificação em uma lei universal.
Indicadores univariados	Medidas puramente quantitativas baseadas em contagem simples e cálculos de razões de elementos bibliográficos: Ex.: datas das publicações; número de revistas, autores, países, temas, etc.
Indicadores relacionais	Método de análise de dados estatísticos usados para descrever relacionamentos mantidos entre diferentes elementos bibliográficos: análise de cocitação; palavras associadas; coccassificações, copublicações, cooperações, tabelas de contingência, etc.
Modelos de difusão do conhecimento	Leis sobre circulação da produção científica, teorias da comunicação científica, fluxos da comunicação científica, etc.

Fonte: adaptado de Rostaing (1996).

Visando relacionar as definições teóricas e contextualizar os métodos bibliométricos a uma perspectiva prática, Vanti (2002) aponta como as aplicações desses métodos podem se materializar em análises cientométricas, destacando as seguintes possibilidades (adaptado pela autora desse trabalho):

- ✓ Identificação atual e prospecção das tendências de pesquisa, concernente a temas atuais e surgimento de novos temas

- ✓ acompanhamento da evolução do conhecimento de uma área de pesquisa
- ✓ identificação do núcleo de periódicos de uma área/disciplina;
- ✓ prospecção de tendências de publicação;
- ✓ análise da dispersão e da obsolescência da literatura científica por periódicos, por áreas, por recorte temporal, etc;
- ✓ mensuração da produtividade de autores individuais, organizações e países;
- ✓ análises de relações entre produtividade e políticas científicas;
- ✓ medição do grau e dos padrões de colaboração entre autores, instituições, países, etc.;
- ✓ análise dos processos de citação e cocitação;
- ✓ análise dos processos de citação na formação de frentes de pesquisa;
- ✓ mensuração de desempenho dos sistemas de recuperação da informação em bases de dados científicos;
- ✓ avaliação dos aspectos estatísticos da linguagem, das palavras e das frases.

Para a apresentação de tais resultados e análises, lança-se mão de uma profunda exploração do potencial analítico reflexivo de indicadores, definidos por Hayashi, Hayashi e Martinez (2008) como “parâmetros utilizados no processo de avaliação de qualquer atividade científica” (p. 131), cujos insumos são originados das informações científicas presentes na produção científica e em diferentes bases de dados responsáveis por armazenar e organizar quaisquer tipos de informação científica, o que inclui objetos, atores instituições e atividades que dinamizam a ciência e que constituem os seus sistemas conceituais e sociais.

Assim, concernente à definição orientada ao contexto das políticas científicas, Santos e Kobashi (2009), definem tais indicadores como:

dados estatísticos usados para avaliar as potencialidades da base científica e tecnológica dos países, monitorar as oportunidades em diferentes áreas e identificar atividades e projetos mais promissores para o futuro, de modo a auxiliar as decisões estratégicas dos gestores da política científica e tecnológica e também para que a comunidade científica conheça o sistema no qual está inserida.

Para Hayashi, Hayashi e Martinez (2008), os indicadores produzidos a partir da análise dos componentes da ciência, tais quais citados, subsidia a explicação do comportamento e da dinâmica de um campo científico, permitindo o aferimento do seu desenvolvimento, estruturação, necessidades de estudos, tendências, e, em um contexto macro, auxilia no processo decisório em uma determinada área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).

Maricato e Noronha (2012) sugerem que a maioria dos indicadores pode ser agrupada em quatro categorias básicas: produtividade científica e tecnológica; relação entre o uso e a qualidade das publicações; colaboração e coocorrência. Eles são apresentados no Quadro 11, que apresenta os tipos de indicadores e suas descrições.

Quadro 11 – Categorias de indicadores

TIPOS DE INDICADORES	DESCRIÇÃO
Indicadores de produtividade científica e tecnológica	Analisa produtividade de autores, instituições ou países. Utilizam, na maioria das vezes, número de artigos e livros publicados e patentes registradas
Indicadores que buscam aproximar o uso e a qualidade dos documentos publicado	Baseados, principalmente, em estudos de citações
Indicadores de colaboração	Buscam analisar redes sociais colaborativas entre pesquisadores, instituições ou países. Utilizam critérios como co-autoria (no caso de artigos), coinvenção e copropriedade (no caso de patentes)
Indicadores de coocorrência	Investigam relações entre temas, palavras-chave, assuntos, documentos, por meio de coclassificação ou copalavras

Fonte: Adaptado de Maricato e Noronha (2012).

Macias-Chapula (1998) também apresenta os indicadores que ele considera como mais conhecidos e de maior importância no cenário nacional e internacional, apresentados no Quadro 12:

Quadro 12 – Categorias de indicadores

INDICADORES	DESCRIÇÃO
Número de trabalhos	Analisa os produtos científicos, medidos pela contagem de documentos publicados (livros, artigos, publicações científicas, dissertações, teses, relatórios etc.). A dinâmica da pesquisa em um determinado país pode ser monitorada e sua tendência traçada ao longo do tempo.
Número de citações	Reflete o impacto dos artigos ou assuntos citados.
Co-autoria	analisa o grau de colaboração na ciência em nível institucional, local, nacional e internacional, por área etc. O crescimento ou o declínio da pesquisa cooperativa podem ser medidos.
Número de patentes	Analisa as tendências das mudanças técnicas ao longo do tempo e avalia os resultados dos recursos investidos em atividades de P&D. Determinam o grau aproximado da inovação tecnológica de um país.
Número de citações de patentes	Mede o impacto das tecnologias
Mapas da ciência	Auxiliam a localizar as posições relativas de diferentes países na cooperação científica global.

Fonte: Adaptado de Macias-Chapula (1998).

De acordo com Maricato e Noronha (2012), esses tipos de indicadores podem ser considerados como indicadores chave e, a partir da exploração e do cruzamento destes, são

construídos diversos tipos de informações relevantes, como rankings, índices, gráficos, tabelas, mapas e etc., que podem ser aplicados a qualquer campo científico ou tecnológico. Eles apresentam como exemplos

ranking de produtividade de autores, universidades e países, índices de citação, fator de impacto, meia vida, índice de obsolescência, índice de afinidade, índice de imediatez, mapas de coautorias e de colaboração entre empresas, universidades, autores e pesquisadores, coclassificação de assuntos, palavras e temáticas, produtividade de periódicos, índices de cocitação, redes de citação, índice de Jaccard (SPINAK, 1997 apud MARICATO; NORONHA, 2012).

Outros tipos de indicadores também podem ser produzidos a partir dos considerados chaves, como autoria e co-autoria, temporalidade, literatura de referências, etc. (HAYASHY, 2013; GRÁCIO; OLIVEIRA, 2014). Morales García (1992, apud BUFREM; PRATES, p. 12) identificam ainda critérios além dos já citados, que servem de norte para a criação de indicadores para a informação científica, apontando aspectos como

crescimento quantitativo da literatura; obsolescência da informação; eficiência em serviços e produtos de informação em ciência e tecnologia e produção; eficiência de sistemas de informação e estabelecimento de informações em geral; papel de diferentes tipos de documentos, bem como seu significado na comunicação científica; pertinência e relevância da informação; *ranking* de publicações periódicas por vários parâmetros; papel dos canais informais na comunicação científica; sobreposição de assuntos contidos entre periódicos e publicações seriadas; hábitos de citação de cientistas e crescimento do papel da análise de citação e relações intradisciplinares e interdisciplinares como determinado nas bases de referências bibliográficas. (BUFREM, PRATES, P. 12)

Estas categorias de análise podem ser aplicadas em vários níveis de atividades e partícipes de pesquisa, podendo variar entre diferentes tipos e características de pesquisadores, por áreas e subáreas, como linhas de pesquisa, assuntos, cursos, disciplinas tipos de documentos (periódicos, teses, dissertações, artigo de anais de evento, etc.), instituições, departamentos, assuntos, tipos documentais (periódicos, teses, dissertações, eventos, etc.), instituições (universidades, centros de pesquisa, empresas), departamentos, etc. (NORONHA; MARICATO, 2008).

Em um contexto macro, os indicadores bibliométricos e cientométrico constituem-se como um dos principais argumentos utilizados pelos órgãos de fomento à pesquisa, quando o assunto é reconhecer uma área e institucionalizá-la, considerando a complexidade da ciência atual. Além disso, do ponto de vista da constituição, eles podem aferir o processo de sedimentação de um campo de pesquisa, a partir do estabelecimento dos componentes teóricos e concretos, que precedem o reconhecimento, e, por isso, constituem-se o principal aporte

metodológico desse trabalho. Discussões sobre a aplicação dos indicadores para tais fins são traçadas a seguir.

5.2 INDICADORES BIBLIOMÉTRICOS E CIENTOMÉTRICOS E O CONTRIBUTO PARA ESTUDOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Atualmente, os indicadores científicos estão no centro dos debates, quando se trata da relação entre dois assuntos: o avanço da ciência e da tecnologia e o progresso econômico e social. “Revisões de políticas científicas pareceriam inconcebíveis, hoje, sem recorrer aos indicadores existentes. Em tudo o que se refere à ciência, os indicadores bibliométricos e cientométricos tornaram-se essenciais.” (MACIAS-CHAPULA, 1998, P. 134)

Nesse sentido, vale ressaltar um comentário que Kobashi e Santos (2008) consideram relevante sobre o uso de informação científica, sobretudo por meio de técnicas bibliométricas, para a realização de investigações sobre a institucionalização de campos de pesquisa. Inspirados por Hardt e Negri (2002), os autores afirmam que “os produtos das pesquisas científicas vistos na ótica da economia informacional, por serem expressão do trabalho imaterial, podem ser descritos e analisados para revelar aspectos da institucionalização da ciência” (KOBASHI; SANTOS, 2008, p. 107).

Do ponto de vista da análise da estrutura científica, conforme foi discutido na primeira seção deste trabalho, citando Rabello (2001), Cruz (2018) afirma que os indicadores científicos possibilitam compreender como o conhecimento científico de uma área é construído, o que, é feito por meio da análise da especialização dos seus domínios, na qual a comunidade, em consenso, delimita o seu objeto de estudo e estabelece um conjunto de descrições, leis, teorias, modelos, limites, relações, tendências entre outros fatores que, para Bourdieu (2009), compõem o sistema social que define a identidade de um campo científico.

Estando as metrias da informação científica alicerçadas ao domínio da Ciência da Informação, é notório o interesse dos pesquisadores deste Campo no Brasil em compreender o processo de institucionalização da ciência e das disciplinas científicas a partir do escopo destes métodos. Tudo isso sob o pressuposto de que a informação científica registrada nas bases de dados e em veículos de comunicação científica tem a capacidade de contar a história da formação científica de um Campo, bem como de situar os partícipes deste Campo e os órgãos de fomento à pesquisa sobre o seu status de desenvolvimento.

Corroborando com estes autores, Santos e Kobashi (2006), citando as ideias de Spinak (1996, 1998), Aston e Klavans (1997), Okubo (1997) e Trzesniak (1998) afirmam que “Esses parâmetros são empregados como medidas indiretas da atividade da pesquisa científica e contribuem para a compreensão dos objetivos da pesquisa, das estruturas da comunidade científica, do seu impacto social, político e econômico” (p. 32).

Tal interesse é refletido em investigações que abrangem desde propostas metodológicas para estudos sobre institucionalização científicas orientados pelos estudos sociais da ciência e pelo uso de indicadores bibliométricos (KOBASHI; SANTOS, 2006, 2008), até o amplo desenvolvimento de estudos que utilizam tais indicadores conduzidos à luz do discurso da Institucionalização Científica.

Nos últimos 10 anos (2012-2021)²⁰, pesquisadores da Ciência da Informação brasileira realizaram estudos sobre a institucionalização **campos científicos** (MARTINS; LIMA, 2013; BARRADAS, 2016; HOPPEN; SANTIN; CORREA; VANZ, 2017; VENÂNCIO, 2017; NASCIMENTO; FERREIRA; MARTINS, 2017; NASCIMENTO; MARTINS, 2017; MELO; SOUZA, 2017; TREVISOL NETO, CAFÉ, SILVA, 2017; GONÇALVES; SOUZA, 2018; LIMA; CAPRIOLI, MORAES, 2018; COSTA, 2020; CRUZ; CORREIA, 2020; MARQUES, CARDOSO, 2020; MARQUES; PRACIANO, 2020; MELO, 2020; MARQUES; MEDEIROS, 2021; TANUS, 2021), **especialidades científicas** (SILVA; SANTANA; CRUZ; SOBRAL, 2012; CORREA; CORREIA, 2013; LAPA; CORREA, 2013; PEREIRA; FUJINO, 2014; CÂMARA; ALVES; BUFREM, 2017; 2020; CAVALCANTI; LEITE, 2019; MARICATO; MARTINS, 2017; MOREIRA; MORAES, 2019; SANTOS NETO, ALMEIDA JÚNIOR; ALMEIDA JÚNIOR, 2020, TRINDADE; CARVALHO; PALETTA, 2021), componentes que fazem parte da estrutura de pesquisa de um Campo, como **grupos de pesquisa** (BUFREM; SILVEIRA; KOBASHI; SANCHEZ-TARRAGÓ; SOBRAL; SANTOS, 2018), **Grupos de Trabalho** (SILVEIRA, BUFREM, SANTOS, SILVA, FERREIRA, 2013; BUFREM; OLIVEIRA; SOBRAL, 2018), **Cursos de Graduação** (DANTAS; PIRES; AMANAJÁS; ANDRADE, 2013), **Programas de Pós-Graduação** (VIANA; PRESSER; SANTOS, 2018;

²⁰ Foi realizada uma busca na Base Referencial de Pesquisas em Ciência da Informação – BRAPCI, em 16 de janeiro de 2022, utilizando os operadores booleanos sob os termos: Institucionalização*, Institucionalização da Ciência*, Institucionalização AND Ciência, Institucionalização Científica*, Institucionalização AND Pesquisa, Institucionalização AND Bibliometria, Institucionalização AND Cientometria, aplicados aos filtros: títulos, palavras-chave e resumo. Foram recuperados um total de 439 registros. Foi realizada uma pré-análise nos títulos, resumos, e palavras-chave para selecionar os trabalhos que atendiam ao escopo pretendido (estudos sobre institucionalização da ciência abordados pelos estudos métricos da informação científica). Também foram suprimidas as duplicidades e selecionados os trabalhos publicados entre os anos de 2012-2021.

BUFREM; SANCHEZ-TERRAGÓ, 2019; COSTA, 2020), **veículos de comunicação científica** (ANNA, 2019), e **instituições de pesquisa** (MARQUES, 2017).

Neste contexto, os destaques apresentados nesse trabalho são as investigações cujos objetivos foram orientados a demonstração de sedimentação institucional de Campos Científicos por meio de indicadores bibliométricos e cientométricos, como apresentados no Quadro 13, que descreve suas autorias, anos de publicação e títulos.

Quadro 13 – Estudos sobre institucionalização da Ciência subsidiados pela Bibliometria (2012-2021)

AUTORIA	ANO	TÍTULO	CAMPO INVESTIGADO
MARTINS, M. S; LIMA, V. M. A.	2013	A abordagem social na recuperação da informação: frente e tendências de pesquisa	Ciência da Informação
BARRADAS, J. S; PINHEIRO, L. V. R.	2016	Produtividade científica em Defesa Nacional: revelações de um campo de conhecimento em Construção	Defesa Nacional
HOPPEN, N. H. F; SANTIN, D. M; CORREA, M. V; VANS, S. A. S.	2017	Distribuição geográfica da produção e colaboração científica brasileira nas Ciências Biomédicas	Ciências Biomédicas
VENÂNCIO, R. P.	2017	As relações históricas entre arquivologia e ciência da informação	Ciência da Informação
NASCIMENTO, M. V; FERREIRA, A. R; MARTINS, G. K.	2017	A Biblioteconomia no nordeste brasileiro: expansão e consolidação no ensino de graduação e pós-graduação	Biblioteconomia
NASCIMENTO, M. V; MARTINS, G. K.	2017	A trajetória das escolas de biblioteconomia no Brasil	Biblioteconomia
MELO, M. L. D; SOUZA, E. D.	2017	Programas disciplinares em Ciência da Informação; conformação do campo epistemológico no Brasil	Ciência da Informação
TREVISOL NETO, O. CAFÉ, L. M. A; SILVA, E. L.	2017	As instituições, produtores e produtos científicos do Campo da Moda no Brasil	Moda
GONÇALVES, J. S; SOUZA, R. F.	2018	Geociências como área do conhecimento no Brasil	Geociências
LIMA, L. M; CAPRIOLI, M. S; MORAES, J. B. E.	2018	Regime de informação e as relações com os canais de comunicação científica: a institucionalização científica da Ciência da Informação no Brasil	Ciência da Informação
COSTA, L. F.	2020	Institucionalização e a configuração atual da formação em Museologia no Brasil	Museologia
CRUZ, R. W. R; CORREIA, A. E. G. C.	2020	Apontamentos sobre o campo do Secretariado Executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento	Secretariado Executivo
MARQUES, A. A. C; CARDOSO, A. C.	2020	Obras Francesas na produção científica arquivística Brasileira	Arquivística
MARQUES, A. A. C; PRACIANO, B. J. G.	2020	Pesquisadores da comunidade arquivística brasileira nos espaços de interlocução franceses	Arquivística
MELO, W. L.	2020	Processo de institucionalização científica da ciência da informação no Brasil	Ciência da Informação
MARQUES, A. A. C; MEDEIROS, J. M. G.	2021	Obras arquivísticas francesas no Brasil	Arquivística
TANUS, G. F. S. C.	2021	Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica	Biblioteconomia

Fonte: A autora (2023).

Por serem publicados em periódicos e eventos científicos do Campo da Ciência da Informação e contarem com a presença autoral de pesquisadores da área, há a predominância de trabalhos que investigam o Campo da Ciência da Informação e suas áreas básicas (Arquivologia e Biblioteconomia).

Contudo, considerando a natureza interdisciplinar da Ciência da Informação (BORKO, 1968; SARACEVC, 1995; CAPURRO; HJORLAND, 2007; LE COADIC, 2004) e a perspectiva social de sua abordagem que inclina os seus interesses em investigar a informação científica produzida por diferentes áreas de conhecimento (TARGINO, 1995), pode-se encontrar estudos desenvolvidos por estudiosos da Ciência da Informação que aplicam a Bibliometria e a Cientometria como método de investigação para analisar a institucionalização científica de outras áreas, como Defesa Nacional, Ciências Biomédicas, Moda, Geociências, Museologia e Secretariado Executivo.

Barradas e Pinheiro (2016), guiadas pelas interpretações sobre institucionalização da ciência extraídas das teorias do capital e do *habitus* de Pierre de Bourdieu, utilizam a produção científica da área de Defesa Nacional para averiguar o início do seu processo de institucionalização científica no Brasil. O trabalho, publicado na revista *Tendências das Pesquisas Brasileiras em Ciência da Informação*, foi intitulado: *Produtividade científica em Defesa Nacional: revelações de um campo de conhecimento em construção*, e teve o objetivo de identificar o processo de comunicação científica no campo acadêmico-científico da Defesa Nacional.

Para tanto, as autoras analisam os programas de Pós-Graduação na área, a partir dos quais mapearam os demais componentes básicos que constituem a Defesa Nacional como Campo de pesquisa, do ponto de vista social e cognitivo: áreas de concentração e linhas de pesquisa, docentes pesquisadores, periódicos científicos editados por eles e produção técnico científica dos pesquisadores. Neste quesito, foram analisados um total de 652 produtos bibliográficos publicados entre os anos de 2010 e 2012, que originaram indicadores de produção.

Hoppen, Santin, Correa e Vanz (2017), publicaram, na revista *Em Questão*, o trabalho intitulado *Distribuição geográfica da produção e colaboração científica brasileira nas Ciências Biomédicas*, cujo objetivo foi analisar a distribuição geográfica da produção e da colaboração científica dessas áreas no país, a fim de compreender as configurações atuais do campo e a concentração e dispersão das pesquisas no território nacional. Pautados no discurso e no histórico de constituição e institucionalização das ciências biomédicas como campo de pesquisa, aspecto explorado no referencial teórico do trabalho, os autores analisaram um total

de 53.666 artigos de autores brasileiros vinculados às Ciências Biomédicas indexados nas coleções *Science Citation Index Expanded*, *Social Science Citation Index* e *Arts & Humanities Citation Index* da *Web of Science* (WoS), com os quais foram criados indicadores de produção e colaboração.

O trabalho de Trevisol Neto (2017), publicado na revista *Perspectivas em Ciência da Informação*, se aproxima da proposta desse trabalho, ao promover uma investigação de um Campo de pesquisa que, assim como o Secretariado Executivo, objeto desse estudo, apresenta um recente processo de sedimentação e reconhecimento. Fruto de uma dissertação de Mestrado, o trabalho intitulado *As instituições, produtores e produtos científicos do Campo da Moda no Brasil*, teve o objetivo de analisar a institucionalização científica do campo da moda no Brasil, sob o pressuposto de que são os agentes, as instituições produtoras e a própria produção científica os responsáveis pela consistência científica do campo e pelo seu nível de institucionalização.

Também conduzido pelo arcabouço teórico de Richard Whitley orientado ao processo de institucionalização social e cognitiva da ciência, os autores investigaram um conjunto de componentes que constitui o atual Campo científico da moda – pesquisadores vinculados aos cursos de Graduação e aos programas de Pós-Graduação; grupos de pesquisa; associação de pesquisa; periódicos científicos; eventos científicos; e produção científica. Dessa forma, além de narrar o processo histórico e configuração atual da institucionalização científica social do campo estudado, os autores analisaram um total de 2.163 documentos bibliográficos produzidos por 349 pesquisadores em um recorte temporal de 26 anos (1988-2013) e construíram indicadores de produção para a delimitação de possíveis frentes de pesquisa na área.

Já a pesquisa de Gonçalves e Souza (2018), investiga as características de institucionalização científica do Campo das Geociências no Brasil, a partir dos indicativos conceituais e históricos, por meio da representação e organização da informação que a definem como área de conhecimento. Publicada nos anais do XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), a pesquisa intitulada *Geociências como área de conhecimento no Brasil* objetivou investigar a Geociências em base de parâmetros definicionais e estruturais de organização e representação de informação visando caracterizá-la como área de conhecimento. Para tanto, as autoras analisaram a Tabela Área do Conhecimento do CNPq e da CAPES, as nomenclaturas dos Programas de Pós-Graduação, suas áreas de concentração e linhas de pesquisa, bem como os Grupos de Pesquisa na Área.

O trabalho de Costa (2020), intitulado *Institucionalização e a configuração atual da formação em Museologia no Brasil*, publicado na revista *Perspectivas em Ciência da*

Informação, analisa componentes chaves presentes nas atividades de pesquisa que também estão sob a cobertura dos estudos cientométricos. Com o objetivo de abordar a institucionalização e a configuração atual da formação em Museologia no Brasil, analisa, por uma perspectiva diacrônica, o processo de institucionalização da área a partir da constituição dos cursos de Graduação, Pós-Graduação *Lato-Sensu* e Pós-Graduação *Stricto-Sensu* e, por uma perspectiva anacrônica, apresenta o estado atual destes componentes, incluindo a análise de documentos normativos.

Por fim, destaca-se o trabalho publicado por Cruz e Correia (2020), na revista *Em Questão*, que investiga o processo de institucionalização do Campo do Secretariado Executivo no Brasil visando apontar características identitárias cognitivas e as características que direcionam a área para um enquadramento da área na Tabela de Área do Conhecimento no CNPq e na CAPES.

Como recorte da Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, o trabalho foi intitulado *Apontamentos sobre o campo do Secretariado Executivo no contexto brasileiro: identidade científica e reconhecimento* e teve como objetivo identificar, na produção científica dos seus pesquisadores, características de identidade teórico-conceitual e características de áreas de enquadramento e avaliação para o Secretariado Executivo na tabela de área do CNPq e da CAPES. Para isso, as autoras analisaram 209 artigos científicos publicados por 37 pesquisadores no quadriênio 2013-2017 de avaliação da CAPES, a partir dos quais foram construídos indicadores de produção e realizada análise temática a partir dos conteúdos dos artigos.

Considerando os diferentes campos científico analisados por meio de indicadores bibliométricos e cientométricos, é importante discutir as implicações e riscos de se estabelecer padrões de análise para as atividades científicas, sobretudo no que tange à narrativa do processo de institucionalização de um campo de pesquisa, uma crítica feita por diferentes estudiosos no Campo da Ciência da Informação e de outras áreas, sobretudo à sua abordagem quantitativa reducionista, que não leva em consideração a complexidade e a diversidade da pesquisa.

Uma primeira ressalva a ser inserida nesse trabalho deriva da concepção de Macias-Chapula (1998) quanto à aplicação desses indicadores. Considerando a construção do conhecimento científico como um processo social e a própria Ciência como um agente social, o autor afirma que “As ações e o comportamento de cientistas dependem do contexto. Para compreender isso, precisamos conhecer os cenários e as personalidades [...]” (p. 136).

Kenneth Júnior (2010) colocou à discussão um agregado de estudos que se referiam a julgamentos aos usos dos padrões bibliométricos na avaliação da ciência que incluíam críticas aos aspectos conceituais e terminológicas, até problemas metodológicos. Neste último, o autor ressaltou que tais problemas são relacionados à própria escolha de indicadores a serem elaborados para avaliar um contexto, que percorrem desde a definição do escopo de abrangência até a manipulação quantitativa dos dados associados aos indicadores.

Pela mesma razão, em um recente trabalho intitulado *'Science' has always been evaluated... and will always be*²¹, Yves Gingras, da Universidade de Quebec, em Montreal, defendeu que as razões pelas quais a ciência e os cientistas são avaliados se modificaram significativamente ao longo do tempo, acentuando a heterogeneidade da produção científica entre áreas, países e instituições. Ele reforça que, em virtude disso, não se pode deixar de avaliar ciência, mas pode-se ponderar para o uso de ferramentas certas, em escalas certas, antecidos por estudos contextuais do objeto que se pretende analisar e, só assim, será possível compreender melhor as mudanças e diferenças científicas (GINGRAS, 2021). Caso contrário, qualquer trabalho de um cientista individual está sujeito ao viés da falácia ecológica, que segue a tendência de uma amostra local como representação da escala global da ciência (GINGRAS, 2021).

Por isso, o processo de escolha, construção, análise e interpretação destes indicadores deve ser realizado de maneira cuidadosa, minuciosa e precisa (KONDO, 1998; MARICATO; NORONHA, 2012; TRZESNIAK, 1998, 2014), entendendo-se e respeitando-se as limitações, particularidades e complexidades, além de levar em consideração os aspectos políticos, econômicos sociais e culturais (MARICATO; NORONHA, 2012) que permeiam um campo científico ou a atividade de CT&I.

Assim, embora os indicadores sejam largamente utilizados para esse fim, é importante refletir sobre o afirmado por Kobashi e Santos (2006): a construção de indicadores que subsidiem respostas significativas é uma tarefa tão complexa quanto o estudo sobre institucionalização da ciência, pois implica na compreensão de um heterogêneo e complexo conjunto de atividades, envolvendo componentes como instituições, atores, produtos científicos, políticas científicas orientadoras, histórico, idiosincrasias, entre outros fatores que influenciam esse amplo objeto.

Viotti (2003) também chama à reflexão para os entraves que podem ser provocados frente à heterogeneidade dos contextos científicos refletida na construção de indicadores

²¹ 'Ciência' sempre foi avaliada... e sempre será.

bibliométricos para a avaliação de qualquer atividade de C&T, afirmando que os componentes dessas atividades apresentam diferentes dinâmicas no interior de cada comunidade científica, no que se refere à quesitos como intensidade de publicações, números de periódicos, bases de dados existentes, etc.

Dessa forma, Kobashi e Santos (2006) afirmam que os estudos sobre institucionalização científica subsidiados pela construção de indicadores devem ser antecidos por uma reflexão:

As especificidades de cada país quanto aos estágios de institucionalização de cada campo da ciência apontam para a necessidade de redefinir pressupostos antes de produzir indicadores. Produzir indicadores não significa, portanto, apenas manipular dados estatísticos e representá-los por meio de tabelas e gráficos. É preciso, ademais, conhecer em profundidade as características e hábitos de cada setor para elaborar hipóteses de trabalho pertinentes e utilizar metodologias de coleta e análise que produzam resultados confiáveis. (KOBASHI; SANTOS, 2006)

Ao encontro do que está posto pelos autores aqui citados, é salutar destacar a publicação do *Manifesto de Leiden*²², na revista *Nature*, por Hicks, Woutersb, Waltmanb, Rijckec e Rafolsc (2015), que acrescentaram uma importante contribuição para essa discussão, pois propõem uma abordagem mais contextualizada, apontando para a necessidade de se pensar em novas formas de avaliação da pesquisa que levem em consideração a complexidade e a diversidade da produção científica. A proposta surge a partir da declaração de 10 princípios que defendem uma discussão crítica e reflexiva sobre o uso da bibliometria na avaliação da pesquisa.

Entre as críticas à bibliometria apontadas pelo manifesto, está a sua ênfase excessiva em medidas quantitativas que desconsideram aspectos importantes da pesquisa, como a interdisciplinaridade, a originalidade, o fortalecimento social e as consequências não éticas. Além disso, outro aspecto destacado pelo manifesto, e que se adequa ao contexto deste trabalho, é a concentração excessiva de recursos e atenção em áreas de pesquisa mais populares ou protegidas, em detrimento de áreas emergentes ou menos populares, o que pode ser percebido no segundo e sexto princípio do manifesto: “*Measure performance against the research missions of the institution, group or researcher*” e “*Account for variation by field in publication and citation practices*” (p. 10).

A seção a seguir apresenta o percurso metodológico que subsidiou o alcance dos objetivos deste trabalho.

²² Documento traduzido em: <https://www.abcd.usp.br/iniciativas/bibliometria-e-indicadores-cientificos/manifesto-leiden/>

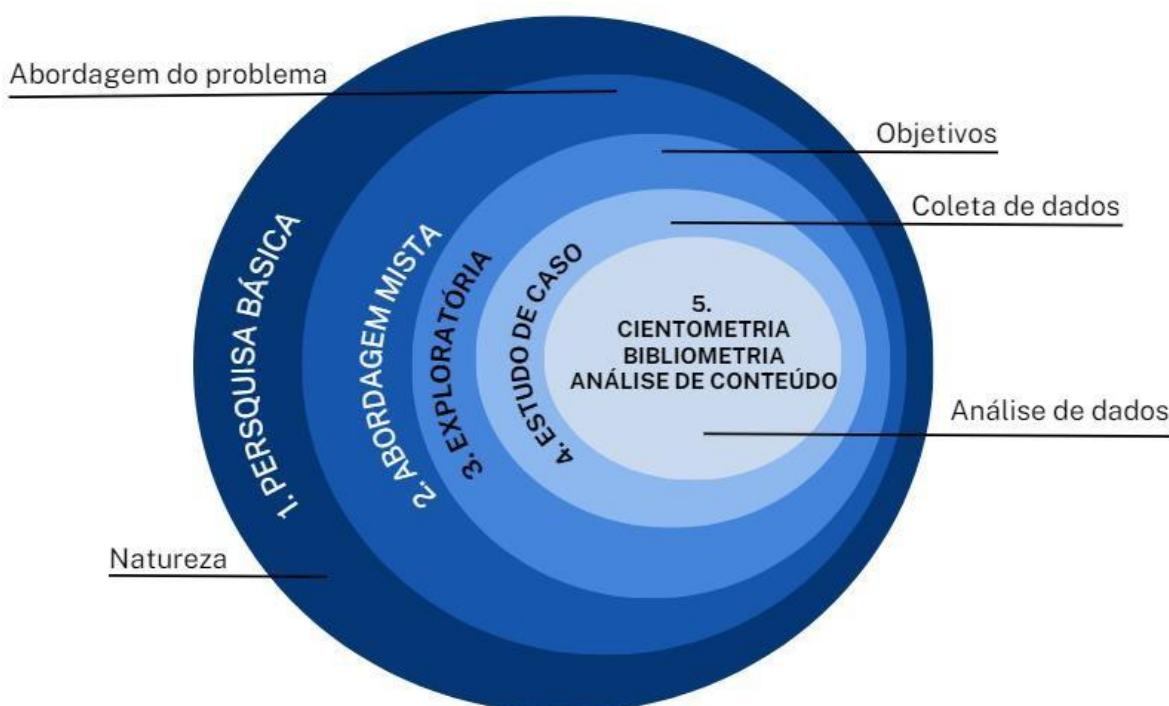
6. METODOLOGIA

Neste capítulo são apresentados os aspectos metodológicos planejados para a execução dessa pesquisa, no âmbito dos seus resultados. Assim, apresenta-se contextualização e a caracterização da pesquisa em seus aspectos tipológicos, apontando o contexto em que serão utilizados; o percurso que subsidiará a coleta e organização dos dados; os métodos utilizados para a análise, e os procedimentos de análise e apresentação dos resultados que, em conjunto possibilitarão o alcance dos objetivos.

6.1 CARACTERIZAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Inicia-se a tipificação da pesquisa apresentando um resumo visualizável, com as cinco categorias principais que a caracterizam, na Figura 5, considerando a natureza da pesquisa, a abordagem do problema, os objetivos e os procedimentos metodológicos (coleta e análise de dados), seguido de uma explicação pormenorizada sobre os aspectos teóricos, e demonstrando como cada escolha tipológica se materializa nesta construção.

Figura 5 – Tipologia da pesquisa



Fonte: A autora (2023).

Como descrito na Figura 5, considerou-se como uma pesquisa de natureza aplicada, em virtude do impacto que os resultados aqui apresentados podem inferir no campo estudado, subsidiando [...] a resolução de problemas específicos” (SILVA, MENEZES, 2005).

Quanto à abordagem do problema, trata-se de uma pesquisa de caráter misto, que se utiliza tanto da abordagem quantitativa, como meio, e da qualitativa, como fim. A abordagem quantitativa está presente nas fases de coleta, organização e análise dos dados que originaram o processo de quantificação subsidiadora da construção de indicadores bibliométricos e cientométricos acerca das instituições, docentes e produção científica, bem como a apresentação e representação das informações resultantes deste constructo. Tal tipo de abordagem é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas (RICHARDSON, 1999). Para MATTAR (2001) análise de dados por meio do tratamento de um número de casos representativos recomendam o curso final de uma ação.

Já na abordagem qualitativa, utilizou-se de diferentes recursos para realização das contextualizações, interpretações e inferências, atribuição de justificativas, verificações de relações e construção de um escopo teórico que sustentou as afirmações e elucidou os discursos e outros aspectos próprios dos estudos realizados nas ciências sociais. Para Triviños (1987), esse tipo de pesquisa trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O autor corrobora que o uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno, como também suas essências, procurando explicar sua origem, relações, mudanças e intuição de consequências.

Do ponto de vista dos objetivos, trata-se de uma pesquisa predominantemente exploratória, seguindo a concepção de Zikmund (2000). Segundo o autor, os estudos exploratórios são utilizados para diagnosticar situações, explorar alternativas ou descobrir novas ideias e são conduzidos durante o estágio inicial de um processo de pesquisa mais amplo, em que se procura esclarecer e definir a natureza de um problema e gerar mais informações que possam ser adquiridas para a realização de futuras pesquisas conclusivas.

Contudo, a presente pesquisa perpassa fases explicativas, visto que, de acordo com Santos (2006) visa e explicar uma situação, por meio de um conjunto de fatos, criando uma teoria aceitável a seu respeito, com a identificação de fatores que contribuem para a ocorrência de um fato ou a determina. O autor ainda afirma que esse tipo de pesquisa intenciona a compreensão da realidade para além do aparente e, por isso, demanda mais comprometimento do pesquisador com os resultados e a interpretação destes.

Quanto aos métodos de coleta de dados, trata-se de uma pesquisa de campo, tendo em vista a abrangência das investigações e diversidade em suas configurações. Para Santos (2006),

este tipo de pesquisa é operacionalizado por levantamento ou estudo de caso, no qual o pesquisador os analisa a partir da percepção próprias dos fenômenos. Neste sentido, a pesquisa de campo foi operacionalizada por meio do levantamento em sites institucionais, plataformas de pesquisa, periódicos científicos e no conjunto de produção científica específica.

Bibliometria e análise de conteúdo foram os métodos utilizados para análise de dados. A primeira foi materializada por meio de indicadores de citação e produção, e a análise de conteúdo, operacionalizada segundo a perspectiva de Bardin (2008), apresentou como objeto a produção científica dos agentes selecionados, subsidiando a criação de indicadores de produção por meio da análise textual e de palavras, e de indicadores de citação, por meio da análise contextual das citações, além do processo de categorização resultante.

Com o objetivo de **descrever as configurações atuais da institucionalização científica do Secretariado Executivo no Brasil**, esse trabalho buscou meios para apresentar, como resultados, as configurações sociais do Secretariado Executivo no Brasil e as influências desta na formação de uma estrutura cognitiva, inserindo-se, no contexto, as características estruturais e influenciadoras de formação. Para uma melhor contextualização, o Quadro 14 apresenta o desdobramento do objetivo geral nos objetivos específicos, que, em conjunto, configuram os eixos de investigação desta pesquisa. Tal contextualização auxiliará no entendimento das escolhas metodológicas pormenorizados nesta seção.

Quadro 14 – Contextualização da pesquisa com base nos objetivos

OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	
Caracterizar o processo e as configurações atuais da institucionalização do Secretariado Executivo no Brasil.	COMPONENTES SOCIAIS	a) Demonstrar a influência de componentes científicos sociais na constituição de uma estrutura cognitiva do Secretariado Executivo no Brasil.
		b) investigar o núcleo duro que possa representar uma elite intelectual que sustente as bases do conhecimento.
	COMPONENTES COGNITIVOS	c) examinar como estão sendo delimitados, pela elite intelectual, os domínios científicos em uma perspectiva autônoma.
		d) caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo.

Fonte: A autora (2023).

O primeiro objetivo específico, descrito no Quadro 14, atende às discussões que se relacionam com um dos pressupostos teóricos adotados nesta pesquisa, baseados nas teorias desenvolvidas por Whitley (1974), reforçada a partir das afirmativas de Fourez (1995) e Silva (2002): o conjunto de conhecimento produzido por um campo é resultado da sua dinâmica

social. Na articulação deste objetivo, perseguiu-se o segundo objetivo específico, que diz respeito a identificação de um corpo social que represente núcleo duro de pesquisadores responsável por sustentar cognitivamente a área, seja em aspectos quantitativos de produção e, por consequência, pelo estabelecimento de frentes que possam representar a formação de domínios científicos próprios, o que constitui o terceiro objetivo específico disposto no Quadro 14. Por fim, o quarto objetivo específico busca compreender as bases teóricas que tem sustentado a produção de conhecimento em Secretariado, atualmente.

Para a realização das investigações conduzidas pelos objetivos específicos descritos nesta seção, foram delimitados os eixos da pesquisa delineados pelos objetivos específicos e o *corpus* de análise utilizado como objetos de investigação, de acordo com a descrição do Quadro 15.

Quadro 15 – Eixos e *corpus* da pesquisa

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EIXOS DA PESQUISA	CORPUS DE ANÁLISE
a) Demonstrar a influência de componentes científicos sociais na constituição de uma estrutura cognitiva do Secretariado Executivo no Brasil	1. CONFIGURAÇÕES GERAIS	Docentes doutores (até o ano de 2021) dos cursos de Graduação em Secretariado e Instituições Públicas de Ensino, com Graduação em Secretariado.
b) investigar o núcleo duro que possa representar uma elite intelectual que sustente as bases do conhecimento	2. NÚCLEO INTELECTUAL	Docentes doutores (até o ano de 2021) dos cursos de Graduação em Secretariado e Instituições Públicas de Ensino, com Graduação em Secretariado.
c) examinar como estão sendo delimitados, pela elite intelectual, os domínios científicos em uma perspectiva autônoma;	3. DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	Toda produção dos científica periódica dos sujeitos delimitados, passível de recuperação até o ano de 2021.
d) caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo.	4. BASES TEÓRICAS	Toda produção científica periódica dos sujeitos delimitados passível de recuperação até o ano de 2021.

Fonte: A autora (2023).

O **Eixo 1 – Configurações Gerais** é basilar para o desenvolvimento das discussões que constituem os demais eixos desta pesquisa, tendo em vista que apresenta dados sobre o desenvolvimento de dinâmicas estruturais, em um sentido diacrônico e sincrônico da constituição social e cognitiva do Secretariado Executivo no Brasil. Apresenta, sem a intenção de promover uma articulação com fatos históricos, o processo de formação de pesquisadores o

desenvolvimento quantitativo e qualitativo da produção científica dos pesquisadores analisados, bem como o resultado deste processo de formação nas configurações atuais da produção de conhecimento na área.

A proposta do que corresponde à delimitação do **Eixo 2 – Núcleo intelectual**, compôs o objetivo desta pesquisa em virtude da ausência de demarcação de um núcleo intelectual reconhecido e institucionalizado, conforme já justificado pela discussão na Seção 1 deste trabalho. Na ausência de um grupo institucionalizado de agentes de pesquisa, a escolha de um grupo de docentes doutores se deu pelo fato de estes serem detentores de uma formação que os qualifica como capazes de participar das disputas por espaço, financiamento e reconhecimento, além de os colocarem em condições políticas de representatividade frente aos órgãos de fomento à pesquisa. A atuação destes atores nas universidades públicas é fundamental na constituição e institucionalização de um campo científico, uma vez que estes são espaços reconhecidos como *lócus* institucional de excelência na produção e transmissão do conhecimento, sobretudo por serem receptoras de insumos governamentais para a produção e renovação do conhecimento em determinada área (ZIMAN, 1979; CORREIA, 2012).

Dessa forma, a análise intencionou sugerir os pesquisadores detentores de maior prestígio e capital científico no campo, tendo como critério não apenas o *status* de formação, mas utilizou-se, também, os indicadores de produtividade, com base na produção científica formal, considerando os artigos publicados em periódicos. Neste sentido, tendo em vista que o estudo versa em torno da institucionalização e reconhecimento, a delimitação da produção científica formal foi adotada em virtude de esta representar o maior argumento de avaliação de pesquisadores, de Programas de Pós-Graduação e, conseqüentemente da ciência brasileira como um todo.

Em continuação, o Eixo 3 – Domínios científicos – visa sugerir como o núcleo intelectual, selecionado a partir dos critérios descritos acima, influencia na constituição de um escopo de conhecimento temático que possa representar a formação de domínios científicos. Aqui, considera-se que Bunge (1980), ao propor os domínios de atuação de um campo, o definiu como conjunto dos objetos decorrentes da base específica (conjunto de conhecimentos adquiridos de outros campos) e do fundo de conhecimento (conjunto de conhecimentos adquirido do próprio campo), sendo a base constitutiva do objeto de estudo de uma ciência. Neste trabalho, foram investigados os domínios relacionados ao do fundo de conhecimento, em uma perspectiva de demarcação autônoma. Tal eixo foi operacionalizado, também, por meio de indicadores de produção a partir da análise do conteúdo dos artigos publicados pelos pesquisadores selecionados.

Já o **Eixo 4 - Bases teóricas**, propôs verificar as áreas de conhecimento que têm cedido bases para que o Secretariado estabeleça seus domínios, indicando as áreas de pesquisa que contribuem para a estruturação científica do Secretariado em termos de teorias e conceitos para sustentação. Tanto o Eixo dois como o Eixo três foram operacionalizados a partir da análise da produção científica dos atores selecionados, considerando diferentes unidades e categorias de análise, conforme descrito nos próximos itens. No caso do Eixo 3, foram construídos indicadores de citação com base nas formas de citações (trechos citados) e as respectivas referências dos artigos publicados pelos pesquisadores selecionados.

Além de ser utilizadas na construção de índices utilizados como critérios de avaliação, a citação detém outra importância na ciência, antecedente a esse contexto. Para Garfield (1974), principal expoente nos estudos de citação, mencionado por Cruz, Silva e Bufrem (2020), a citação é capaz de revelar, a partir de ligações históricas, como a ciências ou as ciências estão sendo construídas por meio de diferentes influentes teóricos: “São elementos da produção científica que interligam fatos, ideias, teorias, permitindo a visualização de uma linha histórica de temas e campos da ciência” (p. 6). Romacini (2010) afirma que o produto primário da ciência é um texto que, por sua vez, cita outro texto, estabelecendo assim relações, redes e circuitos entre as ciências e os cientistas. E são essas relações, redes e circuitos que compõem a arquitetura da ciência, incluindo suas **bases** e a sua cobertura. Para Bufrem, Silva e Sobral (2017), a análise de citação é capaz de indicar os aspectos fundantes de uma ciência, que atuam como despertadores de uma geração de cientistas.

6.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS (FONTES, MÉTODOS E INSTRUMENTOS)

Para o alcance dos objetivos da pesquisa que fundamentaram os três eixos acima descritos, foram coletados dados referentes às **Instituições Públicas de Ensino Superior**, aos **pesquisadores selecionados** e à **produção científica** destes sujeitos. A coleta de dados inicial, que serviu de base para a elaboração dos resultados parciais desta pesquisa, ocorreu no mês de novembro de 2019. Referente às Instituições de Ensino, foram identificadas 15 Instituições Públicas que ofertam o curso de Bacharelado em Secretariado, 32 docentes com o título de doutorado até o término desta pesquisa e um total de 434 artigos publicados em Periódicos.

A atualização dos dados foi realizada entre os meses de novembro/2022 e janeiro de 2023. Considerando a passagem de um ano para o outro e em virtude do tempo necessário para a atualização das bases de dados de pesquisa consultadas, para garantir a homogeneidade dos dados resolveu-se considerar os dados publicados até o ano de 2021. Dessa forma, na segunda

coleta (atualização), foram incluídos os cursos superiores na modalidade Tecnológicos, sendo identificadas 24 Instituições de Ensino, às quais foram encontrados vínculos de 37 docentes de carreira com o título de doutorado até o ano de 2021, e um total de 524 produtos únicos publicados em periódicos (2000-2021).

O Quadro 16 apresenta as fontes, os instrumentos e os métodos de coleta de dados, bem como os métodos e instrumentos de análise utilizados de acordo com objetos de análise.

Quadro 16 – Procedimentos de coleta e análise de dados

NÚCLEOS DE PROCEDIMENTOS	OBJETOS DE ANÁLISE			
	INSTITUIÇÕES DE ENSINO	DOCENTES	REGISTROS DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA	ARTIGOS CIENTÍFICOS
FONTES	Site institucional do MEC/Sistema e-MEC	- Sites Institucionais das Instituições de Ensino - Currículos <i>Lattes</i>	Currículo cadastrado na plataforma Lattes	- Periódicos científicos - Bases de dados científicos - Redes Sociais Acadêmicas (ResearchGate)
INSTRUMENTOS DE COLETA	Coleta manual	Coleta manual	- Script Lattes (produção até o ano de 2018) - Coleta Manual (Produção atualizada até o ano de 2021)	Coleta manual
INSTRUMENTOS DE ORGANIZAÇÃO E ANÁLISE	Microsoft Excel	Microsoft Excel	Microsoft Excel	- Microsoft Excel - VOS Viwer - WordClouds
MÉTODO DE ANÁLISE	Bibliometria	Bibliometria Cientometria	Bibliometria Cientometria Análise de Conteúdo	Bibliometria Cientometria Análise de Conteúdo

Fonte: A autora (2023).

Para o entendimento de como as fontes de informação, os métodos e os instrumentos foram utilizados na execução dos procedimentos metodológicos, o item a seguir pormenoriza as etapas da pesquisa conforme os quatro Eixos aqui estabelecidos.

6.3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

De acordo com os objetivos específicos e seus respectivos eixos, as etapas que conduziram os procedimentos da pesquisa, incluindo o uso das fontes, instrumentos e métodos acima descritos estão resumidos no Quadro 17 e pormenorizados em seguida.

Quadro 17 – Etapas da pesquisa

OBJETIVOS	EIXOS	ETAPAS
a) Demonstrar a influência de componentes científicos sociais na constituição de uma estrutura cognitiva do Secretariado Executivo no Brasil;	EIXO 1 – Configurações preliminares	ETAPA 1 – Identificação das Instituições de ensino e dos docentes
		ETAPA 2 – Levantamento da produção científica
		ETAPA 3 – Análise dos Artigos
b) investigar o núcleo duro que possa representar uma elite intelectual que sustente as bases do conhecimento;	EIXO 2 – Núcleo intelectual	ETAPA 1 – Análise da produtividade
c) examinar como estão sendo delimitados, pela elite intelectual, os domínios científicos em uma perspectiva autônoma;	EIXO 3 – Domínios científicos	ETAPA 1 – Categorização e quantificação de ocorrências temáticas
d) caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo.	EIXO 4 – Bases teóricas	ETAPA 1 – Coleta das citações e das referências
		ETAPA 2 – Análise e categorização das citações

Fonte: A autora (2023).

EIXO 1 - CONFIGURAÇÕES PRELIMINARES

Aqui, são descritos todos os procedimentos referentes ao Eixo 1 – Configurações preliminares.

ETAPA 1 – Identificação das Instituições de Ensino Superior que contam com o Curso de Graduação em Secretariado e dos docentes doutores com formação em Secretariado

A coleta de dados que possibilitou a identificação e a seleção das Instituições de Ensino ocorreu por meio de busca manual no Portal do MEC, especificamente na plataforma *Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior*. Esta plataforma consiste em uma “base de dados oficial e única de informações relativas às Instituições de Educação Superior e cursos de graduação do Sistema Federal de Ensino” (MEC, 2018).

Assim, na plataforma, foi feito o seguinte percurso inicial para as buscas: **IES > Instituições de Ensino Credenciadas > Autorização > Consulte aqui > Consulta Avançada**. Para refinamento da busca, foram selecionadas as opções **Cursos de Graduação**, informado o

termo **Secretariado**, selecionada a modalidade **Presencial**, a situação **em atividade**, os graus **Bacharelado** e **Tecnologia**, sendo assinalado **Sim** para a gratuidade do curso. Os resultados retornados foram extraídos automaticamente para o Excel. Em seguida, foram suprimidas as réplicas originadas por processos de recadastramentos de cursos. Os dados dos cursos foram organizados por Estados da Federação, modalidade (bacharelado ou tecnologia), ano de início, e nomenclatura.

Em continuidade, foram feitas buscas nos sites das instituições anteriormente identificadas, e as informações sobre o corpo docente constantes nas páginas dos cursos, dos departamentos, dos centros ou, por vezes, no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, onde foram coletados os nomes dos docentes vinculados. Tais nomes foram utilizados para a realização da consulta nos currículos cadastrados na plataforma *Lattes*, que permitiu identificar o nível de formação superior, bem como a área de formação em nível de Graduação e Pós-Graduação *Stricto-Sensu*.

Tal procedimento foi realizado manualmente, no site²³ Institucional da plataforma, acessando-se a opção **buscar currículo**. Na página seguinte, selecionou-se a opção **Nome**, utilizando-se o nome completo do docente coletado na fase anterior e, em seguida, marcada a opção **Doutores e Demais pesquisadores**. Na página dos currículos, foram analisados os campos **formação acadêmica**. Seguidamente, foram sendo suprimidos da base de dados inicial os nomes dos docentes que não se enquadraram nos critérios, sendo mantido apenas os nomes dos docentes com formação de graduação em Secretariado e título de doutorado. Por sua vez, tais nomes foram organizados por instituição de vínculo e por Estado da Federação.

Os nomes dos docentes selecionados foram utilizados para a realização de mais uma busca nos Currículos Lattes, onde foram analisados os campos **Formação acadêmica**, para a identificação das áreas de formação *Stricto-Sensu* e ano de formação, e o campo **Atuação Profissional**, para a identificação do ano de ingresso na carreira de magistério superior. Assim, os dados finais dos pesquisadores selecionados foram organizados em planilhas do Excel e classificados por Instituição de vínculo, Estado da Federação, área, instituição e ano de formação *Stricto-Sensu*, e ano de ingresso na carreira de Magistério Superior.

Para a padronização das áreas de formação *Stricto-Sensu*, foram consultadas as Áreas Básicas em que os programas de Pós-Graduação estão vinculados na Plataforma sucupira. Para tanto, foram realizadas consultas no site da Plataforma Sucupira²⁴, seguindo-se o percurso

²³ lattes.cnpq.br

²⁴ <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>

Cursos Avaliados e Reconhecidos > Busca Avançada. Na tela seguinte foi selecionado o item **Instituição de Ensino**, ao qual foram informados os nomes das Instituições dos Programas de Pós-Graduação dos pesquisadores selecionados. Na tela seguinte, selecionou-se o Programa, considerando a nomenclatura informada pelos pesquisadores, entre os nomes constantes em uma lista sugerida pela plataforma.

Os resultados foram apresentados seguindo-se o padrão de distribuição bibliométrica, gerando mapa de distribuição de Instituição por Estado da Federação, número de pesquisadores por instituição, números de pesquisadores por áreas de formação, evolução temporal da formação *Stricto-Sensu* dos Pesquisadores e evolução temporal da inserção dos pesquisadores na carreira docente.

Convém ressaltar que os procedimentos descritos nesta etapa foram realizados tanto na fase de coleta dos dados preliminares, em novembro de 2019, quanto na fase de atualização dos dados, entre novembro/2022 e Janeiro/2023.

ETAPA 2 – Levantamento da produção científica

Como produção científica, para o atendimento dos objetivos deste trabalho, foram considerados todos os artigos publicados em periódicos até o ano de 2021 pelos pesquisadores selecionados na etapa anterior. Para tanto, como mecanismo de busca e seleção, foram utilizados os nomes completos dos pesquisadores selecionados para a realização de uma nova busca na página do Currículo Lattes, seguindo-se o percurso já anteriormente descrito.

Nas páginas individuais dos currículos dos pesquisadores selecionados, foram coletadas as numerações referentes ao IDs dos pesquisadores. Os mesmos foram organizados nas planilhas do Excel junto aos respectivos nomes, copiados para um aplicativo de bloco de notas, e utilizados para fins de extração automática por meio do *Software* ScriptLattes. Para definir os critérios de extração, foi assinalado **Sim** para a produção referente a artigos publicados em periódicos. Quanto ao recorte temporal indicado para extração, não foi preenchido o ano inicial, sendo indicado 2018 como ano final. Esta primeira coleta foi realizada em novembro de 2019 e subsidiou a organização de resultados preliminares.

Convém esclarecer que o *ScriptLattes* é um *software* livre desenvolvido para extração, compilação e organização automática de dados que foram cadastrados no currículo *Lattes* de um conjunto selecionado de atores, envolvendo produções bibliográficas, associando-as à classificação Qualis, produções técnicas, produções artísticas, orientações, projetos de

pesquisa, prêmios e títulos (MENA-CHALCO; CÉSAR JÚNIOR, 2013). Apesar do ScriptLattes realizar a extração livre de duplicações, pois “mantém um módulo de tratamento de redundâncias que permite a detecção de produções acadêmicas iguais ou similares” (MENA-CHALCO; CÉSAR JÚNIOR, 2013, p.5), o fato de ser preenchido pelos próprios pesquisadores, docentes e estudantes, pode acarretar erros de preenchimento, de maneira que é necessária uma limpeza para garantir que os dados não irão interferir nas análises e nos resultados da pesquisa, ou que haja erros no momento da mineração dos dados, seja por outros aplicativos ou por maneira manual.

Por isso, foram retirados os espaços excessivos, correção de grafia das palavras e feita a padronização dos nomes dos pesquisadores para evitar diferentes formas de grafia, sobretudo em casos em que houve mudança de sobrenomes ao longo do tempo, no tocante a algumas pesquisadoras, tipo de aspecto que foi facilmente identificado em virtude do conhecimento dos membros da comunidade científica investigada por parte da autora deste trabalho.

Os dados coletados neste período foram organizados em planilhas do Excel, utilizando os metadados **autoria, título do trabalho, ano de publicação, periódicos de publicação**, classificados por docentes pesquisado. Na mesma base de dados foram acrescentados os metadados **instituição de vínculo e Estado**.

Já na etapa de atualização, cujos dados foram coletados entre novembro/2022 e janeiro/2023, a coleta dos registros da produção científica periódica no currículo *Lattes* foi feita manualmente e os dados foram organizados seguindo-se o mesmo padrão de metadados da organização feita com os dados preliminares.

Ainda na etapa de levantamento da produção científica, foi necessário recuperar os artigos correspondentes aos registros coletados nos currículos *Lattes*. Assim, os registros organizados na fase anterior (autoria, título, ano e periódico de publicação) foram utilizados para recuperar os artigos na base dos seus respectivos periódicos. Quando não identificados, outras bases de dados e indexadores científicos foram utilizados, sobretudo a **Rede de Revistas Científicas da América Latina e Caribe – Redalyc**, além dos repositórios institucionais das universidades em que os pesquisadores investigados estão vinculados.

Além disso, para auxiliar no processo de recuperação do maior número de artigos possíveis, tendo em vista a extensão temporal analisada, também foram consultadas as redes sociais acadêmicas virtuais mantidas pela plataforma *ResearchGate*. A *ResearchGate* é uma rede social virtual orientada ao contexto da pesquisa científica, onde, atualmente, mais de 20 milhões de pesquisadores de diversas áreas e países compartilham seus resultados de pesquisa,

tendo uma aderência significativa pela sociedade científica brasileira (RESEARCHGATE, 2022).

Os artigos recuperados foram consultados na própria base de dados, e foram coletados os dados referentes ao título, resumo e palavras-chave. Por sua vez, tais dados foram acrescentados às bases de dados já existentes, sendo organizados por pesquisador.

Etapa 3 – Análise dos dados dos artigos

Inicialmente, foram analisados os dados correspondentes aos registros da produção científica coletados nos currículos cadastrados na plataforma *Lattes*. Para uma apresentação inicial que correspondeu a discussão sobre o comportamento da produção científica dos pesquisadores, acompanhando o processo tanto de formação de pesquisadores, inserção destes na carreira de magistério superior, bem como outros acontecimentos que marcaram a área, foram construídos indicadores de produtividade, por modulação de distribuição que apresentou a evolução temporal da produção científica.

No entanto, em virtude das características de formação social discutidas na seção de resultados, pautadas na ausência de formação especializada, preferiu-se apresentar o comportamento temporal a partir da compreensão de uma evolução categorizada. Sendo assim, os artigos foram previamente classificados em dois grandes grupos:

Grupo 1: Trabalhos cujas temáticas são orientadas ao Secretariado

Grupo 2: Trabalhos cujas temáticas são orientadas a outras áreas.

Para tal análise, foi realizada a técnica de análise de conteúdo seguindo a perspectiva de Bardin (2008). Considerou-se o método mais adequado para este trabalho, visto que Bardin (2008) afirma que, por se tratar de um método polimorfo (múltiplas formas) e polifuncional (múltiplas funções), ele é aplicável a todos os tipos de conteúdo, independente do formato ou suporte, desde que tenha a intenção de explicar, encontrar padrões, estabelecer hipóteses e identificar o “não aparente” ou o “não dito”. De acordo a autora, a análise de conteúdo consiste em

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, visando obter, por procedimento sistemáticos e objetivos de descrição, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições

de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2008, p. 44).

Dessa forma, nesta etapa, a análise de conteúdo foi aplicada aos artigos científicos, com a intenção de descrever o conteúdo das mensagens, buscando padrões temáticos para fins de classificação. Como todos os aspectos da análise de conteúdo que foi realizada neste trabalho previu a finalidade da classificação, seguindo as proposições de Bardin (2008), foram realizadas análises categoriais. Segundo a autora, para que seja uma ação viável, é necessária a criação de um sistema de classificação por meio do estabelecimento de categorias, visando oferecer uma estrutura de condensação e representação dos dados.

Dessa forma, Bardin (2008) sugeriu duas formas de se obter esse sistema de categorias: *a priori*, para o caso de já se conseguir prever o comportamento do conteúdo analisado ou já haver propostas de classificação disponíveis na literatura que se adequem à pesquisa; e *a posteriori*, quando a classificação ocorre à medida que o conteúdo é analisado.

No contexto dessa pesquisa, em virtude de trabalhos anteriores realizados pela autora desta pesquisa em torno da produção científica dos pesquisadores do campo, as categorias utilizadas para a classificação da produção científica já foram escolhidas *a priori*. No entanto, apesar de serem sugeridas previamente, é importante ressaltar que foram criadas categorias *a posteriori* para casos em que as primeiras categorias estabelecidas no sistema de classificação foram insuficientes para representar todos os objetos classificados.

Bardin (2008) ainda sugere que, para fins de classificação, quatro critérios básicos devem ser observados antes da escolha do conjunto do conteúdo a ser analisado: homogeneidade, exaustividade, representatividade e exclusividade. O quadro 18 apresenta a descrição de cada critério, demonstrando, também a aplicabilidade deles nos conteúdos que serão analisados nesta pesquisa.

Quadro 18 – Critérios para análise categorial em análise de conteúdo

CRITÉRIOS	DESCRIÇÕES	APLICABILIDADE NA PESQUISA
HOMOGENEIDADE	Natureza única dos documentos analisados com a mesma finalidade	A produção científica originária de um conjunto de pesquisadores do mesmo Campo. Também são publicados em um mesmo tipo de veículo de comunicação científica, que, por sua vez, é avaliado pelo mesmo sistema.
EXAUSTIVIDADE	A análise deve ser feita na totalidade do conteúdo, ou em partes substancialmente representativas. A exaustividade também se aplica ao estabelecimento de categorias <i>a priori</i> , que devem ser suficientes	Nos artigos científicos, a análise foi em suas partes mais representativas e que carregam os elementos substanciais da pesquisa: o título que tem a intenção de representar o conteúdo de maneira precisa; o resumo , que descreve os

	para classificar a maior parte do conteúdo, de forma que as categorias criadas <i>a posteriori</i> não as ultrapassem em número.	elementos principais do trabalho; e palavras-chave , que devem representar o trabalho por meio de termos indexadores, em sua totalidade e essência.
REPRESENTATIVIDADE	O <i>corpus</i> de material de análise deve ser suficiente para representar todo o universo.	Pretendeu-se analisar 100% dos artigos científicos dos pesquisadores selecionados.
EXCLUSIVIDADE	As categorias de análise devem ser excludentes. O mesmo conteúdo não deve ser classificado em duas categorias distintas.	Para os casos de similaridade entre o conteúdo de mais de um artigo, foi estabelecida uma categoria resultante da união de ambas.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Bardin (2008).

Bardin (2008) afirma que a utilização destes critérios é passível de flexibilização, pois, embora a análise de conteúdo deva obedecer a critérios que o ofereça rigor científico, cada caso deve ser analisado de acordo com suas particularidades, visto que a análise de conteúdo não deve ser tratada como uma receita ou um manual de uso.

Quanto à operacionalização, foram obedecidas as três fases sugeridas por Bardin (2008):

- a) **Pré-análise do material**, como primeiro contato da analista com o corpo de conteúdo a ser analisado, visando tornar operacionais o sistema de ideias iniciais. Este foi o memento para a realização das primeiras seleções; organização que simplifique o processo de classificação, como pré-classificações; conhecimento do corpo documental para melhor escolha de unidades de análise e definição de categorias prévias. No contexto dessa pesquisa, a pré-análise foi utilizada para fazer uma pré-classificação da produção científica, agrupando-a nas duas grandes categorias já descritas, que, além de servirem de base para tipificar o comportamento temporal da produção científica, também foram utilizadas para operacionalizar as análises temáticas seguintes, na condução dos demais eixos de pesquisa.
- b) **Exploração do material**, fase em que os documentos, previamente analisados, passaram por uma nova análise, mais objetiva e detalhada. Tal exploração visa conduzir a classificação a partir das categorias já estabelecidas na fase anterior. Neste trabalho, os conteúdos passaram por uma segunda análise com vistas a encontrar padrões temáticos diversos, o que conduzirá a identificação de domínios científicos, no Eixo 3.
- c) Por fim, a fase de **tratamento dos resultados e interpretações**, visou a atribuição de significados aos resultados encontrados a partir dos padrões categoriais. Em consequência, estes padrões foram apresentados por meio de representações, visualizações, além de

análises que atribuíram a significados às informações, a partir de interpretações justificativas, inferências e discussões. Para a autora, esta é a fase em que os dados e informações “[...] são tratados de maneira a serem significativos (falantes) e válidos” (BARDIN, 2008, p. 127). No contexto desta pesquisa, as informações decorrentes dessa interpretação e tratamento foram apresentadas por meio de visualizações e representações, como quadros, tabelas, figuras, mapas, gráficos, percentuais e outros tipos de informações caracterizadas como indicadores sobre o comportamento e tendências tanto da produção científica quanto da comunidade científica do Secretariado Executivo.

Para fins de categorização da produção científica, ainda que na fase de pré-análise, adotou-se dois sistemas de categorias *a priori*. O primeiro para uma identificação prévia e posterior dos documentos caracterizados como pertencentes ao Grupo 1 – Trabalhos que cujas temáticas são orientadas ao Secretariado e o segundo para uma identificação prévia e posterior dos documentos caracterizados como pertencentes ao Grupo 2 – Trabalhos cujas temáticas são orientadas a outras áreas.

Para seleção e classificação dos documentos do Grupo 1, o estabelecimento das categorias foi influenciado pelas temáticas dos Grupos de Trabalho propostos pela ABPSEC com a finalidade de organizar os trabalhos submetidos aos principais eventos científicos da área, sobretudo o Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado – ENASEC. Dessa forma, como as primeiras categorizações ocorreram em novembro/2019, para manter a uniformidade das categorias, utilizou-se, para classificar todo o corpo documental analisado, os Grupos de Trabalho propostos pelo resultado do Edital N. 1/ABPSEC/2018, de 20 de dezembro de 2018²⁵, com resultado publicado em 18 de fevereiro de 2019²⁶.

Para a escolha, entendeu-se que, em virtude de serem configuradas como temáticas propostas institucionalmente pelo órgão que representa a pesquisa na área, em consenso com os membros da comunidade, trata-se de temáticas que representam a cobertura das áreas de interesse da comunidade em uma tentativa de diferenciar o campo de atuação do Secretariado de outros campos. O Quadro 19 apresenta tais Grupos de Trabalho e, em seguida descreve o processo de adaptação dos Grupos de Trabalho em categorias de análise que foram utilizadas neste trabalho. A descrição explicativa de cada Grupo de Trabalho pode ser consultada no site institucional da ABPSEC, conforme link disponível na nota de rodapé n. 26.

²⁵ https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=4332

²⁶ https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=4529

Quadro 19 – Grupos de trabalho (base categorial)

GRUPOS DE TRABALHO	SUBGRUPOS/TEMAS
GT 1 - DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO DO CAMPO SECRETARIAL	1 - Teoria Secretarial
	2 – Pesquisa em Secretariado
GT 2 - FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DOCENTE EM SECRETARIADO	1 - Docência em Secretariado
	2 - Formação profissional: ensino, aprendizagem e prática extensionista
GT 3 - SECRETARIADO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL	1 - Mercado de trabalho
	2 - Assessoria Secretarial
	3 - Consultoria e Empreendedorismo no Secretariado
	4 - Atuação do Secretário em eventos
GT 4 - GESTÃO E COMPETÊNCIAS SECRETARIAIS	1 - Gestão Secretarial
	2 - Competências Secretariais
GT 5 – LINGUAGEM E IDIOMAS NO CONTEXTO SECRETARIAL	1 - Línguas Materna e Estrangeira
	2 - Gêneros Textuais Discursivos às atividades profissionais do Secretariado
GT 6 - IDENTIDADE E DIVERSIDADE NO SECRETARIADO	1 - Identidade Secretarial e diversidade no contexto da atuação profissional
	2 - Questões de Gênero
GT 7 - SUSTENTABILIDADE NO SECRETARIADO	1 - Desenvolvimento e sustentabilidade ambiental
GT 8 – OUTROS TEMAS CORRELATOS AO SECRETARIADO	-----

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base na ABPSEC (2019).

Como assinalado anteriormente, os Grupos de Trabalhos acima descritos foram adaptados para se configurar como categorias. Inicialmente, eles serviram de base para o entendimento do que pode ser encontrado na produção científica dos atores da área em razão da representatividade. Após a observação do comportamento do *corpus* documental em virtude das características substanciais dos artigos, durante o período de pré-análise, observou-se a necessidade de adaptação das categorias para que fossem obedecidos os critérios de exaustividade (o sistema categorial deve ser suficiente para classificar a maior parte do conteúdo) e exclusividade (as categorias de análise devem ser excludentes). A decisão pela adaptação se deu em virtude da característica pouco homogênea encontrada nas temáticas dos artigos, havendo indicações mais generalistas, o que afetaria o critério de exaustividade. Além disso, em virtude de haver temáticas diferentes para um mesmo Grupo de Trabalho, optou-se por desmembrá-los na formação de categorias distintas.

Dessa forma, foram feitas as seguintes adaptações:

- GT 1 teve as suas temáticas agrupadas e transformadas em categoria única, denominada **Constituição Científica do Secretariado**.

- O GT 2 teve as suas temáticas desmembradas e, por sua vez, transformadas em duas categorias distintas: **Educação em Secretariado** e **Formação Profissional**
- O GT 3 teve as suas temáticas desmembradas e transformadas em cinco categorias distintas: **Mercado de Trabalho em Secretariado**; **Assessoria Secretarial**; **Consultoria Secretarial**; **Empreendedorismo Secretarial**; e **Atuação Profissional**.
- O GT 4 teve suas temáticas desmembradas e transformadas em duas categorias distintas: **Gestão Secretarial** e **Competências Secretariais**.
- O GT 5 teve as suas temáticas desmembradas e transformadas em duas categorias distintas: **Línguas aplicadas ao Secretariado** e **Linguística Aplicada ao Secretariado**.
- O GT 6 teve as suas temáticas desmembradas e transformadas em duas categorias distintas: **Identidade profissional** e **Gênero e Identidade no contexto Secretarial**.
- O GT 7 foi transformado em **Desenvolvimento Socioambiental em Secretariado**.

Para melhor visualização, as 15 categorias estabelecidas *a priori* para a classificação dos artigos, foram:

- Atuação Profissional
- Assessoria Secretarial
- Competências Secretariais
- Constituição Científica
- Consultoria Secretarial
- Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental em Secretariado
- Educação em Secretariado
- Empreendedorismo Secretarial
- Formação Profissional
- Gênero e Identidade no contexto Secretarial
- Gestão Secretarial
- Identidade Profissional
- Línguas Aplicadas ao Secretariado
- Linguística Aplicada ao Secretariado
- Mercado de Trabalho

Já no que se refere à seleção e classificação dos artigos que foram classificados no **Grupo 2 – Trabalhos cujas temáticas são orientadas a outras áreas**, foram utilizadas as

categorias propostas por Cruz (2018) que, ao analisar a produção científica de mestres e doutores da área de Secretariado em um recorte temporal de quatro anos (2013-2016), identificou que mais da metade (54,5%) dos artigos publicados pelos pesquisadores analisados durante o recorte temporal escolhido não estabeleciam relação com a área de Secretariado. Para classificá-los, a autora utilizou as Subáreas (terceiro nível) constantes na tabela de áreas de Conhecimento da CAPES, que resultou na classificação dos artigos em 13 áreas:

- Administração
- Educação
- Sociologia
- Economia
- Ciência Política
- Planejamento Urbano e Regional
- Turismo
- Ciências Ambientais
- Linguística
- Ciência da Informação
- Biotecnologia
- Arte
- Agronomia

Na categorização dos trabalhos de ambos os grupos foi prevista a criação de novas categorias, para o caso de trabalhos que não se enquadraram nas categorias definidas *a priori*. Durante a categorização, os registros dos trabalhos foram separados em duas bases, uma para registro dos dados dos artigos do Grupo 1 e outra com os registros dos artigos do Grupo 2 que, a partir de então, passaram a ser analisadas separadamente a partir dos dados de autoria, ano de publicação, títulos, resumos e palavras-chave.

Nesta etapa, para a apresentação da evolução temporal categorizada, foram utilizados os dados referentes aos anos de publicação dos artigos, organizados entre os dois Grupos categoriais. Para a distribuição, os dados foram minerados utilizando-se os mecanismos de limpeza de dados do Excel que identificaram os períodos similares. Estes foram agrupados e organizados por contagem simples, cujas informações geradas foram visualizadas por gráficos de linhas gerados pelo mesmo aplicativo.

Ainda nesta etapa, os dados referentes aos artigos pertencentes ao **Grupo 1 – Trabalhos cujas temáticas são orientadas ao Secretariado**, foram analisados para a verificação de uma evolução temporal qualitativa da produção científica da área. Tal análise foi baseada na construção de indicadores de coocorrência ou indicadores relacionais, utilizando-se as palavras chaves como unidades de análise.

Para esta análise, foram consideradas, como palavras-chave, a totalidade dos termos, independentemente do número de palavras em sua constituição. Para tanto, as palavras chaves (termos) dispostas na base dos artigos pertencentes ao Grupo 1 foram organizadas em quatro planilhas separadas de acordo com recortes temporais (2004-2008; 2009-2013; 2014-2018; 2019-2021). Após mineração, utilizando-se os mecanismos de limpeza de dados do Excel para identificação e supressão de duplicidades, cada termo identificado foi relacionado ao número de ocorrências na planilha.

Aos termos individuais foram atribuídos códigos identificadores que foram utilizados para realizar cruzamento de relações entre os termos em cada período temporal analisado, o que constituiu a base de dados para a elaboração de grafos a partir do *Software* VOSViewer²⁷. Este é um programa de computador amplamente utilizado para análises bibliométricas e sociométricas (FERREIRA; SILVA, 2019), e possibilita a construção e visualização de redes bibliométricas a partir de elementos como periódicos, pesquisadores ou publicações individuais, que, por sua vez, podem ser construídas com base em citações, acoplamento bibliográfico, cocitação ou relações de coautoria, oferecendo, também, a funcionalidade de mineração de textos e termos extraídos da literatura científica, e que podem ser utilizados para a visualização de redes de coocorrência (VOSVIEWER, 2019). Em outro conceito, Ferreira e Silva (2019, p. 452) denominam o VOSViewer como um “Programa de computador que traça mapas de relevância baseados em distâncias, palavras chaves agrupadas de textos, em títulos, resumos de documentos, e referências”.

Neste trabalho, o resultado da análise gerou quatro mapas, a partir de uma classificação natural por aproximação e afastamento, assim como representações de diferentes agrupamentos, automaticamente calculadas de acordo com os padrões encontrados pela modularidade própria, como descrevem Linden e Noack (2009).

²⁷ <https://www.vosviewer.com/>

EIXO 2 – NÚCLEO INTELECTUAL

Aqui, são descritos todos os procedimentos referentes ao Eixo 1 – Configurações preliminares.

ETAPA 1 – ANÁLISE DE PRODUTIVIDADE

Em primeiro momento, para verificar o comportamento do Secretariado Executivo dentro de padrões bibliométricos já estabelecidos, a análise que configurou esta etapa utilizou toda a produção científica coletada consoante os procedimentos de coleta, seleção e organização de dados descritos na Etapa 2 do Eixo 1.

Para tanto, foram construídos indicadores de produtividade, a partir da mensuração de produtividade dos autores individuais segundo uma das abordagens sociológicas de quantificação estabelecida por Price (1976), a Lei do Elitismo ou teoria da Raiz Quadrada. Nela, Price (1976) sugere que a elite produtiva, considerados atores mais profícuos de um Campo Científico, consiste na raiz quadrada do total de pesquisadores produtores de conhecimento, sendo ela responsável por, no mínimo, metade do total da produção dentro de um determinado período. Após a realização do cálculo, com base no número de pesquisadores que possuem registros de publicação de artigos em periódicos durante o período temporal analisado, estabeleceu-se um núcleo produtivo padronizado, que foi apresentado em tabela que obedece a ordem de *ranking*.

Contudo, considerando as particularidades do Secretariado como um campo científico em construção, ao qual identificou-se irrazoabilidade da aplicação de certos padrões bibliométricos, bem como de medidas estatísticas, tendo em vista o relativo baixo número de pesquisadores compondo o *corpus*, foi preferível estabelecer critérios que tornassem tanto a análise quanto a observação da área possível em sua totalidade, seguindo o movimento de aplicação de uma bibliometria contextualizada, como discutido na Seção 5 deste trabalho.

Dessa forma, foram estabelecidos critérios próprios, obedecendo uma coerência julgada pela analista ao observar o comportamento da produção científica e dos atores produtivos, bem como considerando o seu entendimento sobre o campo investigado, enquanto partícipe ativa na comunidade científica. Assim, e a demarcação de um núcleo produtivo contextualizado foi realizada a partir de três critérios:

- 1) seleção da produção científica classificada no Grupo 1 – Trabalhos cujas temáticas são orientadas ao campo do Secretariado, tendo em vista os altos índices encontrados de

trabalhos que não se relacionam com a área, o que poderia comprometer a análise em termos da real contribuição destes trabalhos para o desenvolvimento do campo.

- 2) seleção dos pesquisadores que publicaram a partir de cinco trabalhos no recorte temporal analisado e;
- 3) verificação dos agentes colaboradores em virtude das relações de coautoria.

Dessa forma, foi realizada a contagem simples, por distribuição do número de trabalhos por autores, utilizando-se planilha do Excel, seguindo-se da elaboração de tabela de distribuição e apresentando-se o *ranking* de produtividade dos autores, destacando aqueles responsáveis por publicar o mínimo de cinco produtos.

Em seguida, foram extraídos os dados de autoria organizados na planilha referente aos dados do Grupo 1, os quais foram organizados, como unidades únicas, em uma planilha distinta. Após a utilização do mecanismo de limpeza do Excel para identificação e exclusão de duplicidade, foi indicada a contagem de ocorrência por autor/coautor. Para a seleção dos colaboradores que passaram a fazer parte do núcleo intelectual, foi estabelecido o mesmo critério utilizado para os autores centrais: contribuição na publicação de, no mínimo, cinco trabalhos no *corpus* documental analisado.

EIXO 3 – DOMÍNIOS CIENTÍFICOS

ETAPA 1 – CATEGORIZAÇÃO E QUANTIFICAÇÃO DE OCORRÊNCIAS

Em continuação aos procedimentos da etapa anterior, para a definição dos núcleos temáticos que poderiam representar domínios científicos autônomos, os trabalhos dos autores que não alcançaram o índice mínimo estabelecido (cinco produtos), como critério, foram excluídos do *corpus*.

Seguidamente, uma análise de conteúdo, representando a fase de **exploração do material**, consoante Bardin (2008) e explicada na Etapa 3 do Eixo 1, foi realizada para fins de uma categorização mais detalhada. Para tanto, foram utilizados, como unidades de análise, os títulos, resumos e palavras-chave dos artigos dispostos no Grupo 1. A análise dos artigos que não continha palavras-chave em sua estrutura foi realizada com base nos títulos e nos resumos.

Tais trabalhos foram classificados mediante as categorias estabelecidas *a priori*, conforme sistema categorial já descrito e justificado nesta seção e reforçadas a seguir:

- Atuação Profissional
- Assessoria Secretarial
- Competências Secretariais
- Constituição Científica
- Consultoria Secretarial
- Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental em Secretariado
- Educação em Secretariado
- Empreendedorismo Secretarial
- Formação Profissional
- Gênero e Identidade no contexto Secretarial
- Gestão Secretarial
- Identidade Profissional
- Línguas Aplicadas ao Secretariado
- Linguística Aplicada ao Secretariado
- Mercado de Trabalho

A leitura das unidades de análise ocorreu na própria planilha do Excel em que tais dados estavam dispostos, sendo incluída uma nova coluna para o registro da categoria identificada. Em seguida foi realizada a contagem simples das ocorrências das categorias, cuja distribuição foi apresentada a partir de um Mapa de Árvore.

A partir da identificação dos núcleos temáticos, os dados referentes às categorias e as unidades de análise foram organizados de acordo com a autoria dos artigos, considerando os pesquisadores que fazem parte do *corpus* de análise, seja constituindo o *corpus* inicial, quanto revelado a partir da análise de relações de autoria, de forma que fossem identificados núcleos de autoria para cada categoria identificada. A partir desta identificação pela contagem de categoria por autor, foram atribuídos, por porcentagem, graus de contribuição dos autores na constituição dos núcleos temáticos representados pelas categorias.

EIXO 4 – BASES TEÓRICAS

ETAPA 1 – COLETA DAS CITAÇÕES E DAS REFERÊNCIAS

A identificação das influências teóricas, em termos de área de conhecimento que contribuíram para a construção do conhecimento em Secretariado, considerando a demarcação dos produtos aqui analisados, foi realizada utilizando-se a técnica de análise de citação. Nesta etapa, foram utilizados os trabalhos pertencentes ao Grupo 1, considerando o recorte dos trabalhos selecionado para indicar os núcleos temáticos.

As coletas das citações e das referências foram realizadas concomitante à análise de conteúdo, na fase de exploração do material, tendo a seção de referencial teórico como unidade de análise (tendo em vista a finalidade de analisar bases teóricas). A realização simultânea das atividades (análise de conteúdo e coleta de referências) foi necessária uma vez que a exploração do material foi conduzida à luz da Teoria Construtivista dos estudos de citação, conforme demarcação epistemológica proposta por Silveira e Caregnato (2017). Os autores explicam que essa teoria é orientada a “[...] identificar e entender os motivos e as propriedades dos discursos que culminam nos registros objetivos dos pesquisadores em seus textos, na tentativa de revelar os caminhos percorridos para a construção do conhecimento, tanto individual quanto coletivo” (SILVEIRA; CAREGNATO, 2017, p. 261).

Citando as contribuições de Ahmed et al (2004), Silveira e Caregnato (2017) sugerem que uma das opções metodológicas para realizar análise de citação conduzida pela teoria construtivista é [...] a análise de textos publicados para categorização das razões das citações - técnica de análise de conteúdo, com auxílio de estruturas classificatórias definidas *a priori* ou *a posteriori* (p. 265).

Silveira e Caregnato (2017) explicam que a análise de conteúdo é recomendada para este tipo de análise de citação, uma vez que não se trata de analisar as referências citadas em um texto de forma isolada, pois o objeto de análise que fundamenta tal teoria não são apenas os textos ou autores citados, mas “[...] as razões das citações dos autores e as conexões estabelecidas com as outras razões, bem como as partes e o todo do texto, partindo do entendimento de que essas relações são dependentes e integradas.” (p. 261).

Neste sentido, para esta construção e entendimento da escolha metodológica para a operacionalização desta etapa e para o contexto deste trabalho, convém apresentar a Matriz epistemológica apresentada por Silveira e Caregnato (2017) que fundamenta e justifica os estudos conduzidos pela teoria construtivista nos estudos de citação, conforme Quadro 20.

Quadro 20 – Martriz epistemológica dos estudos das razões de citação

ENFOQUE CONSTRUTIVISTA	DESCRIÇÃO
DIMENSÃO	✓ Discursiva
OBJETOS	✓ Razão das citações e suas relações com: a) os parágrafos; b) o texto; c) o contexto da publicação; e d) as especialidades temáticas.
VARIÁVEIS	✓ Fatores relacionados: a) às formas narrativas e retóricas; b) aos gêneros e às tipologias textuais; c) às filiações e marcas teóricas e metodológicas; e d) aos contextos da produção e citação.
OBJETIVOS	✓ Levantar e analisar os motivos de citação dos cientistas, seus recursos discursivos e as formas e modalidades de apreensão do conhecimento; e ✓ Elaborar e aplicar estruturas classificatórias dirigidas aos efeitos de persuasão dos cientistas e seu entorno social.
MÉTODOS E TÉCNICAS	✓ Análise de conteúdo; ✓ e Análise de assunto.
PRODUTOS	✓ Elaboração de instrumentos metodológicos voltados para a análise de estruturas textuais científicas; e ✓ Produção de sínteses gerais e analíticas dos efeitos persuasivos dos cientistas e dos grupos sociais.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) com base em Silveira e Caregnato (2017).

Para esta construção, foi utilizada a dimensão discursiva, a partir da verificação das razões de citação e suas relações com os parágrafos que o circundam; com o texto como um todo, o contexto e as especialidades temáticas; como variáveis, foram relacionadas às formas narrativas e retóricas e aos contextos de produção e citação; com o objetivo de levantar e analisar os motivos de citação dos cientistas selecionados para este estudo e suas formas de apreensão do conhecimento; realizado por meio da técnica de análise de conteúdo; e, como produto, foram elaboradas sínteses gerais e analíticas sobre as escolhas teóricas encontradas no texto.

Antes de prosseguir com os procedimentos utilizados no percurso operacional desta etapa, convém descrever o esquema classificatório de razões de citação proposto por Silveira, Caregnato e Bufrem (2014) que constituiu o sistema categorial das análises iniciais nesta etapa, conforme descrito no Quadro 21.

A proposta de classificação é estruturada de acordo com duas dimensões de razão de citação: conceitual e social, que, por sua vez, estabelecem as finalidades de citação, e estas, por fim, sugerem um sistema de categorias utilizados para classificar as razões de citação propriamente ditas, que são estruturadas com base em um sistema de códigos.

Quadro 21 – Esquema de categorias para razões de citação

C	DIMENSÃO CONCEITUAL: Dimensão direcionada para as razões das citações ligadas às questões teóricas, conceituais, metodológicas e de opinião. Classificam-se aqui citações de ordem conceitual, metodológica, de revisão, de compreensão, de exemplos, de atualização, de comparação, de negação, entre outras possibilidades.
CA	Para fins teóricos-conceituais
CA1	Apresentação de definição ou de conceituação
CA2	Explicações e esclarecimentos de cunho teórico
CA3	Escolha de pressupostos teóricos e conceituais
CA4	Outras razões relativas aos fins teórico-conceituais
CB	Para fins metodológicos
CB1	Identificação e descrição de procedimentos metodológicos
CB2	Detalhamento de experimentos e equipamentos
CB3	Esclarecimento de procedimentos metodológicos
CB4	Outras razões relativas aos fins metodológicos
CC	Para fins de sustentação e exemplificação
CC1	Sustentação de declarações, opiniões e informações
CC2	Apresentação de exemplos que ilustrem casos e estudos de forma panorâmica
CC3	Descrição de outros casos e estudos relacionados
CC4	Reforço de tópicos e pontos voltados para a demonstração de um ponto de vista
CC5	Outras razões relativas aos fins de sustentação e exemplificação
CD	Para fins de negação e crítica
CD1	Contestação de trabalhos anteriores
CD2	Contraposição e refutação a ideias, afirmações, posições teóricas e/ou conceitos
CD3	Contraposição e refutação a tópicos relacionados a aspectos metodológicos
CD4	Outras razões relativas aos fins de negação e crítica
CE	Para fins de atualização
CE1	Destaque bibliográfico a tópicos conceituais
CE2	Destaque bibliográfico a tópicos metodológicos em literatura pouco conhecida
CE3	esclarecimento de ideias, conceitos e teorias
CE4	Detalhamento do uso de equipamentos, de técnicas de coleta e tratamento de dados e de outros tópicos relacionados a procedimentos metodológico
CE5	Apresentação de trabalhos anteriores importantes para a discussão
CE6	Vinculação entre pesquisas relacionadas
CE7	Outras razões relativas aos fins de atualização
S	DIMENSÃO SOCIAL Dimensão direcionada para as razões das citações ligadas às questões sociais e tradição científica, em todos os níveis. Classificam-se aqui citações de ordem histórica, crítica, de comportamento social, entre outras possibilidades.
SA	Para fins históricos
SA1	Homenagens aos pioneiros e suas contribuições científicas
SA2	Ilustração de termos epônimos, metafóricos, metonímicos, entre outros.
SA3	Análise de trabalhos de base histórica para o campo científico
SA4	Outras razões para fins históricos.
SB	Para fins éticos
SB1	Retificação do seu trabalho e de outros
SB2	Debate sobre a primazia de ideias e/ou declarações
SB3	Outras razões históricas que demonstrem demarcações de tendências e interesses.
,	EXTENSÃO Sinal direcionado para a ampliação e ordenação das razões das citações de uma mesma dimensão
Exemplos:	

CA1 e CE5 = CA1'E5 (Apresentação de um conceito imprescindível para a discussão que o texto pretende desenvolver).	
SB2 e SA1 = SB2'A1 (Reconhecimento da originalidade das ideias dos primeiros autores de uma especialidade científica).	
CE1 e CE2 = CE1'2 (Indicação de trabalho que revela os principais conceitos e métodos importantes para a discussão que o texto pretende desenvolver).	
+	ADIÇÃO Sinal direcionado para a ampliação e ordenação das razões das citações de dimensões distintas
Exemplos: CD1 e SA3 = CD1+SA3 ou SA3+CD1 (Contestação de contribuições científicas históricas de um domínio científico) SB2 e CA1 = SB2+CA1 ou CA1+SB2 (Identificação da primazia do emprego do termo e do conceito, os quais orientaram a discussão precedente no campo)	

Fonte: Adaptado de Silveira, Caregnato e Bufrem (2014).

Com os registros dos trabalhos já recuperados e organizados, conforme descrições metodológicas anteriores, a análise de conteúdo foi realizada nas versões online dos documentos localizados nas fontes de dados já descritas, não havendo arquivamento dos documentos.

Foi feita uma leitura ampla nas unidades de análises (referenciais teóricos), de forma que cada citação foi contextualmente analisada, procurando-se compreender como o discurso dos trechos citados, em sua totalidade, conduziram às conclusões que pudessem demonstrar a razão da escolha teórica. A coleta das referências foi realizada de maneira paralela a análise de conteúdo e à codificação classificatória.

Por se tratar da análise que considera as contribuições teóricas que auxiliam na construção do conhecimento de uma área, não foram coletadas as referências dos documentos citados por razões metodológicas (CB1, CB2, CB3, CB4 e CE2), e por razões de negação e crítica (CD1, CD2, CD3 e CD4). No percurso, também não foram coletadas as referências dos textos que correspondiam a autocitação, legislações e documentos/dados institucionais ou governamentais, que tenham sido retirados de fontes primárias. Também foram coletados e organizados os trechos das citações analisadas para fins de consultas e análises futuras, bem como para a realização da confirmação/ajustes das razões de citações pré-determinadas no momento da coleta.

ETAPA 2 – Análise dos dados das citações

Para a mineração, foram utilizados os recursos de identificação de duplicidades do Excel, com auxílio dos recursos de classificação, além de minuciosa e exaustiva análise nas

referências coletadas, em virtude dos diferentes padrões de normas técnicas utilizadas pelos autores dos textos analisados. A partir do agrupamento das referências por classificação, foi atribuído o número de ocorrências por referência, e identificado o quantitativo de referências únicas. Para os textos citados mais de uma vez, as razões de citação geradas a partir dos diferentes documentos citantes foram agrupadas, formando-se razões de citação por adição ou por extensão.

Em outra planilha, foi feita a organização dos nomes dos autores de acordo com as referências citadas. A mineração dos dados autorais também foi realizada utilizando-se recursos de identificação de duplicidades e classificação do Excel. Foram realizadas novas consultas aos documentos citados a fim de identificar possíveis homônimas. A partir do agrupamento dos autores por classificação, foi atribuído o número de ocorrências por autor e identificado o quantitativo de autores únicos. Para os autores citados mais de uma vez, as razões de citação geradas a partir dos diferentes documentos citantes foram agrupadas, formando-se razões de citação por adição ou por extensão.

Os registros dos trabalhos pertencentes ao Grupo 1 foram copiados para uma planilha e reorganizados, de forma a relacionar os dados dos documentos citados aos dados dos documentos citantes, bem como às categorias de razões de citação atribuídas. Por fim, os dados das referências e dos autores com mais expressividade de ocorrências foram padronizados com base nas NBR 1520/2002 e NBR 6023/2018.

Com a identificação das autorias e das referências únicas, foi realizada uma classificação das áreas de conhecimento dos textos citados, utilizando os títulos dos trabalhos citados como unidade de análise. Para uma identificação mais precisa das áreas de conhecimento dos textos, em caso da insuficiência de traços identitários no título, foram feitas consultas a outros materiais, como unidades textuais (títulos, resumos e palavras-chave, em caso de artigos científicos e trabalhos completos publicados em anais de eventos; apresentação e/ou introdução, em caso de outros tipos de publicação passível de recuperação; biografia de autores e currículo *Lattes*).

Para a classificação, foram utilizadas as categorias estabelecidas *a priori*, descritas e justificadas na descrição metodológica da Etapa 3 do Eixo 1, também utilizadas para a identificação dos trabalhos pertencentes ao Grupo 2 – Trabalhos cujas temáticas são orientadas a outras áreas.

Como resultado desta etapa, foram apresentadas as distribuições de referências e autores de acordo com o número de citação recebidas; o *ranking* de referências e autores mais citados,

as distribuições das razões de citação das referências e dos autores; e a distribuição das áreas de conhecimento citadas e suas respectivas razões de citação.

Para finalizar esta seção, o Quadro 22 sintetiza as escolhas metodológicas aqui descritas.

Quadro 22 – Síntese metodológica

TIPOLOGIA	OBJETIVOS	EIXOS	OBJETO DE ANÁLISE	FONTES DE COLETA	FORMAS DE COLETA	FORMAS DE ANÁLISE	PRODUTOS
✓ NATUREZA BÁSICA	Demonstrar a influência de componentes científicos sociais na constituição de uma estrutura cognitiva do Secretariado Executivo no Brasil;	1 CONFIGURAÇÕES PRELIMINARES	✓ Instituições de Ensino ✓ Docentes doutores ✓ Produção científica periódica	✓ e-MEC ✓ Plataforma Lattes ✓ Periódicos científicos ✓ Bases de dados científicos ✓ Redes sociais acadêmicas	✓ Script Lattes ✓ Coleta Manual	✓ VOSVier ✓ Excel ✓ Bibliometria ✓ Cientometria ✓ Análise de conteúdo	✓ Relação dos pesquisadores ✓ Mapa de distribuição de instituições ✓ Grafo de coocorrência de palavras ✓ Comportamento temporal de objetos ✓ Nuvem de palavras ✓ <i>Ranking</i> de Produtividade
✓ ABORGAGEM MISTA	b) investigar o núcleo duro que possa representar uma elite intelectual que sustente as bases do conhecimento;	2 NÚCLEO INTELECTUAL	✓ Docentes doutores ✓ Produção científica	✓ Plataforma Lattes ✓ Periódicos científicos ✓ Bases de dados ✓ Redes sociais acadêmicas	✓ ScriptLattes ✓ Manual	✓ Excel ✓ Análise de Conteúdo ✓ Bibliometria	✓ Produtividade de autores ✓ Produtividade por colaboração científica
✓ OBJETIVOS EXPLORATÓRIOS	c) examinar como estão sendo delimitados, pela elite intelectual, os domínios científicos em uma perspectiva autônoma;	3 DOMÍNIOS CIENTÍFICOS	✓ Produção Científica	✓ Periódicos científicos ✓ Bases de dados ✓ Redes Sociais Acadêmicas ✓ Artigos científicos	✓ Manual	- Excel ✓ Análise de Conteúdo ✓ Bibliometria ✓ Cientometria	✓ Distribuição temática
✓ ESTUDO DE CASO POR LEVANTAMENTO	d) caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo.	4 BASES TEÓRICAS	Produção científica	✓ Periódicos científicos ✓ Bases de dados ✓ Redes Sociais Acadêmicas - Artigos científicos	✓ Manual	- Excel ✓ Análise de Conteúdo ✓ Bibliometria ✓ Cientometria	✓ Ranking de referências citadas ✓ Ranking de autores citados ✓ Distribuição de citações ✓ Distribuição de razões de citações ✓ Distribuição de áreas citadas

Fonte: A autora (2023).

7 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção, como o produto principal desta pesquisa, apresenta os resultados que conduziram ao alcance dos objetivos delineados, correspondentes aos eixos 1, 2, e 3, cujos procedimentos foram descritos na seção anterior. Em primeiro momento, apresentam-se as configurações preliminares e contextuais de constituição da área investigada, como forma de apresentar os dados introdutórios das configurações sociocognitivas, de modo processual e diacrônica, que auxiliarão na análise posteriores dos dados que compõem as etapas seguintes. Em seguida, são apresentados os dados correspondentes à formação de frentes de pesquisas e agentes estruturantes e, por fim, os indicativos de formação de bases teórico conceituais resultantes que sustentam e estabelecem as frentes de pesquisa anteriormente descritas.

7.1 CONFIGURAÇÕES PRELIMINARES E CONTEXTUAIS DA CONSTITUIÇÃO SOCIAL E COGNITIVA DOS SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL

Este trabalho tem o objetivo de caracterizar as configurações atuais da institucionalização do Secretariado Executivo no Brasil, tendo como pontos de abordagens a formação de uma estrutura social (núcleo intelectual estruturante) e a influência desta na construção de uma estrutura cognitiva (domínios e bases de influentes).

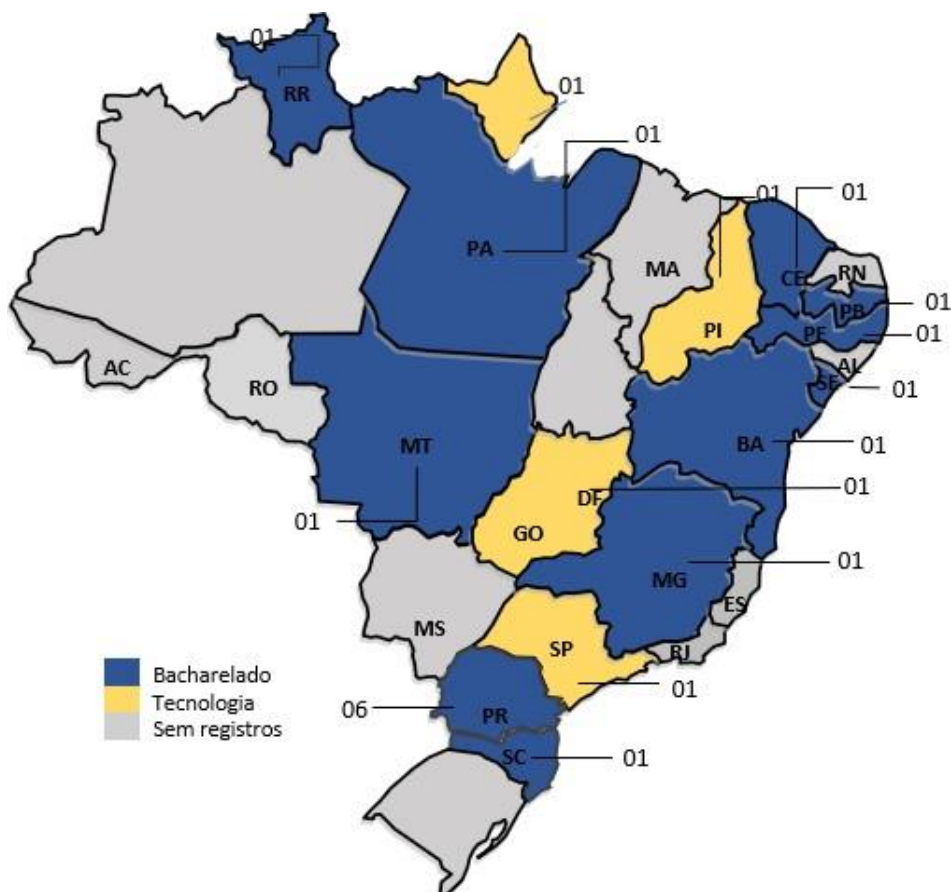
Reconhece-se que a produção de conhecimento de um campo científico é produzida a partir da organização de um conjunto complexo e completo de componentes que envolvem ensino, pesquisa, divulgação e aplicação do conhecimento (BUNGE, 1980; ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ, 2002). Reconhece-se, também que as primeiras bases estruturais de qualquer campo científico são as instituições de ensino (ALFONSO-GOLDFARB; FERRAZ, 2002) e que, por consequência estas constituem os alicerces primários para a construção da cientificidade do Secretariado Executivo no Brasil (BÍSCOLI; BILERT, 2013)

Desta forma, o ponto de partida desta investigação é a atual configuração do ensino Superior da área, tendo como objeto as instituições públicas que ofertam os cursos de Secretariado no Brasil, nas modalidades Tecnologia e Bacharelado. A busca realizada no sistema e-MEC, conforme procedimentos descritos na seção anterior, revelou um total 24 cursos, sendo 15 Bacharelados e nove Tecnólogos, de acordo com a distribuição demonstrada na Figura 06.

Sem a intenção de discutir o contexto socioeconômico da distribuição destes cursos no Brasil, mas por uma perspectiva informativa que constitui uma etapa desta investigação, para

que sejam encontrados os pesquisadores selecionados, a Figura 06 aponta que, atualmente, há oferta de cursos de Secretariado em 15 Estados, havendo maior concentração de oferta no Estado do Paraná.

Figura 6 – Distribuição geográfica dos cursos de Secretariado Executivo no Brasil



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nota-se, também, a concentração de Cursos de Bacharelado (62,5%) em relação aos cursos de Tecnologia (37,5%). Neste sentido, embora Cruz e Correia (2021) defendam que os cursos que funcionam na modalidade bacharelado são mais instrumentalizados para proporcionar uma estrutura para o desenvolvimento de pesquisas científicas, este trabalho também investigou os cursos na modalidade Tecnologia, a fim de ampliar as frentes de investigação dos componentes que constituem um campo emergente com recente inserção na cultura de produção de conhecimento formal. Dessa forma, a presença de docentes pesquisadores nos cursos de Tecnologia em Secretariado pode contribuir para os apontamentos das configurações científicas da área.

Para melhor descrição das características destes cursos, o Quadro 23 apresenta as instituições com as respectivas nomenclaturas dos cursos e modalidades.

Quadro 23 – Cursos Superiores de Secretariado no Brasil

INSTITUIÇÃO	CURSO	MODALIDADE
Universidade Federal do Amapá	Secretariado	Tecnológico
Universidade Federal da Bahia	Secretariado Executivo	Bacharelado
Universidade Federal do Ceará	Secretariado Executivo	Bacharelado
Universidade Federal de Roraima	Secretariado Executivo	Bacharelado
Universidade Federal do Pará	Secretariado Executivo Trilíngue	Bacharelado
Universidade Federal de Pernambuco	Secretariado Executivo	Bacharelado
Universidade Federal de Sergipe	Secretariado Executivo	Bacharelado
Universidade Federal da Paraíba	Secretariado Executivo Bilíngue	Bacharelado
Universidade Federal de Viçosa	Secretariado Executivo Trilíngue	Bacharelado
Universidade Federal de Santa Catarina	Secretariado Executivo	Bacharelado
Universidade Estadual do Paraná	Secretariado Executivo Trilíngue	Bacharelado
Universidade Estadual de Londrina	Secretariado Executivo	Bacharelado
Universidade Estadual do Maringá	Secretariado Executivo Trilíngue	Bacharelado
Universidade Estadual do Oeste do Paraná	Secretariado Executivo Bilíngue	Bacharelado
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná	Secretariado Executivo Trilíngue	Bacharelado
Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Mato Grosso	Secretariado Executivo	Bacharelado
Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá	Automação de Escritórios e Secretariado	Tecnólogo
Universidade Federal do Paraná	Secretariado	Tecnólogo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	Secretariado	Tecnólogo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília	Secretariado	Tecnólogo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná	Secretariado	Tecnólogo
Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba	Secretariado	Tecnólogo
Faculdade de Tecnologia de Carapicuíba	Secretariado	Tecnólogo
Faculdade de Tecnologia de São Paulo	Secretariado e Assessoria Internacional	Tecnólogo

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Vale ressaltar a importância destes cursos superiores, desde o surgimento, para que a área de Secretariado iniciasse o direcionamento dos seus esforços para uma constituição científica, se tornando um marco no contexto de uma área com uma origem puramente técnica. A relação entre as configurações sociais e conceituais já haviam sido destacadas por Sabino (2013), que defende que as primeiras teorizações do conhecimento em Secretariado foram relacionadas às aplicações práticas. Ela ainda afirma que a implantação do ensino superior em Secretariado Executivo demandou o desenvolvimento de um conjunto de conhecimento articulados com aplicações práticas, a partir do qual começaram a surgir espaços institucionais representados por discussões no interior dos colegiados universitários, visando não só sistematizar, mas construir saberes que seriam a base da formação profissional.

Nestas perspectivas, Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014) e Silva e Barros (2015) consideram que os Cursos superiores na área são responsáveis pela promoção de dois dos principais componentes do desenvolvimento do Secretariado como Campo de Pesquisa: os docentes pesquisadores. Desta forma, prosseguindo com a investigação, a partir das buscas realizadas nos sites institucionais das universidades, faculdades e institutos descritos acima, foram coletados os nomes dos docentes efetivos ativos nos cursos de Secretariado até o ano de 2021. Por conseguinte, uma análise realizada em 415 currículos cadastrados na Plataforma Lattes revelou 38 docentes doutores com formação em Secretariado, conforme distribuição na Tabela 02.

Tabela 2 – Distribuição das Instituições que ofertam o curso de Secretariado

INSTITUIÇÃO	DOCENTES DOUTORES	%
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	6	16,6%
Universidade Federal da Bahia (UFBA)	4	11%
Universidade Federal de Sergipe (UFS)	4	11%
Universidade Federal de Viçosa (UFV)	4	11%
Universidade Federal do Ceará (UFC)	3	8,5%
Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (UNICENTRO)	3	8,5%
Universidade Federal de Roraima (UFRR)	2	5,5%
Universidade Estadual do Maringá (UEM)	2	5,5%
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR)	2	5,5%
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	2	2,8%
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	1	2,8%
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	1	2,8%
Universidade Federal de Santa Catarina	1	2,8%
Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR)	1	2,8%
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1	2,8%
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	1	2,8%
TOTAL	38	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Há uma concentração (16,6%) de docentes doutores na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Sobre isso, estudos anteriores demonstram a influência desta concentração no desempenho deste curso quanto à contribuição para o desenvolvimento científico da área. O curso é referência na produção de conhecimento em Secretariado devido ao alto índice de produtividade em relação aos cursos de outras instituições, o que coloca parte dos seus pesquisadores como possíveis influentes das tendências e dos paradigmas da pesquisa em Secretariado (CRUZ, CORREIA, 2021). Além disso, a UNIOESTE apresenta-se como uma das Instituições que demonstra uma melhor condição estrutural para estabelecer um programa de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* especializado no Brasil (CRUZ, 2018).

Os dados apontam que ainda há ausência de docentes doutores em 33,3% (n = 8) dos cursos de Secretariado das Instituições públicas, uma vez que não foram encontrados docentes com tal formação nas Faculdade de Tecnologia de Itaquaquecetuba (FATEC Itaquaquecetuba), Faculdade de Tecnologia de Carapicuíba, Faculdade de Tecnologia de São Paulo, Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá, nos Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB).

Também há uma frágil presença de doutores inseridos nos cursos de Secretariado, com 25% (n = 8) dos cursos funcionando, atualmente, com apenas um pesquisador. É importante salientar que, conforme discutido por França e Jonas (2011), assim como o Curso da Universidade Estadual do Maringá, outros também se articulam em torno da contratação de professores substitutos/colaboradores com formação na área para promover o ensino, a produção e aplicação do conhecimento direcionados, a fim de diminuir a dependência de docentes de outras áreas para ministrar as disciplinas específicas.

Embora o cenário seja de fragilidade, é importante considerar o caráter recente e emergente da constituição do Ensino Superior em Secretariado Executivo e do recente despertar em relação a outras áreas mais consolidadas. Sobre isso Cruz e Correia (2021) defenderam as particularidades que produzem o atual cenário do Secretariado no Brasil:

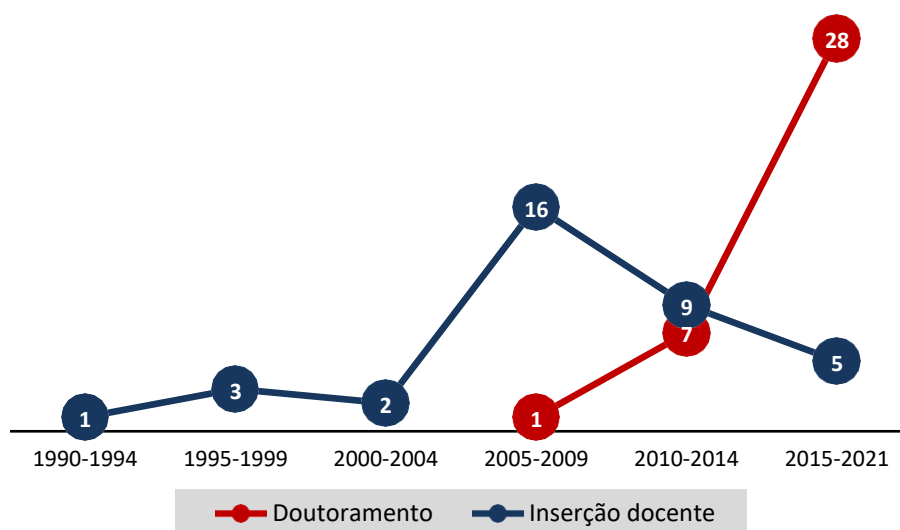
Há que se considerar que o caráter extremamente profissional dos objetivos iniciais desse Campo não produziu incentivos imediatos para que seus atores despertassem o interesse pela carreira acadêmica, pela produção científica, e que as articulações em torno de uma melhor estruturação para sustentar o caráter científico do Campo se intensificassem apenas após as discussões resultantes da Consulta Pública de 2009 (CRUZ; CORREIA, 2021, p. 159).

Assim, o contraponto do cenário posto se apresenta em torno da significativa evolução da área quanto à questão abordada, o que pode ser percebido pela análise cronológica de indicadores descritos nos estudos de Nóbrega e Adelino (2011), Maçaneiro e Kuhl (2013), Souza, Galindo e Martins (2015) e Cruz e Correia (2020), descrita na Seção 4 deste trabalho. A apreciação dos resultados destas pesquisas indica um aparente aumento tanto na formação de novos pesquisadores quanto na inserção destes como docentes nos Cursos de Secretariado Executivo. Este cenário pode sugerir que haverá a continuidade de aumento de tais índices, propelidos pelo movimento de incentivo à consolidação da área como campo de pesquisa.

Para melhor ilustrar este cenário, o Gráfico 5 apresentam a evolução da formação em nível de doutorado dos pesquisadores da área, com base nos docentes que fazem parte do *corpus* desta pesquisa.

Considerando o tempo necessário para a formação de um doutor, optou-se por apresentar os dados a partir de um intervalo de cinco anos, evitando-se os períodos de estagnação quantitativa. Ressalta-se que, para esta construção, não foram considerados os pesquisadores que encerraram a carreira no período anterior à coleta de dados desta pesquisa. Contudo, ainda que possa haver relevante contribuição destes atores para a constituição científica do Secretariado no Brasil, acredita-se que o caráter recente e emergente da formação de pesquisadores na área faz com que a ausência de docentes não ativos no *corpus* não comprometa os resultados desta pesquisa.

Gráfico 5– Evolução da inserção docente em relação ao tempo de doutoramento



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Com base no *corpus* investigado, o início da inserção dos atuais pesquisadores na carreira de Magistério Superior no Curso de Secretariado Executivo ocorreu em 1990, havendo um tímido e equilibrado crescimento até o ano de 2004. O período correspondente entre 2005 e 2009 representou o momento mais significativo das contratações analisadas, tendo registrado o aumento de 44,4% das inserções. Este resultado coincide com o período do investimento do Governo Federal em Políticas Públicas para a o superior, sobretudo o programa de Reestruturação e Expansão das Universidades – REUNI e a ampliação do número de Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, como já haviam justificado Cielo, Schmidt e Wenningkamp (2014). Dessa forma, tais dados podem ser correlacionados tanto à abertura de cinco novos

cursos neste período, de acordo com os dados do sistema e-MEC, quanto às contratações pela necessidade de provimento de cargo para o funcionamento dos cursos em virtude do baixo índice de contratação nos períodos anteriores.

A seleção bem demarcada do *corpus* não permite fazer aferições em relação ao período antecedente. Entretanto, é aparente que o processo de formação dos pesquisadores ocorreu durante o percurso do exercício da carreira docente, tendo em vista que a primeira conclusão de doutorado ocorreu no ano de 2005, período em que 61% dos docentes que constituem o *corpus* já haviam sido inseridos nas respectivas instituições.

É interessante perceber o aumento significativo do número de doutoramento docente entre os anos de 2010-2014 e, principalmente, entre os anos de 2015-2021. Sem desconsiderar o atendimento de requisitos para o cumprimento do plano de carreira presente nas universidades públicas e as políticas de expansão da educação superior supracitadas, acredita-se que, dada as particularidades da área de Secretariado, outros fatores podem ter impelido os docentes a perseguir o título de doutorado nos períodos assinalados: o início das discussões sobre a cientificidade, o questionamento do MEC quanto à autonomia científica do campo em 2009, as consequentes necessidades de se haver docentes com alto nível de formação com habilidades para as atividades de pesquisa e os objetivos estabelecidos pela ABPSEC na criação do seu estatuto, no ano de 2015, de “Estimular as atividades de pós-graduação e pesquisa em Secretariado para responder às necessidades concretas das instituições de ensino superior [...]” (ABPSEC 2015). A relativa estagnação da criação de novos cursos após este período pode ser associada a também relativa redução no número de contratação específicas entre os anos de 2010 e 2021.

Durante e Pontes (2015) afirmam que, para minimizar as lacunas na estrutura social e cognitiva, é preciso inserir os profissionais da área nos espaços da Pós-Graduação *Stricto-Sensu*, com vistas a promover o desenvolvimento de teorias e métodos orientados à área de Secretariado, possibilitando a distinção entre estes e os demais conhecimentos dos quais recebem contribuição. Dessa forma, um ponto importante para a compreensão da estruturação social do Campo investigado que, posteriormente, irá contribuir para o entendimento das demarcações cognitivas, é a verificação das características de formação dos seus pesquisadores, sobretudo considerando o contexto da ausência, até o final desta pesquisa, de Programas de Pós-Graduação *Stricto-Sensu* especializados.

Assim, a Tabela 3 apresenta a distribuição das áreas de Formação *Stricto Sensu* dos pesquisadores investigados, considerando as nomenclaturas dos cursos informadas no

Currículo Lattes dos docentes e as respectivas áreas de avaliação em que os programas estão vinculados, conforme registro na Plataforma Sucupira.

Tabela 3 – Distribuição da formação *Stricto-Sensu* dos pesquisadores

PROGRAMAS	QTD	ÁREA DE AVALIAÇÃO	QTD	%
Administração	11	Administração	11	30,5%
Difusão do Conhecimento	1	Sociais e Humanidades	5	13,8
Integração da América Latina	1			
Justiça Administrativa	1			
Sociedade e Cultura na Amazônia	1			
Tecnologia e Sociedade	1			
Educação	5	Educação	5	13,8%
Estudos da Linguagem	1	Linguística	5	13,8%
Estudos Linguísticos	2			
Linguística	1			
Linguística Aplicada	1			
Desenvolvimento Regional	1	Planejamento Urbano e Regional	5	13,8%
Desenvolvimento Regional e Agronegócio	3			
Desenvolvimento Regional e Urbano	1			
Ciências Sociais	1	Sociologia	3	8,5
Ciências Sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade	1			
Sociologia	1			
Desenvolvimento Sustentável e Trópico Úmido	1	Meio Ambiente e Agrárias	1	3%
Gestão Ambiental	1	Ciências Ambientais	1	3%
TOTAL	36		36	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Alguns traços demarcadores da própria construção do Curso de Graduação em Secretariado, bem como dos debates em torno da construção epistemológicas da área podem ser relacionados às predileções dos pesquisadores que intentam a formação em pesquisa.

Ao visualizar que os pesquisadores recorreram a um total de 19 programas de pós-graduação, avaliados por sete áreas, é possível realizar apontamentos de que a área pode seguir uma tendência interdisciplinar tanto na constituição social quanto cognitiva, como já afirmado por Hoeller (2006) e Durante e Pontes (2015), que atribuem tal característica à diversidade das disciplinas ofertadas no curso de Graduação, ressaltando áreas que aparecem com ocorrência significativa na Tabela 3, como Administração (30,5%), Linguística (13,8%), Educação (13,8%) e Sociologia (8,5%).

É notória a preferência de formação na área da Administração, o que pode estar relacionada com uma possível formação identitária presente nas Diretrizes Curriculares do Curso de Secretariado, estabelecida pela resolução n. 3 de 23 de junho de 2005. Nela pode-se encontrar destaques que demonstram a aproximação da área de Secretariado com a de Administração na construção de um conhecimento aplicado, **como exercício das funções**

gerenciais de planejamento, organização, direção e controle, visão organizacional generalista, habilidades com modelos de gestão, gestão e assessoria administrativa, administração e planejamento estratégico. Destaca-se, também, os reflexos da formação identitária na predileção pela formação *Stricto Sensu* em Linguística, que pode ser atribuída às estreitas relações do Secretariado com as línguas estrangeiras, como percebido no Quadro 23, que aponta a constituição de cursos de Secretariado bilíngues e trilingues.

Deve-se considerar uma investigação que relacione a procura por áreas de conhecimentos transversais ou diferente das demais por estes docentes, de acordo com a oferta de programas de Pós-Graduação das instituições em que estes se encontravam vinculados no período equivalente à formação, indicando escolhas motivadas pela proximidade.

Na perspectiva da formação estrutural a qual este trabalho é orientado, é importante ressaltar que, para além dos aspectos quantitativos dos dados, pretende-se atribuir maior notoriedade às influências que tais áreas de conhecimento exercem na constituição científica do Secretariado ao cederem seus espaços institucionais e seus recursos para a formação de pesquisadores em Secretariado Executivo, tanto no que diz respeito à construção de uma estrutura de funcionamento social quanto na articulação de saberes que possibilite a constituição do que Fourez (1995) considera como a organização mental que é a base de toda as ciências.

Inicialmente, reforça-se a importância que a recepção de profissionais de Secretariado pelos Programas de Pós-Graduação descritos representa para uma área emergente. Percebe-se que o Secretariado vive uma fase de dependência funcional (e natural, dado o contexto) mencionada por Whitley (2000), uma vez que este utiliza não só os espaços institucionais, mas também o corpo teórico de outras áreas para se constituir social e cognitivamente, desde a formação de pesquisadores para sustentar sua estrutura de ensino, quanto para a produção de um conhecimento que possa prover a continuidade da pesquisa e responder à dinâmica do mercado de trabalho em cumprimento ao papel utilitarista da Ciência Atual.

Neste sentido, considerando que a produção de conhecimento de uma área carrega consigo os efeitos de sua organização social (SILVA, 2002), além de se constituir como o mais importante agente de estabelecimento, avaliação e manutenção de qualquer campo científico, é frutífero analisar como a dinâmica da produção científica dos pesquisadores analisados contribuíram para a constituição de um corpo de conhecimento que, em um contexto temporal evolutivo vem delineando as bases que sedimentou o que, atualmente, pode representar as frentes de pesquisa da área.

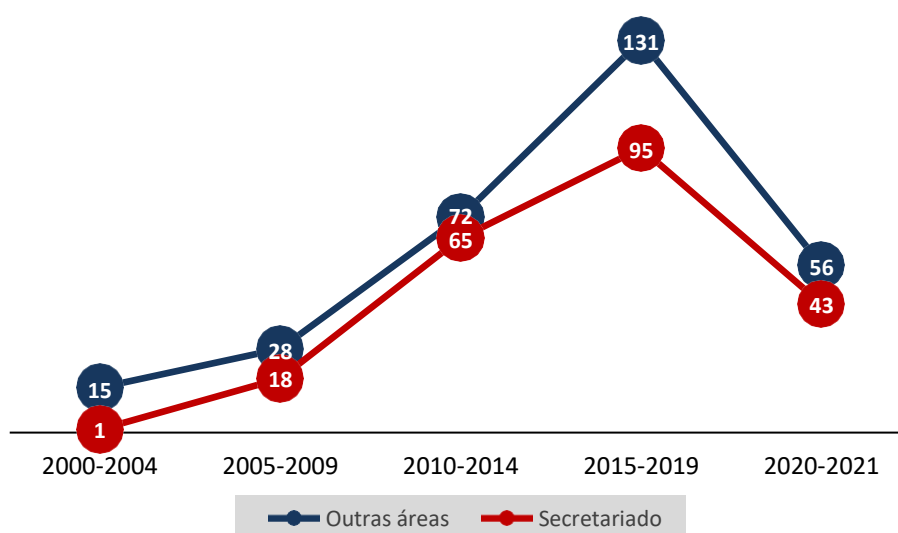
Dessa forma, foi analisada, toda a produção científica formal, considerando-se os artigos científicos publicados em periódicos até o ano de 2021. Dessa forma, verificou-se que, dos 38

pesquisadores que compuseram o *corpus* desta pesquisa, 34 foram produtivos nesta modalidade e de acordo com o recorte temporal selecionado. Neste sentido, inicialmente, foram coletados e analisados um total de 614 registros identificados na Plataforma Lattes e, após a organização, suprimidos os registros replicados em virtude das relações de coautoria. Como resultado revelou-se um total de 524 artigos publicados entre os anos 2000 e 2021.

Em seguida, para melhor elucidar a análise da dinâmica de uma área com características particulares de formação, em virtude da dispersão temática na produção científica percebida durante a fase de pré-análise do material, possivelmente influenciada pela diversidade da formação *Stricto-Sensu* dos pesquisadores - um pressuposto já estabelecido pelos estudos de Maçaneiro e Kuhl (2013) e Cruz e Correia (2018; 2020) -, os artigos foram classificados em duas categorias, conforme critérios descritos na seção 6 deste trabalho: 1) temáticas específicas do Secretariado e 2) temáticas relacionadas às outras áreas. Tal classificação resultou em 222 (42,3%) artigos classificados na primeira categoria e 302 (57,7%) na segunda.

O Gráfico 6 apresenta o comportamento temporal das publicações analisadas, consoante ambas as categorias.

Gráfico 6 – Comportamento temporal da produção científica



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Considerando as oscilações quantitativas em relação ao tempo, em virtude da fase inicial de estruturação científica social, representada pelos primeiros anos (ver Gráfico 5), optou-se por apresentar a evolução quantitativa considerando o intervalo de 5 anos, pelo processo de acumulação, o que simulou a dinâmica de produção do conhecimento da área de forma mais coerente com as particularidades. Destaca-se também as percepções que emergiram no decorrer

da coleta e da análise de dados que podem explicar algumas oscilações em caso de uma análise anual mais detalhada, relacionadas às particularidades para além da academia, que os padrões bibliométricos e os argumentos científicos não seriam suficientes para explicar, mas que se tornam acentuados quando se investiga uma comunidade científica conhecida.

Os resultados apontados não sugerem que outros agentes não presentes, que desenvolveram outros produtos científicos, veiculados por outros canais, não sejam capazes de contribuir com a formação conceitual da área gerando reflexões sobre possíveis problemas investigativos. Mas acredita-se que a produção formal representada pela publicação periódica reflete não apenas o estado de constituição interna e autônoma da comunidade científica, como também é capaz de denotar como o campo tem sido institucionalmente apresentado frente aos órgãos que legitimam e incentivam as atividades de pesquisa no Brasil.

Percebe-se que os primeiros produtos de pesquisa publicados em veículos formais de comunicação científica foram registrados a partir dos anos 2000. Isso não significa que não houve compartilhamento de informações científicas por parte dos pesquisadores investigados no período anterior por meio de outros veículos de comunicação. Um estudo publicado por Cruz e Correia (2021), com base no mesmo corpus de pesquisadores, revelou que os primeiros registros de comunicação científica informal, considerando anais de eventos científico, ocorreu a partir de 1997.

O tímido registro de produção científica formal entre os anos 2000 e 2004 pode ser considerado natural, tendo em vista que até o ano de 2004 havia 7 (19,4%) dos docentes investigados inseridos em instituição de ensino superior como docentes, o que restringe o *corpus* pesquisado. Além disso, até o ano referido ainda não havia docente pós-graduado em nível de doutorado, o que pode ser relacionado com o aumento da produtividade em virtude da construção de pesquisas sólidas que ocorrem neste nível de formação.

A inserção de mais 16 (44%) (Gráfico 4) docentes entre os anos de 2005 e 2009 pode ter incentivado a produtividade dos atores investigados em razão de ações de parcerias e colaboração. Vale ressaltar que, embora a busca pela cientificidade da área não tenha representado ampla notoriedade no relativo momento, manifestações de cientificidade já haviam sido despontadas, tendo em vista a instituição de quatro grupos de pesquisa em Secretariado entre os anos 2000 e 2009 além da criação de três periódicos científicos especializados, o que pode ter intensificado a produção científica dos pesquisadores analisados, sobretudo uma produção orientada às temáticas específicas do campo, que também passaram a ganhar notoriedade neste período conforme Gráfico 6.

O período correspondente entre os anos de 2010 e 2019 apontou um aumento vertiginoso da produção científica formal da área que pode ser correlacionado ao natural acompanhamento do aumento dos pesquisadores inseridos na carreira pública de magistério superior (14 inserções), ao aumento da formação destes em nível de doutorado (21 formações), e a intensificação da movimentação da área como um todo em busca da sedimentação científica, impelida pelas negociações com o MEC no período pós consulta pública, que fez com que a área se compromettesse a aumentar o número de produção científica para fins de manutenção e reconhecimento. Tudo isso materializado pelos incentivos da ABPSEC de promover a produção e a comunicação de trabalhos científicos atendendo às exigências feita pelo MEC no ano de 2009 (ver Seção 4).

O intervalo menor representado pelo agrupamento do último período analisado (2020-2021) pode justificar o aparente declínio da produção. Entretanto é importante considerar a realização de um estudo que analise as consequências da crise sanitária em decorrência da pandemia da COVID-19 na produtividade destes pesquisadores, sobretudo por se tratar de uma área constituída, predominantemente, por mulheres (de acordo com os dados desta pesquisa, corresponde a 94,5% do *corpus* investigado), correlacionando com as construções sociais que envolvem a dinâmica da mulher na sociedade.

Um estudo realizado por Rangel, Roza, Schirmer, Castro e Boin (2021), apontou a preocupação da comunidade científica em relação à desproporcionalidade em que a recente pandemia afetou a produtividade científica das mulheres em relação à masculina. Os fundamentos que conduzem as discussões dos autores levam a crer que as mulheres que exerceram a carreira acadêmico-científica, durante o período pandêmico [...] tiveram que se dedicar menos ao trabalho profissional, revisaram menos artigos, participaram menos da submissão de projetos e submeteram menos artigos científicos como primeiras autoras durante a pandemia, em relação ao mesmo período anterior[...] (p. 59).

Além disso, considerando que muitos trabalhos publicados em veículos formais de comunicação científica são derivados de projetos de pesquisa, há a aparente dificuldade que os pesquisadores da área de Secretariado enfrentam para conseguir financiamento, em virtude da ausência de um Comitê de Assessoramento que represente à área junto aos órgãos de fomento à pesquisa, somada à reorientação das chamadas públicas de financiamento à resolução dos problemas emergentes causados pela pandemia da COVID-19, reflexos dos novos critérios utilitários que movimentam a ciência atual.

É importante ressaltar que os primeiros trabalhos referentes à categoria 1 foram publicados em 2004. Contudo, nota-se que, ao passo que as pesquisas especializadas evoluem

em números, as pesquisas cujas temáticas são orientadas às outras áreas acompanham o mesmo movimento e se mantêm predominantes desde o ponto inicial. O fato de haver, gradativamente, mais pesquisadores sendo formados por diferentes programas de pós-graduação aumenta a aptidão cognitiva destes frente à produção de conhecimento formal. Por outro, lado reflete a pressão institucional dos programas de pós-graduação que conduzem as produções bibliográficas dos seus docentes e discentes pelas áreas de concentração e linhas de pesquisas pré-estabelecidas. Estudos realizados por Maçaneiro e Kuhl (2013) já assinalavam que ao tempo em que o nível de formação dos pesquisadores do Campo do Secretariado se eleva, proporcionalmente, aumenta-se a influência do corpo teórico-metodológico das outras áreas na construção da produção bibliográfica destes.

É importante ressaltar que o crescimento da produção científica orientado às temáticas especializadas representa um movimento de evolução conceitual em busca de uma identidade autônoma, uma vez que, como afirmou Bunge (1980) é imperativo que um campo de pesquisa estabeleça traços demarcadores entre o escopo dos outros campos de pesquisa e o próprio.

Dessa forma, considerando que, para Bunge (1980), a ciência é um conjunto de **ideias** e **ações** que se formam por processo e que, naturalmente, um sistema cognitivo nasce em consonância com o sistema social (ou vice-versa), para além da evolução quantitativa, foi importante descrever como o movimento de aumento de produção científica formal decorrente das características da estruturação social aqui descrita, pode ter contribuído substancialmente, para o processo de estruturação cognitiva da área, indicando as direções de estabelecimento de um corpo de conhecimento próprio.

Para tanto, optou-se por examinar os 222 trabalhos cujas temáticas estão orientadas ao Secretariado (categoria 1), na delimitação temporal de 2004-2021, tendo as palavras-chave como unidade de análise, nas quais foi realizada uma análise de coocorrência (indicadores de coocorrência ou relacionais) considerando o intervalo de 5 anos para melhor verificar o processo evolutivo. Durante a coleta, não foram recuperados os arquivos e metadados de registros de 6 artigos, distribuídos entre os anos de 2005, 2008, 2008, 2011, 2015 e 2019. Também houve a ocorrência de quatro artigos sem registros de palavras-chave, referente aos anos de 2005, 2016, 2020 e 2021.

Dessa forma, foram analisadas as palavras-Chave de 212 artigos, em um total de 637 palavras-chave. Após a supressão de palavras-chave replicadas, o *corpus* foi delimitado a 395 palavras únicas. A Tabela 4 apresenta a distribuição de palavras-chave por período investigado, considerando a contagem completa e a contagem de palavras minerada.

Tabela 4 – dados da análise de coocorrência de palavras-chave

PERÍODO	N. DE ARTIGOS	TOTAL DE PALAVRAS-CHAVE	PALAVRAS-CHAVE MINERADAS	%
2004-2008	12	31	24	6,0%%
2009-2013	46	128	77	19,4
2014-2018	105	311	170	43,0%
2019-2021	49	167	124	31,3%
TOTAL.	212	637	395	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

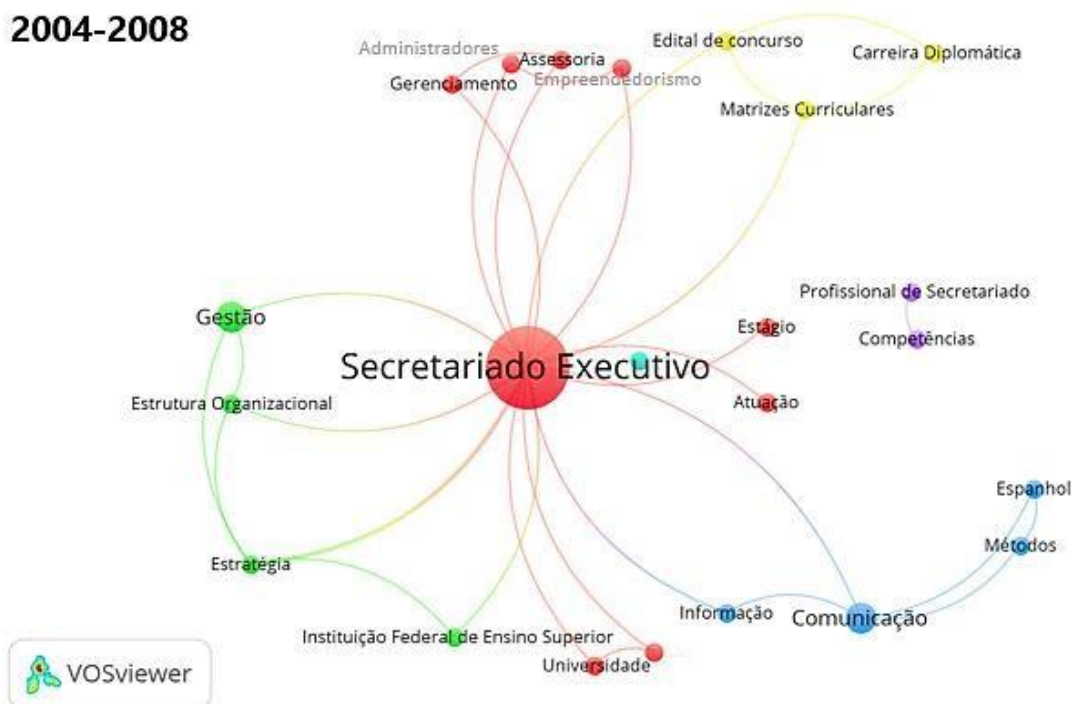
As Figuras 6, 7, 8 e 9 apresentam a dinâmica destas palavras conforme os períodos analisados, a partir da clusterização por grafos, que apresentam não apenas o grau de ocorrência dos objetos (palavras-chave, neste caso), proporcional ao tamanho dos nós/vértices (esferas), mas também o grau de conectividade (interações) entre os objetos representado pela espessura das arestas (linhas) e pela similitude das cores.

As cores que representam os diferentes agrupamentos foram automaticamente calculadas de acordo com os padrões encontrados pela modularidade do *Software* utilizado para analisar os dados (VOSViewer), gerando uma classificação natural por aproximação e afastamento. O grafo também pode sugerir uma centralidade de objeto(s), que é proporcional ao número de conectividade que ele realiza com os demais objetos que compõem os clusters. Ressalta-se que, por limitação computacional, palavras que representam índice mínimo de ocorrência com baixo ou nenhum grau de conectividade com o núcleo e com outros agrupamentos, podem não estar sendo visualizadas nos grafos.

Nota-se que o número de palavras-chave apresentado na Tabela 4 deriva da evolução quantitativa da constituição social que percorreu os períodos investigados. O ponto comum na análise dos quatro períodos investigados é o destaque para a palavra-chave Secretariado Executivo que, embora nem sempre represente a centralidade das interações, figurou como o termo mais utilizado em todos os períodos analisados, com 125 (19,6%) ocorrências no decorrer dos 19 anos analisados, sendo 8 (33,3%) entre 2004-2008, 34 (44,1%), entre 2009-2013, 69 (40,5%) entre 2014-2018 e 19 (15,3%) entre 2019-2021. Tal predominância é resultado do *corpus* bem demarcado para a realização desta análise, que consiste nos trabalhos classificados na categoria 1.

O primeiro período analisado (Figura 7), por representar o de menor produção em virtude do também menor quantitativo de docentes investigados, é constituído por uma centralidade bem demarcada pelo termo Secretariado Executivo, que, por sua vez, estabelece relações com todos os clusters desenvolvidos. Com exceção do termo Secretariado Executivo, todos apresentaram 2 ou menos ocorrências na matriz de análise.

Figura 7 – Processo de constituição cognitiva do Secretariado (2004-2008)



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Naquele momento, havia um equilíbrio nas relações, não denotando predominância de temáticas específicas em suas interações com o Secretariado, assim como não há indicações de significativos graus de atratividade com o núcleo que possa demonstrar a formação de áreas de maior interesse ou frentes de pesquisa.

Ainda que também não haja estabelecimento de fortes laços e ocorrências nucleares no segundo período (2009-2013), este demonstrou a ampliação dos interesses temáticos, representados pela formação de clusters que apontam estudos que relacionam o Secretariado às questões de gênero e identidade na profissão, constituídos pelos termos **representações sociais**, **secretárias**, **mulher** e **estereótipos** (vértices lilás); os primeiros indícios de preocupação com a constituição científica da área, representados pelos termos, **ciência**, **epistemologia**, **práxis** (vértice verde escuro) – estudos que discutem a formação do Secretariado como ciência cujos objetivos são reflexos de sua práxis –, além da palavra **pesquisa**, correlacionada com os **termos metodologia** e **motivação** (vértices amarelos) – estudos que discutem a motivação para a realização de pesquisas em Secretariado e as metodologias utilizadas para a construção da pesquisa na área –; estudos que demonstram interesse pela atuação profissional e mercado de trabalho, representados pelo termo **Mercado de trabalho**, correlacionado com **competências** e **relacionamento interpessoal**, conforme representação na Figura 8.

Figura 8 – Processo de Constituição cognitiva do Secretariado (2009-2013)



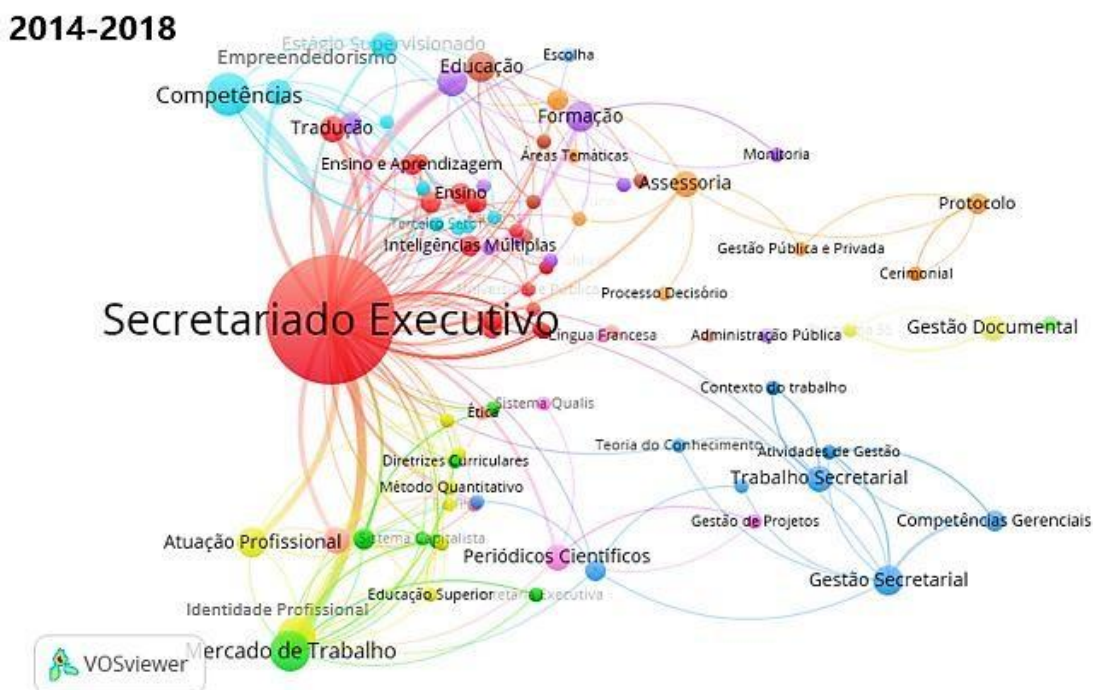
Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Ainda há a formação de pequenos agrupamentos com maior proximidade ao núcleo (Secretariado Executivo). Porém, com quantidade mínima de ocorrências, representados por palavras-chave **Educação**, **Estratégias de Ensino**, **Formação**, **Grade Curricular**, **Experiência Extraclasse**, **Egressos** (vértices cinzas), indicando interesse pela formação acadêmica como principal sustentador da constituição científica; **conflitos organizacionais** e **resiliência** (vértices lilás claro), indicando interesse pelos aspectos emocionais da atuação profissional.

Nota-se, também, indícios do interesse pela sedimentação da Gestão Secretarial como domínio do Secretariado, a partir de estudos que iniciam a tentativa de delinear os fundamentos teóricos da Gestão Secretarial, correlacionados com estudos que verificam as competências gerenciais desenvolvidas no desempenho da práxis profissional. Tal interesse pode ser visualizado pelo cluster com vértices em azul claro, constituídos pelas palavras-chave **Competências Gerenciais** e **Gestão Secretarial**.

É interessante perceber a dinâmica evolutiva apresentada na Figura 9 que, além de apresentar novas temáticas de pesquisa, demonstra as continuidades temáticas que direcionam as pesquisas em Secretariado para os aspectos da Gestão.

Figura 9 – Processo de constituição cognitiva do Secretariado (2014-2018)



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Assim, na Figura 9, nota-se a continuidade destes estudos, a exemplo das pesquisas intituladas *Gestão Secretarial: delineando atividades, funções e competências gerenciais* (2015); *O que se compreende por gestão secretarial: percepção de uma amostra de discentes de secretariado executivo* (2016); e *A gestão secretarial como proposta teórica: elaborando o estado da questão* (2018), além de outros estudos mais periféricos no contexto das competências gerenciais, mas que intencionam relacionar a prática profissional com os fundamentos da Gestão Secretarial. Uma análise mais completa nos dados coletados, incluindo a autoria como variável, indica que os estudos citados foram desenvolvidos pelas mesmas autoras, de uma mesma instituição

Este período (2014-2018) é considerado o mais expressivo em produção, conforme Tabela 4, em decorrência do significativo aumento de números de docentes inseridos no *corpus* (gráfico 4), portanto, com maior quantitativo de palavras-chave.

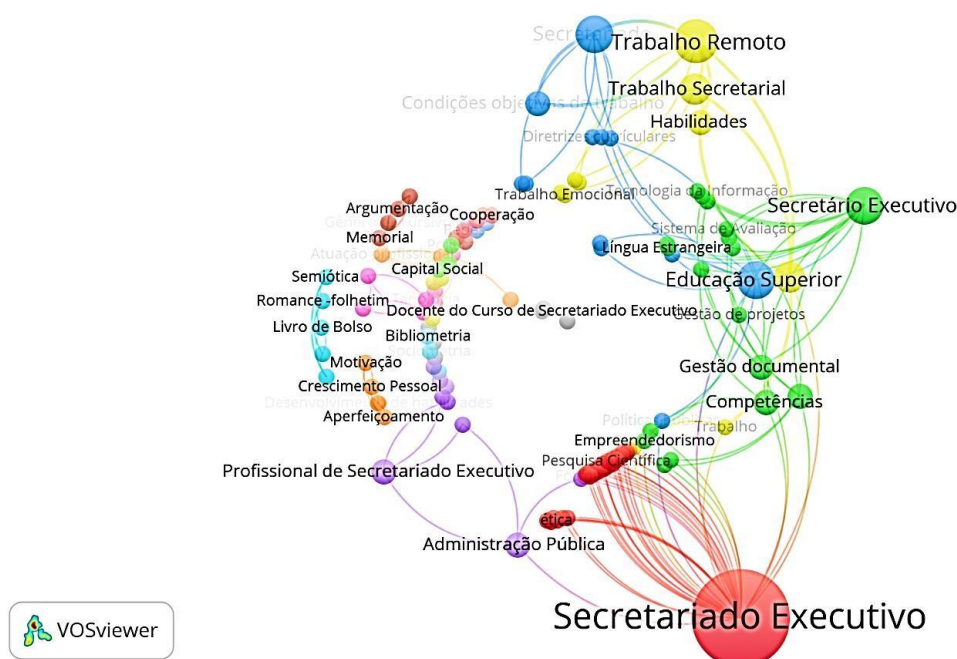
Dessa forma, a Figura 9 demonstra a continuidade da ampliação do número de pesquisas e dos interesses dos pesquisadores a partir da ampliação das relações realizadas entre palavras já presentes no período anterior e novas palavras, a exemplo da continuidade dos estudos sobre assessoria, relacionada a outros espaços de atuação profissional e às atividades que a permeiam, o que é demonstrado pela relação entre a palavra **Assessoria** com o termo **Gestão Pública e Privada**, **Protocolo**, e **Tomada Processo Decisório**; a continuidade dos estudos sobre

competências para além das competências gerenciais dos profissional de Secretariado, ampliando-as para a perspectiva das competências empreendedoras e formação de competências, representados pelas palavras-chave **Competências**, correlacionada com **Empreendedorismo** e **Estágio Supervisionado**; o despontar de estudos relacionados às Línguas estrangeiras, tanto no contexto da atuação profissional quanto da formação acadêmica, representado pela palavra-chave **Tradução**, correlacionada com as palavras **Ensino** e **Ensino e aprendizagem**, e pala palavra **Língua Francesa**, correlacionada com a palavra Administração Pública.

Nota-se, também, graus de conectividade mais acentuados em relação aos períodos anteriores, entre os Termos Secretariado Executivo e Mercado de Trabalho (8 relações); Identidade profissional (4 relações); Matrizes Curriculares (4 relações); e Competências (4 Relações).

Por fim, o último período analisado (2019-2021), verificado na Figura 10, embora a investigação aponte movimento de evolução na produtividade, caracterizou-se pela inferior expressividade em números de artigos publicados em relação ao anterior. Sobre isso, deve-se considerar o menor intervalo de análise (três anos), bem como o período pandêmico (COVID-19), cujos períodos de 2020 e 2021 foram os mais críticos e afetaram, significativamente, a produtividade acadêmica (MOURA; CRUZ, 2020), sendo mais proeminente em áreas cujas pesquisas são realizadas, majoritariamente, por mulheres, como anteriormente discutido.

Figura 10 – Processo de constituição cognitiva do Secretariado (2019-2021)



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

Em linhas gerais, nota-se que, assim como no período anterior, este (Figura 10) também é caracterizado por um deslocamento do termo **Secretariado Executivo** da posição de centralidade e pela formação de clusters isolados, o que indica uma menor ocorrência (proporcional ao número total de palavras) de utilização do termo, correlacionado com outras palavras nos artigos analisados. Contudo, deve-se considerar a utilização de termos semanticamente equivalentes (neste contexto), como **Secretário Executivo**, **Secretária Executiva**, **Secretariado**, **Profissional de Secretariado**, **Trabalho Secretarial** e outros que tipificam a pesquisa na área.

A Figura 10 também demonstra maior dispersão entre as palavras-chaves, tendo em vista a proporção entre o total de palavras-chave e os itens minerados, bem como pela formação de agrupamentos e correlações constituídos por 53 palavras únicas que não estão aparentes nos Grafos em virtude da modulação automática do *software* de análise.

Nota-se, a ocorrência significativa do termo **Educação Superior** (quatro ocorrências), correlacionado com **Secretariado**, **Docência**, **Didática**, **Monografia**, **Pesquisa** e **Língua Estrangeira**, demonstrando a ocorrência de trabalhos orientados às problemáticas da formação acadêmica na área, no contexto do ensino, da pesquisa e de áreas específicas. Além disso, destaca-se o termo **Trabalho Remoto** (cinco ocorrências), correlacionado a **COVID-19** (quatro ocorrências), e **Habilidades** (2 ocorrências), demonstrando o surgimento de investigações que acompanham a adaptação do trabalho secretarial a partir do novo cenário. O despontar destes estudos acompanha a fluidez dos objetos de pesquisa que fazem parte da formação cognitiva da área em virtude das mudanças contextuais, como discutem Bunge (1980) e Whitley (1974).

Dessa forma, percebe-se que, embora os resultados representados pelas Figuras 7, 8, 9 e 10 não sejam determinantes, visto que a análise de palavras-chave foi apresentada de maneira processual e fragmentada, podem estar constituindo as bases para apontamentos de formação de núcleos de frentes de pesquisa futuras, se analisada pelo processo de acumulação do conhecimento. Neste sentido, retoma-se o já afirmado por Thomson (2018), influenciado pelas ideias de Pierre de Bourdieu: é importante que se tenha uma compreensão sincrônica e estática de um campo de pesquisa, mas também é importante entender as suas movimentações diacrônicas e como ele dinamiza as estratégias de formação durante a sua trajetória.

O modo de análise revelou uma estruturação cognitiva cujo movimento tem sido concomitante às fases da sua estruturação social: de uma produção científica constituída por um corpo de conhecimento reduzido e com relações conceituais simplificadas, pouco robusto para indicar a formação de domínios científicos próprios, a uma produção que avança em números e em complexidade relacional, que, ainda que transitoriamente dispersas, pode indicar

formação frentes de pesquisa a partir da sua totalidade. Tal cenário pode estar refletindo a tentativa consciente de pesquisadores de encontrar pontos de convergência entre seus interesses de pesquisa (motivados pelos conhecimentos apreendidos durante a formação *Stricto-Sensu*) e o campo do Secretariado, em busca de uma constituição cognitiva ativa.

7.2 DA FORMAÇÃO DE UM NÚCLEO DE AGENTES INTELECTUAIS PARA O ESTABELECIMENTO DE FRENTES DE PESQUISA

Para iniciar esta subseção e dar continuidade ao alcance do segundo objetivo específico proposto e diante das configurações cognitivas preliminares apresentadas pelas Figuras 7, 8, 9, 10 e 11, destaca-se a afirmação feita por Whitley (1974, P. 76): “é improvável que uma vez que um ‘dogma central’ tenha emergido – mesmo que fortuitamente – uma estrutura social para assegurar a sua continuidade e aplicação não surja”. Dessa forma, como continuidade, é importante analisar a área com base nos padrões de comportamento da ciência ou de um campo de pesquisa, sobretudo sob uma perspectiva sociológica abordada pelos precursores dos estudos métricos da informação científica.

Neste sentido, leis como as de Lotka (1926) e de Price (1963), relacionadas à produtividade dos autores em função da formação de núcleos de influência, sugerem que, por padrão, cada campo do conhecimento é constituído por um núcleo intelectual, composto por um número reduzido de pesquisadores que são responsáveis por produzir a maior parte do conhecimento da área. Eles podem ser considerados os maiores detentores de prestígio e capital intelectual de um campo, o que o torna capazes de estabelecer as frentes de pesquisa e ditar os paradigmas que podem orientar as pesquisas da área.

Neste sentido, tendo o Secretariado como um campo científico, ainda que em formação frente aos que Lyotard (2009) chamou de legisladores, buscou-se, aqui, identificar o grupo de mais expressiva contribuição que pode estar conduzindo, majoritariamente, a formação cognitiva do Secretariado Executivo. Para tal construção, considerou-se toda a produção científica formal dos pesquisadores investigados (2000-2021), ou seja, os 524 registros únicos que compuseram o *corpus* desta pesquisa.

Para uma análise inicial, a fim de analisar o *corpus* sob a ótica de um padrão pré-estabelecido, aplicou-se a Lei do Elitismo, ou Teoria da Raiz Quadrada, na qual Price (1963) sugere que a elite produtiva de um Campo Científico consiste na raiz quadrada do total de pesquisadores produtores de conhecimento, sendo ela responsável por, no mínimo, metade do total da produção dentro de um determinado período.

Dessa forma, sendo a $\sqrt{34} = 5,8$, foram revelados, por aproximação, os seis produtores melhores ranqueados no recorte temporal indicado: MARTINS, C. M., com 14,1% (n=74) da produção; SCHMIDT, C. M., com 12,7% (n=62); ANGNES, J. S., com 7,8% (n=41); BARROS, C. M. P., com 7,6% (n=40); CIELO, I. D., com 7,4% (n=39); e BAETA, O. V., com 7,0% (n=37). Considerando a contagem completa (URBIZAGASTEGUI, 2009), em virtude das relações de coautoria, os pesquisadores correspondem ao postulado por Price (1963) e são responsáveis por 55,9% da produção total dos atores investigados nesta pesquisa.

Salienta-se que a destacada influência destes não é mensurada apenas pela elevada produtividade, uma vez que a própria produtividade já é resultado da acentuada participação em atividades de pesquisa desenvolvida por eles. As quatro primeiras pesquisadoras possuem experiência em Programas de Pós-Graduação como docente e como Líderes de Grupos de Pesquisa. Além disso, todos possuem experiência da participação em Projetos de Pesquisa institucionalizados na qualidade de coordenadores.

A apresentação deste resultado é fundamental para a compreensão social da área e as suas influências na estruturação cognitiva relativo ao contexto institucional. É imperativo atribuir crédito aos agentes destacados e reconhecer o protagonismo destes na fase atual, em que é necessário sustentar o desenvolvimento do Secretariado Executivo como campo de pesquisa. Aqui, atribui-se a estes a maior aculturação, em relação aos demais, ao *habitus* (BOURDIEU, 2007; 2009) que configura o sistema de recompensa meritocrático da Ciência Atual, o que os torna dotados de atributos para acumular e transferir capital científico e, conseqüentemente, contribuir para o fortalecimento do sistema social e cognitivo da área frente aos órgãos de fomento à pesquisa.

Por outro lado, para compreender a formação conceitual da área em uma perspectiva transitória e processual de formação, é importante ponderar as particularidades atuais de um campo em ascensão, cuja capacidade de representação frente aos órgãos de fomento à pesquisa ainda não é tão notável em relação a áreas mais estabelecidas, mas que perseguem as demandas de constituição interna.

Dessa forma, ressalta-se o já advertido por Viotti (2003) no que diz respeito à elaboração de indicadores bibliométricos: os componentes atividades científicas (e tecnológicas) apresentam diferentes dinâmicas no interior de cada comunidade científica, no que se refere à quesitos dos componentes estruturais, o que pode provocar entraves quando há a tentativa de atribuição de padrões rígidos.

Evoca-se, também, as reflexões de Kobashi e Santos (2006) quando o assunto é a utilização de padrões bibliométricos em estudos sobre institucionalização científica. Os autores

orientam sobre a necessidade de se redefinir os pressupostos estabelecidos por estes padrões, analisando as especificidades de cada área, o que deve ser precedido pelo conhecimento profundo das características e dos hábitos que dinamizam o interior de uma comunidade científica.

Por fim, recorre-se aos argumentos do Manifesto de Leidem, em que a aplicação de uma bibliometria contextualizada, que considere a complexidade e diversidade da produção científica e seu comportamento mediante as diferenças históricas, culturais, sociais e, sobretudo o memento evolutivo de cada área do conhecimento. Assim para esta construção foram estabelecidos critérios para além das Leis bibliométricas já estabelecidas.

Dessa forma, embora a ilustração sobre a formação de uma elite intelectual seja necessária para atender demandas externas, em virtude da independência dependente que legisla a dinâmica da Ciência Atual (BOURDIEU, 2004), para a definição dos agentes de pesquisa que estão influenciando mais intensamente a formação cognitiva da área em seu contexto interno, foram adotadas estratégias baseadas em dois antecedentes: número menos expressivo de pesquisadores em relação a outras áreas e as características heterogêneas da produção científica em virtude da diversidade de formação *Stricto-Sensu* dos pesquisadores.

Assim, para sugerir os agentes mais nucleares foram utilizadas três estratégias: 1) utilização da produção científica classificada na categoria 1 (trabalhos orientados às temáticas secretariais); 2) seleção dos pesquisadores que publicaram a partir de cinco trabalhos no recorte temporal analisado e; 3) verificação dos agentes colaboradores em virtude das relações de coautoria.

Como resultado, foram identificados 22 pesquisadores que atenderam os requisitos estabelecidos, responsáveis pela publicação de 204 trabalhos. Para melhor compreensão da construção deste *corpus* em relação ao *corpus* inicial (38), foram suprimidos do corpus 2 pesquisadores sem produção na modalidade analisada, 8 pesquisadores sem produção de trabalhos orientados à categoria 1 e 6 pesquisadores que não atenderam ao critério de produtividade estabelecido. A Tabela 5 apresenta, em forma de *ranking*, os pesquisadores selecionados de acordo com o número e o percentual de publicações.

Tabela 5 – Ranking de produtividade dos pesquisadores selecionados

PESQUISADORES	PUBLICAÇÕES	%
MARTINS, C. B.	33	14,8%
BARROS, C. M. P.	33	14,8%
SILVA, J. S.	22	10,0%
CIELO, I. D.	20	9,0%

SCHMIDT, C. M.	17	7,6%
VELOSO, F. R.	13	5,8%
ZUIM, D. C.	12	5,4%
SABINO, R. F.	11	5%
CANTAROTTI, A. C.	10	4,5%
REIS, A. C. G.	10	4,5%
BAETA, O. V.	9	4,0%
MÜLLER, R.	9	4,0%
ANGNES, J. S.	8	3,6%
VIGORENA, D. A. L.	7	3,1%
WENNINGKAMP, K. R.	7	3,1%
BATTISTI, P. S. S.	7	3,1%
ADELINO, F. J. S.	6	2,7%
SOUZA, K. F.	6	2,7%
CAMARGO, M. C.	6	2,7%
SOUZA, R. B.	6	2,7%
BILERT, V. S. S.	6	2,7%
MAIA, F. L.	5	2,2%

Fonte: dados da pesquisa

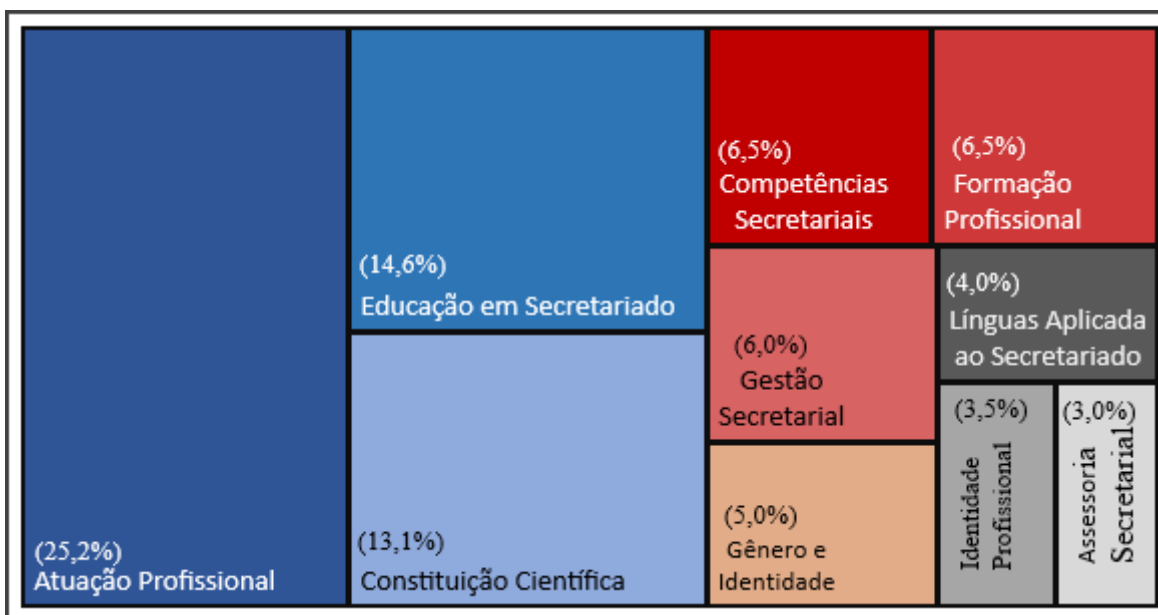
Ao priorizar os trabalhos da categoria 1 para a realização da análise, nota-se a diferença entre a ordem dos primeiros autores no *ranking* em relação à ordem estabelecida a partir da totalidade dos trabalhos. Contudo, há a permanência de quatro autores figurando entre os seis primeiros: MARTINS, C. B., BARROS, C. M. P., CIELO, I. D. e SCHMIDT, C. M.

A pesquisadora MARTINS, C. B. permaneceu figurando como a mais produtiva nesta classificação. Destaca-se que, considerando o padrão de núcleo produtivo, as seis primeiras pesquisadoras foram responsáveis pela produção de 62% dos trabalhos nesta categoria.

Foram excluídos os 6 trabalhos não recuperados, resultando em um total de 198 trabalhos para a construção da análise temática. Com base neste total, para uma melhor identificação das frentes temáticas que têm contribuído com o processo de sedimentação cognitiva do Secretariado Executivo, em busca de um objeto autônomo construído por domínios de pesquisa, foi realizada uma categorização temática, utilizando os títulos, resumos e palavras-chave como unidade de análise nos artigos. O resultado da categorização está representado pela Gráfico 7, considerando as categorias que totalizaram mínimo de 5 ocorrências.

O Gráfico 7 demonstra que a formação cognitiva da área pode ser classificada em três conjuntos a partir do número de ocorrência destacado. O primeiro, apresenta um núcleo constituídos por três temáticas que, em totalidade, representa 53% (n = 105) das publicações analisadas: Atuação Secretarial, Educação em Secretariado e Constituição Científica.

Gráfico 7– Resultado da análise temática



Fonte: Dados da Pesquisa (2023).

O segundo, constituído por quatro temáticas com um número significativo de ocorrências, porém menos explorado em relação aos três primeiros, que representam 24% ($n = 48$) das produções: Competências Secretariais, Formação Profissional, Gestão Secretarial e Gênero e Identidade na profissão. O terceiro conjunto, constituídos por temáticas menos exploradas, representando 10,5% ($n=21$) das produções: Línguas Aplicadas ao Secretariado, Identidade Profissional e Assessoria Secretarial.

A temática Atuação Profissional protagonizou 25,2% ($n=50$) das publicações. O quantitativo elevado revela o que já foi teoricamente afirmado por Silva, Barros e Sousa (2010), Barros e Souza (2014) e Souza e Galvão (2016) sobre a influência das práticas profissionais na produção científica do Secretariado. As autoras defendem que tanto a formação do pesquisador quanto a produção de conhecimento acaba sendo reflexo do paradigma inicial da área e que a articulação dos saberes práticos e teóricos podem conduzir as pesquisas pelo caminho da construção empírica de conhecimento. Temáticas menos abordadas, como Competências Secretariais (6,5%), Formação Profissional (6,5%) e Gestão Secretarial (6%), também podem, quando somados aos aspectos da atuação, reforçar tal pressuposto.

Os trabalhos da categoria Atuação Secretarial abordaram os aspectos da atuação profissional em diferentes perspectivas, sendo as mais representativas: **áreas de atuação do profissional de Secretariado**, com 28% ($n = 13$) de ocorrências de trabalhos nesta categoria; **formas de atuação profissional**, com 18,0% ($n = 9$); **estudos de experiências profissionais** e

aspectos emocionais da atuação profissional, ambos com 8,0% (n = 4) das ocorrências; e **Tecnologia em Secretariado**, com 6,0% (n = 3) das ocorrências.

A segunda temática, Educação em Secretariado, constituiu 14,6% (n = 29) e pode representar a preocupação atual dos pesquisadores tanto em fortalecer as bases práticas quanto científicas, tendo em vista a já mencionada importância do ensino universitário para a sedimentação científica de qualquer área. As abordagens mais identificadas nestes trabalhos foram **formação acadêmica**, com 20,6% (n = 6) das ocorrências nesta categoria; **docência em Secretariado**, com 17,2% (n = 5); **práticas de ensino e ensino e aprendizagem**, ambas com 10,3% (n = 3)

A terceira temática com maior ocorrência, Constituição Científica, corresponde a 13,2% (n = 26) dos trabalhos investigados. Esta frente de atuação pode estar sendo reflexo do reconhecimento dos pesquisadores sobre a necessidade de abordar os aspectos científicos pós questionamento do MEC e atendendo aos objetivos consensualmente estabelecidos pela área por meio da ABPSEC. Como afirmou Cruz (2018) o aumento deste tipo de discussão representa um redirecionamento da área em uma tentativa de atender tanto as demandas profissionais quanto epistêmicas.

As abordagens mais significativas desta categoria foram **produção de conhecimento científico em Secretariado**, com 39,1% (n = 9) das ocorrências; **estrutura do campo científico do Secretariado**, com 23% (n = 6); **desenvolvimento científico e cooperação científica em secretariado**, ambas com 11,5% (n = 3).

Outras temáticas com índice inferior a 5 ocorrências, não registrados na Figura 10, mas com potencial para fazer emergir sólidas frentes de pesquisas futuras, em virtude das repercussões dos estudos e dos agentes envolvidos, conforme percebido em espaços informais de comunicação científica, que não podem ser mensurados, também figuraram o resultado das análises: Desenvolvimento E Sustentabilidade Socioambiental e Mercado de trabalhos, ambas com 4 ocorrências (2%); Consultoria Secretarial e Sociologia do Trabalho Secretarial, ambas com 1,5% das ocorrências (n = 3); Empreendedorismo Secretarial, Evolução da Profissão, Institucionalização Profissional, ambas com duas ocorrências (1%) e outras temáticas com ocorrência única (seis).

A totalidade apresentada, tanto a partir dos estudos das palavras-chave, quanto da análise temática pode não estar refletindo a composição sólida de domínios científicos do Campo, tendo em vista as suas características generalistas, em maioria, mas correspondendo ao desenvolvimento de pesquisas que atendem as demandas urgentes e emergentes a partir de temas que criem condições para a sedimentação da área como campo de pesquisa.

Da mesma forma em que os pesquisadores mais produtivos foram definidos a partir do critério descrito (cinco ocorrências), considerou-se pertinente verificar as ações de colaboração que permearam a construção do conhecimento analisado, utilizando-se os mesmos critérios, a partir da identificação dos autores/coautores que não fazem parte do *corpus* inicial, mas que estão significativamente presentes nas produções analisadas, atribuindo, assim, o crédito não só quantitativo, mas qualitativo aos aspectos de contribuição à formação do Secretariado.

Dessa forma, a partir de uma análise de autoria/coautoria, por meio de indicadores de colaboração, foram identificados um total de 233 autores que estabeleceram relações com os 22 pesquisadores que constituem o *corpus* final. Com base em uma contagem simples, foram identificadas as ocorrências de colaboração, sem considerar a dinâmica de formação de redes entre eles, tendo em vista a finalidade quantitativa desta análise. A tabela 6 apresenta o *ranking* de ocorrência de autores colaboradores, considerando aqueles que estiveram presentes como autores de, no mínimo, três artigos.

Tabela 6 – *Ranking* de participação na autoria dos artigos

AUTORES	PARTICIPAÇÕES	%
SANCHES-CANEVESI, F. C.	16	8,5%
MOREIRA, K. D.	14	7,5%
SOUZA, E. C. P.	9	4,5%
TODOROV, M. C. A.	6	3,0%
DURANTE, D. G.	5	2,5%
RODRIGUES, L. M. A.	4	2,0%
MARTINS, E. B. M.	4	2,0%
YAEGASHI, S. F. R.	4	2,0%
KNISS, T. C.	4	2,0%
TERRA, P. M. M.	4	2,0%
BRITO, D. G. S.	3	1,5%
MONTEIRO, C.	3	1,5%
KLOZOVSK, M. L.	3	1,5%
GHELLER, M. G.	3	1,5%
MAÇANEIRO, M. B.	3	1,5%
MOREIRA, N. C.	3	1,5%
SOUZA, R. F. R.	3	1,5%
MACCARI, E. A.	3	1,5%
PONTES, E. S.	3	1,5%
MOURA, J. E.	3	1,5%
GALINDO, A. G.	3	1,5%
VICENTE, I.	3	1,5%
TOTAL	108	56%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Além dos autores mencionados na Tabela 6, foram identificados outros 118 que mantiveram colaboração com os pesquisadores estudados, de acordo com os dados desta pesquisa, sendo 30 com duas ocorrências e 78 com uma. Cinco autores corresponderam o

critério estabelecido: SANCHES-CANEVESI, F. C., com 16 participações; MOREIRA, K. D., com 14 participações; SOUZA, E. C. P., com nove participações; TODOROV, M. C. A., com seis participações; e DURANTE, DA. G., com cinco.

É importante ressaltar que houve participação destes autores nos trabalhos dos pesquisadores não apenas como coautores, mas também como autores principais (primeiro autor). Uma exploração nos dados dos artigos permitiu revelar a participação da autora SANCHES-CANEVESI, F. C. e do autor SOUZA, E. C. P. em 4 trabalhos como autores principais, TODOROV, M. C. A. em três e DURANTE, D. G. em um trabalho.

Ainda que os cinco autores revelados pela análise de coautoria não sejam docentes efetivos com as características que selecionaram os sujeitos desta pesquisa, a pertinência das suas contribuições pode ser notada a partir de outras atributos, para além da produção científica. Um atributo comum entre eles: possuem graduação em Secretariado, experiência docente na área e titulação mínima de mestre.

A primeira autora, com índice mais expressivo de colaboração, é doutora, exerce a profissão de Secretária Executiva, atuou como professora colaboradora durante oito anos e é envolvida com atividades de pesquisa em Secretariado, sendo membro de Grupo e Projetos de Pesquisa institucionalizados e da ABPSEC. Foram identificadas relações de autoria com SCHIMIT, C. M.; CIELO, I. D., WENNINGKAMP, K. R., VELOSO, F. R. e MÜLLER, R.

A segunda autora também possui o título de doutora e exerce a profissão de Secretária Executiva, é docente voluntária, líder de Grupo de Pesquisa em Secretariado, membro de projetos de Pesquisa e, atualmente, responde pela presidência da ABPSEC. Suas relações nos trabalhos analisados foram estabelecidas com MARTINS, C. M.

O terceiro autor possui título de mestre, atuou como docente colaborador, é membro de grupo de pesquisa e faz parte da diretoria da ABPSEC. Suas relações nos trabalhos analisados foram estabelecidas com as pesquisadoras MARTINS, C. M., SABINO, SOUZA, K. F. e SOUZA, R. B.

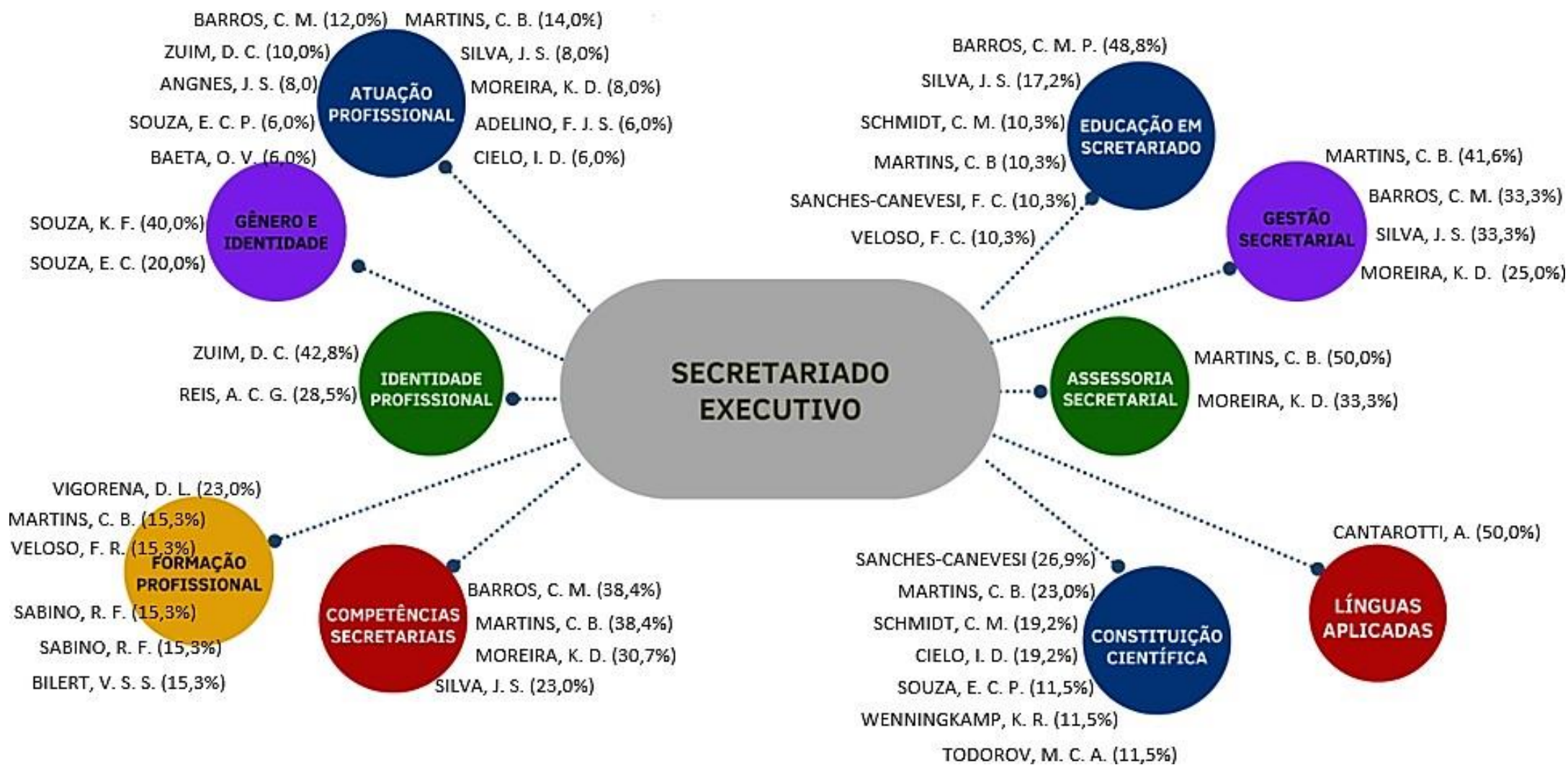
A quarta autora atua como docente na área de Administração e Secretariado, foi vice-presidente do Sindicato dos Secretários do Estado de São Paulo (SINSESP). As relações de coautoria foram estabelecidas com as autoras BARROS, C. M. P., MARTINS, C. B. e VELOSO, F. R.

A Figura 11 apresenta as temáticas que representam os núcleos de pesquisa e os agentes estruturantes responsáveis por sustentá-los, considerando os pesquisadores que totalizaram a ocorrências mínima de três publicações por temática em casos de temáticas com maior quantitativo de autores envolvidos ou maior ocorrência de autores que atendam a este critério

(Atuação Secretarial, Educação em Secretariado, Constituição Científica, Competências Secretariais e Gestão Secretarial) e autores que totalizaram a partir de duas publicações nas demais temáticas, por critérios estéticos. As discussões que seguem apresentam os agentes de pesquisa não mencionados na figura, mas com índice relevante de publicação, bem como as demais temáticas menos exploradas e seus respectivos agentes.

Para esta construção, dos 198 trabalhos analisados, foram excluídos os 25 que constituíram as categorias temáticas com menos de cinco ocorrência, conforme explicação correspondente ao Gráfico 7. Também foram excluídos os trabalhos dos autores com apenas um registro de produção por categoria, o que correspondeu a exclusão de quatro trabalhos na categoria Assessoria Secretarial, seis trabalhos na categoria Atuação Profissional, três na categoria Competências Secretariais, sete em Educação e Secretariado, cinco em Constituição Científica, quatro em Formação Profissional, cinco em Gênero e Identidade, quatro em Línguas Aplicadas a Secretariado, dois em Identidade Profissional, e um na categoria Gestão Secretarial. Dessa forma, o resultado apresentado é reflexo da análise de 131 artigos.

Figura 11 – Frentes de pesquisa e agentes estruturantes do Secretariado Executivo



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

É relevante ressaltar a contribuição de outros autores, cujas menções não estão inseridas no Gráfico 7, mas que contribuíram com mais de uma produção (duas ocorrências) em cada núcleo de pesquisa nela representado.

Assim na categoria Atuação Profissional destacam-se, também, CANTAROTTI, A.; REIS, A. C.; SCHMIDT, C. M.; VELOSO, F. R.; SANCHES-CANEVESI, F. C.; SOUZA, K. F.; TODOROV, M. G. A.; MÜLLER, R.; e SABINO, R. F. Na categoria Educação em Secretariado, além dos registrados na figura, destacam-se DURANTE, D. G.; CIELO, I. D.; BATISTTI, P. S. S.; WENNINGKAMP, K. R.; e MÜLLER, R. Na categoria Constituição Científica, destacam-se BARROS, C. M.; VIGORENA, D. L.; SILVA, J. S.; BATISTTI, P. S. S.; e SABINO, R. F. Na Categoria Gestão Secretarial, destaca-se VELOSO, F. R.

As demais categorias não representadas no Gráfico 7, em virtude do menor índice de ocorrências foram Desenvolvimento e Sustentabilidade Socioambiental, tendo ANGNES, J. S. como principal expoente (duas publicações), Além de Consultoria Secretarial, Mercado de Trabalho, Empreendedorismo Secretarial, Sociologia do Trabalho Secretarial, Evolução da Profissão, Institucionalização Profissional, sem registro de autores com mais de uma publicação na temática.

É notória a presença de algumas autoras como atuantes na formação de mais de duas frentes de pesquisa pelas temáticas descritas na Figura 11. Neste aspecto, destacam-se MARTINS, C. B., cuja participação foi identificada na estruturação de sete núcleos (Atuação Profissional, Educação em Secretariado, Gestão Secretarial, Assessoria Secretarial, Formação Profissional, Competências Secretariais e Constituição Científica); Barros, C. M. P., participe na formação de quatro núcleos (Atuação Profissional, Educação em Secretariado, Gestão Secretarial, e Competências Secretariais); SILVA, J. S., também participe na formação dos quatro núcleos anteriormente citados e MOREIRA, K. D., também atuando na estruturação de quatro núcleos (Atuação Profissional, Gestão Secretarial, Assessoria Secretarial e Competências Secretariais).

A acentuada participação das três primeiras pesquisadoras pode ser relacionada ao alto índice de produtividade concernentes aos trabalhos classificados na Categoria 1, conforme descrito na Tabela 5, cujos dados apontam que MARTINS, C. B., BARROS, C. M. P. e SILVA, J. S. ocupam, respectivamente, os três primeiros lugares no ranking de produtividade no conjunto de produtos avaliados. Por outro lado, chama atenção a também acentuada participação da pesquisadora MOREIRA, K. D. na constituição de diferentes frentes de pesquisa. Sobre isso, é importante destacar que a pesquisadora não faz parte do *corpus* inicial,

por não atuar na carreira de magistério superior, tendo sua trajetória profissional marcada pelo exercício da profissão de Secretária Executiva em uma Instituição Pública. Este pode ser um traço a ser discutido em um campo de pesquisa em construção, cujos alicerces históricos podem estar fundamentados em aspectos técnico-profissionais.

7.3 DAS BASES TEÓRICO-CONCEITUAIS QUE SUSTENTAM A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Romacini (2010) afirma que o produto primário da ciência é um texto que, por sua vez, cita outro texto, estabelecendo assim relações, redes e circuitos entre as ciências e os cientistas. E são essas relações, redes e circuitos que compõem a arquitetura da ciência, incluindo suas bases e a sua cobertura. Dessa forma, para o alcance do terceiro objetivo específico deste trabalho - **caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo** -, foi utilizado o método de análise de citação.

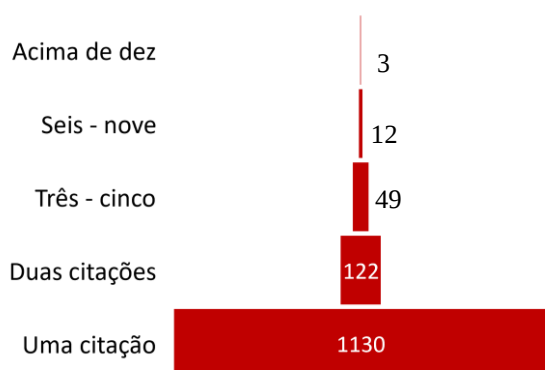
Tendo em vista que, aqui, assumiu-se que o campo investigado está em fase de constituição, mas que tanto a formação de pesquisadores quanto a produção científica formal se comportam sob uma dinâmica de crescimento em busca de alcançar os objetivos da área, a análise aqui descrita pretende esclarecer as bases teórico-conceituais que têm auxiliado na construção do conhecimento que atualmente estabelece as frentes de pesquisa em Secretariado Executivo atualmente.

Desta forma, foram analisadas as citações e as respectivas referências dos 131 trabalhos acima mencionados, por meio de análise de conteúdo, sendo ambas classificadas pelas razões de citação sugerida por Silveira e Caregnato (2014), consoante descrição na seção de procedimentos metodológicos deste trabalho.

Como resultado, foram analisadas um total de 1.680 registros de citações (referências), derivadas de um total de 2.621 registro de autores, em dados brutos. As classificações por razão de citação foram realizadas tanto nas referências quanto nos autores, totalizando 4.301 registros de citação e referências.

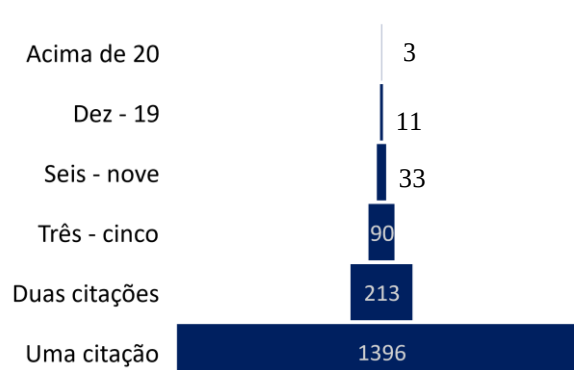
Após limpeza e mineração nos dados, foi possível identificar 1.316 referências únicas e 1.749 autores únicos. Os Gráficos 8 e 9 apresentam a distribuição de referências (textos citados) e autores por número de menções recebidas nos textos, indicando um panorama quantitativo das escolhas teóricas dos agentes de pesquisa analisados.

Gráfico 8 – Distribuição de referências por número de citação



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Gráfico 9 – Distribuição de autores por número de citação



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os gráficos acima apontam para a formação de uma alta dispersão de escolhas teórico-epistemológicas dos pesquisadores na produção dos trabalhos analisados, tendo em vista a identificação de uma concentração de trabalhos e autores que receberam apenas uma citação nos trabalhos analisados. O Gráfico 8 indica um percentual de 86% ($n = 1.130$) de textos referenciados apenas uma vez, enquanto 9,5% ($n = 122$) foi referenciado duas vezes, 4% ($n = 49$) de três a cinco vezes e 0,25% ($n = 3$) foi referenciado acima de 10 vezes. Concomitante, há uma concentração de 78,8% ($n = 1.396$) dos autores citados apenas uma vez, 12,1% ($n = 213$) citado duas vezes, 5,1% ($n = 90$) citado de três a cinco vezes, 1,8% ($n = 33$) citado de dez a 19 vezes e 0,17% ($n = 3$) citado a partir de 20 vezes.

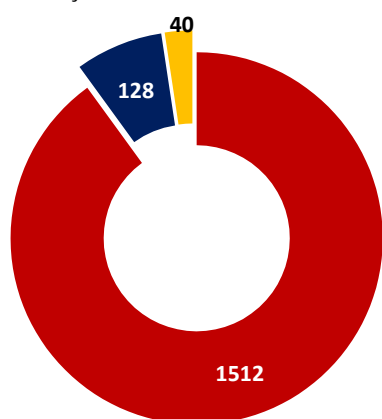
A dispersão quantitativa das escolhas epistemológicas pode estar relacionada com a diversidade de formação *Stricto Sensu* dos pesquisadores que faz com que eles sejam intelectual e genealogicamente influenciados pela mesma diversidade de Programas de Pós-Graduação e, conseqüentemente, de orientadores, o que permanece ao longo da carreira docente, em uma concepção orgânica de predileções referenciais.

A ausência de Programas de Pós-Graduação especializados também pode obstaculizar a formação de um núcleo teórico influente que seja refletido na distribuição do quantitativo das citações de textos e autores identificados. Neste contexto, ressalta-se, ainda, o momento atual de desenvolvimento, em que a área busca uma consolidação a partir da definição de suas bases teórico-epistemológicas, que a faz perseguir escolhas teóricas momentaneamente diversificadas, em busca de um afunilamento que, mais tarde, poderá ser representado por traços identitários mais demarcados. Embora reconheça-se tal diversidade, traços demarcadores já

podem ser visualizados a partir do detalhamento das análises conforme apresentado nas próximas páginas.

Para um melhor entendimento das características que tais citações imprimem à construção teórica dos pesquisadores do campo do Secretariado Executivo, em uma perspectiva macro, os gráficos 10 e 11 apresentam a distribuição das citações autorais e referenciais de acordo com as dimensões Conceitual e Social, conforme proposto pelo modelo de Silveira e Caragnato (2014). Convém explicar que os gráficos oferecem um panorama geral, mas não alcançam as prevalências que construíram as razões classificadas na categoria **Adição**, o que apenas pode ser observado em uma análise mais detalhada e completa, posteriormente apresentada neste trabalho.

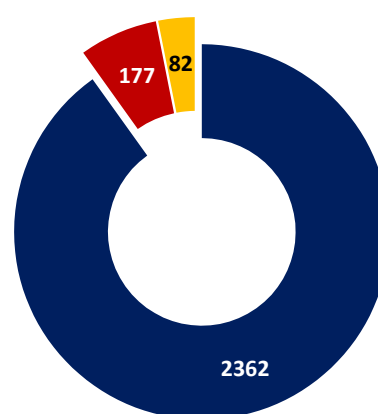
Gráfico 10 – Distribuição das dimensões das citações com base nos textos citados



■ Conceitual ■ Social ■ Adição

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Gráfico 11 – Distribuição das dimensões das citações com base nos autores citados



■ Conceitual ■ Social ■ Adição

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Nota-se uma acentuada concentração de textos referenciados e autores citados em função da dimensão conceitual, ligada aos aspectos teóricos, conceituais, de definição, sustentação, opinião, exemplos e revisão de literatura, que representa 90% das predileções referenciais, e 90,1% das predileções de autores citados. Em contrapartida, as escolhas teóricas utilizadas em virtude da motivação social, que inclui reforço de tradição científica em um determinado domínio, narrativas históricas e atribuição de créditos a outros trabalhos/autores para fins éticos, representam 7,6% ($n = 128$) das escolhas referenciais e 6,7% ($n = 177$) das relações sociais estabelecidas entre os autores citantes e os autores citados.

Também foram identificados compostos das duas dimensões de citação que foram agrupados na categoria Adição, conforme denominado por Silveira e Caragnato (2014), que corresponde a 2,7% (n = 40) das motivações dos referenciais e 3,1% (n = 82) das motivações das citações. Observou-se que tal categoria corresponde, principalmente, aos autores e textos citados em uma perspectiva complementar, como o exemplo de reconhecimento de primazia de ideias e pioneirismo científico (dimensão social) a um determinado estudo, que foi estendida ao esclarecimento dos pressupostos teóricos e à apresentação dos conceitos chaves das temáticas estudadas (dimensão conceitual)

Tais resultados podem sugerir a demonstração de necessidade de uma sólida construção conceitual para a sustentação das frentes de pesquisa que vêm sendo estabelecidas, o que é esperado em uma área cuja particularidade recai sobre a tentativa coletiva e consciente do estabelecimento de suas bases cognitivas. Neste sentido, percebeu-se – durante a fase de coleta e análise – que parte significativa das dimensões conceituais, principalmente no que tange a apresentação e explicação de conceitos e definições, bem como a escolhas de pressupostos teóricos que norteiam os discursos encontrados no texto, são provenientes da literatura clássica das áreas de conhecimentos evocadas nos produtos científicos analisados,

Para uma análise mais objetiva, a Tabela 7 apresenta as referências equivalentes aos textos mais citados, considerando aqueles que foram referenciados a partir de cinco vezes. Para esta construção, cada referência foi coletada apenas uma vez em cada texto, independentemente da quantidade de menções recebidas na construção do referencial teórico. Dessa forma, o percentual apresentado na quarta coluna é referente ao quantitativo de textos citantes, enquanto o percentual apresentado na quinta coluna é referente a representatividade das citações no universo das referências coletadas.

Ressalta-se, também que, em virtude de as citações serem decorrentes de diferentes textos, as razões de citação foram agrupadas, sendo as primeiras razões consideradas quantitativamente predominantes, e as razões incluídas por motivos de extensão ou adição consideradas de menor representatividade, cujas ocorrências diminuem da direita para a esquerda.

Tabela 7 – Textos mais citados

TEXTOS CITADOS	RAZÃO DE CITAÇÃO	QNT	% TEXTOS CITANTES	% UNIVERSO DAS CITAÇÕES
NONATO JR., R. Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a fundação	CA1'C1'4'A2+SB2+SA4	23	17%	1,36%

das ciências da assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.				
SABINO, R. F.; ROCHA, F. G. Secretariado: do escriba ao web writer. Rio de Janeiro: Brasport, 2004.	SA3'4+C4'A1+SB1	11	8,3%	0,65%
SABINO, R. F.; MARCHELLI, P. S. O debate teórico-metodológico no campo do secretariado: pluralismos e singularidades. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 607-621, dez., 2009.	CC4'1'E5+SA4	10	7,6%	0,60%
AZEVEDO, I.; COSTA, S. I. Secretária: um guia prático. São Paulo: Senac, 2006.	CC1'4+SB2	9	6,8%	0,55%
FLEURY, M. T. L.; FLEURY, A. Construindo o conceito de competência. Journal of Contemporary Administration, [s. l.], v. 5, p. 183-196, 2001. Edição especial.	CA1'2'3+SB2	9	6,8%	0,55%
MEDEIROS, J. B.; HERNANDES, S. Manual da secretária. São Paulo: Atlas, 2003.	CC1'4+SB2'A1'2	9	6,8%	0,55%
NEIVA, E. G.; D'ELIA, M. E. S. As novas competências do profissional de secretariado. São Paulo: IOB, 2009.	CC4'1'E3	9	6,8%	0,55%
NATALENSE, L. A secretária do futuro. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1998.	CC4'1'A2+SA4	7	6,1%	0,40%
BORTOLOTTI, M. F. P.; WILLERS, E. M. Profissional de Secretariado Executivo: explanação das principais características que compõem o perfil. Revista Expectativa, Toledo, v. 4, n. 4, p.1-12, abr. 2011.	CC4'1	7	5,3%	0,40%
CARVALHO, A. P.; GRISSON, D. Manual de secretariado executivo. São Paulo: Difusão Cultural do Livro Ltda., 2002.	CC4+SA4	7	5,3%	0,40%
ALMEIDA, W. G.; ROGEL, G. T. S.; SHIMOURA, A. S. Mudanças de paradigmas na gestão do profissional de secretariado. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 46-68, jan./jun. 2010.	CA1'4'E5	6	4,5%	0,35%
VELOSO, F. R. & BILERT, V. S. S. A evolução do Secretariado Executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. Revista Expectativa. Toledo, vol. 12, n.12., p. 9-42, jan./dez., 2013.	CC1'4'5	6	4,5%	0,35%
RIBEIRO, L. A. N. Secretariado: do Escriba ao Gestor. São Luiz: Gráfica Socingra, 2002.	CA1'2'C1	6	4,5%	0,35%

WENNINGKAMP, K. R.; SILVA, A. K.; OLIVEIRA, K. C. Competências técnicas ou duráveis? A visão do secretário executivo versus a visão do empregador. Secretariado Executivo em Revista, Passo Fundo, n. 9, p. 22-38, 2013.	CA1'E3'E5	6	4,5%	0,35%
BÍSCOLI, F. R. V.; CIELO, I. D. Gestão organizacional e o papel do secretário executivo. Revista Expectativa, Toledo, v. 3, n. 1, p. 11-19, 2004.	CC1'2'4	5	3,8%	0,30%
CIELO, I. D.; SCHMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. R. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 49-70, set./dez. 2014.	CC4'1+SA4	5	3,8%	0,30%
DURANTE, D. G. A evolução da profissão secretarial por meio da pesquisa. In: DURANTE, D. G (org). Pesquisa em secretariado: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.	CC4'1	5	3,8%	0,30%
GUIMARÃES, Márcio Eustáquio. O livro azul da secretária moderna. 19. ed. rev. atual. São Paulo. 2001	CC1'4	5	3,8%	0,30%
HOELLER, P. A. F. A natureza do conhecimento em Secretariado Executivo. Revista Expectativa, Toledo, v. 5, n. 5, p. 139-145, 2006.	CA1'C4	5	3,8%	0,30%
LASTA, A.; DURANTE, D. A gestão secretarial no cenário organizacional contemporâneo. Secretariado Executivo em Revista, Passo Fundo, v. 4, 2008.	CC4'1'A1'2	5	3,8%	0,30%
LEAL, F. G.; DALMAU, M. Análise das competências secretariais requeridas pela Universidade Federal de Santa Catarina em comparação ao perfil profissiográfico do secretário executivo. Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 143-174, set./dez.,2014.	CC1'41E5	5	3,8%	0,30%
BIANCHI, A. C. M.; BIANCHI, R.; ALVARENGA, M. Manual de Orientação: Estágio Supervisionado. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.	CA2'C1'4+SA4	5		0,30%
QUINN, R. E. et al. Competências gerenciais: princípios e aplicações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.	CA1'2'3	5	3,8%	0,30%
TOTAL	N. A.	170	-	10,11%
OUTROS REFERENCIAIS	N. A.	1.510	-	89,89%

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Desta forma, figura como o texto mais citado o livro intitulado *Epistemologia e teoria do conhecimento em secretariado executivo: a fundação das ciências da assessoria* de NONATO JÚNIOR, R, evocado por 17% (n = 23) dos artigos analisados. É o primeiro texto da área que apresenta uma proposta epistemológica de identificação do Secretariado como uma ciência autônoma. Propõe que o objeto de estudo do Secretariado é a Assessoria que, por sua vez, fundamenta os princípios do que o autor denomina de teoria Geral do Secretariado, fundamentada nas Ciências da Assessoria. Em virtude da sua característica epistemológica, o texto recebeu citações por razões predominantemente conceituais para apresentação de definição e conceituação, para sustentação de declarações e exemplificação, seguidas de citações por razões sociais que o atribuiu créditos sobre a primazia de ideias, além de apresentar uma contextualização histórica da área.

O segundo texto mais citado é o livro intitulado *Secretariado: do escriba ao web writer* dos autores SABINO, R. F. e ROCHA, F. G, com 8,3% (n = 11) das ocorrências. É um dos textos considerados clássicos na área, que ganhou notoriedade no momento da sua publicação (2004) em virtude das discussões sobre a constituição do Secretariado Executivo a partir de aspectos históricos, marcos institucionais, competências e habilidades profissionais. Devido a tais características, o texto é citado por razões predominantemente sociais, de perspectiva histórica, além de fins conceituais orientados à sustentação de pontos de vistas e explicação e esclarecimentos de cunho teórico.

O terceiro texto mais referenciado é o artigo *O debate teórico-metodológico no campo do secretariado: pluralismos e singularidades*, de SABINO, R. F. e MARCHELLI, P. S, citado por 7,6% (n = 11) dos textos analisados. Possuindo também uma orientação à discussão epistemológica, o artigo busca identificar aspectos da cientificidade do Secretariado atrelados à constituição profissional, práticas profissionais, questões de gênero e interdisciplinaridade. Ressalta-se que o texto foi concebido como parte de uma crítica à proposta de Nonato Júnior, anteriormente apresentada. Contudo, as citações coletadas não configuravam características de negação ou crítica (contestação e/ou refutação de ideias), e, por esta razão faz parte dos dados analisados. O artigo foi citado por razões predominantemente conceituais, referindo-se à sustentação e exemplificação, destaque bibliográfico relacionado à referência a trabalhos anteriores, bem como para finalidades sociais, sobretudo à apresentação de uma contextualização histórica do campo do Secretariado.

Em uma miragem geral, o que também pode ser observado na Tabela 7 é a proeminente representatividade de textos da área Secretarial. Tal resultado é esperado tendo em vista a característica bem demarcada do *corpus* analisado para esta construção. Neste sentido, ao

apresentar 23 textos, a Tabela 7 revela apenas três textos que não são orientados à área de Secretariado: o artigo *Construindo o conceito de competência* de FLEURY, M. T. R. e FLEURY, A; o livro *Competências gerenciais: princípios e aplicações*, de QUINN, R. E., THOMPSON, M. P., FAAERMAN, S. R. e MCGRATH, M., ambos clássicos da área de administração, orientados ao domínio das Competências; e o livro *Manual de Orientação: Estágio Supervisionado*, de BIANCHI, A. C. M., BIANCHI, R., e ALVARENGA, M., do campo da Educação. Convém ressaltar que tanto Competências Secretarias, Quanto Educação em Secretariado são áreas que constituem núcleos de investigação emergente no campo do Secretariado, como anteriormente mencionado na subseção anterior.

Como este trabalho está ancorado tanto nos critérios de qualidade quanto de quantidade, para tais análises, ressalta-se que, numa averiguação de relevância dos dados, as razões de citação sobrepõem-se à representatividade quantitativa. Defende-se que, para este constructo, analisar as motivações que conduzem os pesquisadores da área, investigar às escolhas teóricas aqui apresentadas é fundamental para o alcance do objetivo proposto.

Portanto, em uma análise geral, embora a citação dos textos da área Secretarial predomine, percebe-se que razões conceituais predominam em 19 dos 20 textos da área Secretarial mais citados. Em uma análise mais detalhada, nota-se que as questões conceituais que caracterizam as citações são majoritariamente (14 textos) orientadas às razões da categoria CC – para fins de sustentação e exemplificação, sendo oito majoritariamente citados por reforço de tópicos e pontos voltados para demonstração de um ponto de vista (CC4) e seis predominantemente citados para sustentar declarações, opiniões e informações. Enquanto há cinco textos da área Secretarial cujas razões de citação são majoritariamente orientadas à aspectos conceituais de apresentação de conceitos e teorias (CA1). Em quatro destes textos as razões orientadas à categoria CA1 aparecem em segundo plano, seja por extensão ou por adição. Por outro lado, percebe-se o foco da formação de conceitos e teorias nas citações dos dois textos da área de Administração e no texto da área de educação.

Tendo em vista que há autores de uma mesma área que podem ter sido amplamente citados a partir de diferentes textos, seja em artigos diferentes ou no mesmo artigo analisado, foram analisados os autores mais citados, o que está apresentado na Tabela 8, em forma de *ranking*. Nesta representação também serão apresentados o número de citação de acordo com a quantidade de textos citantes e a representatividade das citações no universo analisado. Para esta construção, também foram considerados os autores que receberam o mínimo de cinco menções.

Esclarece-se que, como duas ou mais referências, assim como um mesmo autor podem ter sido citados simultaneamente em um mesmo texto, na totalização dos dados apresentados nas Tabelas 7 e 8, para maior clareza, optou-se por não apresentar a contagem completa e artificialmente aumentada no que diz respeito à quarta e à quinta coluna (textos citantes) respectivamente.

Tabela 8 – Ranking de autores mais citados

AUTORES	RAZÕES DE CITAÇÃO	OCORRÊNCIAS DE CITAÇÕES	%	TEXTOS CITANTES	%
NONATO JÚNIOR, R.	CA1'C1'4'A2+SB2+SA4+CE5	27	1,03%	26	19,84%
DURANTE, D. G.	CC4'1'A1'2	28	1,06%	25	19,08%
SABINO, R. F.	CC4'A1'2'C1'E5'C3+SA3'A4	27	1,05%	18	13,74%
VELOSO, F. R.	CC1'4'E5'A2	19	0,72%	17	12,97%
MAÇANEIRO, M. B.	CC1'3'4'E5	17	0,65%	15	11,45%
LEAL, F. G.	CC1'E5'C1'A1'2	17	0,65%	13	9,92%
CIELO, I. D.	CC1'4'E5+SA4	12	0,45%	12	9,16%
FLEURY, M. T. L.	CA1'2'3+SB2	11	0,41%	11	8,39%
ROCHA, F. G.	SA3'4+C4'A1+SB1	11	0,41%	11	8,39%
MEDEIROS, J. B.	CC1'4+SB2'A1'2	11	0,41%	9	6,8%
WENNINGKAMP, K. R.	CC1'2'3'E5	11	0,41%	7	5,3%
MARCHELLI, P. S.	CC4'1'E5+SA4	10	0,40%	10	7,63%
FLEURY, A.	CA1'2'3+SB2	10	0,40%	10	7,63%
D'ELIA, M. E. S.	CC4'1'E3	10	0,40%	9	6,87%
BORTOLLOTO, M. F. P.	CC4'A1'2+SA4	9	0,35%	9	6,87%
COSTA, S. I.	CC4'1'2+SA3	9	0,35%	9	6,87%
NEIVA, E. G.	CC4'1'E3	9	0,35%	9	6,87%
ALMEIDA, W. G. A.	CC4'2'E5'A1	9	0,35%	9	6,87%
AZEVEDO, I.	CC1'2'4'A1'2+SA4	9	0,35%	9	6,87%
BILERT, V. S. S.	CC1'4'E5	9	0,35%	9	6,87%
HERNANDES, S.	CC1'4+SB2'A1'2	9	0,35%	9	6,87%
BARROS, C. M. P.	CA1'C4'C1'E5	9	0,35%	8	6,10%
SANTOS, M. E. M.	CC4'A2'C1	9	0,35%	6	4,58%
WILLERS, D. M.	CA1'2'C1	8	0,30%	8	6,10%
PORTELA, K. C. A.	CA2'1'C1'4+SA4	8	0,30%	7	5,34%
SCHUMACHER, A. J.	CA2'1'C1'4+SA4	8	0,30%	6	4,58%
MINTIZBERG, E. P.	CA1'2	8	0,30%	6	4,58%
DAVENPORT, T. H.	CA1'2'C1	8	0,30%	6	4,58%
CARVALHO, A. P.	CC4+SA4	7	0,26%	7	5,34%
DALMAU, M.	CC1'2'4'E5	7	0,26%	7	5,34%
SCHIMIDT, C. M.	CC1'E5'C4'3+SA4	7	0,26%	7	5,34%
SILVA, J. S.	CA1'C4'A2'E5	7	0,26%	7	5,34%
SOUZA, E. C. P.	C4'E5'A1'2'C3	7	0,26%	7	5,34%
GRISSON, D.	CC4+SA4	7	0,26%	7	5,34%

NATALENSE, L.	CC4'1'A2+SA4	7	0,26%	7	5,34%
DUTRA, J. S.	CA1'2'3+SB2	7	0,26%	7	5,34%
CHIAVENATO, I.	CA1	7	0,26%	6	4,58%
GIL, A. C.	CA1'2	7	0,26%	6	4,58%
MACCARI, E. A.	CC1'2'E5'A2	7	0,26%	4	3,05%
GARDNER, H.	CA1'2+SA1'B2	7	0,26%	4	3,05%
RANGEL, G. T.	CA1'4'E5	6	0,22%	6	4,58%
OLIVEIRA, K. C.	CA1'E3'E5	6	0,22%	6	4,58%
SILVA, A. K.	CA1'E3'E5	6	0,22%	6	4,58%
LASTA, A.	CC4'1'A1'2	6	0,22%	6	4,58%
CANTAROTTI, A.	CA2'1'C2'4+SA4	6	0,22%	6	4,58%
RIBEIRO, L. A. N.	CA1'2'C1	6	0,22%	6	4,58%
MARTINS, C. B.	CC1'4'E5	6	0,22%	5	3,81%
BIANCHI, R.	CC1'4'A2+SA4	6	0,22%	5	3,81%
KUNCH, M. M. K.	CA1'C3'4	6	0,22%	4	3,05%
HALL, S.	CA1'2	6	0,22%	4	3,05%
MASETTO, M. T.	CC1'4'A2'E3	6	0,22%	4	3,05%
THOMPSON, M. P.	CA1'2'3	5	0,20%	5	3,81%
QUINN, R. E.	CA1'2'3	5	0,20%	5	3,81%
HOELLER, P. A. F.	CA1'C4	5	0,20%	5	3,81%
MCGRATHE, M.	CA1'2'3	5	0,20%	5	3,81%
FAERMAN, S. R.	CA1'2'3	5	0,20%	5	3,81%
ADELINO, F. J. S.	CC4'2'E5	5	0,20%	5	3,81%
ALVARENGA, M.	CA2'C1'4+SA4	5	0,20%	5	3,81%
BIANCHI, A. C. M.	CA2'C1'4+SA4	5	0,20%	5	3,81%
CORDEIRO, R. L.	CC1'E5	5	0,20%	5	3,81%
GUIMARÃES, M. E.	CC1'4'A1'2	5	0,20%	5	3,81%
PRUSAK, L.	CA2'1'C1'4	5	0,20%	5	3,81%
SHIMOURA, A. S.	CA1'4'E5	5	0,20%	5	3,81%
SILVA, T. T.	CA1'2	5	0,20%	5	3,81%
TOTAL	N.A.	557	21,25%	-	-
OUTRAS CITAÇÕES	N.A.	2.064	78,75%	-	-

Fonte: dados da pesquisa (2023).

Considera-se que os autores mais citados, que ocupam até a quinta posição são reconhecidos pela sua contribuição ao campo do Secretariado, visto que, com exceção do autor NONATO JÚNIOR, R. e da autora LEAL, F. G., as demais autoras – DURANTE, D. G., SABINO, R. F., VELOSO, F. R. e MAÇANEIRO, M. B., percorreram sua trajetória na carreira docente em cursos de Bacharelado em Secretariado em Universidades públicas.

A autora MAÇANEIRO, M. B. não compôs o corpus inicial desta pesquisa por já haver encerrado a sua carreira de Magistério Superior. Ainda assim, era de se esperar que as suas contribuições refletissem na constituição do conhecimento em Secretariado em virtude dos seus estudos relevantes orientados às investigações do Secretariado com Campo de Pesquisa.

Estudos anteriores de Cruz (2018) e Cruz e Correia (2020, 2021), já revelaram que, enquanto vinculada à carreira docente, a pesquisadora despontava como uma das mais produtivas da área, podendo constituir um núcleo de pesquisadores aos quais poderiam ser atribuídos a responsabilidade pela sustentação do campo.

A autora LEAL, F. G. também não fez parte do *corpus* inicial desta pesquisa por não possuir vínculo com as instituições públicas de ensino seguindo a carreira de magistério superior, mas sim à carreira pública no Cargo de Secretária Executiva. Porém, seu envolvimento com a pesquisa científica é notável em virtude da sua frequente produção científica formal, do grau de doutorado já adquirido e da sua participação ativa em Grupos e Associações de Pesquisa. Este fato pode reforçar o cenário peculiar do Secretariado Executivo de haver atores atuantes no campo profissional contribuindo com a constituição científica da área, como é o caso de outros atores que não se encontram entre os mais citados, mas aparecem nos dados brutos desta pesquisa.

Ressalta-se, também que, o autor NONATO JÚNIOR, R. apesar da sua reconhecida contribuição aos aspectos epistemológicos do campo e por ser amplamente citado em virtude do livro que figurou como o texto mais citado, na Tabela 7, não se encontra mais vinculado ao Curso de Secretariado, tendo seguido carreira de Magistério Superior desde o ano de 2016 no campo da Geografia. Este fator demonstra, mais uma vez, a particularidade do Secretariado Executivo em relação aos padrões bibliométricos pré-estabelecidos, visto que, no caso deste autor, não há relação entre produtividade e citação, pois foi identificado que, das 27 citações recebidas, 23 fazem referência ao livro *Epistemologia e Teoria do Conhecimento em Secretariado Executivo: a fundação das Ciências das Assessorias*, publicado em 2009, e quatro fazem referência ao texto *Epistemologia do Secretariado Executivo: por uma teoria do conhecimento*, publicado em 2008 no XVI Congresso Nacional de Secretariado.

Em uma categorização geral, percebe-se que, dos 64 autores representados na Tabela 8, 42 (65,6%) são autores de textos da área de Secretariado e, reconhecidamente, são vinculados à área, a partir da observação da sua trajetória acadêmica verificadas na plataforma Lattes e nas biografias dos textos referenciados, em uma perspectiva contextualizada. Ao passo que 22 são autores de textos de outras áreas do conhecimento e, reconhecidamente, vinculados a tais áreas. Neste sentido, assim como os resultados descritos na Tabela 7, a Tabela 8 também aponta as razões pelas quais tais autores estão sendo citados e, conseqüentemente, as características de contribuição ao estado atual do conhecimento em Secretariado.

Dessa forma, nota-se que, dos 42 autores citados, 41 apresentam características de citação predominantemente orientadas à dimensão conceitual, sendo 16 orientadas à

sustentação de declarações, opiniões ou informações (CC1), 14 orientadas à reforço de tópicos e pontos voltados para a demonstração de um ponto de vista (CC4) e uma orientada à dimensão social, especificamente para a análise de trabalhos de base histórica para o campo científico. Em 16 destes 40 autores, as razões referentes à apresentação de conceitos e teorias, ou esclarecimento de cunho teóricos aparecem em segundo plano ou por adição. Há também 14 autores citados por razão referente à categoria CE5 – apresentação de trabalhos anteriores importantes para a discussão, além de outras razões menos representativas. É importante mencionar que dos 42 autores da área secretarial, 11 são citados majoritariamente por razões referentes à apresentação de conceitos.

Por outro lado, percebe-se uma predominância de razões de citação referentes à categoria CA1 – apresentação de definição ou conceituação em 16 dos 22 autores vinculados a outras áreas, além de haver uma acentuada ocorrência de razões de citação que apresentam a extensão CA1'2 – apresentação de definição ou conceituação e explicação e esclarecimentos de cunho teóricos, além de sete ocorrência da extensão CA1'2'3, que inclui, além das razões anteriormente citadas, escolhas de pressupostos teóricos e conceituais.

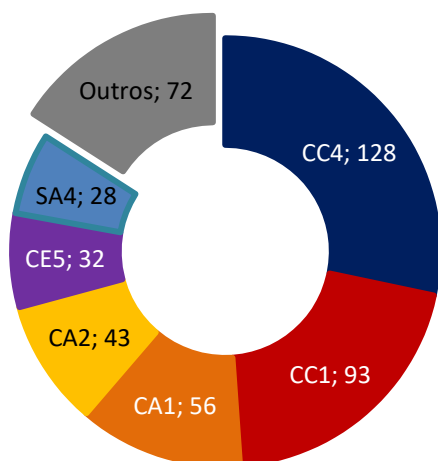
Devido às limitações quantitativas das Tabelas 7 e 8, e ao alto índice de dispersão dos textos e autores, optou-se por apresentar a distribuição das razões de citação dos textos citados por categorias, sendo a categoria 1 os textos orientados às temáticas da área de Secretariado, e os textos da categoria 2 orientados às outras áreas do conhecimento. Convém esclarecer que, em virtude de haver um quantitativo significativo de textos citados com temáticas de outras áreas escritos por pesquisadores do campo do Secretariado, optou-se por fazer a classificação que subsidiaram os próximos gráficos a partir dos textos e não dos autores citados. O Gráfico 12 apresenta a distribuição das razões de citação dos textos da categoria 1, enquanto o Gráfico 13 apresenta a distribuição das razões de citação dos textos orientados à categoria 2.

A categorização revelou que os pesquisadores investigados recorrem, majoritariamente, à literatura de outras áreas como base para produzir conhecimento para a para a área, tendo em vista que, do *corpus* total dos textos citados (1.680), 27% (n = 452) são referentes à categoria 11, enquanto 73% (n = 1.228) são referentes à temática de outras áreas.

Este resultado aponta que os dados desta área precisam ser analisados de uma maneira geral, visto que o fato de haver um maior quantitativo de autores e textos referentes ao campo do Secretariado sendo citados pode não indicar necessariamente uma construção epistemológica autônoma neste momento e recorte analisado, mas o acompanhamento do movimento da área em se comprometer com a produção científica como uma condição basilar de estabelecimento e consolidação. O aumento do número de citações e de concentração das

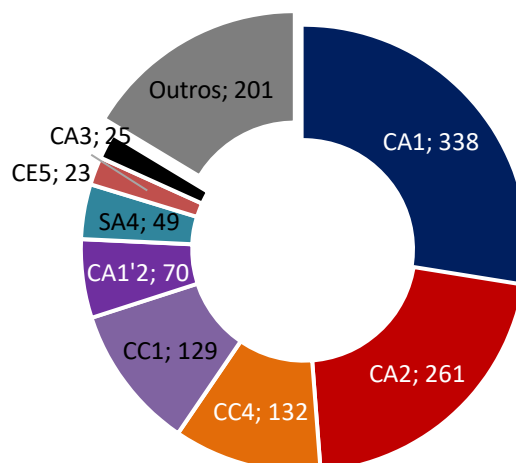
citações baseadas em determinados autores e textos é proporcional ao aumento da produção científica e do despontar de frentes de pesquisa de mais interesse.

Gráfico 12 – Distribuição das razões de citação: categoria 1



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Gráfico 13 – Distribuição das razões de citação: categoria 2



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Corroborando com o argumento, ao analisar o Gráfico 12, percebe-se que a predominância das razões pelas quais a literatura da área secretarial tem sido citada, são, majoritariamente, para fins conceituais, prevalecendo a categoria CC – para fins de sustentação e exemplificação. Na citada categoria predominam as razões CC4 – reforço de tópicos e pontos voltados para demonstração de um ponto de vista, que representa 28,3% ($n = 128$) do total e CC1 – sustentação de declarações, opiniões e informações, que representa 20,5% ($n = 93$).

Ainda sobre o Gráfico 12, foram identificadas outras razões referentes à dimensão conceitual, em segundo plano, referentes às razões CA – para fins teóricos-conceituais, com 12,3% ($n = 56$) das citações referentes à razão CA1 – apresentação de definição e conceituação e 9,5% ($n = 43$) referentes à razão CA2 – explicação e esclarecimento de cunho teórico.

Durante a análise, percebeu-se que as citações referentes a estas duas razões são referentes a textos e contextos versados sobre temáticas urgentes e emergentes e, principalmente, sobre aspectos teóricos e epistemológicos do campo do Secretariado e sobre a tentativa de sedimentar cientificamente áreas em destaque como domínio da área, escritos que, naturalmente, conduzem a proposições e propostas conceituais.

Outra razão de citação de cunho conceitual que aparece no Gráfico 12 é a CE5, que representa 7,0% ($n = 32$), além de serem identificadas citações baseadas na dimensão social, com maior representatividade para a razão SA4 – Outras razões (contextualização histórica).

Enquanto a tímida incidência de fundamentos conceituais no Gráfico 12 que representa as razões de citação dos textos da categoria 1, nota-se que tal sustentação pode estar sendo suprida a partir da recorrência a outras áreas de conhecimento. Dessa forma, o Gráfico 13 (categoria 2) aponta a predominância de citações orientadas também à dimensão conceitual, havendo maior representatividade de razões da categoria CA1, que representa 28,2% (n = 338) das citações desta categoria, e CA2, que representa 21,7% (n = 261). Complementando, ainda há um percentual de 5,8% (n = 70) das citações cujas razões foram constituídas pela extensão das duas razões citadas, formando uma categoria denominada CA1'2.

É interessante perceber que, no Gráfico 13, figura uma razão de citação conceitual que não aparece no Gráfico 9, que é CA3 – escolha de pressupostos teóricos, representado 2,0% (n = 25) das citações. Ressalta-se que tal razão de citação também não foi identificada nos dados brutos que constituíram a análise das razões de citação da categoria 1.

Concluindo a análise dos gráficos 12 e 13, é possível inferir que, embora haja uma alta dispersão de textos e autores citados, percebe-se uma conjunção de influências intelectuais em busca de sustentação teórica que estruturam os conceitos e definições que ainda não podem ser encontrados no campo do Secretariado e que tais influências são provenientes de outras áreas do conhecimento.

Destarte, percebe-se que textos sobre temáticas secretariais têm sido evocados pelos pesquisadores investigados para fins de sustentação de pontos de vista, primeiras formações conceituais e resgate histórico e atribuição de créditos a trabalhos anteriores. Enquanto a maior parte dos fundamentos teórico-conceituais, incluindo escolhas epistemológicas estão apoiados em outras áreas do conhecimento que podem estar contribuindo para a sedimentação do Secretariado como campo de pesquisa.

Para melhor visualização deste, em primeiro momento, tornou-se relevante identificar a distribuição das áreas representadas pelas citações referentes à categoria 2, sem desconsiderar as citações referentes à categoria 1. Desta forma, elaborou-se a distribuição das áreas a partir de uma classificação, na qual utilizou-se, como categorias *a priori*, as áreas de conhecimento estabelecidas pela Capes, utilizando-se o terceiro nível (Subárea).

Diferente das formas de representação anteriormente apresentadas, nas quais foram consideradas o total de citações, para o resultado apresentado a seguir foram consideradas as referências únicas. Como já descrito, no início desta subseção, após a supressão das duplicidades, foram identificadas 1.316 referências únicas, sendo 211 (16,1%) referentes a textos da categoria 1 (área de secretariado) – que também foram incluídas no gráfico – e 1.105

(83,9%) referentes à categoria 2. A Tabela 9 apresenta a distribuição destas áreas, considerando as áreas mais representadas, com o mínimo de 10 ocorrências.

Tabela 9 – Distribuição das citações por área

ÁREA	OCORRÊNCIAS	%
Administração	318	24,3%
Secretariado	211	16,0%
Sociologia	152	11,5%
Educação	148	11,2%
Psicologia	92	7,0%
Outros estudos de natureza social	79	6,0%
Ciência da Informação	52	4,0%
Filosofia	51	3,9%
Ciência Política	29	2,2%
Comunicação	29	2,2%
Linguística	23	1,7%
Turismo	23	1,7%
Letras	17	1,3%
Economia	15	1,1%
Outras áreas	77	5,9%
Total	1.316	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Na distribuição da Tabela 9, destacam-se, aqui, as cinco áreas de maior representatividade, além do próprio Secretariado, que figura como segunda maior área de predileção de literatura para construção de conhecimento, representando 16% (n = 211), do *corpus* de análise como reflexo da característica do *corpus* analisado. Os textos mais referenciados da literatura Secretarial são do autor NONATO JÚNIOR, R. e das autoras DURANTE, D. G., SABINO, R. F., VELOSO, F. R. e LEAL, F. G., respectivamente.

No que diz respeito a outras áreas, em primeiro lugar, há uma maior concentração de predileções teóricas pela literatura do Campo da Administração, cujas ocorrências de textos citados representa 24,3% (n = 318) do total de textos únicos citados. O resultado pode ser relacionado demarcação de formação social apresentada na Tabela 3 (Distribuição da formação *Stricto-Sensu* dos pesquisadores), que apresenta, também, uma concentração de formação continuada dos pesquisadores investigados na área de Administração. Entre a literatura da área de administração mais referenciadas, encontram-se os escritos clássicos de FLEURY, M. D. L., FLEURY, A., MINTEZBERG, E. P. e CHIAVENATO, I. e DUTRA, J. S, respectivamente.

A terceira área de maior ocorrência nas citações e a segunda área diferente do Secretariado, é a Sociologia, representando 11,5% (n = 152) das áreas representadas nas

citações. Entre a literatura classificada nesta categoria, os escritos de maior representatividade são o dos autores HALL, S., GRANOVETTER, M., BORGES, L. O., BURT, R. e CASTELLS, M., respectivamente. Vale ressaltar que tal literatura é mais citada nos artigos que constituem a frente de pesquisa “Atuação profissional”, “Identidade profissional” e Gênero e Identidade.

A literatura da área da Educação é a terceira mais referenciada além da literatura Secretarial, tendo 11,2% (n = 148) de representatividade. Tais citações são predominantemente encontradas nos trabalhos que constituem a frente de pesquisa Educação em Secretariado e Constituição Científica em Secretariado. Entre a literatura mais citada, estão os escritos dos autores MACCARI, E. A., LIBÂNEO, J. C., PIMENTA, S. G., OLIVEIRA, R. T. Q., CIRANI, C. B. S. e FREIRE, P., respectivamente.

A Literatura da Psicologia é representada por 7,0% (n = 92) das referências analisadas, sendo utilizada predominantemente para sustentar a produção que compõe a frente de pesquisa Atuação Profissional e Identidade Profissional. Entre os textos mais citados do campo da Psicologia estão os dos autores GARDNER, H., ARMSTRONG, T. e MOSCOVIC, S.

Como quinta área com mais representatividade está a Ciência da Informação, com 4,0%, (n = 52) das citações considerando as referências mais recorrentes. O uso de referências da Ciência da Informação foram, predominantemente para sustentar a frente de pesquisa constituída por artigos sobre Gestão Secretarial. Neste sentido entre os textos mais recorrentes estão os dos autores PAES, M. L., SHELLEMBERG, T. R., BERNARDES, I. P., DELATORRE, H., LE COADIC, I., CHOO, C. W., DAVENPORT, T. H., BUCKLAND, M., e ARAÚJO, C. A., respectivamente.

Também foram identificadas 79 referências alusivas a outros estudos de natureza social, cujas características analisadas não indicaram (de acordo com a analista) uma categoria específica. Outras categorias com menores índices de representatividade e categorias criadas *a posteriori* foram agrupadas e configuraram a categoria “outras áreas”, que correspondeu a 5,9% (n = 77) das referências analisadas. São as áreas de Antropologia (quatro ocorrências); Direito (três ocorrências); Ciência da Computação (três ocorrências); Probabilidade e Estatística (três ocorrências); Ciências Ambientais (duas ocorrências); Ciências Contábeis (duas ocorrências); Demografia (duas ocorrências); e agrupamento de áreas como Administração e Educação (sete ocorrências); Administração e Economia (cinco ocorrências); Ciência Política e Educação (quatro ocorrências); Sociologia e Economia (quatro ocorrências); Sociologia e Ciência da Computação (quatro ocorrências); Administração e Psicologia (três ocorrências); Educação e Sociologia (três ocorrências); Administração e Comunicação (duas ocorrências); Administração e Ciências Ambientais (duas ocorrências); Sociologia e Psicologia (duas

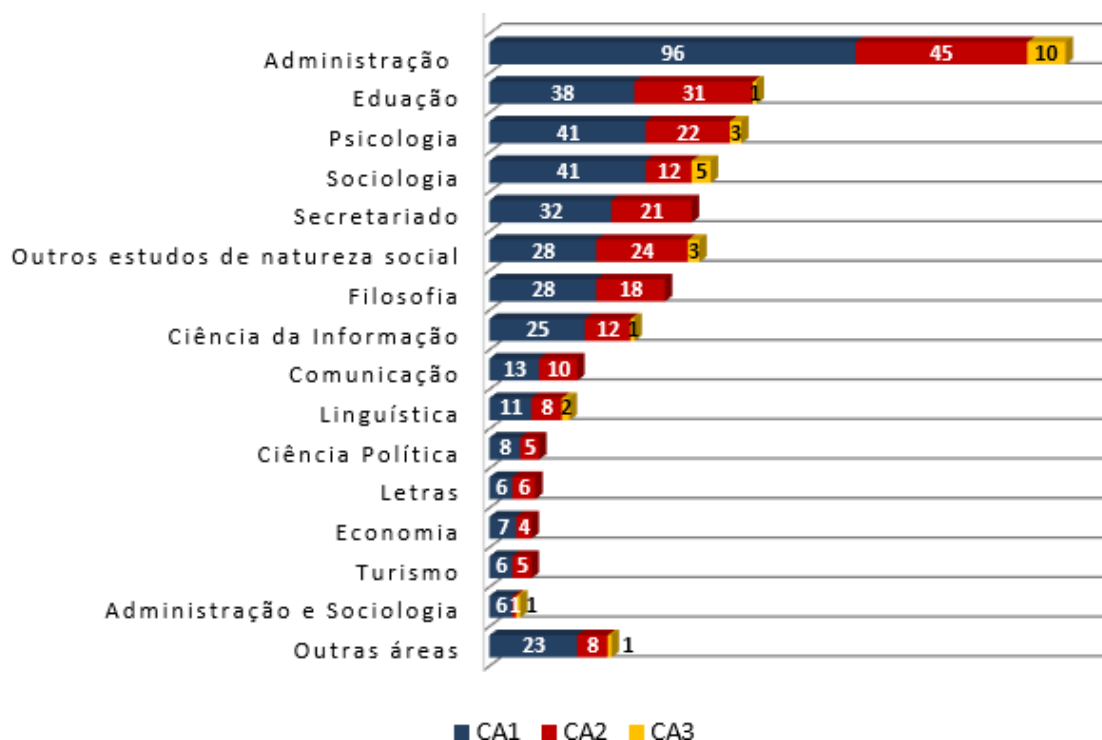
ocorrências); Administração e Linguística, Administração e Ciência Política, Comunicação e Economia Filosofia, Educação e Ciência da Informação, Educação e Letras, Psicologia e Ciências Ambientais, Psicologia, Letras e Educação, Turismo e Administração, todas com uma ocorrência, além de 13 referências cujas classificações não foram identificadas. Convém ressaltar que esta análise não tem intenção de identificar as abordagens dos trabalhos citados em uma perspectiva mais ampla.

Concluindo a análise de citação, em busca da identificação da construção dos aspectos teórico-cognitivos do Secretariado Executivo, considerou-se analisar a predominância da áreas de conhecimento que concedem à produção dos pesquisadores analisados as bases conceituais, por meio da distribuição das citação da dimensão conceitual na Categoria CA – Para fins teórico-conceituais, considerando as citações realizadas pelas razões CA1 – apresentação de definição e conceituação, CA2 – Explicação e esclarecimentos de cunho teórico e CA3 – escolhas de pressupostos epistemológicos.

Convém esclarecer que, para esta construção, também foram analisadas as 1.316 referências únicas. Em virtude de haver 186 textos que foram citados mais de uma vez (por mais de um artigo analisado), e que, por esta razão, as razões de citação para estas referências foram agrupadas de acordo com a razão de citação de cada texto citante, para esta construção, para a classificação nas categorias, foram consideradas as razões de citação predominante. Como resultado, foram identificados um total de 661 referências alusivas às razões supracitadas, representando 50,2% das referências únicas, sendo 403 referentes à razão CA1, 231 referentes à razão CA2 e 27 referentes à razão CA3. O Gráfico 14 apresenta a distribuição por área, considerando as 15 áreas com maior ocorrência de referências.

Com poucas variações, o Gráfico 14 segue a dinâmica da Tabela 09 em sentido quantitativo, demonstrando que, com poucas exceções, as áreas que concedem as citações conceituais à produção científica analisadas se equivalem, proporcionalmente às áreas consideradas mais citadas. Entre as variações de ranqueamento apresentadas, a mais manifesta é a que constitui a categoria das citações da área de Secretariado. Enquanto a Tabela 9 a destaca como a segunda área mais citada, quando se trata de citações para fins teórico-conceituais, o Secretariado declina para quinta posição, com menor expressividade em relação às citações das áreas de Administração, Sociologia, Educação e Psicologia. Convém destacar que, em quantificação geral, corresponde à 8,0% (n = 53) das citações categorizadas para constituir o Gráfico 14.

Gráfico 14 – Distribuição das razões de citação para fins teórico-conceituais por área



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Assim, a área de conhecimento que os atores analisados mais recorreram em busca de bases teórico-conceituais foi a área de Administração, cujas razões de citação em que predominam tais aspectos correspondem a 23,0% (n = 152) das referências citadas, sendo 96 citadas para definição e conceituação (CA1), 45 para explicação e esclarecimentos de cunho teórico (CA2) e 10 para escolhas de pressupostos teóricos (CA3). Os textos do campo da Administração mais utilizados para estabelecer bases teóricas no discurso dos textos analisados foram os escritos de FLEURY, M. A., FLEURY, A., MINTZBERG, H., CHIAVENATO, I., DUTRA, J. S., LE BOTERFF, G., MAXIMIANO, A. C. A., DURAND, J. R., ROBBINS, S. P., ZARIFIAN, P., OLIVEIRA, D. P. R., LEME, R. e DRUCKER, P., respectivamente.

A segunda área que mais tem concedido bases teórico-conceituais para os produtos analisados é a Educação, com 10,5% (n = 70) das citações representadas pelas referências acima categorizadas, sendo 38 para fins de conceituação e definição (CA1), 31 para explicações e esclarecimento de conceitos (CA2) e uma citação por escolha de pressupostos teóricos (CA3). Compõe o conjunto de referências desta categoria, majoritariamente, os escritos de FREIRE, P., LIBÂNEO, J. C., MACCARI, E. A., PIMENTA, S. G., ALTBACH, P. G., GIL, A. C. e PERRENOUD, P., respectivamente. Convém esclarecer que os autores GIL, A. C. e MACCARI, E. A. não possuem a trajetória de formação acadêmica no campo da Educação,

mas que, em virtude das características substanciais encontradas nas unidades de análise do conjunto de trabalhos de sua autoria que foram citados, estes foram classificados como pertencentes ao campo da Educação.

A terceira área cujos preceitos conceituais foram evocados pelos pesquisadores analisados é a Psicologia, com 9,9% das ocorrências ($n = 66$), sendo 41 citações referentes, majoritariamente, à categoria CA1 (41), seguida de 22 ocorrências na categoria CA2 e três ocorrências na categoria CA3. Destacam-se como os mais citados os dos autores GARDNER, H., AMSTRONG, T., MOSCOVICI, L., ANTUNES, C., GOLEMAN, D., GREEN, A., HOCHSCHILD, A. R., MORRIS, J. A., FELDMAN, D. C., respectivamente.

Já os conceitos e pressupostos teóricos da sociologia estão presente em 8,7% ($n = 58$) das citações nas categorias sugeridas, sendo 41 citações por motivações de definição e conceituação (CA1), 12 para explicação e esclarecimento de conceitos (CA2) e cinco para escolhas de pressupostos teóricos (CA3), para tais fundamentações conceituais, ao observar os dados, percebe-se que não há uma expressividade na concentração de número de autores mais evocados, havendo cinco autores citados duas vezes, a partir de uma ou diferentes referências, e os demais autores sendo representados por uma referência e, por isso, recebendo uma citação. Neste sentido, os autores mais referenciados por razões conceituais e busca por pressupostos teóricos são ANTUNES, R. DUBAR, C. HALL, S., LÈVY, P. e SILVA, T. T.

Por fim, entre a quinta área mais citada em busca de bases teóricas é representada pelas referências da área de Secretariado, com 8,0% ($n = 53$), sendo 32 para fins de conceituação e definição (CA1), 21 para explicações e esclarecimentos teóricos (CA2), não havendo citação de textos da área Secretarial por razões de escolhas de pressupostos teóricos (CA3). Nestas categorias, os autores mais citados por tais razões são NONATO JÚNIOR, R., ALMEIDA, W. G., RIBEIRO, L. A. N., WENNINGKAMP, K. R., e HOELLER, P. A. F., respectivamente.

A distribuição apresentada na Tabela 9 e no Gráfico 11 acentua a prevalências das recorrências do conhecimento produzido por outras áreas na construção do conhecimento Secretarial, como mais um exemplo da dependência funcional discutida por Whitley (2000), quando os cientistas e os campos científicos precisam utilizar os resultados, ideias e procedimentos de outros campos para construírem afirmações que podem ser consideradas úteis para o próprio campo, para a ciência e para a sociedade. O autor afirma que a produção do campo dependente precisa demonstrar clara aderência ao escopo do conhecimento do campo científico de apoio sob a hipótese de não serem publicados e legitimados como conhecimento relevante, sobretudo se o campo dependente for constituído por canais limitados de distribuição

das informações produzidas, o que é o caso do Secretariado Executivo no Brasil, como apresentado na seção 4 deste trabalho.

Tal comportamento pode ser justificado pela recente inserção do Secretariado no campo da pesquisa. Ao mesmo tempo em que há um movimento da área no sentido de produzir conhecimento próprio – o processo de catarse e mobilização mencionado por Maçaneiro e Kul (2013) – há a necessidade de se buscar fundamentos para tal construção. As atuais (mas não definitivas) fragilidades consensuais quanto ao significado e à adequação dos componentes que constituem o corpo de conhecimento e à tentativa de se produzir **clareza** dos aspectos teóricos e epistemológicos – conforme explica Whitley (2000) – podem estar promovendo uma transitória dependência teórica (do Secretariado) das áreas que figuram a Tabela 9 e o Gráfico 14.

Para finalizar, o Quadro 24 descreve os principais elementos extraídos dos resultados que foram pormenorizados ao longo desta seção, cuja visualização exprime a conjuntura que pode apresentar as configurações atuais do Secretariado Executivo no Brasil como Campo científico em construção, a partir de quatro componentes aqui identificados: áreas de dependência funcional, agentes de pesquisa, frentes de pesquisa e bases teóricas estruturantes.

Quadro 24 – Resumo final: configurações científicas atuais do Secretariado Executivo no Brasil

CONFIGURAÇÕES CIENTÍFICAS ATUAIS DO SECRETARIADO EXECUTIVO NO BRASIL				
CONFIGURAÇÕES SOCIAIS			CONFIGURAÇÕES COGNITIVAS	
----->			<-----	
ÁREAS DE DEPENDÊNCIA FUNCIONAL	ADMINISTRAÇÃO; SOCIAIS E HUMANIDADES; EDUCAÇÃO; LINGÜÍSTICA; PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL; SOCIOLOGIA; MEIO AMBIENTE E AGRÁRIAS; CIÊNCIAS AMBIENTAIS.	AGENTES DE PESQUISA	FRENTES DE PESQUISA	BASES TEÓRICAS ESTRUTURANTES
		MARTINS, C. B., BARROS, C. M. P., SILVA, J. S., CIELO, I. D., SCHMIDT, C. M. VELOSO, F. R., ZUIM, D. C., SABINO, R. F., CANTAROTTI, A. C., REIS, A. C. G., BAETA, O. V., MÜLLER, R., ANGNES, J. S., VIGORENA, D. A. L., WENNINGKAMP, K. R., BATTISTI, P. S. S., ADELINO, F. J. S., SOUZA, K. F., CAMARGO, M. C., SOUZA, R. B., BILERT, V. S. S., MAIA, F. L., SANCHES-CANEVESI, F. MOREIRA, K. D., SOUZA, E. C. P., TODOROV, M. G. A., DURANTE, D. G	• ATUAÇÃO PROFISSIONAL • EDUCAÇÃO EM SECRETARIADO • CONSTITUIÇÃO CIENTÍFICA • COMPETÊNCIAS SECRETARIAIS • GESTÃO SECRETARIAL • FORMAÇÃO PROFISSIONAL • GÊNERO E IDENTIDADE • LÍNGUAS APLICADAS AO SECRETARIADO • IDENTIDADE PROFISSIONAL • ASSESSORIA SECRETARIAL	• ADMINISTRAÇÃO • EDUCAÇÃO • PSICOLOGIA • SOCIOLOGIA • SECRETARIADO • FILOSOFIA • CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO • COMUNICAÇÃO • LINGÜÍSTICA • CIÊNCIA POLÍTICA • LETRAS • ECONOMIA • TURISMO

Fonte: A autora (2023).

O Quadro 24 resume os achados que compuseram esta seção. Em uma perspectiva social, apresenta as áreas de dependência funcional que promoveram a formação *Stricto Sensu* e, conseqüentemente concepção teórico-conceitual e os agentes de pesquisa de maior expressividade, responsáveis por configurar as frentes de pesquisas atuais. Já em uma perspectiva cognitiva o Quadro 24 descreve as frentes de pesquisa que foram estruturadas pelas ações dos agentes e as bases teóricas utilizadas por eles para a construção deste conhecimento.

Em suma, considerou-se, aqui, oito áreas de dependência funcional: Administração, Sociais e Humanidades, Educação, Linguística, Planejamento Urbano e Regional, Sociologia, Meio Ambiente e Agrárias e Ciências Ambientais. Tais áreas foram responsáveis por constituir, como pesquisadores os agentes selecionados a partir dos critérios de contribuição (produtividade) anteriormente descritos.

Assim, este trabalho sugere que, de acordo com os resultados de pesquisas encontrados, cujo discurso é baseado no sistema meritocrático de avaliação da ciência, o núcleo intelectual que pode ser considerado como agentes estruturantes do Campo do Secretariado são: MARTINS, C. B., BARROS, C. M. P., SILVA, J. S., CIELO, I. D., SCHMIDT, C. M., VELOSO, F. R., ZUIM, D. C., SABINO, R. F., CANTAROTTI, A. C., REIS, A. C. G., BAETA, O. V., MÜLLER, R., ANGNES, J. S., VIGORENA, D. A. L., WENNINGKAMP, K. R., BATTISTI, P. S. S., ADELINO, F. J. S, SOUZA, K. F., CAMARGO, M. C., SOUZA, R. B., BILERT, V. S. S., MAIA, F. L., SANCHES-CANEVESI, F. C., MOREIRA, K. D., SOUZA, E. C. P., TODOROV, M. G. A. e DURANTE, D. G.

As 10 temáticas que representam as frentes de pesquisa que parecem estar estruturando a área frente aos órgãos de fomento à pesquisa a partir da produção formal de conhecimento são: **Atuação profissional** (tendo como expoentes BARROS, C. M. P.; MARTINS, C. B.; ZUIM, D. C., SILVA, J. S.; ANGNES, J. S., MOREIRA, K. D., SOUZA, E. P. S., ADELINO, F. J. S., BAETA, O. V., CIELO, I. D.); **Educação em Secretariado** (estabelecida por BARROS, C. M. P., SILVA, J. S., SCHMIDT, C. M., MARTINS, C. B., SANCHES-CANEVESI, F. C., VELOSO, F. R.); **Constituição Científica** (SANCHES-CANEVESI, F. C., MARTINS, C. B., SCHMIDT, C. M., CIELO, T. D., SOUZA, E. C. P., WENNINGKAMP, K. R., TODOROV, M. C.); **Competências Secretariais** (BARROS, C. M. P., MARTINS, C. B., MOREIRA, K. D., SILVA, J. S.); **Gestão Secretarial** (MARTINS, C. B., BARROS, C. M. P., SILVA, J. S., MOREIRA, K. D.); **Formação Profissional** (VIGORENA, D. L., MARTINS, C. B., VELOSO, F. R., SABINO, R. F., BILERT, V. M. S.); **Gênero e identidade** (SOUZA, K. F., SOUZA, E. C. P.); **Línguas Aplicadas ao Secretariado** (CANTAROTTI, A.),

Identidade Profissional (ZUIN, D. C.; REIS, A. C. G.); e **Assessoria Secretarial** (MARTINS, C. B., MOREIRA, K. D).

Por fim, para construir o conhecimento que compõe as atuais frentes de pesquisa sugeridas, tais agentes têm utilizados as bases teóricas do campo da Administração, Educação, Psicologia, Sociologia, Secretariado, Filosofia, Ciência Da Informação, Comunicação, Linguística, Ciência Política, Letras, Economia E Turismo.

Ainda compartilhando das ideias de Whitley (2000) para compreender o *status* atual de formação do Secretariado, percebe-se um processo coletivo, colaborativo e político de construção em três direções interrelacionadas, proporcionadas pela relação de dependência aqui discutida: 1) a alocação de insumos (financiamento) para a formação de recursos humanos de alto nível; 2) oportunidade de participação na disputa para alocação de recursos (financiamento) para o desenvolvimento de frentes de pesquisa direcionadas e autônomas; e 3) a definição das agendas de pesquisa da área como fruto da apropriação dos saberes dos campos que lhe cederam espaço.

Percebe-se que o Secretariado vive uma fase de dependência funcional (e natural, dado o contexto) mencionada por Whitley (2000), uma vez que este utiliza não só os espaços institucionais, mas também o corpo teórico de outras áreas para se constituir social e cognitivamente, desde a formação de pesquisadores para sustentar sua estrutura de ensino, quanto para a produção de um conhecimento que possa prover a continuidade da pesquisa e responder à dinâmica do mercado de trabalho em cumprimento ao papel utilitarista da Ciência Atual.

A próxima seção apresenta as considerações finais da autora sobre este constructo.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno da Institucionalização da ciência é complexo e multifacetado, cujo foco está na ideia de que a produção científica não é um processo isolado ou individual, mas uma atividade que é realizada dentro de um conjunto de instituições, por um conjunto de pessoas que utilizam um conjunto de instrumentos e que, por isso, é permeado por práticas sociais que moldam e afetam a maneira como a ciência é feita, avaliada e divulgada.

O processo de institucionalização do Secretariado Executivo no Brasil vem ocorrendo ao longo dos anos, tendo como ponto de partida a instauração do Ensino Superior na área em Instituições Públicas de ensino, momento em que a área passa a fazer parte da engrenagem que cumpre uma das missões das universidades públicas no Brasil no cenário atual: a produção de conhecimento científico a serviço da resolução de problemas sociais, como parte das políticas desenvolvimentistas do país. A partir deste momento e impulsionado pela ameaça de encerramento dos cursos, há mais de uma década, a área passa a realizar movimentos para a sua manutenção e desenvolvimento, em uma tentativa de fazer cumprir os requisitos aceitáveis para aqueles que regulam e financiam a pesquisa e a educação no país.

Neste sentido, a partir de diversas iniciativas, uma estrutura concreta/social vem sendo estabelecida e mantida. Estrutura essa que perpassa pela produção, comunicação, manutenção e atualização do conhecimento científico da área. Ao mesmo tempo em que discussões sólidas (embora tímidas em quantidade) sobre a estrutura concreta da área têm sido publicadas por expoentes diferentes expoentes, pouco se tem discutido sobre a estrutura intelectual cognitiva, seja de maneira específica ou paralelo às discussões sociais, o que Nonato Júnior caracterizou como um silêncio epistemológico que precisa ser, paulatinamente, rompido, à medida em que a área desenvolva condições para tais investigações.

Acompanhando este processo e entendendo a necessidade de se discutir o movimento processual e as configurações atuais que indicam o status de constituição e institucionalização da pesquisa na área, este trabalho propôs **caracterizar as configurações atuais da institucionalização social e cognitiva científica do Secretariado Executivo no Brasil** como campo de pesquisa. O objetivo foi perseguido a partir da utilização da bibliometria e cientometria como método de investigação, utilizando-se, como objeto de análise, os sujeitos atuantes na área e a produção científica formal resultante desta atuação, em vista da importância deste tipo de comunicação no processo de sedimentação e avaliação da ciência e dos campos científicos e dos elementos sociais e econômicos nela imbricados, que provocam os símbolos de poder, disputa e aceitação no cenário atual.

Para alcançar o objetivo proposto, quatro objetivos específicos foram percorridos. O primeiro apresenta uma percepção geral de estruturação, descrito como **demonstrar a influência dos componentes científicos sociais na constituição de uma estrutura** cognitiva. Foi alcançado a partir da articulação dos demais objetivos. O seu alcance demonstra que o comportamento da área condiz com o pressuposto teórico aqui adotado: o conhecimento produzido por uma comunidade carrega consigo os efeitos da sua organização social, como cultura as idiossincrasias e as limitações importadas pelo meio. Ou seja, a constituição/institucionalização cognitiva sempre será reflexo da constituição/institucionalização social.

No secretariado Executivo, percebeu-se que os fatores sociais que incorrem na formação de um corpo de atores produzem também os fatores cognitivos que incidem sobre a produção de conhecimento da área: diferentes espaços institucionais para formação de pesquisadores e diferentes arranjos teóricos para a construção conceitual, além da demonstração de dependência para constituição social, produzindo, como consequência, dependências teóricas para uma constituição cognitiva.

O segundo, foi descrito como **investigar o núcleo duro que possa representar uma elite intelectual**. Como resultado, conclui-se que o status atual de estruturação da área como campo de pesquisa não permite estabelecer grupos intelectuais sólidos que ditem as tendências de pesquisa e moldem os pressupostos teóricos. Mas, foi possível identificar agentes de pesquisa estruturantes que vêm compondo as frentes de pesquisa que têm traçado os caminhos para o estabelecimento científico da área.

O cenário descrito conduz ao terceiro objetivo específico: **examinar como estão sendo delimitados, pela elite intelectual, os domínios de pesquisa autônomos e nucleares da área**. Após a investigação, os resultados apontaram que ainda não é possível observar, a partir da produção científica analisada, a formação destes domínios, mas de frentes de pesquisas que buscam resposta às demandas urgentes e emergentes a partir de temas que, por um lado, criem condições para a sedimentação da área como campo de pesquisa, além de buscarem soluções para problemáticas centrais que auxiliam no fortalecimento do campo profissional.

As características substanciais da produção identificadas, tanto na análise de palavras-chave como na análise temática categorizada, somado ao quantitativo apresentado, demonstraram que, embora tenha se percebido a formação de núcleos temáticos que possam corresponder aos domínios científicos que são sugeridos pela literatura como eixos especializados de atuação profissional (o que, em uma área como o Secretariado, deveria refletir na produção científica), como Gestão Secretarial, Assessoria Secretarial, Consultoria

Secretarial e Empreendedorismo Secretarial, além Competências Secretariais e outros similares, considerou-se, aqui, que tanto a tímida quantidade de trabalhos quanto as características iniciais das abordagens não foram suficientes para assegurar a constituição de domínios cientificamente estabelecidos e demarcados, que demonstrem “a razão de ser” (BUNGE, 1980) ou a “matéria substancial sobre a qual se chegou ao consenso” (FOUREZ, 1995). Soma-se a este cenário a alta concentração de trabalhos que exploram as demarcações da atuação profissional, da constituição científica e da Educação em Secretariado que, além das suas características generalistas, não apresentaram, em essência, apontamentos nucleares ou respostas basilares. São ações que representam o ponto de partida para estabelecimento das ideias que abrem caminho para a futuras definições.

Por fim, o alcance do quarto objetivo é resultado de uma conjuntura que já pode ser observada nos três primeiros: **caracterizar as bases teórico-conceituais que estão estruturando a produção de conhecimento em Secretariado Executivo**. A investigação que conduziu ao alcance deste objetivo revelou o início de um estabelecimento conceitual próprio já timidamente refletido na produção científica da área em forma de citações. Contudo, percebe-se que, em virtude do status inicial e por não ter sido identificada a formação de domínios, percebe-se que o Secretariado vive uma fase de dependência funcional não apenas por utilizar os espaços institucionais, mas também o corpo teórico de outras áreas para se constituir cognitivamente.

Mesmo diante deste cenário, é importante reconhecer a acuidade e a influência que estas diferentes áreas de conhecimento exercem na constituição científica do Secretariado ao cederem seus espaços institucionais, seus recursos e teorias para a formação de pesquisadores e produção de conhecimento. No tocante a esta discussão, nota-se uma tendência na literatura aqui utilizada em revelar apenas os entraves que a dependência funcional provoca no reconhecimento de um campo de pesquisa, visão que, embora tais autores sejam considerados aderentes da filosofia da nova ciência, ainda produz um discurso um tanto hermético e limitado a áreas tradicionais e institucionalmente sólidas, que reforça o sucesso das áreas nucleares e desencorajam as áreas em ascensão.

Neste sentido, o que Whitley (2000) considerou como um entrave no processo de institucionalização de qualquer campo, no contexto atual do Secretariado, tal dependência pode ser considerada como um mecanismo de busca por aceitação e reconhecimento, também para adquirir reputação, prestígio e acumular capital científico para ter acesso às recompensas. Mais que um processo de construção sociocognitiva, mas uma articulação política e colaborativa que

dará acesso à aceitação e a legitimidade do conhecimento secretarial frente aos órgãos de fomento à pesquisa, frente à comunidade científica em geral e frente a sociedade.

Outra consideração que chamou a atenção no percurso desta investigação foi a inconformidade da área investigada a padrões bibliométricos já postos, o que gerou a necessidade de se criar critérios de investigação que atendessem às características sociais que originaram a área de pesquisa investigada. Diferentemente das áreas consolidadas, cujas características se assemelham aos padrões de comportamento das áreas que serviram de objeto de pesquisa para a fundação das Leis da bibliometria, os padrões do Secretariado Executivo estão se desenvolvendo à medida em que a área avança e, por isso, ainda se encontram abertos. Dessa forma, este estudo corrobora com as atuais discussões sobre a necessidade de se considerar as limitações de aplicabilidade dos padrões bibliométricos e as potencialidades de uma contextualizada quantificação da ciência, a fim fomentar novas formas de avaliação da pesquisa que sejam mais equilibradas e justas.

A percepção de uma conjuntura inicial reforça a importância deste trabalho como ponto de partida, sugerindo-se a necessidade de haver uma observação periódica e atualizada destes indicadores para que se possa acompanhar o movimento de evolução (ou involução) da área ao longo dos anos, de forma que a comunidade possa antecipar estratégias para solução de problemas e fechamento de lacunas. Acredita-se que tal acompanhamento deva ser institucionalmente realizado, seja por colegiados de curso, grupos de pesquisa ou projeto de pesquisa de longa duração, de maneira que os resultados sejam amplamente compartilhados em veículos formais ou informais de comunicação científica visando uma atualização conjunta sobre o estado de construção do Secretariado como campo de Pesquisa.

Como fatores limitadores, ressalta-se que os achados desta pesquisa são reflexos unicamente da investigação de um *corpus* bem demarcado, cujas interpretações são carregadas das percepções de quem os analisou, o que pode tornar os resultados não universais, não consensuais, porém, reconhecendo-se a validade do constructo. O argumento de Hjørland (2007, p.14, **tradução nossa**) de que pode-se “argumentar sobre indicadores, fontes de dados e formas de análise, mas, no final, o que se aprende é que há muitas maneiras de se contar uma história complexa.”, fundamenta esta questão.

Como trabalhos futuros, sugere-se a continuidade desta investigação a partir da verificação das abordagens específicas das referências analisadas, a fim de serem identificadas as especificidades das bases teóricas mencionadas, considerando a amplitude de cada área do conhecimento descrita. Outra sugestão de trabalho futuro é a realização de uma investigação com os agentes de pesquisa aqui revelados, sob a ótica da memória coletiva visando identificar

suas percepções e narrativas no que diz respeito ao processo de institucionalização do Secretariado como campo de pesquisa. Outra investigação pode ser realizada dialogicamente à seção 3.2 deste trabalho, averiguando as formas e fontes de financiamento à pesquisa no Secretariado, o que denotará uma visão mais ampla em relação à visão dos financiadores sobre a área. Por fim, sugere-se uma investigação mais ampla da construção científica do Secretariado relacionada a questões de gênero, no sentido de investigar se há fatores que promovem entraves no reconhecimento científico em um campo de pesquisa constituído, majoritária e expressivamente por mulheres.

REFERÊNCIAS

- ALFONSO-GOLDFARB, A. A; FERRAZ, M. H. M. Raízes históricas da difícil equação institucional da ciência no Brasil. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 3-14, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-88392002000300002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 6 nov. 2019.
- ALMEIDA, W. G.; ROGEL, G. T. S.; SHIMOURA, A. S. Mudanças de paradigma na gestão dos profissionais da secretaria. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 1, n. 1, pág. 46–68, 2010. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/3>. Acesso em: 01 mar. 2023
- ANDRADE, J. S; CASSUNDÉ, F. R. S. A; BARBOSA, M. A. C. Da liberdade à “gaiola de Cristal”: sobre o produtivismo acadêmico na Pós-Graduação. **Perspectiva e Gestão do Conhecimento**, João Pessoa, v. 9, N. 1, P. 169-197, jan/abril. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pgc/article/view/43356>. Acesso em: 18 dez. 2019.
- ANNA, J. S. Estudos em museologia publicados no periódico perspectivas em ciência da informação: em busca da cientificidade da museologia. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 103-121, jan./abr., 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76543>. Acesso em: 16 jan. 2022.
- ARAÚJO, C. A. A. Ciência da Informação como Ciência Social. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 21-27, set./dez. 2003. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/21787>. Acesso em: 02 ago. 2020
- ARAÚJO, C. A. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun., 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>. Acesso em: 02 ago. 2020.
- ARRUDA, A. S. A pesquisa Científica como Ferramenta de (re)construção do Secretariado Executivo. In: ENCONTRO NACIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO, 3., 2013, João Pessoa. **Anais [...]** João Pessoa: UFPB, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. **VII ENASEC.**, São Paulo, 2021; Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=6448. Acesso em: 04. maio 2022.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. São Paulo, 2013. Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=1240 Acesso em: 04. jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. **Estatuto**. São Paulo, 2015. Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=475. Acesso em: 04. jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISA EM SECRETARIADO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.abpsec.com.br/abpsec/index.php/a-associacao>. Acesso em: 04. jan. 2018.

BACHELARD, G. **Le nouvel esprit scientifique**. Paris: PUF, 1971.

BACK, K. L. *et al.* Secretariado Executivo - ofícios da profissão. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA E SEMANA DE INICIAÇÃO DE PESQUISA, 16., 2004, Guarapuava. Anais [...]. Guarapuava: UNICENTRO, 2004.

BARBOSA, L. Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?. **Revista do Serviço Público**, [S. l.], v. 47, n. 3, p. p. 58-102, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/396>. Acesso em: 31 mar. 2021.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e actual. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARRADAS, J. S. Processo de comunicação científica no campo da defesa nacional no brasil: bases teóricas para o desenvolvimento da pesquisa. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 2, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/26419>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BARROS, C. M. P; SILVA, J. S; LOPES, D. M. A formação do secretário executivo que atua como professor universitário. **Revista Capital Científico**, [s. l.], v. 12, n. 4, dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/2627>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BAVELAS, J. B. The Social Psychology of Citations. **Canadian Psychological Review**, Calgary, v. 19, n. 2, p. 158-163, 1978.

BAZI, R. E. R.; SILVEIRA, M. A. A. Constituição e institucionalização da ciência: apontamentos para uma discussão. **TransInformação**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 129-137, 2007.

BÍSCOLLI, F. R. V. Em busca do espaço do profissional Secretário Executivo: um ensaio descritivo do contexto das Universidades. **Revista Expectativa**, [s. l.], v. 4, p. 65-80, 2005. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/412>. Acesso em: 15 jan. 2020.

BÍSCOLI, F. R. V. A evolução do secretariado executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. *In*: DURANTE, D. G. D. (org.). **Pesquisa em Secretariado**: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: UPF, 2012. p. 37-74.

BÍSCOLI, F. R. V.; BILERT, V. S. S. A evolução do Secretariado Executivo: caminhos prováveis a partir dos avanços da pesquisa científica e dos embates teóricos e conceituais na área. **Revista Expectativa**, [s. l.], v. 7, n. 12, p. 9-42, 2013.

BÍSCOLI, F. R. V.; BILERT, V. S. S. A pesquisa como propulsora da evolução profissional do Secretariado Executivo. *In*: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO, 2., 2011. Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

BOAS, R. F. V. A revisão por pares na visão dos editores das revistas de acesso aberto coletadas pelo portal oasisbr. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, [s. l.], v. 11, 2017. Suplemento. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1405/pdf1405>. Acesso em: 26 jan. 2020.

BORKO, H. Information Science: what is it? **American Documentation**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 3-5, jan. 1968.

BOURDIEU, P. **Campo intelectual e projeto criador**. *In*: POUILLON, J. et al. (Org). *Problems do estruturalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BOURDIEU, P. O campo científico. *In*: BOURDIEU, P.; ORTIZ, R. (org.). **Pierre Bourdieu**: sociologia. Tradução: Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia Silveira e Denise Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução: Denice Barbara Catani. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

BOURDIEU, P. **A distinção crítica social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme Teixeira. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Tradução de Maria Ferreira. Vozes: Petrópolis, 2009.

BRASIL, Ministério da Ciência Tecnologia, Inovação e Comunicação. **Ciência Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira. Livro verde**. 2001 Disponível em: http://docs.politicascsti.net/documents/Brasil/MCT_BR.pdf. Acesso em 30 jan. 2021.

BRANDÃO, M. N. **Formação do profissional secretário executivo na UFC: currículo, competência e cidadania**. 2010. 226f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/3535>. Acesso em: 04 set. 2022.

BRAGA, G. M. Informação, ciência, política Científica: o pensamento de Derek de Solla Price. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 155-177, 1974. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/50>. Acesso em: 4 mai. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Apresentação**. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao_institucional/. Acesso em: 13. Fev. 2020.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Sobre a CAPES. História e missão. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/historia-e-missao>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Sobre a Plataforma**. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos cadastrados**. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 09 maio 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria 3.103, de 29 de abril de 1987**. Disponível em: <https://sinsesp.com.br/portaria-de-enquadramento-sindical-como-categoria-diferenciada/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução 03 de 23 de junho de 2005**. Diretrizes Curriculares do Curso de Secretariado Executivo. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces003_05.pdf. Acesso em: 07 maio 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Superior**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32014-secretaria-de-educacao-superior>. Acesso em: 09 abr. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.377, de 30 de setembro de 1985**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7377.htm. Acesso em 01 Fev. 2020.

BUFREM, L. S.; OLIVEIRA, E. F. T.; SOBRAL, N. V.; ALVES, B. H. Temas relacionados à educação na produção científica periódica dos bolsistas de produtividade em pesquisa da área de ciência da informação no Brasil. **Bibliotecas. Anales de Investigación (Cuba)**, [s. l.], v. 14, n. 2, p. 179-192, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/57797>. Acesso em: 16 jan. 2022

BUFREM, L. S.; PRATES, Y. O saber científico registrado e as práticas de mensuração da informação. **Ciência da Informação**, v. 34, n. 2, p. 9-25, 2005. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/5734>. Acesso em: 09 maio 2020.

BUFREM, L. S. SILVA, F. M. SOBRAL, N. V. Análise das influências intelectuais na produção científica da área de Ciência da Informação: um estudo sobre os bolsistas de produtividade em pesquisa (PQ-CNPq). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, p. 115-142, ed. esp. 5 EBBC, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/68087/40210>. Acesso em: 18 fev. 2020.

BUNGE, M. **Ciência e desenvolvimento**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo; EDUSP, 1980.

BUTTERFIELD, H. **As origens da Ciência moderna**. Tradução: Teresa Martinho. Lisboa: Edições 70, 1949.

CAFÉ, A; CARVALHO, K; MENEZES, V; ODDONE, N. A elite acadêmica da sociologia da Sociologia no Brasil e sua produção científica. **Inf. Inf**, Londrina, v. 16, n. 3, p. 19-29, jul/ago, 2011. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/9967>. Acesso em: 7 maio. 2019.

CAFÉ, A. L. P; RIBEIRO, N. M; PONCZEK, R. L. A fabricação dos corpos dóceis na pós-graduação brasileira: em cena o produtivismo acadêmico. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 75-88, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2017v22n49p75>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CÂMARA, R. S.; ALVES, E. C.; BUFREM, L. S. A economia política da informação e os contributos sociocognitivos de sua institucionalização na produção científica brasileira em ciência da informação. **Liinc em revista**, [s. l.], v. 16, n. 1, maio, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/140841> Acesso em: 16 jan. 2022.

CAMARGO, M.; NASCIMENTO, L.; BÜHRER, V.; MARTINELLI, G.; BAHLS, T. A evolução da área secretarial às ciências da assessoria. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 14, n. 14, 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/9355>. Acesso em: 04 mar. 2022.

CAPURRO, R.; HJØRLAND, B. O conceito de Informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARNEIRO, M. H. *et al.* As várias faces do profissional de Secretariado Executivo. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA e SEMANA DE INICIAÇÃO DE PESQUISA, 16., 2004, Guarapuava. **Anais** [...]. Guarapuava: UNICENTRO, 2004.

CARVALHO, D. C. M; SILVA, L. L. Os Grupos de Pesquisa Institucionalizados em Secretariado Executivo e Sua Contribuição Para o Fomento do Conhecimento Secretarial. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 8, n. 3, p 28-52, set./dez, 2017. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/620/pdf>. Acesso em 13 fev. 2020.

CAVALCANTI, D. B. F.; LEITE, B. R. A. Interdisciplinaridade e estudos métricos da informação. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v. 4 n. 1, n. 1, p. 68-81, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119215>. Acesso em: 16 jan. 2023.

CARVALHO, R. O. **Secretária Executiva: entre as habilidades e as técnicas no mundo dos escritórios**. 2016. Tese – (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6080>. Acesso em: 04 set. 2022.

CAVALCANTE, F. L. **A (re)construção da identidade profissional de secretariado: um estudo de estórias de vida**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=16474@1>. Acesso em 01 set. 2022.

CASTIEL, L. D.; SANZ-VALERO, J; MEL-CYTED, R. Entre o fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica? **Cad. Saúde Pública**, São Paulo, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, dez. 2007. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csp/2007.v23n12/3041-3050/pt>. Acesso em: 05 jan. 2018.

CHALMERS, A. F. **O que é ciência, afinal?** Tradução Raul Fiker. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CIELO, I. D.; BÔAS, C. B. C. V.; SANCHES, F. C. Mapeamento da qualificação dos pesquisadores e docentes de Secretariado: oportunidades e desafios rumo a Pós-Graduação stricto sensu. In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO, 5., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade São Judas, 2017.

CIELO, I. D.; SANCHES-CANEVESI, F. C.; VILAS BÔAS, C. B. L. C. Perspectivas, avanços e projeções para a implantação da Pós-Graduação Stricto Sensu em Secretariado Executivo. **SCRIBES - Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies**, Viçosa, v. 1, n. 2, jul./ dez., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/SCRIBES/article/view/11032>. Acesso em: 08 mar. 2022.

CIELO, I. D.; SCHMIDT, C. M.; WENNINGKAMP, K. M. Secretariado Executivo no Brasil: Quo Vadis? **Revista de Gestão e Secretariado, São Paulo**, v. 5, n. 3, 2014. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/256>. Acesso em: 20 Jan. 2020.

CONGRESSO INTERNACIONAL DE SECRETARIADO EXECUTIVO. Disponível em: <https://coins.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIADO. Disponível em: <http://www.xxconsec.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Câmara de Educação Superior. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Secretariado Executivo**. Parecer normativo. n. CES/CNE 0102/2004, de 11 de março de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0102.pdf>. Acesso em: 07 maio 2017.

CORREIA, A. E. G. C. **A influência exercida pelo sistema de avaliação da CAPES na produção científica dos programas de pós-graduação em física**. 2012. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

COSTA, L. F. Institucionalização e a configuração atual da formação em museologia no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 25, n. 3, p. 145-163, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/146839>. Acesso em: 16 jan. 2022.

CRUZ, R. W. R. **Indicadores sobre o Campo do Secretariado Executivo no Brasil: reconhecimento científico e possibilidades para a Pós-Graduação Stricto-Sensu**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

CRUZ, R. W. R.; CORREIA, A. E. G. C. C. Cenário da Produção Científica em Secretariado Executivo no Brasil. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, Londrina, v. 19, 9 p., out. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/103716>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CRUZ, R. W. R.; CORREIA, A. E. G. C. Produção de Conhecimento em Secretariado Executivo no Brasil: análise temática das teses e dissertações dos docentes das Universidades Públicas. **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, Rio de Janeiro, v. 6, 4 p., jul. 2018. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000029835/a7ebc8a94e3aacbc808de267c2534c5b>. Acesso em: 08 jun. 2018.

CRUZ; R. W. R; CORREIA, A. E. G. C. C. Apontamentos sobre o Campo do Secretariado Executivo no Brasil: identidade científica e reconhecimento. **Em Questão**. Online first, 2020. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/92169>. Acesso em: 16 fev. 2020.

CRUZ, R. W. R.; CORREIA, A. E. G. C. Cartografia do Secretariado Executivo no Brasil: estrutura e produção científica no processo de institucionalização. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 20, n. 2, p. 135-163, abril/jun. 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/download/26788/17238/101886>. Acesso em: 05 jun. 2021.

CRUZ, R. W. R.; LIMA, E. T. S.; MOREIRA, K. D.; RODRIGUES, L. M. A.. Comunicação científica e construção da ciência: contributo do ENASEC para a construção da cientificidade em Secretariado Executivo. In: Encontro Nacional de Estudantes de Secretariado, 13, 2022, Toledo. **Anais [...]**. Toledo: Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2022.

DANTAS, C. F. N.; PIRES, E. A. N.; AMANAJÁS, M. A. A. A institucionalização do curso de biblioteconomia na Universidade Federal do Pará: sua relevância para a sociedade paraense no âmbito informacional. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, v. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62511>. Acesso em: 16 jan. 2022

DIAS, R. B. O que é política científica e tecnológica? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 316-344, set./dez., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/KzwMxHgqqXfLzWzwdKt93tq/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DIAS, R. B. **Sessenta anos de política científica e tecnológica no Brasil**. Campinas: Editora UNICAMP, 20012.

DURANTE, D. G.; FREITAS, M. D. Cenário do ensino superior em secretariado no Brasil

Revista Capital Científico, Guarapuava, v. 19, n. 4, p. 57-63, out./dez., 2021. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/6354/pdf>. Acesso em 18 jun. 2021.

DURANTE, D. G.; PONTES, E. S. Produção Intelectual em Secretariado Executivo: Estudo na Revista de Gestão e Secretariado (GeSec). **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 6, p. 23-47, 2015. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/340>. Acesso em: 24 maio 2017.

DURANTE, D. G.; PONTES, E. S.; BARROS, A. G. M. M. Pesquisa em Secretariado na pós-graduação stricto sensu: levantamento de teses e dissertações produzidas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO EM SECRETARIADO EXECUTIVO, 5., 2017, São Paulo. **Anais...** São Paulo: UFV, 2017.

DURANTE, D. G. *et al.* Produção científica em Secretariado: análise das publicações da revista Expectativa no período 2001-2014. In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO EXECUTIVO, 4., 2015, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2015.

EVEDOVE, P. R. D.; FUJITA, M. S. L. A abordagem Sociológica em Ciência da Informação: um novo olhar investigativo. In: BORGES, M. M.; SANZ-CASADO, E. (org.). **A Ciência da Informação criadora do conhecimento**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009. p. 147-156.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SECRETARIADO EXECUTIVO. **Sobre**. Disponível em: <https://www.even3.com.br/enesec2019/>. Acesso em: 17 fev. 2020.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS SECRETÁRIAS E DOS SECRETÁRIOS. **Apresentação**. Disponível em: https://www.fenassec.com.br/a_fenassec_apresentacao.html. Acesso em: 21 nov. 2019.

FERREIRA, J. B.; SILVA, L. A. M. O uso da bibliometria e sociometria como diferencial em pesquisas de revisão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 15, n. 2, p.448-464, maio/ago., 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/113880>. Acesso em: 17 dez. 2022.

FERREIRA, L. O. O ethos positivista e a institucionalização da ciência no Brasil no início do século XIX. **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 1-26, ago./set., 2007. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/download/671/640/#:~:text=Foi%20nesse%20contexto%20de%20franca,aplica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20conhecimentos%20e%20t%C3%A9cnicas>. Acesso em: 21 jan. 2021.

FERRAZ, M. H. M.; ALFONSO-GOLDFARB, A. M.; WAISSE, S. Reflexões sobre a constituição de um corpo documental para a história da ciência: um estudo de caso do Brasil colônia e Brasil Reino. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, [s. l.], v. 26, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/40400>. Acesso em: 28 dez. 2019.

FERREIRA, M. S. P; TARGINO, M. G. (org.). **Acessibilidade e Visibilidade de Revistas Científicas Eletrônicas**. São Paulo: Senac: Cengage Learning, 2010.

FERREIRA, M. S. P; MARCHIORI, P. Z; CRISTÓFOLI, F. Motivação para Publicar em Revistas Científicas: estudos nas áreas de Ciência da Comunicação e Ciência da Informação. In: FERREIRA, M. S. P; TARGINO, M. G. (org.). **Acessibilidade e Visibilidade de Revistas Científicas Eletrônicas**. São Paulo: Senac: Cengage Learning, 2010.

FRANCELIN, M. M. Conceitos, domínios do saber e fronteiras epistemológicas. **Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação**, Campinas, v. 9, n. 1, p. 152-165, 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1938>. Acesso em: 05 jan. 2020.

FRANÇOZO, A. C; JONAS, RAFAELA, A. P; O profissional docente formado em Secretariado Executivo: a importância de sua formação na Graduação. **Encontro Nacional de Secretariado Executivo**, Passo Fundo, v. 2. 12 p. out. 2011.

FOUREZ, G. **A construção das ciências**: introdução à filosofia e à ética das ciências. São Paulo: UNESP/FUNDUNESP, 1995.

GALINDO, A. G.; CARVALHO, I. C.; SOUZA, E. C. P. Cursos de Bacharelado Em Secretariado na Região Norte do Brasil: análise exploratória de suas matrizes curriculares. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 134-158, jan./jun. 2012. Disponível em: https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/105/pdf_6. Acesso em: 20 jan. 2020.

GARCIA, M. M. M. S. *et al.* Uma Investigação da Produção Científica dos Graduados em Secretariado Executivo pela Universidade Federal do Ceará no Período de 2010 a 2015. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 119-137, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/536/pdf>. Acesso em: 08 jun. 2018.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G. O futuro da open peer review na ciência da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19.,

2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UNESP, 2018. p. 4495-4513. Disponível em: http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIX_ENANCIB/xixenancib/paper/view/1218/1871. Acesso em: 26 jan. 2020.

GARCIA, J. L. MARTINS, H. O ethos da ciência e suas transformações contemporâneas, com especial atenção à biotecnologia. **Scientiae Studia**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 83-104. 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ss/article/view/11167>. Acesso em: 31 jan. 2021.

GARFIELD, E. Historiography, Librarianship and the history of science. **Currents Contents**, v. 38, p.136-150, 1974.

GINGRAS, Y. 'Science' has always been evaluated... and will always be. **Social Science Information**. Special issue: How to evaluate science: A critical debate, Montreal, p. 303-307, 2021. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/05390184211025204>. Acesso em: 28 mar. 2022.

GOMES, G. F. A Ciência Guiada por Fatores Sociais: a abordagem de Boris Hessen e sua contribuição para a Sociologia da Ciência. In: HAYASHI, M. C. P. I; RIGOLIN, C. C. D; KERBAUY, M. T. M (Org.). **Sociologia da Ciência: contribuições ao campo de CTS**. São Paulo: Alínea, 2014.

GRÁCIO, M. C. C.; OLIVEIRA, E. F. T. Indicadores cientométricos normalizados: um estudo na produção científica brasileira internacional (1996 a 2011). **Perspectivas em Ciência da Informação**. [s. l.], v. 19, n. 3, p. 118-133, jul./set., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/wdcRpCW6FvF8QMPBGxWBXXg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 4 maio, 2021.

GRANGER, G.-G. **A ciência e as ciências**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

GRANT, E. **Os fundamentos da ciência moderna na idade média**. Porto: Porto Editora, 2004.

GUIMARÃES, A. T. **Entre documentos e narrativas, a história do Curso de Secretariado Executivo na Universidade Federal do Ceará, 1985 a 1995**. Dissertação – (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019. Acesso em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/40649>. Disponível em: 04 set. 2022.

GUIMARÃES, A. T.; ANDRADE, F. A.; OLIVEIRA, J. V. G.; GARCIA, M. M. M. S. Uma abordagem histórica sobre a criação e a expansão do ensino superior em secretariado

Revista do Secretariado Executivo, Passo Fundo, v. 15, n. 2, p. 292-304, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/10373>. Acesso em: 30 abril. 2022.

GUIMARÃES, J. A. C. Análise de domínio como perspectiva metodológica em Organização da Informação. **Ci. Inf**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 13-21, jan./abril., 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1415>. Acesso em: 17 fev. 2020.

HALÉVY, M. **A era do Conhecimento: princípios e reflexões sobre a revolução noética no século XXI**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

HAYASHI, C. R. M. Apontamentos sobre a coleta de dados em estudos bibliométricos e cientométricos. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 5, n. 2, p. 89-102, set. 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635396>. Acesso em: 28 mar. 2021.

HAYASHI, M. C.; HAYASHI, C. R. M.; MARTINEZ, C. M. Estudos sobre jovens e juventude: diferentes percursos refletidos na produção científica brasileira. **Educação, Sociedade & Cultura**, Porto, v. 27, p. 131-154, 2008.

HAYASHI, M. C. P. I.; MAROLDI, A. M.; HAYASHI, C. R. M. Revisitando Derek de Solla Price na Cientometria brasileira: análise de citações em artigos da SciELO.br. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 19-40, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/168906>. Acesso em: 1 mai. 2022.

HJORLAND, B. Informetrics needs a foundations in the Theory of Science. In: SUGIMOTO, C. R. **Theories of Informetrics and scholarly communication**. Berlin: Walter de Gruyter GmbH, 2016. p. 20-46.

HOELLER, P. A. F. A natureza do conhecimento em secretariado executivo. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 5, n. 1, 2006. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/89>. Acesso em: 31 mar. 2018.

HOPPEN, N. H. F.; SANTIN, D. M.; CORRÊA, M. V.; VANZ, S. A. S. Distribuição geográfica da produção e colaboração científica brasileira nas ciências biomédicas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, p. 50-73, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/11954>. Acesso em: 16 jan. 2022.

KENNET JÚNIOR, R. C. O rei está nú, mas segue impávido: os abusos da bibliometria na avaliação da ciência. **Saúde & Transformação Social**. Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 3-8.

Disponível em:

<https://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/419>. Acesso em: 31 jan. 2023.

KICKIS, D., WOUTERS, P., WALTMAN, L. RIJCKE, S., RAFOLS, I. The Leiden

Manifesto for research metrics. **Nature**, v. 520, p. 429–431, abril, 2015. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/520429a#citeas>. Acesso em: 28 mar. 2022.

KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana**. Tradução: Antônio José de Souza. Rio de Janeiro: ZAHAR. São Paulo: EDUSP, 1980.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. D. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas.

Transinformação, Campinas, v. 18, n. 1, p. 27-36, jan./abr., 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tinf/a/mwM8jbL8Hbg34mSQKc7Bgzt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 abr. 2022.

KOBASHI, N. Y.; SANTOS, R. N. M. D. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, n. esp. 1. sem., p. 106-115, 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/91786>. Acesso em: 4 abr. 2022.

KONDO, E. K. Desenvolvendo indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: as principais questões. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 128-133, 1998. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/914>. Acesso em: 09 maio 2017.

KAPLAN, N.; STORER, N. W. Scientific communication. In: SILLS, D. L. (ed.) **International encyclopedia of the social sciences**. New York: Macmillan, 1968.

KUHN, T. A. **Estrutura das Revoluções Científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectivas, 1998.

LAPA, R. C.; CORRÊA, R. F. Indexação automática no âmbito da ciência da informação no Brasil. **Informação & Tecnologia**, Marília/João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 59-76, jul./dez., 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41624>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LAVILLE, C. DIONE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999

LE COADIC, Y-F. **A ciência da informação**. 2. ed., rev. e atual. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEAL, F. G.; SANTOS, L. S.; MORAES, M. C. B. “Conhece-te a ti mesmo”: um olhar para o campo de pesquisa em Secretariado Executivo no Brasil. **Revista Expectativa**, [s. l.] v. 17, n. 1, 2018. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/19377>. Acesso em: 16 fev. 2020.

LENOIR, T. **Instituindo a ciência**: a produção cultural das disciplinas científicas. Tradução de Alessandro Zir. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

LIMA, L. D. S. C; HORTA, R. C. A. As ciências humanas e sociais no processo de reconstrução da sociedade na perspectiva cidadã. **E-cadernos**, [s. l.], n. 2, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1359>. Acesso em: 01 fev. 2020.

LIMA, L. M.; CAPRIOLI, M. S.; MORAES, J. B. E. Regime de informação e a relação com os canais de comunicação científica: a institucionalização científica da ciência da informação no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, n. 19, 2018, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/102420>. Acesso em: 16 jan. 2022.

LLODY, C. **As estruturas da história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.

LOCKS, B. B.; MILBRATZ, T. C.; SIEWERT JUNIOR, V.; DOMINGUES, M. J. C. S. Cenário dos cursos à distância de secretariado no Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 59–75, 2017. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/583>. Acesso em: 31 mar. 2021.

LOPES, F. S. ORTEGA, J. L. N. A. MATTOS, C. Ensino das ciências como controle do Estado: o caso da Alemanha Nazista. **Ensaio pesquisa em educação e ciências**, Belo Horizonte, v. 22, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/ensaio/article/view/19654>. Acesso em 28 ago. 2021

LUZ, M. T. Prometeu acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais de vida acadêmica. **Physis**: revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 39-57, 2005.

LYOTARD, J. **A condição pós-moderna**. 12. ed. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAÇANEIRO, M. B. A construção da identidade científica em Secretariado Executivo. In DURANTE, D. G. (org.). **Pesquisa em Secretariado**: cenários, perspectivas e desafios. Passo Fundo: EDIUPF, 2012. p. 75-97.

MAÇANEIRO, M. B.; KUHL, M. R. Estado da Arte e o Rumo do Conhecimento Científico em Secretariado Executivo: Mapeamento e Análise de Áreas de Pesquisa. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 4, p. 157-188, 2013. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/274>. Acesso em: 24 mar. 2018.

MACIAS-CHAPULA, C. A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.

MAIA, F. L.; VALE, M. J. Ciência ou Arte? Perspectivas sobre o campo de pesquisa do Secretariado. In. MOREIRA, K. D.; SOUZA, E. C. P.; SNOEIJER, E.; RODRIGUES, L. M. A. (orgs). **A pesquisa no contexto Secretarial**: ensaios acadêmicos em perspectivas. São Paulo: ABPSEC, 2021. P. 46-52.

MARICATO, J. M.; MARTINS, D. L. Altmetria: complexidades, desafios e novas formas de mensuração e compreensão da comunicação científica na web social. **Biblios (Peru)**, n. 68, p. 48-68, 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S1562-47302017000300004&script=sci_abstract Acesso em: 16 jan. 2022.

MARICATO, J. M.; NORONHA, D. P. **Indicadores bibliométricos e cientométricos em CT&I: apontamentos históricos, metodológicos e tendências de aplicação**. In: HAYASHI, M. C. P. I.; LETA, J. (Org.). **Bibliometria e Cientometria: reflexões teóricas e interfaces**. São Carlos: Pedro & João, 2012, v. 1, p. 21-41.

MARQUES, A. A. C. A institucionalização do conselho de pesquisas no brasil: inspirações históricas internacionais e identidade para a concepção das áreas do conhecimento. **Informação & Informação**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 6-34, set./ out., 2017. Acesso em: 16 jan. 2022.

MARQUES, A. A. C.; PRACIANO, B. J. G. Pesquisadores da comunidade arquivística brasileira nos espaços de interlocução internacional franceses. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 25, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/136550>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MARTINS, C. B; MACCARI, E. A., SILVA, A. O. TODOROV, M. C. A; SILVA, A. O. Retrato dos periódicos científicos de Secretariado no Brasil. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 34, p. 68-83, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/4631/2832>. Acesso em: 04 ago, 2021.

MARTINS, L. A. P. História da Ciência: objetos, métodos e problemas. **Ciência & Educação**, v. 11, n. 2, p. 305-317, 2005.

MARTINS, M. S.; LIMA, V. M. A. A abordagem social na recuperação da informação: frente e tendências de pesquisa. **Biblios (Peru)**, [s. l.], n. 52, p. 1-15, p. 1-15, 2013, Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/63649>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MATHEUS, C. **Max Scheler e a Gênese Axiológica do Conhecimento**. São Paulo: Margem, 2002.

MCGUIRE, J.; TUCHANSKA, B. Da ciência descontextualizada à ciência no contexto social e histórico. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 151-182, jul./dez. 2013. Disponível em: https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1097. Acesso em 04 fev. 2021.

MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MEDEIROS, J. M. G.; VITORIANO, M. A. V. A evolução da bibliometria e sua interdisciplinaridade na produção científica brasileira. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 13, n. 3, p. 491-503, set. 2015. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8635791>. Acesso em: 28 set. 2019.

MELO, M. L. D.; SOUZA, E. D. Programas disciplinares da ciência da informação: conformação do campo epistemológico no Brasil. In: Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação, n. 18, 2017, Marília. **Anais [...]**. Marília: Universidade do Estado de São Paulo, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105240>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MELO, W. L. O processo de institucionalização científica na ciência da informação no Brasil. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 89-90, set. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/152930>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MENA-CHALCO, J. P.; CESAR JUNIOR, R. M. Prospecção de dados acadêmicos de currículos Lattes através de scriptLattes. In: HAYASHI, M. C. P. I.; LETA, J. (org.). **Bibliometria e Cientometria: reflexões teóricas e interfaces**. São Carlos: Pedro & João, 2013, p. 109-128. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/280113692_Prospeccao_de_dados_academicos_de_curriculos_Lattes_atraves_de_scriptLattes. Acesso em: 19 maio 2018.

MERTON, R. K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MERTON, R. K. O efeito Matheus na ciência. In: MERTON, R. K. **A sociologia da ciência** 2. Madrid: Alianza Editorial, 1977, cap. 20, p. 554-578.

MORAES, M.; CARELLI, A. E. A interdisciplinaridade na ciência da informação pela perspectiva da análise de citações. **Em Questão**, v. 22, n. 1. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/20045>>. Acesso em: 02 jun. 2018.

MOREIRA JÚNIOR, A. F.; ANDRADE, T. H. N. Pierre de Bourdieu e a Noção do Campo Científico: Contribuições para o estudo de prática científica e técnica. In: HAYASHI, M. C. P. I.; RIGOLIN, C. C. D.; KERBAUY, M. T. M. (org.). **Sociologia da Ciência**: contribuições ao campo de CTS. São Paulo: Alínea, 2014.

MOREIRA, K. D.; SOUZA, S. de; DO VALE, J. C. F.; RODRIGUES, L. M. A. Releitura da história secretarial brasileira sob a ótica do compromisso, do pertencimento e da identidade. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 19, n. 1, p. 98–117, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/23468>. Acesso em: 31 mar. 2022.

MOREIRA, W.; MORAES, I. S. O assunto “classificação” na literatura brasileira de ciência da informação: uma análise nos anais do ENANCIB (2003-2014). **Informação & Informação**, Londrina, v. 24, n. 1, p. 226-246, jan./abril, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/110728>. Acesso em: 16 jan. 2022.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 2. ed. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. 4. ed. Tradução: Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio. Rio de Janeiro: Betrand Brasil, 2000.

MORIN, E; LE MOIGNE, J.-L. **A Inteligência da Complexidade**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

MOROSINI, M. C. A Pós-graduação no Brasil: formação e desafios. **Revista Argentina de Educación Superior**, [s. l.], ano 1, n. 1, nov. 2009. Disponível em: <http://flacso.org.br/?publication=a-pos-graduacao-no-brasil-formacao-e-desafios>. Acesso em: 12 fev. 2020.

MUELLER, S. P. M. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 2, p. 27-38, 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/v/a/3924>. Acesso em: 08 jun. 2017.

MÜLLER, R. O que faz um profissional de Secretariado Executivo? **Scribes - Brazilian Journal of Management and Secretarial Studies**, Viçosa, v. 2, n. 1, p. 104-127, jan./jun, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/SCRIBES/article/view/12283/6868>. Acesso em: 04 ago. 2022.

MÜLLER, R.; SANCHES, F. C. Pesquisa acadêmica em Secretariado Executivo: um estudo de caso na Revista Expectativa. **Revista Expectativa**, [s. l.], v. 8, n. 13, 2014. Disponível em: <http://erevista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/10149>. Acesso em: 06 abr. 2017.

NASCIMENTO, E. P. A produção científica em eventos acadêmicos de Secretariado Executivo. Passo Fundo: **Revista do Secretariado Executivo**, Passo Fundo, n. 9, p. 99-112, 2013. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/4036/2594>. Acesso em: 24 jan. 2020.

NASCIMENTO, M. I. B.; FIALHO, R. P. B. Caminhos às Pesquisas Conceituais na Área de Secretariado Executivo: uma Proposta Teórico-Metodológica à Luz do Construtivismo. **Connection Scientific Journal**, São Paulo, v. 3, n. 1., p. 43-60, jan./abril. 2020. Disponível em: <https://csj.abpsec.org.br/index.php/csj/article/view/35>. Acesso em: 21 jun. 2022.

NASCIMENTO, M. I.; MOREIRA, L. A. V. F. R. T. Pluralidade Temática e Pesquisa em Secretariado Executivo: Configuração de publicações em periódicos da área (2001-2015). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE SECRETARIADO, 8., 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2016.

NASCIMENTO, M. V.; FERREIRA, A. R.; MARTINS, G. K. A biblioteconomia no nordeste brasileiro: expansão e consolidação no ensino de graduação e pós-graduação. **Revista Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 3, p. 5-17, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/39553>. Acesso em: 16 jan. 2022.

NÓBREGA, V. S. S; ADELINO, F. J. S. A inclusão do docente de secretariado executivo em programas de pós-graduação stricto sensu: um estudo realizado junto à plataforma Lattes do CNPq. **Secretariado Executivo em Revista**, Passo Fundo, n. 8, p. 76-88, 2012. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/3027/2033>. Acesso em 20 jan. 2020.

NOGUEIRA, R. M. C. D. A; OLIVEIRA, J. S. F. Profissionalismo e Secretariado: história da consolidação da profissão. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 4, n.2, p. 01-24, 2013. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/209>. Acesso em: 12 jan. 2020.

NONATO JÚNIOR, R. Epistemologia do Secretariado Executivo: por uma teoria do conhecimento em Secretariado. *In: CONGRESSO NACIONAL DE SECRETARIADO*, 16., 2008. **Anais [...]**. Brasília: Federação Nacional de Secretariado. Disponível em: http://www.fenassec.com.br/site/pdf/artigos_trab_cientificos_consec_1lugar.pdf. Acesso em: 25 mar. 2018.

NONATO JÚNIOR, R. **Epistemologia e teoria do conhecimento em Secretariado Executivo**: a fundação das ciências da Assessoria. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

OLIVEIRA, L. H. S. J. **A ideia de Revolução Científica na obra de John Desmond Bernal**. 2017. 83 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) - Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Ciência, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

OLIVEIRA, P. S. Caminhos de Construção da Pesquisa em Ciências Humanas. *In: OLIVEIRA, P. S. (org.). Metodologia das Ciências Humanas*. São Paulo. Hucitec, 1998.

PARLEMITI, R.; POLITY, Y. Dynamiques de l'institutionnalisation sociale et cognitive des sciences de l'information. *In: BOURE, R. (ed). Les origines des Sciences de l'information et de La communication: regards croisés*. Paris: PUS, 2002. p. 95-123.

PEREIRA, C. A.; FUJINO, A. A pesquisa sobre patentes na ciência da informação: estudo bibliométrico e cientométrico da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 194-206, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11585>. Acesso em: 31 mar. 2023.

PEREIRA, I. A.; MOREIRA, N. C.; BAETA, O. V. Fatores motivacionais para pesquisa na área de Secretariado Executivo das IFES brasileiras. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 25, n. 1, p. 140-155, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/3532>. Acesso em: 25 mar. 2018.

PINHEIRO, C. B. F. **A construção do conhecimento científico: a Web Semântica como objeto de estudo**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/pinheiro_cbf_me_mar.pdf. Acesso em: 20 Fev. 2020.

PORTELA, K. C. A; MESQUITA, D. S; RODRIGUES, J. R. A profissão de Secretariado na cidade de Cuiabá. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 4, n. 1, p 90-103, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/136/pdf>. Acesso em 12 Jan. 2020.

PRICE, D. S. **A ciência desde a Babilônia**. São Paulo: EDUSP, 1976.

RANGEL, E. B.; ROZA, B. A.; SCHIRMER, J.; CASTRO, M. C. R.; BOIN, I. F. S. F. Impacto da covid-19 na produção científica: um alerta para a disparidade de gêneros. **Brazilian Journal of Transplantation**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 59–61, 2021. Disponível em: <https://bjt.emnuvens.com.br/revista/article/view/422>. Acesso em: 16 dez. 2022.

REVISTA CAPITAL CIENTÍFICO. **Sobre**. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/about>. Acesso em: 15 mar. 2018.

REVISTA DE GESTÃO E SECRETARIADO. **Sobre**. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/about>. Acesso em: 15 mar. 2018.

REVISTA DE GESTÃO E SECRETARIADO. **Capa**. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/index>. Acesso em: 15 mar. 2018.

REVISTA EXPECTATIVA. **Sobre**. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/about>. Acesso em: 15 mar. 2018.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, A. V. F.; CRESPO, I. M.; MIRANDA, C. L. Ética em pesquisa e publicações científicas. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 33-50, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/11159>. Acesso em: 29 dez. 2019.

RIBEIRO, D. B.; OLIVEIRA, E. F. A.; DENADAI, M. C. V. B.; GARCIA, M. L. T. Financiamento à ciência no Brasil: distribuição entre grandes áreas do conhecimento. **Política, Ciência e Mundo das redes, Florianópolis**, v. 23, n. 3, p. 548-561, set./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592020v23n3p548>. Acesso em: 04 fev. 2021.

ROMACINI, R. O que é uma citação? Análise de citações na ciência. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 23, p. 20-35, jul./set, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/15885>. Acesso em: 19 fev. 2020.

ROSA, A. R. Nós e os índices – Um Outro olhar sobre a pressão institucional por publicação. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 4, out/dez, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75902008000400010. Acesso em: 04 nov. 2019.

ROSSI, E; MARTINS, C. B; MOREIRA, K. D. Representatividade do Secretariado em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* por meio do mapeamento de teses e dissertações. *In: Encontro Nacional Acadêmico de Secretariado*, 5, 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade São Judas, 2017.

ROSTAING, H. **La bibliométrie et ses techniques**. Marseille: Sciences de la société, 1996.

SABINO, R. F.; ROCHA, F. G. **Secretariado: do escriba ao Webwriter**. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

SABINO, R. F. **A configuração da profissão de secretário em Sergipe**: educação, atuação e organização da área (1975-2010). 2017. Tese (doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

SABINO, R. F. Da universidade ao Mercado: o movimento estudantil na consolidação de uma luta de classe. **Revista de Gestão e Secretariado**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 58-82, dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/231>. Acesso em: 20 jan. 2020.

SABINO, R. F; GONÇALVES, V. M. B. A formação superior para o Secretariado na Perspectiva Luso-Brasileira. **Revista de Gestão e Secretariado**. v. 7, n. 1, jan./abril, 2016. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/528/pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

SABINO, R. F.; MARCHELLI, P. S. O debate teórico-metodológico no Campo do Secretariado: pluralismo e singularidades. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, p. 607-621, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cebape/v7n4/06.pdf>. Acesso em 25 mar. 2018.

SANCHES, F. C. et al. Cooperação Científica Internacional dos Grupos de Pesquisa em Secretariado Executivo do Brasil. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 21-46, set./dez, 2016. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/509/pdf>. Acesso em: 3 fev. 2020.

SANCHES, F. C; CIELO, I. D.; Docência e ensino superior: formação pedagógica do profissional Bacharel em Secretariado Executivo. *In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO*, 4., 2015, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2015.

SANCHES, F. C; CIELO, I. D. YEAGASHI, S. F. R. Formação Didático-Pedagógica dos

Bacharéis Docentes: uma análise nos cursos de Secretariado Executivo das Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil. *In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO*, 5., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade São Judas, 2017.

SANCHES, F. C; MULLER, R; LIMA, R. R. Periódicos Científicos, um estudo de caso na Revista Expectativa do Curso de Secretariado da UNIOESTE. *In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO EXECUTIVO*, 2., 2011, Passo Fundo. **Anais [...]**. Passo Fundo: UPF, 2011.

SANCHES; F. C. SCHIMIDT, C. M. Os avanços da Pesquisa em Secretariado Executivo: uma análise nos periódicos científicos nacionais. *In: ENCONTRO NACIONAL ACADÊMICO DE SECRETARIADO*, 3., 2013, João Pessoa. **Anais [...]**. João Pessoa: UFPB, 2013.

SANTOS, A. R. **Metodologia Científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. rev. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, M. L. C. Perfil docente: a pedagogia da sustentabilidade relacionada à política e formação docente em Secretariado. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL PAULO FREIRE*, 7., 2010, Recife. **Anais [...]**. Recife: UFPE, 2010.

SANTOS, L. E; NASCIMENTO, V. **Ciência e tecnologia na Idade Média**. Disponível em: http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/142_024219_CienciaeTecnologia.pdf. Acesso em: 31 jan. 2020.

SANTOS, R. N. M. Indicadores estratégicos em ciência e tecnologia: refletindo a sua prática como dispositivo de inclusão/exclusão. **Transinformação**, v. 15, n. 3 esp., p. 129-140, 2003. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/452>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

SANTOS NETO, J. A. D.; ALMEIDA JUNIOR, O. F. Institucionalização do campo da mediação da informação no brasil. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.] v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/159384>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SANTOS, R. N. M; KOBASHI, N. Y. Institucionalização da pesquisa científica no Brasil: cartografia temática e de redes sociais por meio de técnicas bibliométricas. **Transinformação**, v. 18, n. 1, jan./abr., 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862006000100003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 fev. 2020.

SANTOS, R. N. M. D.; KOBASHI, N. Y. Bibliometria, cientometria, infometria: conceitos e aplicações. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 2, n. 1, p. 155-172, jan./ dez., 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119278>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. *Ciência da Informação*, Brasília, 24, n. 1, p. 36-41, 1995.

SCHMIDT, C. M.; CIELO, I. D.; SANCHES-CANEVESI, F. C.; CRUZ, R. W. R. Redes de colaboração científica no Secretariado: uma análise entre os pesquisadores da ABPSEC. *Revista de Gestão em Secretariado*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 172-200, maio./ago., 2022. Disponível em: <https://revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1289/585>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SCHMIDT, C. M., SANCHES-CANEVESI, F. C., CIELO, I. D. JUNGES, D. M. Contribuições dos Grupos de Pesquisa para o desenvolvimento científico do Secretariado Executivo no Brasil. In: MOREIRA, K. D.; SOUZA, E. C. P. SNOEIJER., RODRIGUES, L. M. A. (orgs.) **A pesquisa no contexto secretarial: ensaios acadêmicos em Perspectivas**. São Paulo: ABPSEC, 2021. Disponível em: https://abpsec.com.br/abpsec/?page_id=6498. Acesso em: 21 jul. 2022.

SILVA, J. S.; BARROS, C. M. P.; SANTOS, J. L. Educação superior a distância em secretariado no brasil: realidades e perspectivas da oferta de cursos. *Revista Expectativa*, Toledo, v. 15, n. 1, 2016. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/13129>. Acesso em: 31 jul. 2021.

SILVA, E. L. A construção do conhecimento científico: o processo, a atividade e a comunicação científica em um laboratório de pesquisa. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 7, n. 2, 2002.

SILVA, E. L.; MENEZES, M. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4, ed. Florianópolis: UFSC, 2005)

SILVA, F. M. E.; SANTANA, G. A.; CRUZ, T. L.; SOBRAL, N. V. Grupos de pesquisa em bibliometria e cientometria: um perfil nacional. In: Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria, v. 3, 2012. *Anais [...]*. Gramado, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/46899>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SILVA, J. S.; BARROS, C. M. P.; NASCIMENTO, A. S. S. Cenário da Produção Bibliográfica Nacional em Secretariado de 2004 a 2013. *Revista Capital Científico*, [s. l.], v. 14, n. 2, abr./jun. 2016. Disponível em:

<http://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/3714>. Acesso em 30 nov. 2016.

SILVA, J. S.; BARROS, C. M. P.; SOUSA, E. F. Docência em Secretariado: a valoração da experiência extraclasse. **Revista Expectativa**, [s. l.], v. 9, n. 1, p.43-60, 2010. Disponível em:<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/5869/4431>. Acesso em: 13 fev.2020.

SILVA, M. A. et al. Perfil e financiamento da pesquisa em saúde desencadeada pela pandemia da COVID-19 no Brasil. **Revista vigilância sanitária em debate: sociedade ciência e tecnologia**, [s. l.], v. 8, n. 2, p. 28-38, maio. 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1579>. Acesso em: 04 jan. 2021.

SILVA, S. R. **Secretário Executivo: análise da profissão frente às perspectivas da identidade e competências**. 2021. Dissertação (Mestrado em Administração), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000235130>. Acesso em: 04 set. 2022.

SILVA, W. F.; SIQUEIRA, N. C.; BARROS, W. B. A Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão na perspectiva de uma formação secretarial sustentável. **Revista Expectativa**, Toledo, v. 18, n. 2, p. 28-48, jul./dez., 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/20357>. Acesso em: 04 set. 2022.

SILVEIRA, M. A. A.; BUFREM, L. S.; SANTOS, R. N. M. D.; SILVA, F. M. E.; FERREIRA, M. H. W. Domínios científicos da ciência da informação representados no gt 7 do ENANCIB: análise das citações (2007-2012). **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.] v. 6, n. 2, jul./dez., 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/119520>. Acesso em: 16 jan. 2022.

SILVEIRA, M. A; CAREGNATO, S. E. Demarcações epistemológicas dos estudos de citação: teorias das citações. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, set./nov., 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/72870>. Acesso em 18 fev. 2020.

SILVEIRA, M. A. A. J.; CAREGNATO, S. N. E.; BUFREM, L. S. Estudo das razões das citações na ciência da informação: proposta de classificação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 7, n. 2, 2014.

SILVEIRA, M. A. A. et al. Domínios científicos da ciência da informação representados no GT 7 do ENANCIB: análise das citações (2007-2012). **Tendências da Pesquisa Brasileira**

em Ciência da Informação, v. 6, n. 2, 2013. Disponível em:
<<http://www.brapci.inf.br/v/a/16103>>. Acesso em: 08 mar. 2019.

SOUZA, E. C. P; GALINDO, AG.; MARTINS, C B. A produção acadêmico-científica no campo do Secretariado: mapeamento das dissertações e teses produzidas no período de 1999 a 2013. **Revista de Administração Geral**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 154-173, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/administracao/article/view/1963/pdf>. Acesso em 06. abr. 2018.

SOUZA, E. D. A Institucionalização da Ciência da Informação no Brasil: elementos disciplinadores do campo científico. **Informação & Sociedade**. João Pessoa, 22, p. 49-64, Número Especial, 2012. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/13297/8568>. Acesso em: 28. abril.2021.

SOUZA, K. C.; GALVÃO, M. S. P; A importância da formação específica em Secretariado Executivo para a docência no ensino superior em disciplinas correlatas. **Rev. Comp. Docência**. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 43-55, jul./dez. 2016. Disponível em:
<http://www.revistaseletronicas.fmu.br/index.php/CompartilheDocencia/article/viewFile/1310/1112>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SOUZA, K. F. O lugar da Secretária: implicações históricas de gênero no trabalho e imagem da profissão. **I Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho – EnGPR**, Natal, v. 1, p. 1-16, 2007.

SOUZA, R. F. R. *et al.* Docência universitária: possível área de atuação para o bacharel em secretariado executivo? **Revista Encontro Universitários da UFC**, Fortaleza, v. 2, n. 1, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/eu/article/view/26151>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SPEAY, J. **O desenvolvimento pela ciência**. Ensaio sobre a organização política científica dos estados. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1972.

TARGINO, M. G. A. A interdisciplinaridade da ciência da informação como área de pesquisa. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 5, n. 1, p. 12-17, jan./dez. 1995.

TARGINO, M. G. A. Comunicação científica: uma revisão de seus elementos básicos. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 10, n. 2, 2000. Disponível em:
<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/326/248>. Acesso em: 10 jun. 2017.

TANUS, G. F. S. C. Institucionalização da Biblioteconomia Progressista e Crítica. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 432–457, 2021. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109063>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TARZIA, S. R. F. **Identidade e Memória do Sujeito Secretário Executivo: Reflexões Linguístico-Discursivas**. 2018. Dissertação – (Mestrado em Linguística). Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=6919057. Acesso em 04 set. 2022.

TREVISOL NETO, O.; CAFÉ, L.; SILVA, E. L. As instituições, produtores e produtos científicos do campo da moda no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 152-169, 2017. <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/37228>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TRINDADE, E.; CARVALHO, P. R.; PALETTA, F. C. Estudo bibliométrico sobre moda em dissertações e teses da área de ciências da comunicação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n.n. 3, p. 251-274, jul./set., 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/106126>. Acesso em: 16 jan. 2022.

TRIVIÑOS, Augusto. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

THOMSON, Patrícia. Campo. In: GRENFELL, M. (Org.). **Pierre Bourdieu: Conceitos Fundamentais**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: reflexões que antecedem seu estabelecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 159-164, maio/ago. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651998000200008&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 set. 2019.

TRZESNIAK, P. Indicadores quantitativos: como obter; avaliar; criticar e aperfeiçoar. **Navus – Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 5-18, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/223>. Acesso em: 20 set. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ. **Eventos**. Disponível em: <https://midas.unioeste.br/sgev/eventos/seb2017>. Acesso em: 17 fev. 2020.

URBIZAGÁSTEGUI, R. A frente de pesquisa na literatura sobre a produtividade dos autores. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 14, n. 28, p. 38-56, 2009. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/11479>. Acesso em: 16 fev. 2020.

VANTI, N. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/1093>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento sistêmico**. O novo paradigma da Ciência. 8. ed. Campinas: Papirus, 2009.

VAZ, C. F.; LAIMER, R. T. A inserção da mulher no mercado de trabalho e o surgimento da profissão secretária. **Secretariado Executivo em Revista. Passo Fundo**. v. 6, n. 15, dez. 2011. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/1783>. Acesso em: 04 set. 2022.

VELHO, L. Avaliação acadêmica. A hora e a vez do "baixo clero". **Ciência e Cultura**, [s. l.], v. 41, n. 10, p. 957-968, out. 1989.

VENÂNCIO, R. P. Ser e não ser: as relações históricas entre arquivologia e ciência da informação. **Brazilian Journal of Information Science**, Marília, v. 11, n. 4, p. 23-32, 2017. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/14720>. Acesso em: 16 jan. 2022.

VIANA, M. E. F. S.; PRESSER, N. H.; SANTOS, R. N. M. D. A institucionalização dos mestrados profissionais: dissertações da Universidade Federal de Pernambuco. **Ágora**, Florianópolis, v. 28, n. 57, p. 379-395, jul./dez., 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/101451>. Acesso em: 16 jan. 2022.

VIEIRA, J. O; ZUIN, D. C; Secretariado Executivo no Brasil: profissão ou ocupação? **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 21-45, dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/341>. Acesso em: 20 jan. 2020.

VIGORENA; D. A. L.; BERNARDON, M; BATTISTI, P. S. S; BARCELOS, C. A. Possibilidade de internacionalização do Curso de Secretariado Executivo da América do Sul. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, n. 9, v. 3, p. 178-205, set/dez, 2018. Disponível em: <https://www.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/800-3117/pdf>. Acesso em: 17 fev. 2020.

VIOTTI, E. B. Fundamentos e evolução dos indicadores de CT&I. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. (Org.) **Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003. p.41-87.

VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. Indicadores de ciência, tecnologia e inovação no Brasil: uma introdução. In: VIOTTI, E. B.; MACEDO, M. de M. (Org.). **Indicadores de Ciência,**

Tecnologia e Inovação no Brasil. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2003. p. 19-49.

WENNINGKAMP, K. R. et al. A Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) à luz da Teoria da Ação Coletiva. **Capital Científico**, vol. 15 n. 2, abril/jun, 2017. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/3990/3385>. Acesso em: 2 jan. 2020.

WILLERS, E. M; BORTOLOTTTO, M. F. P. Profissional de Secretariado Executivo: explanação das principais características que compõem o perfil. **Revista Expectativa**, [s. l.], v. 4, n. 4, p. 45-56, 2005. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/410>. Acesso em: 20 jan. 2020.

WIHTLEY, R. Cognitive and Social Institucionalization of Scientific specialities and research areas. In: WITLEY, R. **Social Processes of scientific developmentment**. London: Routledge Kegan, 1974.

WHITLEY, R. The **intellectual and social organization of the sciences**. 2. ed. Oxford: University Pressy, 2000.

ZIMAN, J. **Conhecimento Público**. São Paulo: Edusp, 1979.

ZIKMUND, W. G. **Business research methods**. 5.ed. Fort Worth, TX: Dryden, 2000.

ZUIN, D. C.; CARDOSO, A. A. M. Secretariado no gueto? Reflexões sobre a Ghetto Thesis. **Revista Capital Científico**, [s. l.], v. 13, n. 4, out-dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/view/3317>. Acesso em: 03 jan. 2020.

Catálogo na fonte
Bibliotecária Lílian Lima de Siqueira Melo – CRB-4/1425

C957i Cruz, Rúbia Wanessa dos Reis
Institucionalização da pesquisa em secretariado executivo no
BRASIL: configurações de um campo científico em construção / Rúbia
Wanessa dos Reis Cruz. – Recife, 2023.
222f.: il., tab.

Sob orientação de Anna Elizabeth Galvão Coutinho Correia.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco.
Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Ciência
da Informação, 2023.

Inclui referências, apêndices e anexos.

1. Institucionalização da ciência. 2. Bibliometria. 3. Cientometria. 4.
Secretariado Executivo. I. Correia, Anna Elizabeth Galvão Coutinho
(Orientação). II. Título.

020 CDD (22. ed.)

UFPE (CAC 2023-157)